Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura

Organizações de Controle Social na Região Metropolitana de São Paulo: relações
de proximidade e de confiança em foco

Vitória Oliveira Pereira de Souza Leão

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestra em Ciências. Área de concentração: Ecologia
Aplicada

Piracicaba
2019

Vitória Oliveira Pereira de Souza Leão
Bacharela em Gestão Ambiental

**Organizações de Controle Social na Região Metropolitana de São Paulo: relações de
proximidade e de confiança em foco**

versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientador:

Prof. Dr. **PAULO EDUARDO MORUZZI MARQUES**

Dissertação apresentada para obtenção do título de
Mestra em Ciências. Área de concentração: Ecologia
Aplicada

Piracicaba
2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA – DIBD/ESALQ/USP

Leão, Vitória Oliveira Pereira de Souza

Organizações de Controle Social na Região Metropolitana de São Paulo: relações de proximidade e de confiança em foco / Vitória Oliveira Pereira de Souza Leão. - - versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011. - - Piracicaba, 2019.

162 p.

Dissertação (Mestrado) - - USP / Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Centro de Energia Nuclear na Agricultura.

1. Produção orgânica 2. Agricultura camponesa 3. Circuitos curtos de proximidade 4. Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade 5. Relações de confiança I. Título

DEDICATÓRIA

Aos meus amados avós. Seria impossível escrever algo à estatura do que são. Dedico não as palavras, mas o tempo em que sentada escrevo, e em que, lançando-me ao mundo, aprendi a apreciá-los em cada gesto.

Este trabalho nasceu do desejo de conhecer mais profundamente a vivência camponesa. Espero, na escrita, ter alcançado o respeito e a admiração que tenho por cada família que encontrei durante a pesquisa e por aquelas com as quais me deparo por detrás das paisagens rurais recortadas e cheias de vida do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é encontrar alegria na certeza de que ninguém se faz sozinho. Isto é, aliás, um dos fundamentos que dão sentido a esta pesquisa. Agradecer à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) não diz respeito apenas às normas acadêmicas. Diz respeito à valorização de políticas públicas de fomento à pesquisa. E, mais profundamente, diz respeito à certeza de que não há possibilidade de constituir saberes sem o exercício da alteridade, sem que haja, diante do ser questionador, um ser estranho a ele. A universidade pública é, portanto, um espaço de encontro com o outro, ela nos lembra que pensar é defrontar o diferente. Que ela siga, mesmo diante das ameaças que a cercam, viva, aberta ao pensamento crítico e habitada por muitos.

No ano de 2016, lancei-me a este projeto sem ter a mínima ideia de onde ele me levaria. São muitas, incontáveis as pessoas que atravessaram a trajetória que me trouxe até aqui.

Agradeço ao meu orientador, Paulo Moruzzi, que ao longo dos últimos nove anos tem incentivado meu percurso na pesquisa. Foram muitas descobertas com o seu apoio e todas elas acompanharam a possibilidade do diálogo e o respeito pelo meu tempo e pelas minhas escolhas. Obrigada pela generosidade, pela confiança e pelo exemplo.

Agradeço ao amado Felipe. Ninguém acredita tanto no meu trabalho quanto você. Foram exatamente três anos mergulhada nas mesmas questões: obrigada por escutar e acolher minhas indagações, meus contos camponeses, meus entusiasmos com a literatura, minhas inseguranças e minha emoção com as descobertas. Teve, também, os dias em que era semifinal da Copa do Mundo e você estava comigo em campo, acompanhando as visitas mais distantes. Houve todo o suporte técnico e operacional, sobretudo no que se refere às comidas gostosas que prepara! Há a admiração. Obrigada por apreciar meus sonhos e sonhá-los junto comigo. E obrigada por cuidar do nosso lar e de mim.

Agradeço à minha irmã Júlia. Obrigada pelo incentivo, pela admiração, por brilhar os olhos ao escutar minhas histórias e as coisas que aprendo. Obrigada por me escolher como sua inspiração! Que honra é estar neste lugar. Obrigada por compartilhar a vida comigo, ela deixou São Paulo mais doce e divertida desde que voltei para cá. Obrigada pelo exemplo.

Agradeço a meu irmão Neto. Obrigada pelos papos, pelas tardes em Campinas ao som de Caymmi e às letras de Manuel de Barros. Obrigada por abrir a sua vida para mim e me deixar transitar por ela dessa maneira tão singular. Obrigada pelas dicas valiosas, pelo suporte, pelo desejo de me ver alçar voos e pelo exemplo. Obrigada por inspirar: a minha pesquisa renasceu em sua casa.

Agradeço ao meu pai e à minha mãe. Pergunto-me se há possibilidade de encontrar formas de agradecer a um pai e a uma mãe? Vocês me deram o que tenho de mais belo e precioso. Ao que toca este trabalho, agradeço ao meu pai por ter me ensinado a ler, a questionar, a argumentar e, mais importante, a ir ao encontro do outro. Agradeço à minha mãe por me ensinar a escrever e a não ter receio de expressar minhas ideias e anseios por meio das palavras, esses pequenos seres tão poderosos. Obrigada por se emocionar com os encontros narrados.

Agradeço ao Joaquim e à Lilian, que me acolheram como filha e deram todo o suporte possível para que o cotidiano do projeto não perdesse a sua leveza. O carro e as vasilhas de marmitas serão devolvidos o quanto antes e devidamente lavados!

Agradeço às minhas amadas primas Luana e Karlinha, pela infância compartilhada em Arealva. Brincávamos no sítio com terra, água, folhas e galhos. Brincávamos atrás do balcão da farmácia nos domingos após o

almoço. Obrigada por comporem as memórias mais doces da minha vida e por não deixarem elas escaparem no trajeto da pesquisa. Agradeço à prima Dea, pelo encontro na juventude e pelas trocas profundas que se seguiram desde então. Obrigada pelo incentivo incondicional e por compartilhar os melhores causos na cidade Luz, que nos acolheu a ambas no percurso do saber.

Agradeço à minha amiga Isabelle. Você me ensinou a ver a beleza que se manifesta nas sutilizas da vida. Agradeço pelo carinho e pelo apoio em todo o processo de concepção do projeto. A trajetória não teria encontrado o seu significado sem você. Agradeço às minhas companheiras Maria Clara, Camila e Maria Vitória por se fazerem próximas, mesmo na distância e por compartilharem a trilha da ousadia comigo, cada uma à sua maneira. Agradeço à Thalita, pela profunda e verdadeira amizade ao longo destes anos de recém-formada. Nossas conversas foram sempre enriquecedoras. Obrigada pela paciência e pelo carinho. Agradeço à Isadora e à Gabi, que além da amizade, se dispuseram a transcrever as mais de 20 horas de entrevistas. Eu não teria conseguido finalizar minha pesquisa sem o apoio de vocês. Agradeço, também, ao querido primo Lucas pela leitura atenciosa de meu texto.

Agradeço à Joana, à Eló, à Stela, ao Damasceno, ao Júlio e ao Sérgio, por tornarem a cidade de São Paulo um lugar de encontros ao redor da mesa.

Agradeço ao Ernesto e à Marina pela acolhida e pela coragem de trilhar o caminho do olhar sensível, sempre.

Agradeço à Professora Valéria de Marcos, por incentivar meu desejo de conhecer e me lançar no “universo” camponês. A sua experiência me encheu de esperança. Agradeço ao Professor Carlos Armênio Khatounian, pelas sugestões e por encorajar a minha escrita singular. O seu suporte me acompanhou ao longo de todo o texto.

Agradeço ao Clóvis, pelas caronas e pelas trocas de experiências nas visitas aos dois assentamentos implicados na pesquisa. Agradeço ao Paulo e à Marilene, também pelas caronas e por abrirem o Centro Frei Tito ao meu projeto.

Agradeço à Mara Casarin, pelo carinho com seu atendimento na Secretaria do PPGI – Ecologia Aplicada, sempre disposta a ajudar e pacientemente. Além disso, agradeço pela torcida com meu mestrado!

Agradeço às amigas e aos amigos do Agremal, que tornaram a trajetória da pesquisa menos solitária e mais divertida. Em especial, à Roberta, à Nati, às duas Manu's, à Flávia e ao Guino (infiltrado!). Foram papos, cafés, sugestões, discussões enriquecedoras e muito apoio.

Agradeço a todas as famílias camponesas que me acolheram em seus lares, contaram um pouco de suas vidas e me deram a oportunidade de tornar esta pesquisa possível. Dos nossos encontros colhi Esperança, memórias e muito aprendizado. Agradeço, também, às mulheres e aos homens que participaram da pesquisa enquanto consumidores. Em especial, à Laurete, pelos livros e pelas cartas trocadas.

Por fim, agradeço ao Autor da vida, pelos sentidos e pela sensibilidade.

EPÍGRAFE

La beauté, nous savons aussi, ce qu'elle est. Chacun en a l'expérience et nous partageons des impressions communes, depuis le ciel étoilé, les grandioses paysages, jusqu'au moindre vol d'oiseau entre les nuages, à la moindre herbe caressée par la brise. Mais la beauté demeure une énigme. Si elle se trouve partout, elle ne semble pas au premier abord indispensable à la vie. À côté du vrai, du bon, le beau apparaît comme un luxe, un surplus, voire un superflu. Ici, nous nous proposons de partir d'une idée simple qui est celle-ci : l'univers n'est pas obligé d'être beau. Nous pourrions imaginer un univers uniquement fonctionnel, sans qu'aucune idée de beauté ne vienne l'effleurer. Ce serait un univers qui se contenterait de fonctionner, où en ensemble d'éléments neutres, indifférenciés, se meuvent, se remuent, indéfiniment. On aurait affaire là un monde de robots, ou à un monde concentrationnaire ; l'on ne serait plus dans l'ordre de la Vie. Pour qu'il y ait vie, il faut qu'il y ait différenciation des éléments, laquelle se complexifiant a pour conséquence la formation de chaque être dans sa singularité. Cela est conforme à la loi de la vie qui implique que chaque être constitue une unité organique, spécifique et possède en même temps la capacité de croître et de se transmettre. C'est ainsi que la gigantesque aventure de la vie à abouti à chaque herbe, à chaque insecte, à chacun de nous, chacun, unique et non interchangeable.¹

¹ Œil ouvert et cœur battant, François Cheng. Groupe Artège, 2016.

SUMÁRIO

RESUMO.....	8
ABSTRACT	9
1. INTRODUÇÃO.....	17
2. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONCEITO DE CAMPONÊS	25
3. DA AGRICULTURA ORGÂNICA AOS CAMINHOS CAMPONESES.....	49
3.1. O Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e os Censos Agropecuários de 2006 e 2017	56
3.2. Estação Ribeirão Pires: OCS Agricultores da Zona Leste	76
3.3. Polvilho: OCS Frutos da Comuna da Terra.....	87
3.4. Estação Franco da Rocha: OCS Produção Saudável	96
3.5. Estação Jundiapéba: OCS Produtores Orgânicos de Mogi das Cruzes e Região	105
3.6. Juquitiba: OCS Orgânicos da Mata Atlântica	111
4. MUITO ALÉM DA TROCA: A MERCADORIA CAMPONESA EM CIRCULAÇÃO	117
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
REFERÊNCIAS	154
APÊNDICES.....	158
ANEXO.....	162

RESUMO

Organizações de Controle Social na Região Metropolitana de São Paulo: relações de proximidade e de confiança em foco

A produção orgânica, no Brasil, foi instituída legalmente no ano de 2003, com a Lei nº 10.831. A partir de então, foram estabelecidas normativas com a finalidade de regulamentar tal prática, bem como as formas de averiguação da qualidade no que se refere notadamente à comercialização destes produtos. Esta regulamentação configura o sistema brasileiro de avaliação de conformidade (SisOrg), uma resposta ao crescimento do mercado de alimentos orgânicos, cujas fronteiras internacionais avançam no Brasil. Neste sistema, são previstos três tipos de avaliação da conformidade orgânica: as certificações por auditoria privada, as certificações por organismo participativo e as Organizações de Controle Social (OCS). De forma sucinta, estas últimas permitem o reconhecimento da qualidade orgânica por meio da relação de confiança estabelecida entre os produtores e os consumidores sem intermediadores na comercialização de alimentos. Assim, as OCS preveem que os agricultores se organizem em processos de averiguação interna do cumprimento das normas da agricultura orgânica, o que lhes permite acessar circuitos curtos de proximidade, tendo reconhecimento oficial de qualidade orgânica. Além das feiras de produtores, os circuitos curtos de proximidade (CCP) compreendem os grupos de consumo responsável, programas públicos de abastecimento alimentar, entre outros. Nossa pesquisa procurou explorar as formas de organização dos agricultores na construção da qualidade orgânica, assim como as relações que são estabelecidas entre estes últimos e os consumidores nos mercados locais. A pesquisa mapeou, por meio do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) as OCS existentes na Região Metropolitana de São Paulo, selecionando cinco grupos. Esta primeira coleta de dados previu entrevistas semiestruturadas com 19 camponeses e a participação nas reuniões e em visitas de averiguação das OCS. Posteriormente, foram aplicados 38 questionários junto a consumidores de quatro circuitos curtos de proximidade diretamente associados às OCS em questão. A análise subsequente teve caráter qualitativo e visou ressaltar a riqueza das singularidades, além das homogeneidades encontradas na complexa interface que abrange política pública, camponeses, consumidores e mercado de alimentos. Neste quadro, lançou-se mão de abordagens teóricas que poderiam fornecer elementos pertinentes para discutir as relações de mercado e de trabalho que circunscrevem a vivência camponesa na modernidade. Para além da perspectiva de um dispositivo de política pública inovador, as OCS revelaram ser um mecanismo que, por um lado, coloca em questão a mercantilização das prerrogativas de qualidade e confiança e, por outro, revaloriza a sutil e subjetiva teia social que desempenha, também o seu papel nas relações de troca.

Palavras-chave: Produção orgânica, Agricultura camponesa, Circuitos curtos de proximidade, Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade, Relações de confiança

ABSTRACT

Social Control Organizations in the Metropolitan Region of São Paulo: relations of proximity and trust in focus

Brazil instituted, legally, organic production in 2003. Thereafter, several norms have been stipulated with the purpose to regulate organic agriculture, vis-à-vis manners to assure food quality in the market. This regulation configures the Brazilian system of conformity assessment (SisOrg), as a response to the growth of the organic food market, whose international frontiers advance to Brazil. The legislation provides three types of organic production assessment: private audit certifications, participatory body certifications and social control organizations. Briefly, social control organizations (SCOs) aims to build a trusty relationship regarding the organic product quality, between producers and consumers in direct markets, which are those with no intermediaries. Through that, the SCOs provide to farmers the possibility to organize and access short-term proximity circuits. Besides producer fairs, the short proximity circuits (CCPs) include responsible consumption groups, food basket delivery systems and government supply policies among others. The present research sought to explore the organizational ways farmers search to build an organic product quality as the relationships established between them and consumers in local markets. The project mapped, through the National Register of Organic Producers provided by the Ministry of Agriculture Livestock and Supply (MAPA) the existing SCOs in the Metropolitan Region of São Paulo, defining five groups to survey. The first phase of the project consisted on semi-structured interviews with 19 peasants, involvement into meetings and the inquiries of CSOs. Later, 38 questionnaires were applied to four short proximity circuits directly associated to the SCO researched. The subsequent analysis had a qualitative character and aimed to highlight the richness of singularities along with possible homogeneities entailed in this complex interface amidst public policy, peasants, consumers and the food market. Then, theoretical approaches were applied supplying elements to discuss the market and labor relations that circumscribe the peasant experience in modernity. Finally, beyond the perspective of an innovative public policy, the CSOs have revealed to be a mechanism that, on one hand, calls into question the commodification of prerogatives of quality and trust and, on the other hand, revalues the subtle and subjective social web that plays its role, also, in commercial relations.

Keywords: Organic production, Peasant agriculture, Short circuits of proximity, Brazilian Conformity Assessment System, Trust relationships

Convite

Caro leitor. Passaram-se alguns meses desde nossa última conversa. Conte-lhe, naquela vez, sobre como eu chegara às perguntas que me sondavam à mente. Tudo começou no assentamento Milton Santos e no encontro da imagem do meu avô do sítio com aquela vivência tão distinta e tão similar ao mesmo tempo. Está lembrado, agora? Bom, são muitos detalhes, nem tudo é possível gravar. Cá estamos novamente. Pergunto-me como meu texto chegara às suas mãos? E como estaremos, eu e você, depois desta jornada até o ponto final. Desde aquele dia, o fatídico dia em que apresentei meu texto no modelo de Exame de Qualificação e todo meu material fora roubado, muita coisa aconteceu. Não só tive que reiniciar minha pesquisa de campo, como ocorreu-me a oportunidade – ironias do destino – de traçar novas rotas para minha pesquisa. Claro, o assunto seria o mesmo, mas a forma de abordá-lo, outra. Outra, justamente porque a possibilidade de olhar a mesma imagem, de uma perspectiva distinta, pareceu-me mais interessante que manter os velhos olhares. Também é preciso deixar claro que as tantas leituras feitas de lá para cá enriqueceram meu olhar para meu objeto de estudo, que nada mais é um pedaço de todos nós. Das leituras, os encontros mais proveitosos foram aqueles com cada camponês e cada consumidor. Digo leituras, porque toda conversa é um universo que se apresenta diante de nós, sobretudo essas em que podemos escutar com calma um pouco da história de cada um, as escolhas tomadas e os caminhos traçados. Aliás, as narrativas do campo costumam possuir aquele mesmo elemento fantástico das fábulas de outrora. São histórias contadas ao redor da mesa ou caminhando pela área de produção, apresentando cada pequeno detalhe da roça. Também tiveram as conversas nas feiras, em que a entrada do freguês em cena estava longe de ser uma interrupção, ao contrário, trazia aquela sensação de se estar no parágrafo narrado. Os livros, agora estes feitos de páginas e letras amontoadas, também tiveram seu destaque. Viajei no tempo, levei cada sujeito que encontrava aqui na Região Metropolitana de São Paulo para o Velho Mundo comigo. Não voltamos os mesmos, nem eu, nem eles, que nessa altura já faziam tanta parte de mim, que sentir-me sozinha parecia cada vez mais raro. A folha e o lápis, uma bela metáfora para quem não quer estragar a poesia assumindo a palavra computador, tornaram-se urgentes. Sussurravam de noite, mais precisamente às três horas da madrugada, momento em que já se tornava hábito despertar: ou você escreve ou essas histórias vão madurar no pé e cair. Bom, chegou o momento de escrever. De encarar o “papel” e colocar as palavras para dançarem. E assim como um padeiro acata os pequenos seres que fazem o pão crescer, cá estou eu, respeitosamente deixando as diminutas letras tomarem seu caminho.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. MUNICÍPIOS ABRANGIDOS PELAS CINCO OCS ESTUDADAS.....	55
FIGURA 2. DADOS DO CNPO POR ENTIDADE – BRASIL	56
FIGURA 3. EVOLUÇÃO DAS ENTIDADES NO CNPO – BRASIL	57
FIGURA 4. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE AGRICULTORES ENVOLVIDOS POR ENTIDADE NO CNPO – BRASIL	58
FIGURA 5. DISTRIBUIÇÃO DE ENTIDADES NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE – BRASIL	58
FIGURA 6. NÚMERO DE PRODUTORES POR TIPO DE ENTIDADE POR REGIÃO DO BRASIL EM FEVEREIRO DE 2019	59
FIGURA 7. NÚMERO DE PRODUTORES POR TIPO DE ENTIDADE POR REGIÃO DO BRASIL EM FEVEREIRO 2019	59
FIGURA 8. DISTRIBUIÇÃO DAS OCS POR REGIÕES DO BRASIL NO PERÍODO DA PESQUISA	60
FIGURA 9. NÚMERO DE ENTIDADES E PRODUTORES POR MECANISMO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	60
FIGURA 10. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO ORGÂNICA NO BRASIL ENTRE 2006 E 2017	61
FIGURA 11. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR USO DE AGROTÓXICOS NO BRASIL EM 2006 E 2017	63
FIGURA 12. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR USO E NÃO USO DE AGROTÓXICOS EM 2006	64
FIGURA 13. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR USO E NÃO USO DE AGROTÓXICOS EM 2017	64
FIGURA 14. USO DE AGROTÓXICOS POR ESTABELECIMENTOS DE 1 A MENOS DE 2 HECTARES EM 2006	65
FIGURA 15. USO DE AGROTÓXICOS POR ESTABELECIMENTOS DE 500 E MAIS HECTARES EM 2006.....	65
FIGURA 16. USO DE AGROTÓXICOS POR GRUPOS DE ÁREAS NO BRASIL EM 2006	66
FIGURA 17. USO DE AGRICULTURA ORGÂNICA POR GRUPO DE ÁREA NO BRASIL EM 2006	66
FIGURA 18. PORCENTAGEM DE ESTABELECIMENTOS DE AGRICULTURA ORGÂNICA POR GRUPO DE ÁREA NO BRASIL.....	67
FIGURA 19. NÚMERO DE ESTABELECIMENTO DA AGRICULTURA ORGÂNICA POR CERTIFICAÇÃO EM 2006.....	68
FIGURA 20. ÍNDICE DE CERTIFICAÇÃO POR REGIÕES DO BRASIL EM 2006.....	69
FIGURA 21. ESTABELECIMENTOS QUE NÃO UTILIZARAM AGROTÓXICOS NO BRASIL EM 2006 E 2017	70
FIGURA 22. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS POR REGIÕES DO BRASIL EM 2006 E 2017	70
FIGURA 23. ESTABELECIMENTOS TOTAL, AGRICULTURA ORGÂNICA, E NÃO USO DE AGROTÓXICOS: RMSP, 2017	72
FIGURA 24. MAPA DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO.....	73
FIGURA 25. HORTA UNIDADE CAMPONESA N.º 3. FOTO TIRADA PELA AUTORA	80
FIGURA 26. ESTRUTURA DE SUPORTE DAS DUAS CAIXAS D'ÁGUA DO LOTE. FOTO TIRADA PELA AUTORA	97
FIGURA 27. VARIEDADES DE BATATAS, UNIDADE CAMPONESA N.º 14. FOTO TIRADA PELA AUTORA	102
FIGURA 28. VISITA DE AVERIGUAÇÃO NA UNIDADE CAMPONESA N.º 14 COM A PRESENÇA DO APOIADOR N.º 1. FOTO TIRADA PELA AUTORA.....	104
FIGURA 29. INTEGRANTE DA OCS E PARTICIPANTE DO GCR CONVERSAM NA VISITA DE AVERIGUAÇÃO. FOTO TIRADA PELA AUTORA	105
FIGURA 30. HORTA EM MANDALA DA UNIDADE CAMPONESA N.º 17. FOTO TIRADA PELA AUTORA.....	109
FIGURA 31. BANCA DO SENHOR KASUO KUSOMOTO NA FEIRA DA ÁGUA BRANCA. SRA. KUSUMOTO NO LIVRO DA AAO. FOTO TIRADA PELA AUTORA.....	125
FIGURA 32. BANCA DO CASAL PETENTE NA FEIRA NOTURNA DO POLVILHO EM CAJAMAR. FOTO TIRADA PELA AUTORA...126	126
FIGURA 33. CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DOS DIREITOS HUMANOS FREI TITO: ENTREGA DOS PRODUTOS DA OCS. FOTO TIRADA PELA AUTORA.....	126
FIGURA 34. RAFAEL TENÓRIO E UMA DAS CO-AGRICULTORAS DA CSA DISCUTEM A COLHEITA. FOTO TIRADA PELA AUTORA	128
FIGURA 35. RELAÇÃO DOS BAIRROS ONDE RESIDEM OS CONSUMIDORES DA FEIRA DA ÁGUA BRANCA	131

FIGURA 36. RELAÇÃO DOS BAIRROS ONDE RESIDEM OS CONSUMIDORES DA FEIRA NOTURNA DO POLVILHO	132
FIGURA 37. RELAÇÃO DOS BAIRROS ONDE RESIDEM OS PARTICIPANTES DO GCR.....	133
FIGURA 38. RELAÇÃO DOS BAIRROS ONDE RESIDEM OS PARTICIPANTES DA CSA.....	134

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. CARACTERIZAÇÃO UNIDADE CAMPONESA N.º 1	79
TABELA 2. PERCEPÇÕES UNIDADE CAMPONESA N.º 1	79
TABELA 3. CARACTERIZAÇÃO UNIDADE CAMPONESA N.º 2	81
TABELA 4. PERCEPÇÕES UNIDADE CAMPONESA N.º 2	81
TABELA 5. CARACTERIZAÇÃO UNIDADE CAMPONESA N.º 3	82
TABELA 6. PERCEPÇÕES UNIDADE CAMPONESA N.º 3	82
TABELA 7. CARACTERIZAÇÃO UNIDADE CAMPONESA N.º 4	84
TABELA 8. PERCEPÇÕES UNIDADE CAMPONESA N.º 4	84
TABELA 9. CARACTERIZAÇÃO UNIDADE CAMPONESA N.º 5	85
TABELA 10. PERCEPÇÕES UNIDADE CAMPONESA N.º 5	86
TABELA 11. CARACTERIZAÇÃO UNIDADE CAMPONESA N.º 6	89
TABELA 12. PERCEPÇÕES UNIDADE CAMPONESA N.º 6	89
TABELA 13. CARACTERIZAÇÃO UNIDADE CAMPONESA N.º 7	91
TABELA 14. PERCEPÇÃO UNIDADE CAMPONESA N.º 7	91
TABELA 15. CARACTERIZAÇÃO UNIDADE CAMPONESA N.º 8	92
TABELA 16. PERCEPÇÃO UNIDADE CAMPONESA N.º 8	92
TABELA 17. CARACTERIZAÇÃO UNIDADE CAMPONESA N.º 9	93
TABELA 18. PERCEPÇÃO UNIDADE CAMPONESA N.º 9	93
TABELA 19. CARACTERIZAÇÃO UNIDADE CAMPONESA N.º 10	94
TABELA 20. PERCEPÇÕES UNIDADE CAMPONESA N.º 10	94
TABELA 21. CARACTERIZAÇÃO UNIDADE CAMPONESA N.º 11	98
TABELA 22. PERCEPÇÕES UNIDADE CAMPONESA N.º 11	99
TABELA 23. CARACTERIZAÇÃO UNIDADE CAMPONESA N.º 12	100
TABELA 24. PERCEPÇÕES UNIDADE CAMPONESA N.º 12	100
TABELA 25. CARACTERIZAÇÃO UNIDADE CAMPONESA N.º 13	101
TABELA 26. PERCEPÇÕES UNIDADE CAMPONESA N.º 13	101
TABELA 27. CARACTERIZAÇÃO UNIDADE CAMPONESA N.º 14	102
TABELA 28. PERCEPÇÕES UNIDADE CAMPONESA N.º 14	103
TABELA 29. CARACTERIZAÇÃO UNIDADE CAMPONESA N.º 15	107
TABELA 30. PERCEPÇÕES UNIDADE CAMPONESA N.º 15	107
TABELA 31. CARACTERIZAÇÃO UNIDADE CAMPONESA N.º 16	108
TABELA 32. PERCEPÇÕES UNIDADE CAMPONESA N.º 16	108
TABELA 33. CARACTERIZAÇÃO UNIDADE CAMPONESA N.º 17	110
TABELA 34. PERCEPÇÕES UNIDADE CAMPONESA N.º 17	110
TABELA 35. CARACTERIZAÇÃO UNIDADE CAMPONESA N.º 18	112
TABELA 36. PERCEPÇÕES UNIDADE CAMPONESA N.º 18	112
TABELA 37. CARACTERIZAÇÃO UNIDADE CAMPONESA N.º 19	114
TABELA 38. PERCEPÇÕES UNIDADE CAMPONESA N.º 19	114

TABELA 39. COMERCIALIZAÇÃO OCS AGRICULTORES DA ZONA LESTE	118
TABELA 40. COMERCIALIZAÇÃO OCS FRUTOS DA COMUNA DA TERRA	119
TABELA 41. COMERCIALIZAÇÃO OCS PRODUÇÃO SAUDÁVEL.....	120
TABELA 42. COMERCIALIZAÇÃO OCS PRODUTORES ORGÂNICOS DE MOGI DAS CRUZES E REGIÃO	121
TABELA 43. COMERCIALIZAÇÃO OCS ORGÂNICOS DA MATA ATLÂNTICA.....	122
TABELA 44. RAZÕES DAS ESCOLHAS PELOS CIRCUITOS CURTOS DE PROXIMIDADE EM ANÁLISE.....	135
TABELA 45. ACESSO A OUTROS CIRCUITOS CURTOS DE PROXIMIDADE	136
TABELA 46. PREFERÊNCIA ESPECÍFICA PELO PRODUTOR DA BANCA, DA CSA OU DO GCR	137
TABELA 47. RAZÕES DA PREFERÊNCIA ESPECÍFICA PELO PRODUTOR DA BANCA, DA CSA OU DO GCR.....	137
TABELA 48. PALAVRAS CHAVE DA RELAÇÃO ESTABELECIDADA ENTRE CONSUMIDOR E CAMPONÊS NOS CCP EM ANÁLISE	138
TABELA 49. RECEITAS E PRODUTOS NOVOS CITADOS PELOS CONSUMIDORES NO CCP.....	139
TABELA 50. PREFERÊNCIA POR ALIMENTOS ORGÂNICOS	140
TABELA 51. RAZÕES DA PREFERÊNCIA POR PRODUTOS ORGÂNICOS	141
TABELA 52. COMPRA DE ALIMENTOS ORGÂNICOS EM OUTROS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO	141
TABELA 53. CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DE ORGÂNICOS ACESSADOS PELOS CONSUMIDORES DOS QUATRO CCP	142
TABELA 54. CONFIANÇA NA QUALIDADE DO PRODUTO COM SELO DE ORGÂNICOS	143
TABELA 55. PERCEPÇÃO DA DIFERENÇA ENTRE UM PRODUTO ORGÂNICO E NÃO ORGÂNICO.....	143

LISTA DE ABREVIATURAS

OCS	Organizações de Controle Social
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CNPO	Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos
SPG	Sistema Participativo de Garantia
SisOrg	Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
CCP	Circuitos curtos de proximidade
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CSA	Comunidade que Sustenta a Agricultura
CERT	Certificadoras
FAO	Food and Agriculture Organization
ISO	International Standard Organization
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
IN	Instrução Normativa
APROATE	Associação dos Produtores Orgânicos do Alto Tietê
FEMA	Fundo Especial do Meio Ambiente
AAZL	Associação dos Agricultores da Zona Leste
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
CAT	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
EJA	Educação de Jovens e Adultos
PANC	Plantas Alimentícias Não Convencionais
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
CEEP	Centro de Educação Estudos e Pesquisa
CEASA	Centrais de Abastecimento Estatais
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
PPAIS	Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
Conab	Companhia Nacional de Abastecimento
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC	Serviço Social do Comércio
AAO	Associação da Agricultura Orgânica
GCR	Grupo de Consumo responsável
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
GPA	Companhia Brasileira de Distribuição

1. INTRODUÇÃO

Como não poderia ser diferente, tudo começa em Arealva. Mas desta vez, não começa no sítio do meu avô Geraldo, começa na farmácia do meu avô Edson. Mais estranho que inaugurar este texto em um município distante da Região Metropolitana de São Paulo, é trazer a imagem do meu avô farmacêutico para tratar de agricultura orgânica. Porém, se me deixar explicar, tudo ficará mais claro, até porque em algum momento terei que evocar os espíritos do passado, época em que o próprio Brasil não era mais que um continente distante, apto a aventureiros lusitanos. Pois bem, assim se dá a pesquisa, assim que nascem as interpretações, na multiplicidade de referências que nos surgem à mente, que empilham nossas prateleiras e enriquecem nosso olhar: transmiti-las é o maior desafio. Peço, então, licença, para falar de meu avô. Ou melhor, para falar da relação que meu avô tem com seu trabalho.

Repare: é uma farmácia inaugurada há mais de 65 anos. Não havia móveis brancos, nem fotos de pessoas sorridentes espalhadas por gôndolas de produtos de beleza. Ao contrário, os móveis eram da cor da madeira: marrom. Iam do chão ao teto da farmácia, com seu pé-direito alto, típico das casas do interior de São Paulo. Afinal, o calor não perdoa. Esses móveis não eram prateleiras, onde qualquer pessoa pode alcançar um produto de seu interesse; não, eram armários com portas de vidro de correr. Exatamente no meio, entre o chão e o teto, a farmácia inteira era percorrida por um suporte de metal para apoiar a escada que permitia acessar os remédios do andar mais alto. Nessa escada só subia meu avô. Posso até vê-lo, agora, procurando encaixar a escada no suporte, com seus movimentos precisos e vagarosos. Não havia pressa, havia tempo. Do lado de cá do balcão, estavam os remédios, do lado de lá, alguns itens de higiene pessoal e o mais importante, um banco para três ou quatro pessoas. Normalmente três, porque durante a manhã estava sempre ocupado por minha avó que escolhia os feijões em um pano de prato apoiado nas pernas ou fazia seu crochê de cada dia. O banco dava de frente para uma pequena televisão instalada no alto, que finalmente não era assistida por ninguém, mas dava à farmácia um tom de sala de estar. A porta ficava sempre aberta, a não ser de madrugada – não porque o expediente chegava ao fim, ao contrário, meu avô atendia às pessoas (não aos clientes) durante as 24 horas que completavam o dia. Era difícil saber dizer onde começava a rua e onde terminava a farmácia, onde começava o trabalho e onde terminava o compromisso com a população enferma.

Ao lado desse espaço que estou chamando de farmácia, havia uma salinha de vacinas e logo adiante, o que poderia ser um laboratório. O laboratório era, para mim, uma viagem no tempo: a um passado remoto e a um futuro próximo. Passado, porque todos os instrumentos eram antigos, nenhum pedia uma tomada para funcionar; futuro, porque estes mesmos instrumentos revelavam o que haveria de chegar para mim, a escolha de uma profissão, um lugar para trabalhar, destino irrevogável de todo adulto. O laboratório não era mais usado com a frequência de outrora, afinal, a indústria química galopava em seu objetivo primordial: fazer dos farmacêuticos, comerciantes de seus produtos ou trabalhadores da indústria. Mas estava lá. A mobília seguia o mesmo princípio da farmácia, porém as portas de correr eram todas munidas de trancas de segurança. O armário era repleto de pequenos vidros cor âmbar, todos etiquetados com os infinitos nomes da alquimia. Essa mistura de líquidos dava à farmácia um cheiro muito específico. Curiosamente, na primeira vez em que experimentei cupuaçu, cheguei quase perto da exatidão deste cheiro. Não se sabe, porém, se é a farmácia que tem cheiro de cupuaçu ou se cupuaçu que tem gosto de farmácia, a do avô, é claro. Entre a parede coberta pelo armário marrom viam-se, frente a frente, em cada extremidade da sala, uma escrivaninha munida de uma antiga calculadora e uma máquina de escrever e, do outro lado, uma bancada com vários instrumentos da farmacologia. Um deles fazia a festa dos netos: uma antiga balança

com pesos de metal. Nessa balança, imagino eu, meu avô confeccionava seus remédios, criando cálculos baseados em pesos.

Antes de adentrar à porta que ficava em frente à salinha de vacinas, terei que levá-los de novo à farmácia. Mas não vamos esquecer dessa porta, ela é fundamental para esta pesquisa, principalmente porque não existe mais. No balcão da farmácia, onde meu avô desempenhava os desígnios de seu ofício, isto é, servir a quem ali chegasse, havia um objeto estranho. Estranho a nosso assunto e mais ainda à uma farmácia. Trata-se de uma piranha empalhada, com a boca aberta e todos os seus dentes à mostra. Como todo animal empalhado, seu corpo não continha mais os antigos órgãos, porém aquela boca aberta dava a sensação de que seria possível examiná-la por dentro. Acredito que todo cidadão arealvense dotado de um mínimo de ousadia tentara pôr o dedo indicador na garganta daquela piranha, com todo o cuidado para não se arranhar nos diminutos dentes afiadíssimos. Para uma criança o empenho era ainda mais arriscado, afinal, a imaginação não impedia que aquela boca fechasse a qualquer instante.

Essa piranha compunha a decoração característica da farmácia e nas reformas que ali aconteceram no passar dos anos, tornara-se inadequada. Quando ela sumiu, não perguntei porque haviam-na removido dali, afinal, tudo estava ganhando um novo contorno e um novo sentido, que para mim era familiar. Apenas indaguei-me porque meu avô a tivera por tantos anos naquele balcão. Meu pai nunca soube responder o sentido ou a utilidade da piranha, mas era possível notar que nela continha afeto de meu avô. Estava lá, enfim, porque ele gostava dela. Ora, a piranha não era inadequada para uma sala de estar, um espaço de convivência. Aliás, era quase um símbolo da cidade. São muitos os contos e histórias envolvendo o perigo das piranhas do rio Tietê, o qual meu pai e todos os seus conterrâneos aventuraram-se na infância. Curiosamente, apenas notei o tamanho da estranheza de se ter uma piranha empalhada com a boca aberta e os dentes afiados, sobre balcão de uma farmácia, quando ela sumiu. Mas não sumira apenas ela: a cor original dos móveis, o laboratório, a pequena televisão, o banco e aquela porta também perderam lugar na nova farmácia. Perdera, também, o antigo letreiro da fachada que dizia “Farmácia Edson: há mais de 60 anos servindo bem”. A cada cinco anos ela era palco de um ritual de troca de números, em que meu avô, vagorosamente – como lhe é de costume – subia uma escada e trocava ou o zero ou o cinco ou a nova dezena. Não só o ritual era antigo demais para a nova farmácia, bem como a palavra servir. Já era hora de modernizar aquele espaço de trabalho.

Bem, voltemos à porta. Nela, não há nada de *sui generis*. Sempre fora branca, pelo menos para meus anos de vida. O que ela tem de especial é o acesso à sala de estar, digamos, a verdadeira sala de estar da casa de meus avós. A realidade é que aquela sala de estar raramente era usada: este “estar” acontecia na farmácia, ou a farmácia acontecia no “estar”. A farmácia era, portanto, extensão da casa ou, enfim, a casa extensão da farmácia. A ordem é indiferente, bem como o sentido dos dois espaços também era. Não que meus avós não tivessem descanso ou algum lugar privado da rua, mas o fato é que, exceto pela força da necessidade, tudo acontecia na farmácia. E tudo que não acontecia na farmácia, dizia respeito à farmácia. Veja, não era a farmácia, mas o trabalho de meu avô. Ele simplesmente abrira as portas da casa dele para receber quem quer que fosse, não havendo necessidade de se estar adoentado. Os amigos de meu avô sentavam-se naquele banco, ora sozinhos, ora acompanhados de minha avó, como acomodavam-se na praça para prostrar, isto é alternar algumas palavras com o silêncio. Também é importante ressaltar, caro leitor, que o escolher dos feijões e o entrelaçar das linhas nas mãos de minha avó também compreendiam a noção de trabalho. Não havia distinção entre trabalho e vida, entre casa e trabalho. Até que reformaram a farmácia e meu avô começou a dar espaço para o que havia de vir. Não porque quisera, mas porque a força com que chegara era impossível de se conter. Aliás, não era a única farmácia que perdia bancos e portas de acesso à sala de estar na cidade.

Aqui, nesta altura, podemos deixar claro um dos aspectos centrais da pesquisa: a modernidade. Seria impossível tratar de relações de mercado sem esbarrar no assunto. Eu poderia mergulhar nos dados levantados e apresentar uma distinta discussão sobre eles. Mas de quê exatamente eu estaria falando? Foi a necessidade de procurar entender, ou ao menos interpretar o movimento que tornava cada entrevista uma sucessão de reencontros, que me levou a mergulhar, mesmo que não tão profundamente quanto se faz necessário, na modernidade. Uma só entrevista poderia ser síntese da ideia central que tanto Marx quanto Weber assinalam, sob distintas perspectivas, exatamente como a farmácia de meu avô é a história de tantas outras. Cada uma a seu tempo, porque os movimentos aqui discutidos, mesmo que direcionados a um sentido, revelam-se contraditórios e o Brasil nada mais é que um retrato do poder de diferenciação do capitalismo moderno. Se meu avô tivesse construído sua pequena farmácia em algum vilarejo da Inglaterra, este texto teria sido escrito há pelo menos cem anos atrás. Se não fosse do Estado de São Paulo, poderia ter ainda outros cem anos para acontecer.

O que mudou na farmácia de meu avô foi a relação ali travada com o trabalho. Não foi ela sozinha que varreu o passado e sua convivência dali: ao olhar atentamente, é possível prever que não haveriam, hoje, senhores sentados no banco da farmácia juntos de minha avó, assim como estão vazios os bancos da praça. Meu avô não estava sozinho diante da modernidade, nem poderia ele contê-la com seus braços. Porém, é justamente desta relação específica de trabalho que é possível florescer a noção de profissão, que mais adiante ganhará destaque em nossa discussão. O meu avô era basicamente um artesão, um confeccionador de poções capazes de curar dores e enfermidades. Seu trabalho ia desde a esterilização minuciosa das antigas seringas de vidro até a percepção apurada dos sintomas descritos nas queixas de quem chegasse ali à procura de tratamento. Aliás, um dos empreendimentos mais difíceis de se conseguir com meu avô é um remédio sem uma queixa à altura, isto é, sem a necessidade de que seja utilizado. Muito diferente é o que acontece nas farmácias de hoje em dia, em que qualquer pequena sensação de se habitar um corpo vivo e, portanto, mortal, nos leva à procura de alívios instantâneos. E nenhuma rede de drogarias poderia queixar-se com nossa atual fragilidade diante de ser humano.

Voltemos à questão inicial, que talvez, agora, possa conter uma resposta mais apurada: o que haveria de comum entre a experiência “estritamente urbana” de meu avô e os produtores familiares da região metropolitana de São Paulo? O espírito de uma época, que se manifesta, dentre outros aspectos da relação humana, no trabalho. Se Marx esmiuçou a estrutura do sistema capitalista, Weber a coroou com a noção de modernidade, sem se distanciar do que há de concreto em suas manifestações. O espírito do capitalismo, como intitula uma de suas mais importantes obras, surge de uma sutil, porém arrebatadora ruptura na estrutura central do catolicismo, sem que houvesse a intenção de assim suceder. O que nascera, analisa o autor, de um esforço de universalização do acesso ao Deus em questão, tornou-se um traço cultural do homem moderno que haveria de vir. Weber, que dialogava com uma tradição marxista a qual situa a religião na zona de superestrutura, a desloca para o centro do debate da gênese do capitalismo moderno. Encerra sua reflexão convidando quem quer que alimente interesse pelo assunto, a uma visão não unilateral da história, na qual seja possível alinhar o método materialista sem que seja necessário revogar a perspectiva espiritualista² (Weber, 2016, p.167). Se o saber é um convite à ousadia, o que se pretende nas próximas linhas é lançar-se ao desafio proposto.

² “Porquanto, embora o homem moderno, mesmo com a melhor das boas vontades, geralmente não seja capaz de imaginar o *efetivo* alcance da significação que os conteúdos de consciência religiosos tiveram para a conduta de vida, a cultura e o caráter de um povo, não cabe contudo, evidentemente, a intenção de substituir uma interpretação causal unilateralmente “materialista” da cultura e da história por uma outra espiritualista, também unilateral. *Ambas são igualmente possíveis*, mas uma e outra, se tiverem a intenção de ser não a *etapa preliminar*, mas conclusão da pesquisa, igualmente pouco servem à verdade histórica”.

Porém, como todo impulso audaz traz consigo riscos inerentes, convém apresentar os limites da análise. Como demonstrado na imagem de meu avô e sua farmácia, a centralidade da discussão proposta está na dissociação entre casa e trabalho, contida no conceito de profissão desenhado por Weber. Apenas uma razão nos traz até aqui. Ela diz respeito a um traço característico dos produtores em questão – cuja discussão ganhará um capítulo desta dissertação – mas que se pode adiantar: nos âmbitos do lar, com sua força de trabalho e de sua família, *o camponês* produz, em primeiro lugar, valor de uso, reproduz seu modo de vida na terra. É necessário assinalar, antes de qualquer mal-entendido, que deste fato não decorre a impossibilidade de especializar-se em uma atividade.

Portanto, o esforço de colocar Marx e Weber em um diálogo – no qual a autora se apresenta enquanto interlocutora – surge da noção de trabalho alienado, o trabalho moderno. Em Marx, ela é síntese da metamorfose de valor de uso em valor de troca, evidenciada na mercadoria em circulação. Em Weber aparece como sublimação do conceito de vocação, a partir da ruptura com a tradição católica de distinção dos imperativos morais “*praecepta*” e “*concilia*”, cujo maior efeito se vê na fundação da ascese³ intramundana: a profissão moderna. Finalmente, é necessário advertir ao leitor que tal esforço compõe igualmente a trajetória da pesquisa enquanto processo de formação. Neste sentido, a autora encontrou-se profundamente instigada a tatear a gênese teórica do que configura o “debate entre campesinato e agricultura familiar”. As linhas a seguir compõe o que se pôde colher, assimilar e transmitir.

O encontro com estes dois autores, intérpretes de uma época, trouxe a possibilidade de compreender, em alguma medida, os movimentos históricos que assolam, por um lado, e mantêm viva, por outro, a experiência camponesa. Admite-se, aqui, estar diante de uma contradição inerente ao próprio capitalismo, com contornos bastante específicos no Brasil, onde a revolução burguesa e democrática chegou apenas nos livros de história. A expropriação dos camponeses será sempre contínua e, por vezes, perante conflitos, bem como o seu inverso, o que é chamado de recampanização⁴. Ambos estão compreendidos no desenvolvimento do capitalismo moderno (Oliveira, 1987, p. 28): enquanto houver terra para viver, camponeses batalharão por ela. Partimos da simples ideia de que tais sujeitos estão em busca de uma outra forma de viver e trabalhar.

O camponês, elemento central de nossa pesquisa, não corresponde, portanto, a um sujeito natural de uma época ou de paisagens “bucólicas” apenas. O assentamento ou a permanência das famílias camponesas na terra corresponde a um outro modo de viver e trabalhar, em que lar e trabalho não estão desassociados um do outro, como estão na prerrogativa da profissão moderna. No entanto, sua existência atravessa a modernidade, inclusive nos territórios mais dominados pelo capital, como é o caso da Região Metropolitana de São Paulo. Veremos que muitos são os camponeses que vivem na maior cidade da América Latina.

Assim, podemos situar a discussão sobre as relações de proximidade entre produtores e consumidores em uma perspectiva crítica, isto é, dentro do próprio capitalismo. É importante assinalar que não nos debruçaremos nas discussões teóricas sobre campo e cidade e as formas de economia solidária que visam contornar as contradições inerentes ao sistema capitalista. Procuramos, por meio dos elementos fornecidos por estes dois autores, discutir a natureza do trabalho no seio da família ou unidade camponesa e os constrangimentos que surgem na troca entre camponês e consumidor dentro das raías mercado.

Cabem aqui algumas justificativas. A primeira delas diz respeito ao encontro mais aprofundado com tais autores: ele fora tardio, dado à formação da autora, e irá prolongar-se para além deste texto. Deste fato resultam as

³ Práxis religiosa.

⁴ La classe incómoda. Teodor Shanin, 1983.

lacunas na análise, enquanto perspectiva totalizante das relações sociais e econômicas no capitalismo e na modernidade, as quais o leitor poderá se deparar. No entanto, tampouco tratou-se de conceber um método, ou forma similar, que resultasse em uma análise totalizante. Por outro lado, encontro tardio com tais autores permitiu o espaço aberto para um olhar autêntico ao que se procurou pesquisar: ao invés de partir de uma ou outra teoria, pude, pelo contrário, procurar no mundo das ideias aquelas que mais se assemelhavam ao que, há anos, deparava-me em campo. Lanço-me neste debate antigo, profundo e já debulhado por diversos autores, com o pouco que pude colher nestes quase três anos de pesquisa de mestrado.

Apresentamos agora aqueles fundamentos que definem a metodologia de pesquisa. O objetivo, desde a primeira concepção do projeto, foi o de caracterizar as Organizações de Controle Social (OCS) na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). As OCS correspondem a um dos três tipos de avaliação da conformidade orgânica, previstos na Lei n.º 10.831/2003, que dispõe sobre a produção e comercialização de produtos orgânicos no Brasil. Neste marco legal, que define a política de orgânicos brasileira, são previstos dois tipos de certificação, além das Organizações de Controle Social. Nas OCS a qualidade e a garantia orgânica são construídas por meio da relação de confiança entre produtor e consumidor na venda direta, sem que seja necessário recorrer aos processos de auditoria. No entanto, por este fato, não recebem o selo de produto orgânico.

A Lei n.º 10.831/2003 estabelece as diretrizes, as ações e os sistemas que constituem a política pública de produção orgânica no Brasil. A política determina que um sistema orgânico de produção deve adotar técnicas específicas que otimizam o uso de recursos naturais e socioeconômicos, bem como respeitam a integridade das comunidades rurais, tendo como objetivo “a sustentabilidade em suas múltiplas dimensões” (BRASIL, 2003). Interessa-nos assinalar que a prerrogativa de orgânico estipulada pela política abrange “qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização” (BRASIL, 2003) e é, portanto, bastante ampla, implicando todas as intermediações entre produtor e consumidor. Tal prerrogativa compõe uma dimensão objetiva, prevista nas diversas Instruções Normativas que disciplinam as atividades pertinentes à agricultura orgânica e, outra subjetiva, visto que aborda as noções de benefícios sociais, além de integridade e métodos culturais.

Tendo em vista o texto da Lei n.º 10.831/2003, podemos, didaticamente, dividir a finalidade de um sistema orgânico em três pilares: um referente à qualidade do produto, outro à qualidade dos ecossistemas e outro relativo aos processos humanos envolvidos no sistema agrícola. Nosso trabalho procura explorar o pilar “humano” da política de orgânicos, isto é, os dois objetivos a seguir: “basear-se em recursos renováveis e em sistemas agrícolas organizados localmente” e; “incentivar a integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos orgânicos e a regionalização da produção e comércio desses produtos” (BRASIL, 2003). Será a partir dele que discutiremos, também, a qualidade do produto gerado na agricultura orgânica de base camponesa.

A regulamentação da política de orgânicos ocorreu apenas em 2007⁵, gerando inconsistências nos dados de produção orgânica no Brasil. Os critérios de qualificação de agricultura e produção orgânica dos órgãos responsáveis pelas coletas de dados censitários são divergentes. O Censo Agropecuário de 2006 contabilizou 90.498 estabelecimentos orgânicos no Brasil, sendo apenas 5.106 (5,7%) certificados por entidade fiscalizadora. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) são auto declarativos, ou seja, cabe ao produtor ou empresário informar se faz agricultura orgânica ou não e se sua produção é certificada. Além disto, não são computados enquanto estabelecimentos de agricultura orgânica aqueles que não utilizam agrotóxicos, mas que desconhecem a

⁵ Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007.

prática ou, ainda, não demonstram interesse pelas normas técnicas exigidas na certificação ou avaliação da conformidade (MAPA, 2008). Em contrapartida, o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) contabiliza a agricultura orgânica a partir dos dados do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO). No CNPO estão contidos apenas os produtores certificados e de OCS, mas também as empresas de processamento e de distribuição de produtos orgânicos.

A política de produção orgânica no Brasil estabelece três tipos de regulamentação: a certificação por auditoria, a certificação participativa e as Organizações de Controle Social. De maneira breve, a certificação por auditoria é um processo que recorre à prestação de serviços para avaliar e garantir a conformidade da produção orgânica. Uma vez validada por um organismo de avaliação da conformidade orgânica (OAC) credenciado pelo MAPA, é permitido ao produtor o uso do selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SisOrg. A certificação participativa é executada pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG). O SPG reúne produtores e outras pessoas interessadas para formar sua estrutura, cuja composição se dá por meio dos Membros do Sistema⁶ e do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade (OPAC). Neste sistema, todos se avaliam e se visitam para garantir a qualidade orgânica. As OPAC têm acesso ao selo do SisOrg.

A Organização de Controle Social (OCS) visa à regulamentação da produção orgânica por meio da relação de confiança estabelecida entre consumidores e produtores. A legislação não estabelece um formulário padronizado para a descrição dos procedimentos agrícolas, assim que os meios de controle social sobre a produção e comercialização poderão variar entre os diferentes grupos e princípios agroecológicos utilizados (MAPA, 2016b). Os membros da OCS devem permitir que os consumidores visitem sua propriedade, para que possam verificar o que é produzido e as técnicas implicadas. Além disso, as visitas de funcionários de órgãos fiscalizadores nas áreas de produção devem ser regulares. A política pública estabelece que o controle social não representa um processo de certificação e, portanto, as OCS não têm acesso ao selo de orgânicos do SisOrg. Por outro lado, as tais organizações possuem a permissão do MAPA para venda direta dos alimentos enquanto orgânicos a consumidores e ao mercado institucional, isto é, às políticas de abastecimento. Dentre outros, um dos grandes benefícios da OCS corresponde ao acréscimo em 30% no preço dos produtos fornecidos aos programas públicos de abastecimento.

O esforço de caracterizar as OCS revela-nos elementos interessantes acerca da organização dos camponeses e da construção da garantia orgânica por meio das relações de proximidade. Por se constituir por meio da confiança, trata-se de um mecanismo “inovador” no contexto dos selos de qualidade. Veremos, também, que esta confiança pode estar associada aos canais de comercialização direta, como as feiras de produtores orgânicos, e não necessariamente na figura de um produtor específico.

Desta forma, os circuitos curtos de proximidade (CCP) demonstraram ser um referencial de análise interessante para nosso estudo, pois procuram discutir aspectos da gênese e do funcionamento das vias de acesso direto entre consumidor e produtor. Em nosso estudo, tal referencial se apresenta enquanto ferramenta ideal, justamente porque o funcionamento das OCS, como vimos, depende da existência destes canais de comercialização. Além do mais, coloca em evidência a circulação da mercadoria, o principal enlace destas relações. De tal modo, os limites e as potencialidades das políticas públicas podem ser revelados na prática.

Assim, ao longo dos meses que sucederam o ingresso no mestrado, o problema central da pesquisa foi formulado na seguinte questão: as OCS correspondem a um mecanismo de política pública que favorece a criação e a

⁶ Membros do Sistema são pessoas físicas ou jurídicas que fazem parte de um grupo classificado em duas categorias. A primeira compreende distribuidores, comercializadores e transportadores. A outra os armazenadores. Os colaboradores são os consumidores e suas organizações, os técnicos, as organizações públicas e privadas, (MAPA, 2016).

legitimação da proximidade entre produtor e consumidor no mercado de produtos agrícolas, tendo em vista os objetivos apresentados pela Lei n.º 10.831?

O projeto foi desenvolvido em duas etapas principais. A primeira referia-se ao estudo da regularização da produção orgânica junto ao MAPA e aos debates em torno do sistema agroalimentar na Região Metropolitana de São Paulo. A segunda etapa correspondia à realização de entrevistas semiestruturadas com os camponeses e consumidores envolvidos com iniciativas em OCS. Porém, ao longo da pesquisa outras questões surgiram derivadas das disciplinas cursadas nos dois primeiros semestres do mestrado. A principal delas refere-se às correntes teóricas de abordagem do campo no Brasil, cuja discussão já introduzimos e nos aprofundaremos no capítulo a seguir. À vista disso, gradativamente a etapa de leitura e aprofundamento teórico ganhou destaque no projeto e finalmente acompanhou todo o percurso do mestrado até o momento de sua finalização.

O estudo sobre a regularização da produção orgânica compreendeu os textos que a configuram enquanto política pública, além de uma entrevista com um dos participantes da formulação da Lei n.º 10.831/2003. A autora também esteve presente em duas reuniões da Comissão de Produção Orgânica do MAPA (CPOrg). Este espaço é o principal canal de diálogo entre os diversos setores implicados na agricultura orgânica em cada estado, bem como do Brasil. Nele, são discutidas todas as normas da produção e comercialização destes produtos. A etapa de coleta de dados empíricos compreendeu a realização de entrevistas semiestruturadas com 19 camponeses de cinco OCS na Região Metropolitana de São Paulo e a aplicação de questionários com consumidores em quatro circuitos curtos de proximidade vinculados às OCS estudadas. Estes canais compreendem uma feira livre, uma feira de produtores orgânicos, um grupo de consumo responsável e uma Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA). A sistematização de todos os dados, as análises e a escrita da dissertação definiram a etapa final do projeto de mestrado.

O leitor notará que a escrita da dissertação procurou narrar o encontro com cada camponês entrevistado. Tal escolha não apenas visou tornar a escrita e a leitura menos penosas, bem como procurou ressaltar aqueles elementos, por vezes subjetivos, que configuram o camponês enquanto um sujeito que se reproduz em seu modo de vida e trabalho. Desta forma, a caracterização das cinco OCS estudadas se apresentará enquanto resultado de uma breve apresentação de cada camponês ou família camponesa. Além disto, é mister o leitor ter em mente que as Organizações de Controle Social se fundamentam nas relações de confiança entre os próprios camponeses e entre estes últimos e os consumidores. Este aspecto estritamente relacional e, portanto, subjetivo, demandou certo aprofundamento no funcionamento das OCS e na forma como os sujeitos interagem tanto na produção e averiguação da conformidade orgânica quanto na relação de troca. Os nomes dos camponeses entrevistados também foram mantidos, com o objetivo de dar destaque à centralidade dos sujeitos implicados na pesquisa e, portanto, à forma como estão dispostos os dados.

Finalmente, a dissertação compreende três capítulos, além desta introdução e uma conclusão. O primeiro capítulo trata do diálogo ensaiado pela autora entre os escritos de Karl Marx, acerca da metamorfose da mercadoria e Max Weber, sobre a gênese do conceito de profissão. Neste capítulo a autora procurou definir a forma de abordagem dos sujeitos da pesquisa, os camponeses, e apresentar alguns elementos que serão utilizados para discutir a troca nos circuitos curtos de proximidade analisados. No segundo capítulo, o leitor encontrará a caracterização das OCS estudadas. Antes de adentrar aos pormenores de cada uma delas, procuramos situar a produção destes camponeses nos dados de agricultura orgânica disponibilizados pelos dois últimos Censos Agropecuários e pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. O quarto capítulo trata da relação de troca entre camponês e consumidor nos mercados locais ou circuitos curtos de proximidade. Finalmente, no último capítulo da dissertação o

leitor encontrará nossas conclusões acerca dos dois últimos capítulos apresentados e a resposta de nossa pergunta central, após termos debulhado os dados levantados.

2. CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONCEITO DE CAMPONÊS

“Via-se que todo o tufo tinha sido pisado por uma roda, e que se erguera mais tarde, ficando inclinado para um lado, mas sempre se mantendo em pé – como se lhe tivessem arrancado um pedaço do corpo, revolvendo-lhe as entranhas, e lhe decepassem um braço e lhe furassem os olhos, mas ele sempre se mantivesse firme, sem se entregar ao homem, que destruíra todos os seus irmãos ao redor. Que energia! – pensei. O homem venceu tudo, destruiu milhões de ervas, mas esta não se rende”.⁷

Há anos uma dúvida persiste em minhas pesquisas: quem são estas pessoas que vivem no campo, do campo e para o campo? Neste capítulo procurarei apresentar os pressupostos de uma possível resposta. Porém, não posso assim fazer sem antes evidenciar a importância de tal diálogo para um estudo sobre Organizações de Controle Social. Pois bem, o camponês não apenas é o sujeito central da pesquisa, a partir do qual procuro abordar as discussões sobre a OCS e os circuitos curtos de proximidade, bem como, e isto veremos ao longo do texto, sintetiza em si a perspectiva de análise dos temas em questão. O exercício investido nos próximos parágrafos será o de oferecer elementos que nortearão toda a discussão de nossa pesquisa.

Tal formato de apresentação das ideias não representa simploriamente um estilo de locução: ele evita que mergulhemos em uma longa discussão acerca dos debates em torno do conceito de campesinato, sobretudo no campo do socialismo científico. Não que se trate de um tema descartável em nossos tempos, muito pelo contrário. No entanto, para esta pesquisa representaria um considerável desvio do objeto de análise, tendo em vista alguns elementos incontornáveis, como o tempo do mestrado e a característica de investigação, a qual demandou quase um ano de trabalho de campo. Tal formato igualmente evita que se trate apenas do apontamento de um método científico ou de uma abordagem teórica, visto que ambos se vêm ainda em discussão e é precisamente disto que se trata este capítulo. No curso do mestrado, o que se pode fazer foi procurar conhecer os debates acerca dos métodos científicos e algumas configurações de abordagem da agricultura. Uma investigação maior ficará a cargo dos anos que se seguirão. Desta forma, os limites da análise proposta se manifestarão ao longo do texto.

É igualmente importante ressaltar que a natureza do mecanismo de política pública em análise, isto é, das Organizações de Controle Social, evidencia ao menos uma das contradições do mercado de alimentos. O fato dos camponeses envolvidos em OCS serem proibidos de comercializarem seus produtos enquanto orgânicos por meio de atravessadores instigou, em especial, a minha curiosidade. Isto não representa somente uma característica do mecanismo, mas sobretudo um conflito no mercado de alimentos orgânicos e o *modus operandi* da agricultura capitalista. Trata-se de um dos diversos contornos da subordinação da renda camponesa ao capital (Oliveira, 1987, pg. 67), associado à mercantilização e comercialização das prerrogativas de qualidade e confiança. Sendo esta última, um elo subjetivo e indissociável das relações de proximidade.

De qualquer maneira, duas premissas neste estudo são essenciais: a primeira consiste no fato de que a destruição massiva dos ecossistemas, evidenciada em alterações climáticas, perdas de espécies animais e tudo aquilo que convencionou-se chamar de crise ambiental, é resultado do ininterrupto processo de industrialização, isto é, do capitalismo moderno. A segunda concerne à circunstância de que tal modo de produção não fora ainda superado. Se nos debruçamos diante de uma política pública cujo objetivo central refere-se à “sustentabilidade em suas múltiplas

⁷ Lev Tolstói, Khadji Murát. Editora 34.

dimensões” (BRASIL, 2003), cabe-nos procurar assumir os limites com cujos contornos nos depararemos irrevogavelmente. Ou então, questionarmos o que significa, afinal, o conceito de sustentabilidade para a política pública.

Assim, estamos eu, o meu avô, os camponeses considerados nesta pesquisa, os seus consumidores e os formuladores de políticas públicas diante do sistema capitalista de produção. Acha-se igualmente à sua frente, toda a natureza já tocada pelo homem, direta ou indiretamente. Vê-se, também, ainda que nebulosamente, as crises que serão geradas pelo próprio sistema e toda a violência indiscutível que será palco de seus avanços cada vez menos piedosos. Como bem coloca Rosa Luxemburgo,

A violência, a fraude, a opressão, a pilhagem, aparecem abertamente, sem disfarce e é difícil reconhecer as leis rigorosas do processo econômico na confusão dos atos violentos e das brutalidades políticas. A teoria liberal burguesa encara apenas um lado: o domínio da "concorrência pacífica", das maravilhas da técnica e da troca pura de mercadorias; ela separa o domínio econômico do capital do outro aspecto, o terreno da violência ruidosa do capital, como manifestação mais ou menos fortuita [...]. Na verdade, a violência política é somente o veículo do processo econômico [...] prepara assim, em meio a convulsões mais violentas, sua própria decadência (Luxemburgo 2018, pg. 121).

Cabe-nos indagar se a noção de sustentabilidade implicada na Lei n.º 10.831/2003, a qual dispõe sobre a agricultura orgânica, refere-se tão somente à técnica, à qualidade física de um tipo de mercadoria, isto é, se, finalmente, um produto ou uma forma de produzir, em sentido técnico, podem se revelar sustentáveis. Se sim, não haveria necessidade de colocar sujeitos nesta pesquisa. No entanto, poderíamos apenas nos lançar à avaliação da qualidade dos solos, da água e do próprio produto para averiguar os índices de sustentabilidade? Se sim, tratar-se-ia de um estudo sobre a técnica e seus efeitos, bem como nos colocaria diante da necessidade de encarar o sistema capitalista apenas como uma máquina regulável, em que o botão “sustentabilidade” não fora ainda acionado pelos mais diversos motivos. Nosso ponto de chegada seria, portanto, uma longa discussão sobre motivos, isenta de seus locutores.

O discurso da sensibilização ambiental, que remonta a uma série de motivos, indicadores e programas de desenvolvimento, parece ser o reflexo exato do aprofundamento da rachadura entre homem e natureza, entre sociedade e ambiente. Ele aparece diante dos olhos da autora como um dos múltiplos ajustamentos da ascensão intramundana abordada por Max Weber⁸. Em tempos propícios, tal discurso é capaz de ganhar algumas linhas nos programas burocráticos de governo e de agências transnacionais. Em tempos de crise, estas linhas começam a perder sentido. Se não houver um aprofundamento que toque o modo de produção e, portanto, aqui, o espírito ou o sentido do trabalho, a sensibilização ambiental continuará servindo ao capitalismo de novos produtos e novos comportamentos de consumidores.

Quando o texto da Lei n.º 10.831/2003 deixa de citar em seus objetivos o agricultor familiar, o camponês, o produtor, ou seja qual for o sujeito que preferir, ela não apenas enfatiza a invisibilidade histórica do sujeito do campo no Brasil, mas parece igualmente desconsiderar o modo de produção da sociedade industrial moderna enquanto fator central da noção de “sustentabilidade em suas múltiplas dimensões”. Não custa esclarecer que o conceito de modo de produção aqui empregado corresponde àquele abordado por Marx, em que as relações de trabalho (e com o trabalho) estão em jogo, muito diferente daquilo que se refere estritamente às técnicas de produção, mesmo que um possa derivar do outro.

Tomemos alguns instantes para tratar deste último aspecto. Toda técnica de produção é resultado da relação dos homens entre si e com seu meio. Adotemos como exemplo a coivara, praticada há séculos por povos

⁸ A profissionalização de um discurso, uma crítica.

indígenas e tradicionais no Brasil. Se surgiu a partir da observação da própria natureza, que em determinadas regiões gera espontaneamente fogo e, portanto, coloca em jogo toda uma noção de preservação das florestas, não cabe aqui discutir. Porém, ao contrário do que se pode imaginar, não será a escala o fator determinante se a prática da coivara é ou não ofensiva em determinado espaço de tempo, mas o sentido de seu emprego, como é o caso da queima da cana-de-açúcar. Esta última tem como princípio o mesmo elemento e a mesma técnica da coivara: empregar fogo a fim de estabelecer um novo ciclo de produção e colheita. Porém é essencialmente degradante porque deriva de um modo de produção que tem por objetivo o acúmulo de capital que será reinvestido no mesmo sentido e se assenta sobre relações de trabalho pautadas na exploração de outrem. Um outrem cuja única propriedade, em termos de meios de produção, é sua força de trabalho e, em muitos casos, nem isso.

Assim, seria absurdo empregar o termo coivara na produção de cana-de-açúcar, porque implica distintas relações entre os sujeitos, entre estes e seu meio e, consequentemente, um sentido próprio daquela produção. Considerar que determinadas técnicas empregadas em grande escala, tendo como pressuposto o latifúndio, são sustentáveis ou carregam o mesmo elemento de saúde dos ecossistemas⁹, nos leva inevitavelmente a discutir mais uma vez sobre dados estatísticos. E mais uma vez retira do debate o elemento central que é a ação do homem, o sujeito. Um proprietário capitalista de meios de produção os coloca em engrenagem apenas no sentido de acumular capital para reinvesti-lo e poder acumular ainda mais capital. O tal do moinho satânico, usando as palavras de Karl Polanyi (2000, p. 123), apenas para de rodar quando as possibilidades de reinvestimento e acúmulo se esgotam ou quando as relações de produção perdem o sentido capitalista. Do funcionamento deste moinho, resulta grande degradação socioambiental.

Iremos, para além da noção de sustentabilidade implicada na Lei n.º 10.831/2003, iremos ao encontro de outros sentidos de trabalho, enfim de outros sentidos de se reproduzir na terra, os quais demarcam o território de nossa pesquisa. Finalmente, estando o conceito em disputa ou não, é fato que a sustentabilidade se tornou mais uma das infinitas mercadorias “fetichizadas” e os selos de garantia aparecem como forma de sua reificação material.

Desta forma, retorno à questão inicial deste capítulo: com quem me deparo ao analisar os dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento sobre as Organizações de Controle Social e sobretudo quando vou a campo dar início a minha coleta de informações? Ao encontrar-me com assentados e ocupantes da reforma agrária no Estado de São Paulo parecia-me evidente a razão que os levava até ali: muitos saíam das zonas periféricas dos grandes centros urbanos, negligenciadas pelo poder público, na esperança de uma nova vida com mais dignidade. Aliás, enfrentar meses e até anos “debaixo de lona preta” – o que significa não apenas estar acampado, bem como adquirir a identidade de acampado – é para poucos. No entanto, não são poucos os homens e as mulheres que se lançam aos conflitos agrários no Brasil e por aí fora.

Por outro lado, se a dignidade do campo só é legítima para quem não encontra dignidade alguma na cidade, então deveria assumir, igualmente, que o projeto de reforma agrária aqui considerado apenas serve para absorver aqueles que estão à margem do sistema capitalista. Isto é: sem um emprego qualificado e consequentemente sem uma vida minimamente estruturada para que se porte enquanto trabalhador, ou mais explicitamente, enquanto consumidor. Em nossa época, tal fato acarreta uma série de desdobramentos que acompanham a pobreza, inclusive a própria noção de cidadania e civilidade.

⁹ Aqui, procuramos dar ênfase à produção orgânica de monocultura em larga escala.

De qualquer maneira, por mais que a noção de busca pela terra enquanto fuga da miséria urbana – miséria aqui multifacetada – também se verifique nos discursos de assentados e ocupantes, a procura do campo não é exclusiva àqueles que experimentam uma vida indigna aos olhos da economia capitalista e, portanto, apenas a estas situações de extrema marginalização. Ao contrário, o que se vê no discurso de assentados e camponeses enquanto elemento central é o desejo de um outro *modo de viver*, muito mais do que melhores condições de vida no sentido estritamente econômico.

A estes sujeitos do campo, residentes ou não, e cujo modo de vida rompe com os princípios capitalistas de exploração do trabalho alheio e de acúmulo de mais-valia, atribuo o nome camponês, tendo em vista a conceituação de Oliveira (1987). Porém, faço-o procurando inserir-me no debate, a partir das leituras fundamentais no Brasil: Karl Marx e Max Weber, tendo em vista os fundamentos da discussão entre campesinato e agricultura familiar. Dois caminhos viam-se diante da pesquisa: tomar como dada uma certa perspectiva do sujeito que atua de uma certa forma na agricultura, ou lançar-me à possibilidade de sublimar da observação vivida – tanto do encontro com os sujeitos que dão sentido a esta pesquisa quanto do encontro com as leituras – um corpo para estes mesmos sujeitos que aqui traduzo. Apenas a segunda via me coloca em diálogo franco com os locutores do debate em questão.

O esforço empreendido no presente capítulo visa dar lugar a este sujeito camponês no capitalismo, isto é, nas relações de mercado e de subordinação da renda do trabalho, bem como visa contrastá-lo, em sentido ético (*ethos*) ao trabalho moderno, o conceito de profissão. Em primeiro lugar, os desafios vivenciados pelos camponeses e identificados ao longo da pesquisa correspondem a entraves inerentes ao modo capitalista de produção, sobretudo no que se refere à comercialização. Além do mais, as OCS demonstraram ser, por um lado, resultado de tal fato e, por outro, um interessante recorte de análise para discutir os limites e as possibilidades de atuação de tal sujeito no mercado de alimentos orgânicos. No entanto, ao analisar mais profundamente a forma de organização e funcionamento das OCS, o sentido da modernidade – mais especificamente enquanto modo de agir não alienado¹⁰ na esfera do trabalho – também se mostrou central na discussão proposta. É neste âmbito que a noção de *ethos* do trabalho abordada por Weber é também fecunda para tratar do camponês. Ora, as OCS, por se fundamentarem na confiança na palavra do camponês, um elemento estranho aos princípios de racionalidade econômica e burocratização de práticas, são um exemplo real do que se pretende demonstrar.

Estes elementos recolhidos procuram sintetizar na figura do camponês – compreendendo os limites de um projeto de mestrado e das duas referências escolhidas para se tratar da modernidade hoje – as fronteiras que a profissionalização do discurso ambiental parece defrontar. As OCS, ainda que surjam no contexto da padronização e da “labelização”¹¹ de práticas, ambas análogas à industrialização, reconhecem outras formas de reconhecimento da qualidade e de relações de troca. Neste sentido, é preciso não perder de vista que a certificação corresponde a um mercado autônomo à produção de alimentos. Por fim, admitimos e fazemos uso daquilo que Roberto DaMatta (1981, p. 14) apresenta em sua Antropologia Social. O antropólogo adverte o risco de o pesquisador cair em “atitude condescendente, superior, como se fossem uma espécie de humanidade em extinção, liquidada por seu próprio atraso cultural”, em prol do esforço de criar denúncias às injustiças vivenciadas pelas populações oprimidas. Ainda segundo este autor, o estudo antropológico deve assumir a possibilidade de com elas *aprender*. Essa experiência, que

¹⁰ Não alienado em sentido material e subjetivo que também se expressa na materialidade de relações sociais.

¹¹ Termo referente à “*label*”, do inglês (selo, em português), utilizado para conceituar o fenômeno de multiplicação de selos de qualidade provenientes dos processos industriais.

“a Antropologia decidiu recuperar [...] deve ser o centro da motivação ideológica a nos conduzir no sentido da denúncia de todas as injustiças” (p. 15)

O encontro com os camponeses foi como uma viagem no tempo. Não porque insistem em situá-los no “atraso” do Brasil – como se a corrida tecnológica apontasse para algum lugar – mas porque evidenciam um modo de viver de outra época. Isto tampouco corresponde apenas a seus costumes, mesmo que em boa parte dos casos eles carreguem traços muitos específicos do universo rural. É necessário atravessar a névoa dos costumes para não cair em análises pautadas em hábitos ou empregos de tecnologia. Apenas assim será possível perceber que as relações de trabalho, ou melhor a relação com o trabalho no seio da família determina os costumes ali encontrados e não apenas o oposto.

O “anacronismo” do campesinato corresponde ao seu desenvolvimento “natural-espontâneo”¹², no sentido em que Marx (2013, p. 148) aborda a divisão social do trabalho. Isto é, não apenas as relações de trabalho são distintas, visto que o emprego de assalariamento é esporádico ou inferior aos membros da família que trabalham na propriedade ou no lote, bem como são desenhadas pela relação que se tem *com* o trabalho ali desempenhado. Esta relação específica irá determinar o *sentido* da acumulação de renda camponesa. Para melhor compreender este sentido de acumulação própria ao campesinato, iremos apresentar a noção de trabalho e suas diferentes categorias desenvolvidas por Karl Marx, que são chave para toda a discussão da economia burguesa, onde nos inserimos impreterivelmente.

Karl Marx inaugura sua vasta obra sobre o capital abordando a mercadoria. O autor explica que está contida nela e não na ideia de dinheiro, como ponto de partida, a compreensão e a materialização da riqueza em sentido burguês. O que determina essa riqueza é o trabalho nela efetivado. Porém, para que se realize enquanto riqueza e, portanto, mercadoria, deve ser colocada em circulação, em processo de troca (Marx, 2008, p. 72). O dinheiro aparece, então, enquanto mercadoria-dinheiro. Desta forma, analisa a mercadoria em duplo aspecto: enquanto valor de uso e enquanto valor de troca. Na verdade, analisa o produto do trabalho humano a partir destas duas categorias, visto que a mercadoria se manifestará enquanto tal apenas no processo de troca (Idem, p. 73) ou quando destinada essencialmente à troca, como é o caso da indústria burguesa, mesmo que não despoje jamais de seu valor de uso (Marx, 2013, p. 148). Afinal, sem uma utilidade, não haveria razão de ser colocada em processo produtivo algum. O valor de uso corresponde à utilidade de uma determinada coisa. Porém, nas palavras de Marx, essa utilidade “não flutua no ar” (Marx, 2013, pg.114), ela está condicionada e não existe sem este corpo material. Os valores de uso se efetivam apenas no uso, no consumo e formam o conteúdo material da riqueza, seja qual for a forma social desta. Assim,

uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente, valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social (Marx, 2013, p. 118, 119).

No caso da análise de Marx, tendo em vista a sociedade burguesa, as mercadorias constituem também os suportes materiais do valor de troca. Veremos adiante que este fato decorre de nesta sociedade serem produzidos itens essencialmente destinados à troca. Porém, tratando-se de um ponto chave da discussão levantada por Marx, nem sempre se produziu assim e tampouco tal produção corresponde a um processo natural do desenvolvimento do

¹² A palavra utilizada em alemão pelo autor é *naturnwuchsig*. Na edição aqui apresentada é traduzida como natural-espontâneo, no sentido de “desenvolvido de modo espontâneo”, distinto de pertencente à natureza ou dado pela natureza (Marx, 2013, p. 148, nota de rodapé).

homem, a partir de sua relação com a natureza. Decerto, na perspectiva analítica de Marx, o trabalho é imprescindível à vida humana:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (Marx, 2013, p. 120).

No entanto, os contornos que definem a noção de trabalho correspondem a um processo histórico complexo, que muito mais remete às relações dos homens com os homens, do que evidencia algum elemento de natural, em sentido orgânico.

Deste modo, contrariando um de seus predecessores¹³, Marx não encontrará na divisão do trabalho o fator fundamental para a criação do valor de troca, enquanto troca privada. Muitas foram as sociedades, e isto se vê inclusive em nossos tempos de capitalismo avançado, que se estabeleceram sob a divisão de trabalho sem que isto acarretasse em troca privada, troca de produtos em forma de mercadorias (Marx, 2008, p. 92).

Marx assinala que a divisão social do trabalho no capitalismo é efeito espontâneo da metamorfose do trabalho útil, privado, em trabalho social, quando em círculos mais estreitos ou mais amplos, a mercadoria-dinheiro se torna equivalente universal – a saber, a forma de valor universal (Marx, 2013, pg. 145). É evidente que este processo de metamorfose não se deu de um dia para o outro e tampouco num passe de mágica, como se fosse qualidade intrínseca e fantasmagórica do produto do trabalho.

É importante indicar que neste momento chegamos a um ponto crucial de nossa discussão, pois é justamente na mercadoria metamorfoseada que a noção de espírito do capitalismo torna-se essencial para a compreensão da materialidade da transformação do trabalho apresentada por Max Weber. No entanto, nos aprofundaremos nela mais adiante, após a explanação acerca do valor de troca, abordada por Marx. Basta ao leitor estar ciente de que a interlocução pretendida entre Marx e Weber encontra suas razões e seu significado aqui.

“O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço” (Marx, 2013, pg. 114). Podemos pensar, hipoteticamente, em um conto caipira para ilustrar a ideia apresentada. Ele se passa assim: uma senhora camponesa decide desfazer-se de alguns patos que possui, visto que deseja ganhar mais área para as suas galinhas. Poderia come-los todos em algumas semanas, porém quer encontrar uma situação que poupe seu paladar e se desenhe rapidamente. Seu vizinho, por outro lado, receberá em casa uma grande quantidade de familiares para um evento festivo e necessita oferecer um cozido para acompanhar as guarnições. Eventualmente, os dois se cruzam na estrada para a cidade mais próxima e o assunto começa a fluir. Ela conta da situação dos patos, ele fala da festa que se aproxima. Decidem, assim trocar seus produtos. A equação é resolvida rapidamente: em troca dos patos, recebe alguns sacos de milho, que lhe servirão perfeitamente para a nova empreitada. A quantidade de ambos eu não poderia dizer, visto que nunca vivi na roça. Porém, é possível perceber que “algo comum, de mesma grandeza existe em duas coisas diferentes” (Idem, p. 115). Mais precisamente em uma porção x de patos e outra y de sacos de milho:

Ambas são, portanto, iguais a uma terceira, que, em si mesma, não é nem uma nem outra. Cada uma delas, na medida em que é valor de troca, tem, portanto, de ser redutível a essa terceira (Idem Ibidem).

Na relação apresentada – a saber, a forma de valor simples –, um valor de uso vale tanto quanto o outro, “desde que esteja disponível em proporção adequada” (Idem Ibidem). Enquanto valores de uso, as mercadorias são distintas, servem a fins completamente estranhos: alimentar entes familiares em um evento festivo e alimentar galinhas rotineiramente. No entanto, enquanto valores de troca, diferenciam-se apenas na quantidade. Conclui o

¹³ Adam Smith.

autor que, “prescindindo do valor de uso dos corpos da mercadoria, resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho” (Idem, p. 116). Ainda, “como cristais dessa substância social que lhes é comum [o trabalho], elas são valores – valores de mercadorias” (Idem Ibidem).

Para que essa substância comum seja de fato equivalente, é necessário que se abstraia o trabalho individual, específico que gerou diferentes produtos, aqui já transformados em mercadorias. Talvez, o exemplo apresentado em nosso conto caipira não deixe tão evidente as distintas qualidades de trabalho, por remeterem ao mesmo universo do trabalho camponês. Porém, poderíamos, igualmente, usar a imagem de um ferreiro ao invés de uma criadora de patos e do outro lado, ao invés de uma festa familiar, a necessidade de uma ferramenta nova. Aquecer e talhar o ferro são atividades totalmente estranhas ao semear da terra e ao colher espigas de milho. Contudo, no momento da troca, dada as devidas proporções de trabalho, mais especificamente de tempo de trabalho, ambos os trabalhos do ferreiro e do camponês se tornam equivalentes, neste sentido, trabalho abstrato. Desta forma, o caráter duplo da mercadoria, enquanto valor de uso e valor de troca corresponde ao duplo caráter do trabalho, enquanto trabalho útil (Marx, 2013, p. 119) e trabalho humano igual ou abstrato (Idem, p. 124).

Uma vez o trabalho útil, privado, abstraído a trabalho enquanto dispêndio de energia, torna-se possível a alienação de uma infinidade de mercadorias. Quando abrange a toda uma sociedade, e este processo é desenhado por Marx na criação de um equivalente geral – que desempenha a função exclusiva de valor de troca – cada uma das forças individuais de trabalho torna-se a mesma força de trabalho humana que a outra, “na medida em que possui o caráter de uma força de trabalho social média necessária ou tempo de trabalho necessário” (Idem, p. 117). É neste sentido que o conceito de desenvolvimento natural-espontâneo empunhado por Marx deve ser compreendido no contexto da divisão social do trabalho, que resulta da constante metamorfose da mercadoria, isto é, das trocas de mercadorias em que cada trabalho útil se porta como elo do trabalho social, ou total (Idem, p. 148).

Portanto, para que haja produção de mercadorias, isto é, para que se produzam itens para a troca no mercado, mediante equivalência entre distintos trabalhos, é necessário que haja igualdade entre as forças de trabalho, onde “o conceito de igualdade humana já possui a fixidez de um preconceito popular” (Idem, p. 136). Que uma força de trabalho desempenhada por uma pessoa na Alemanha seja a mesma força de trabalho exercida por outra aqui no Brasil, por exemplo. De forma bastante resumida, é assim que o preço da unidade da alface, por exemplo, para o camponês, pouco representa uma unidade de sua força de trabalho, mas a unidade de trabalho socialmente média para a produção de um pé de alface. Desta forma, o valor do tempo de trabalho do camponês torna-se variável de acordo com as vicissitudes do mercado de alimentos e é cada vez mais difícil estabelecer o alcance de suas interferências e, conseqüentemente, o valor real do trabalho do camponês. Ele é, finalmente, expropriado de si mesmo, e majoritariamente sem que se perceba.

Para que este raciocínio fique claro, tomemos as palavras do próprio autor:

Portanto, é apenas a quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor. A mercadoria individual aqui vale somente como exemplar médio de sua espécie (Marx, 2013, pg. 117). [...] Assim, a grandeza de valor de uma mercadoria permanece constante se permanece igualmente constante o tempo de trabalho requerido para a sua produção. Mas este muda com cada mudança na força produtiva do trabalho (Idem, pg. 118).

Tal processo de produção de mercadorias apenas pode existir enquanto produtos de trabalhos privados e mutuamente independentes uns dos outros, isto é, “trabalhos úteis executados separadamente uns dos outros como negócios privados de produtores independentes” e que, finalmente, resultará na divisão social do trabalho (Idem, p. 120). Assim, retomamos a ideia já apresentada de que não é a divisão social do trabalho que cria mercadorias, mas, precisamente o processo inverso, visto que no interior de fábricas ou no seio de uma família camponesa, onde se vê

claramente a divisão de trabalho, não há troca de mercadorias entre os agentes produtivos. No interior das fábricas, o que se vê em troca é a venda da força de trabalho dos operários ao proprietário da fábrica. Em relação à família camponesa, na qual nos debruçamos aqui, são as funções sociais ou os papéis desenvolvidos na família que determinam cada trabalho desempenhado. Nos dois casos, reciprocamente, quem produz mercadoria é a dita fábrica e a família camponesa.

A abstração do trabalho útil, privado em trabalho social, equivalente, só é possível, assim, quando a troca já ganhou importância a ponto de que se produza coisas úteis à troca. Ou seja, mais uma vez, quando a divisão social do trabalho já está estabelecida. Neste cenário, a noção de trabalho corresponde estritamente a tal sistema, como produção de valor de troca, destinada apenas à troca. Nas palavras de Marx (2008, p. 202), “a produção burguesa [...] se encontra sob o domínio do valor de troca”. Não se produz para consumo próprio ou porque aquilo que se produz ou a forma como se produz dá à vida daquele que trabalha algum sentido. Produz-se apenas porque é necessário ao sistema que assim seja e justamente por este fato, é apenas desta forma que se garante as necessidades mais elementares ao ser humano, bem como se tornam elementares as necessidades mais fúteis que alguém possa imaginar.

Não é obra de Fortuna que agricultores capitalistas produzam majoritariamente itens cotados na bolsa de valores ou diretamente associados ao setor industrial de produção e circulação de mercadorias. A famosa taxa de 70% referente à participação da agricultura camponesa no fornecimento de alimentos frescos mantém-se há mais de um século de capitalismo e, enquanto for possível espremer a terra do camponês, ela continuará estável: o que aumenta é a expropriação de sua renda, visto que comer é ato imprescindível à vida. Além do mais, a subordinação da renda camponesa ao capital compõe uma das formas de acumulação de capital que, segundo Rosa Luxemburgo (2018), é imperativa no sistema capitalista.

É importante que entremos brevemente neste assunto, visto que delimita as condições materiais para a persistência do campesinato na modernidade. Marx esmiúça tal processo de acumulação primitiva levando o leitor à Inglaterra do início do século XVII, quando “uma massa de proletariados livres foi lançada ao mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais” (Marx, 2013, p. 789). A usurpação das terras comunais, de onde os camponeses retiravam o que lhes era necessário para viver, rompeu o sistema de cultivo que garantia sua existência (Oliveira, 1987, p. 19). A necessidade da nobreza e do eminente Estado moderno de obterem dinheiro, ao invés de renda em produto, transformou o camponês da comunidade aldeã feudal num outro, estruturalmente distinto, agora produtor privado de mercadorias (Oliveira, 1987, p. 25). Este movimento do feudalismo ao capitalismo não ocorreu de forma homogênea na Europa e tampouco pacificamente. Se na Inglaterra a expropriação por meio dos cercamentos varreu os camponeses da terra, na França, com a sua Revolução de 1789, os camponeses tornaram-se proprietários livres individuais, livres “para produzir para o mercado” (Idem Ibidem; Marx, 2013, p. 202). Marx (2013) sintetiza bem este processo:

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre (p. 804).

Na lógica do desenvolvimento capitalista, que gera impreterivelmente diferenciação social, o que na agricultura é justificado pela suposta superioridade técnica da grande produção capitalista, o camponês deveria desaparecer. No entanto, não é isso que se vê nos campos ao redor do mundo, por mais que o movimento para a cidade não cesse de acontecer. A resposta a esta contradição encontra-se, segundo Oliveira (1987, p. 28), no desenvolvimento do capitalismo enquanto fruto de um processo contraditório de reprodução do capital.

Isto quer dizer que o modo capitalista de produção circunscreve também à circulação de mercadorias – a troca simples de mercadoria por dinheiro – e não apenas produção em sentido capitalista, isto é, produção burguesa fundamentada no assalariamento. Ainda, e isto compõe um aspecto decisivo em nossa pesquisa, segundo Martins (apud Oliveira, 1987, p. 28) *“esse processo contraditório decorre do fato de que o modo capitalista de produção não é em essência um modo de produção de mercadorias, mas sim, modo de produção de mais-valia”*. Por mais que a produção gere a mais-valia, será na circulação que o capitalista se apropriará dela, ou seja, converterá a mercadoria em dinheiro. Aqui, vale explicitar que a mais-valia compreende o trabalho social não pago (Oliveira, 1987, p. 29). Neste sentido, a troca mercantil, por meio do dinheiro, entre um camponês produtor de mercadorias e um consumidor ou atravessadores, não implica em apropriação de mais-valia, de trabalho social não pago, na mão do camponês.

Assim, a reprodução ampliada do capital pressupõe a criação de relações subordinadas não capitalistas de produção – a saber, a produção camponesa ou a produção escravista, para citar dois exemplos ainda atuais – de onde se obtém a acumulação necessária à sua engrenagem, ou reprodução ampliada de capital. Em uma palavra, *“o capital lança mão da criação e recriação das relações não capitalistas de produção para realizar a produção não capitalista do capital”* (Oliveira, 1987, p. 29). É desta forma que o colonato no Brasil substitui a escravidão, sem mudar o sentido de sua produção: preservou a subordinação da produção não capitalista ao comércio (Martins, 1979, p. 13 apud Oliveira, 1987, p. 40), que posteriormente formou as bases para o surgimento da indústria no estado de São Paulo (Martins, 2016).

Um exemplo de Rosa Luxemburgo (2018) ilustra bem o “fenômeno” em questão:

A indústria algodoeira inglesa, na qualidade de primeiro ramo produtivo autenticamente capitalista, teria sido impossível sem o algodão do Estado do Sul dos Estados Unidos, como também sem os milhões de africanos transportados para a América para fornecer a mão-de-obra para as plantações, homens que após a Guerra de Secessão vão constituir o proletariado livre da classe assalariada capitalista. A importância da importação dos braços necessários, vindo de sociedades não capitalistas assume, para o capital, uma forma bem tangível na assim chamada questão dos trabalhadores das colônias. [...] Sem a força de trabalho dos outros modelos de sociedade a produção capitalista não conseguiria subsistir (p. 115, 116).

Entende-se, portanto, que a acumulação de capital é necessária ao desenvolvimento do capitalismo, ou seja, à reprodução ampliada do capital. Novamente, a subordinação ou sujeição da renda camponesa ao capital – renda, porque não delimita lucro em sentido capitalista – é uma das formas de acumulação. É capital nas mãos do capitalista, porque compreende a mais-valia, no sentido de que é trabalho social não pago, no caso ao camponês, e porque será destinado à reprodução capitalista.

A subordinação da renda camponesa ao capital não se dá somente quando a família camponesa coloca seus produtos em circulação, no preço estabelecido pelo trabalho socialmente necessário na agricultura. Ela compreende, também, tudo aquilo que o camponês paga ou deixa de receber para produzir ou colocar em circulação a sua mercadoria (valor de troca). São exemplos: os créditos pagos a juros concebidos por bancos, os insumos agrícolas industrializados, a integração com a indústria e tantos outros tipos de investimentos que se possa imaginar. Em nossa pesquisa duas formas de subordinação ganham especial destaque: os processos de certificação pagos a empresas ou instituições auditoras e a formulação do preço. Vale ressaltar que não iremos entrar naquilo que concerne aos tipos de trabalho desempenhados no latifúndio, assunto tratado por diversos autores e cujo um mergulho compreenderia um desvio considerável de nosso objetivo. Basta-nos saber que a persistência do latifúndio é, também, resultado do desenvolvimento contraditório do capital na agricultura, isto é, da subordinação da renda da terra ao capital (Oliveira, 1987).

Sabemos agora que o sujeito camponês que atravessa o capitalismo moderno é estruturalmente distinto daquele do sistema feudal: trata-se de um produtor de mercadorias, mesmo que não exclusivamente. O tipo de mercadoria que produz, juntamente com as condições do desenvolvimento do capitalismo apresentadas acima,

possibilitam sua permanência em tempos modernos. Caso fosse um artesão de itens produzidos primordialmente pela indústria, como meu avô era, provavelmente sua existência estaria de fato em extinção. Onde o capital chega ele atua como um elemento de dissolução das relações comunitárias (Marx, 2008, pg. 81): primeiro destituindo a economia natural e assim estabelecendo a economia mercantil simples; depois, após sua superação, o próprio capital substitui a economia mercantil simples. Em outras palavras, “se o capitalismo vive das formações não capitalistas, ele vive [...] da ruína dessas formações” (Luxemburgo, 2018, p. 118). Segundo Rosa, a acumulação capitalista, considerada historicamente,

é um processo metabólico que se realiza entre os modos de produção capitalistas e os pré-capitalistas. Sem estes, a acumulação capitalista não pode prosseguir e, dessa perspectiva, a acumulação consiste na sua desintegração e assimilação (p. 118).

Quando um camponês acata um preço de mercado que desvalorize seu tempo de trabalho, ele o faz pelas mais diversas razões, mas certamente duas delas refletem, primeiro, à não monetarização de seu tempo de trabalho e, segundo, porque recorre a empregados ou força de trabalho remunerada¹⁴ em situações esporádicas, seguindo a capacidade de sua renda. O quiproquó que envolve o campesinato reside, também, no caráter do que é produzido. Um camponês, ao produzir valor relativo, isto é, valor permutável pelo equivalente universal, que é a mercadoria no processo de troca ou circulação, produz igualmente aquilo que supre suas necessidades, sem que seja necessário permutar seu trabalho por outro. Produz, portanto, valor de uso e valor de troca. No limite, o camponês tem a possibilidade de garantir suas necessidades sem que seja preciso recorrer ao mercado. Trata-se de uma situação hipotética, porém recorrente.

A procura por um outro modo de vida, ou seja, um outro sentido de trabalho, ainda que dependa em boa medida de condições materiais – acesso à terra, principalmente – quando efetiva, é capaz de barrar o efeito do capital dentro do âmbito comunitário, mesmo se tratando de uma família ou de uma vizinhança. Desta forma, a recampanização, seja ela alternada por gerações ou definida por membros da família que retornam à terra depois de períodos na cidade, é um indício de que as condições de vida camponesa são muitas vezes mais favoráveis que certas condições da vida urbana, naquilo que define, principalmente, a noção de trabalho. Não percamos de vista os camponeses que se reproduzem na cidade, ou em outras palavras, o que se chama de agricultura urbana. Avaliar estas condições apenas à luz da racionalização econômica poderia dar à busca pela terra sentidos estranhos à sua natureza.

Quando as horas de trabalho do camponês são colocadas no papel, de acordo apenas com o que ganha de suas vendas, “a conta não fecha”. Mas mesmo nestes casos, muitos dos custos com alimentação e outras formas de consumo próprias da cidade são abatidos e a digressão de tal análise pode não ter fim. Isto é, teremos que recorrer a outras instâncias que ultrapassam a monetarização da vida, imprescindível a quem não detém a possibilidade de produzir o seu alimento ou qualquer valor de uso passível de se transformar em valor de troca.

Assim, chegamos a duas conclusões importantes para o entendimento do conceito de camponês, segundo uma perspectiva de valor em Marx: a primeira é que este sujeito ou família produz valor de uso, porque por meio de seu produto satisfaz suas próprias necessidades; a segunda diz respeito ao fato de produzir valor de troca, isto é valor de uso social, pois sua produção será colocada no mercado, como já vimos acima. Porém, a produção de valor de uso social, destinada especificamente para o mercado, será uma consequência de seu modo de viver, de produzir valor de uso para reproduzir valor de uso, isto é, para que permaneça na terra enquanto camponês. Se o camponês fosse capaz de satisfazer todas as suas necessidades sem recorrer ao mercado, não produziria valor de troca. Esta

¹⁴ Muito do trabalho adjacente à família é desempenhado por acordos com vizinhos, sobretudo no caso de assentamentos rurais.

ideia Marx explica na metamorfose da mercadoria com a fórmula $M - D - M$. De forma bem sucinta, trata-se da forma da produção camponesa:

A forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É, pois, um movimento de vender para comprar (Oliveira, 1987, p. 68).

Não nos custa imaginar, a esta altura, que tal fato nos coloca diante da possibilidade de se restituir os âmbitos comunitários, sem que esteja adjacente a uma fortaleza que lhe cobre renda em troca de proteção. No entanto, talvez nem uma “dialética afiada” alcance a proeza pretendida.

Após termos desenvolvido os conceitos de valor de uso, valor de troca e seus respectivos trabalhos, nos resta apresentar o surgimento da forma-dinheiro ou mercadoria-dinheiro. Lembremo-nos de que a mercadoria é a expressão da forma do valor de troca. Utilizemos o exemplo já apresentado: patos, milho e ferramenta. Uma quantidade de patos é trocada por outra de milho e, por conseguinte, por uma dada ferramenta. A grandeza de valor se altera na quantidade de cada mercadoria, visto que esta variável é o único fator em desigualdade na troca apresentada. Porém se não houver uma mercadoria entre as três que determine a grandeza de valor das outras duas, isto é, que desempenhe exclusivamente o papel de equivalente, as formas de valor das três serão consequentemente impossíveis de se estabelecerem, se excluirão mutuamente. Assim que se faz necessário haver sempre uma terceira mercadoria equivalente para que nela se espelhe o valor em outras mercadorias *relativas* a esta. Parafraseando o exemplo apresentado por Marx (2013, pg. 140), se alguém troca seu milho por muitas outras mercadorias, os muitos outros possuidores de mercadorias também têm necessariamente de trocar suas mercadorias pelo milho.

No nosso exemplo, seria, então, o milho aquele que desempenha função de equivalente universal. Este processo apenas ocorre porque e na medida em que tal mercadoria, aqui o milho, é excluída por todas as demais na qualidade de equivalente. *“E é somente no momento em que essa exclusão se limita definitivamente a um tipo específico de mercadoria que a forma de valor relativa unitária do mundo das mercadorias ganha solidez objetiva e validade social universal”* (Idem, pg. 144). Ou seja, agora cada mercadoria expressa seu valor relativo no equivalente universal, que se apresenta na forma-dinheiro e, que diante de um largo processo histórico, constituiu-se no ouro.

É nessa relação entre os produtos do trabalho, na forma de mercadorias, que aparece o espetáculo do fetiche das mercadorias. Deixemos claro o que se entende, a partir de uma leitura atenta a Marx, por fetiche da mercadoria. O que uma certa tradição coloquial atribui ao conceito de fetiche enquanto desejo inebriante por algo, pode causar confusão no que o autor apresenta com suas ideias e que de fato corresponde à definição da palavra¹⁵. Para explicar tal conceito, utiliza de metáforas como caráter “místico” (Idem, pg. 146) e forma “fantasmagórica” (Idem, pg. 147).

Finalmente, refugia-se “na região nebulosa do mundo religioso”, onde *“os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens”* (Idem, pg. 148). No paralelo com as mercadorias, os produtos do trabalho parecem relacionar-se uns com os outros como uma relação entre coisas – portanto, dotadas de vida própria – e não como relações sociais de trabalho. Isto é, as características físicas da mercadoria não possuem qualquer elemento natural que defina sua forma de valor, a qual remonta exclusivamente à relação dos homens consigo mesmos. Assim, os caracteres sociais do trabalho humano aparecem “como propriedades sociais que são naturais a essas coisas” (Idem, pg. 147). Finalmente, as relações sociais entre os

¹⁵ “1. Objeto a que se atribui poder sobrenatural ou mágico e se presta culto; 2. Objeto inanimado ou parte do corpo considerada como possuidora de qualidades mágicas”. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, 2001.

trabalhos privados – novamente, aqueles que produzem mercadorias – aparecem como relações *reificadas*¹⁶ entre pessoas e relações sociais entre coisas (Idem, pg. 148). Segundo Marx,

o que, na prática, interessa imediatamente aos agentes da troca de produtos é a questão de quantos produtos alheios ele obtém em troca de seu produto, ou seja, em que proporções os produtos são trocados. Assim que essas proporções alcançam uma certa solidez habitual, elas aparentam derivar da natureza dos produtos do trabalho (Idem, pg. 149).

Vale lembrar o que já vimos, que a grandeza de valor de uma determinada mercadoria é fruto do valor relativo, determinado a partir do trabalho socialmente necessário para a sua produção. Assim, o próprio movimento social das grandezas de valor possui para aqueles que realizam a troca “a forma de um movimento de coisas, sob cujo controle se encontram em vez de eles a controlarem”. Marx deduzirá posteriormente em sua obra, que tal controle se faz apenas via os meios de produção na sociedade moderna: capital, propriedade e trabalho (Marx, 2008, pg. 47). Não entraremos, aqui, na discussão sobre os conflitos de classes, referentes às condições econômicas determinadas pela apropriação e expropriação dos meios de produção, enquanto objeto de análise, mesmo que se trate de uma categoria imprescindível para a discussão de Marx. Não nos convém discutir se o campesinato compõe ou não uma classe social no capitalismo, se é ou não uma classe revolucionária, visto que, muito embora os conflitos estejam dados, latentes e vivos no campo, nosso objetivo é outro aqui. Aliás analisá-lo sob às luzes do sistema capitalista na atualidade já o coloca em seu devido lugar de classe social.

O que nos interessa aqui, utilizando a enorme contribuição teórica de Marx, sem perder de vista seu sentido materialista-histórico, é que o camponês se mantém vivo e plenamente em reprodução social, mesmo após os movimentos de diferenciação de classe terem atingido a indústria, subordinando a produção agrícola em seu favor. Este fato é importante e nos coloca à porta do que iremos discutir a seguir sobre a relação, agora não mais estritamente *de* trabalho, mas estabelecida, também, *com o* trabalho, esmiuçada por Max Weber em sua *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

Desta forma, temos que o camponês, ou o campesinato, quando detém acesso aos seus meios de produção, os coloca em engrenagem num sentido muito diferente daquele dos proprietários capitalistas e latifundiários, determinando, assim, o sentido de sua acumulação. Não se trata aqui de mais-valia, mas de renda: lembrando Oliveira um movimento de vender para comprar” (1987, p. 68), “um movimento de vender para comprar”. São dois modos de produção e, portanto, de vida totalmente distintos, duas relações com o trabalho totalmente distintas e teremos que nos valer da dialética, pois o movimento da mercadoria será, em algum limite, barrado pelo movimento da ação do sujeito. Aqui, já em profunda ruptura com o marxismo ortodoxo, é possível avistar o elemento que incita “revoluções” da classe camponesa: é aquele que determina o sentido de seu trabalho e por esta razão batalhará com unhas e dentes por seu pedaço de terra.

Habitar a terra é, antes de mais nada, produzir valor de uso. Este habitar, aqui empregado, tem sentido próprio: é um modo de vida, portanto, um posicionamento diante do trabalho ainda não abstrato, utilitarista. Não se trata apenas de viver e trabalhar no mesmo local, na mesma terra. Trata-se de encarar o trabalho de forma não dissociada da vida, não como uma profissão, no sentido apresentado por Weber (2016, pg. 146, 147).

Isto posto, podemos agora adentrar nas contribuições de Max Weber para a compreensão da noção de trabalho moderno, em contraposição àquele desempenhado pelo camponês. Lembremos, brevemente, o que nos trouxe até aqui: a metamorfose da mercadoria. Assim como a economia mercantil simples – troca simples entre os

¹⁶ “Relativo à coisa”, também traduzido como “material”, (N.T.) (Marx, 2013, pg. 149), nota de rodapé.

agentes de produção pré-capitalistas – estabeleceu os alicerces para a economia capitalista¹⁷, a ascense intramundana, resultado da Reforma Protestante apresentada por Weber, determina os pressupostos deste mesmo capitalismo moderno. No entanto, Weber lança mão de outro método de análise, em que a cultura permeia ativamente o processo histórico, retirando-a de um mero reflexo na superestrutura ideal. Não quer dizer que são, simploriamente, os discursos dos sujeitos que atuam no palco da história enquanto protagonistas, mas, precisamente, o sentido ético que contorna as suas ações e não deixa de se expressar por meio das palavras.

Tanto Marx quanto Weber tratam do mesmo momento histórico de ruptura, de virada e apenas o podem fazer pois o analisam como quem olha para trás. Não se pode perder de vista que Max Weber, em sua tese discutida aqui, procura demonstrar os pressupostos da gênese do capitalismo, a partir de um olhar para a cultura, e não o funcionamento de seu organismo, uma vez em plena assimilação. Procura demonstrar o que se esconde por traz de sua formação deduzida materialmente por Marx. Mais especificamente, trata do preparo de um solo fecundo onde o capitalismo irá germinar, isto é, em um grupo muito específico da Europa cristã do século XVI. Trazê-lo para nossa pesquisa é de suma importância, visto que o sujeito camponês da Região Metropolitana de São Paulo, abordado nos capítulos seguintes, se reproduz na forma M – D – M, muito distante da razão utilitarista que Weber esmiúça em sua tese. É essencialmente um sujeito pré-capitalista em seu “espírito”, em outras palavras, naquilo que acende sua ética e que determina – segundo este ensaio da autora – nos conceitos de Marx, o desenvolvimento natural-espontâneo da divisão do trabalho camponês. Ou seja, a relação que o camponês tem *com* o trabalho – ou com o produto de seu trabalho, pois aqui não há mais distinção entre as duas instâncias – reflete-se nas relações *de* trabalho desempenhadas no seio da família.

As similitudes entre os pontos de partida de ambos não são fruto do acaso, evidentemente. Que o capitalismo encontra suas raízes na ruptura da sociedade feudal e tal processo se inicia em fins do século XVI, não é novidade. No entanto, esta ruptura é acompanhada por uma outra no seio da Igreja Católica, um dos alicerces, para não dizer o principal, desta mesma sociedade feudal. O “segredo” da acumulação primitiva reside no fato de desempenhar o mesmo papel na economia política, que a maçã mordida por Adão cumpre na teologia ao explicar o pecado original (Marx, 2013, p. 785). Weber irá tratar do “esquema” que define o acontecimento dessa “mordida” e aqui podemos evocar a imagem não só de Adão, mas bem como a de Eva, a da famosa cobra e de toda a visão do paraíso em decadência.

Começamos, então, pelo fim, para que o leitor não seja tentado a pensar que a o assunto irá distanciar-se demasiadamente do objetivo pretendido. Max Weber faz uma análise extremamente profunda de pressupostos religiosos que podem parecer estranhos para quem mergulha no universo teológico pela primeira vez, sobretudo na busca de lições sobre economia. Porém, não nos esqueçamos de que até uma piranha empalhada no balcão de uma velha farmácia pode nos revelar verdades ocultas. Digamos que a “piranha empalhada de Weber” seria um velho turíbulo aposentado. Ao que interessa na abordagem do autor, a Reforma Protestante foi decisiva em um ato: eliminou o poder místico e interceptor dos padres.

O efeito do princípio de *sola fide*¹⁸, isto é, a supressão do poder místico do padre, ou qualquer outra autoridade eclesiástica na justificação do “pecado” ser humano, foi categórico na construção do caráter de um povo e posteriormente de uma época. Foi, desta forma, o seu *Leitmotiv*. O desaparecimento dos valores fundamentais de

¹⁷ Para que não restem ambiguidades: a expropriação das terras comunais e a formação, por um lado de produtores privados de mercadorias e por outro, de uma massa de trabalhadores livres desprovidos de qualquer meio de produção.

¹⁸ Em latim, “só pela fé”. “A fé é um dom gratuito, recebido “só pela graça” (*sola gratia*), e é alimentada só pela Bíblia (*sola scriptura*), não pela tradição nem por nenhuma autoridade eclesiástica” (Weber, 2016, p. 290).

*praecepta et consilia*¹⁹ transformou – e isto o autor irá demonstrar ao longo de todo o seu livro – a ascese em sentido “puro”, quer dizer, religioso, em ascese “intramundana”. Em outras palavras, “botou ordem na conduta de vida de seus seguidores [da Igreja reformada], o *meio* mais importante da ascese” (Weber, 2016, p. 109), com a finalidade de garantir para si próprio a certeza de sua justificação diante de Deus (Idem, p. 100). Veremos a seguir como a ideia de universalidade inicialmente abordada por Lutero, chegou no mais austero posicionamento diante da vida. Porém, como anunciado acima, deixemos claro nosso ponto de chegada:

Aqueles vigorosos movimentos religiosos cuja significação para o desenvolvimento econômico repousava em primeiro lugar em seus efeitos de *educação* para a ascese, só desenvolveram com regularidade toda a sua eficácia *econômica* quando o ápice do entusiasmo *puramente* religioso já havia sido ultrapassado, quando a tensão da busca pelo reino de Deus começou pouco a pouco a se resolver em sóbria virtude profissional, quando a raiz religiosa lentamente deu lugar à intramundania utilitária (Idem, p. 160).

O principal resultado da discussão apresentada por Weber (2016, p. 42) é conceito de “espírito” do capitalismo e apenas podemos compreendê-lo traçando todo o caminho do autor. É, assim, um conceito histórico, que apenas se faz palpável, inteligível, a partir da articulação da realidade em conexões concretas. Procuraremos traçar este caminho de forma resumida, tendo em vista aquilo que nos interessa em suas enormes contribuições: a ética profissional ou a ideia de profissão²⁰. Para ilustrar aquilo que concebe como espírito do capitalismo, o autor nos traz um “sermão” de Benjamin Franklin²¹, cuja primeira parte vale-nos lançar os olhos (Idem, p. 44):

Lembra-te que *tempo é dinheiro*; aquele que com seu trabalho pode ganhar dez xelins ao dia e vagabundeia metade do dia, ou fica deitado em seu quarto, não deve, mesmo que gaste apenas seis *pence* para se divertir, contabilizar só essa despesa; na verdade gastou, ou melhor, jogou fora, cinco xelins a mais.

Weber (2016, p. 45) não vê em tais conselhos apenas uma técnica de vida, mas uma ética: o dever que tem o indivíduo de se interessar pelo aumento de suas posses como um fim em si mesmo. Todas as virtudes apresentadas na alocução de Franklin são *úteis* porque trazem crédito, são úteis ao indivíduo. Por mais que possam revelar à primeira vista certa hipocrisia, segundo o autor, as coisas não são tão simples assim. O ícone americano atribuiu a si mesmo “haver descoberto a utilidade da virtude a uma revelação de Deus, cuja vontade era destiná-lo à virtude” (Idem, p. 46). O bem maior de tal ética seria “*ganhar dinheiro e sempre mais dinheiro, no mais rigoroso resguardo de todo gozo imediato do dinheiro ganho [...] pensado tão exclusivamente como fim em si mesmo*” (Idem *ibidem*). Seria este o *Leitmotiv* do capitalismo moderno²², tão estranho ao sujeito camponês que procuramos designar: “*o ser humano em função do ganho como finalidade da vida, não mais o ganho em função do ser humano como meio destinado a satisfazer suas necessidades materiais*” (Idem *ibidem*).

O ganho de dinheiro aparece, na ordem econômica moderna, como resultado e expressão da habilidade na profissão. E a profissão, portanto, como *dever*. Ela constitui a “ética social” da cultura capitalista. O autor ressalta que ela não surgiu em solo capitalista e muito menos trata-se de condição de sobrevivência para o capitalismo moderno (Weber, 2016, p. 47). Já na Europa do século passado era como um “cosmos” que impunha ao indivíduo, *preso nas redes do mercado*, as normas de ação econômica (Weber, 2016, p. 47). Porém, para que tais condutas de vida

¹⁹ “Distinção caracteristicamente católica entre, de um lado, os preceitos ou mandamentos que obrigam a todos os fiéis sem exceção, e do outro, os chamados *consilia evangélica*”, que são os conselhos dados por Jesus exigidos apenas àqueles que se alistam para viver reclusos em vida monástica. Os três principais conselhos evangélicos são: pobreza, castidade e obediência” (Weber, 2016, p. 282).

²⁰ Na versão revista de 1920, a expressão “ética profissional” substitui “ideia de profissão” (Weber, 2016, p. 85).

²¹ *Advice to a young tradesman* (1748), Works, ed. Sparks, vol II, p. 87.

²² “Capitalismo existiu na China, na Índia, na Babilônia, na Antiguidade e na Idade Média. Mas, como veremos, faltava-lhe precisamente este *ethos* peculiar” (Weber, 2016, p. 45).

adaptadas à peculiaridade do capitalismo pudessem sobrepujar outras, “primeiro elas tiveram que emergir [...] como modo de ver portado por grupos de pessoas” (Idem, p. 48).

Isto não significa que a *auri sacra fames*, a cobiça, era desconhecida em tempos pré-capitalistas. O impulso aquisitivo acompanha a humanidade desde longa data e seria um contrassenso dizer que é invenção exclusiva da modernidade. Como coloca Weber (2016, p. 50), “*o ganho desbragado, sem vínculo interno com norma nenhuma sempre existiu em todos os períodos da história*”. O lucro, tão condenado entre “irmãos”, era permitido com estrangeiros e o livre comércio podia florescer sem regulação alguma. Foi com o “desmoronamento da tradição e a irrupção mais ou menos enérgica do livre lucro no seio mesmo dos grupamentos sociais” que abriu espaço para uma afirmação do caráter ético dessa novidade (Idem, p. 51):

o adversário com o qual teve de lutar o “espírito” do capitalismo no sentido de um determinado estilo de vida regido por normas e folhado a ética foi em primeiro lugar e continuou sendo aquela espécie de sensibilidade e de comportamento que se pode chamar *tradicionalismo* (Weber, 2016, p.51).

Assim, torna-se mais claro o que queremos dizer com *outro modo de vida*, no contexto da busca pela terra, que o camponês procura encontrar. A era capitalista circunscreve a valorização do capital no quadro da empresa e na organização capitalista racional do trabalho, enquanto potências dominantes na *orientação da ação econômica* (Weber, 2016, p. 51). Foi este o grande feito do espírito do “capitalismo” e o principal resultado de sua concorrência com outras formas tradicionais de relação com o trabalho. Neste sentido, fica delineado aquilo que Weber procura enfatizar com “tradicionalismo”, para que não se confunda com discursos de cunho tradicionalista da atualidade, que pouco tocam a ordem econômica no que diz respeito à ação dos sujeitos no universo do trabalho.

O comportamento tradicionalista é ilustrado pelo autor a partir de um exemplo de pagamento por tarefas a trabalhadores da agricultura. Na procura por um incremento do rendimento na colheita, costumava-se elevar a taxa de remuneração por tarefa. Porém, o aumento do pagamento por tarefa, no mesmo intervalo de tempo, resultou em menor produtividade, pois “ganhar mais atraía menos que o fato de trabalhar menos”. A pergunta que aquele trabalhador se fazia é de quanto tempo precisava para que recebesse a quantia que cobre suas necessidades tradicionais (Idem, p. 53). O comportamento tradicionalista diz que “*o ser humano não quer, por natureza, ganhar dinheiro e sempre mais dinheiro, mas simplesmente viver, viver do modo como está habituado a viver e ganhar o necessário para tanto*” (Idem Ibidem). Seria este o *Leitmotiv* do trabalho na era pré-capitalista. O problema do exemplo acima foi resolvido pelo caminho inverso: reduzir os salários a fim de obrigar o trabalhador a produzir mais, para manter o mesmo ganho. A grande lição desta experiência é de que “o povo só trabalha porque é pobre, enquanto for pobre” (Idem Ibidem).

No entanto, a eficácia deste método se mostra igualmente falha a longo prazo, sobretudo na exigência de trabalhos qualificados, quando se precisa de atenção e iniciativa. Nestes casos, além de um elevado senso de responsabilidade, faz-se necessário uma

disposição que ao menos *durante* o trabalho esteja livre da eterna questão de como, com um máximo de comodidade e um mínimo de esforço, ganhar o salário de costume; e mais, uma disposição de executar o trabalho como se fosse um fim absoluto em si mesmo – como vocação (Weber, 2016, p. 54).

Segundo o autor, esta “vocação” é produto de um longo processo educativo, mais especificamente da educação religiosa. Weber não se faz determinista em suas análises: o “espírito do capitalismo moderno” que nos limites de uma profissão ambiciona o ganho legítimo e racional, deve a razão histórica de que “*aquela disposição encontrou sua forma mais adequada na empresa capitalista moderna, e a empresa capitalista, por sua vez, encontrou nela sua motriz espiritual mais adequada*” (Weber, 2016, p. 57). Ambas podem ocorrer separadamente pois, como diz Weber, e bem sabe meu avô, “a revolução que põe fim ao velho tradicionalismo ainda está em pleno curso” (Idem, p. 58). Porém,

aquele que não faz uma “entrega de si à vocação” de ganhar dinheiro, onde “o ser humano existe para o seu negócio e não o contrário” (Idem, p. 62), “ou afunda, ou não sobe” (Idem, p. 64).

Claro que a sensação de poder e prestígio propiciados pelo simples fato de possuir desempenham aí seu papel: lá onde a fantasia de todo um povo foi vergada na direção de grandezas puramente quantitativas, como nos Estados Unidos, esse romantismo dos números exerce irresistível encantamento sobre os “poetas” que entre os homens de negócio há (Weber, 2016, p. 64).

Concluimos, assim, este primeiro passo em direção à compreensão do conceito de “espírito do capitalismo”, cujo motivo fundamental é a razão utilitarista do trabalho, do ganho como fim em si. A estruturação do processo produtivo a partir de pontos de vista científicos, visionando o aumento da produtividade, elimina a dependência dos limites fisiológicos da pessoa humana impostos pela natureza. Todo o aparato tecnológico e, primeiro, da organização do trabalho, permitiu um nível de produtividade que jamais seria alcançado, tendo em vista a relação do homem com a natureza, por meio de suas forças e faculdades apenas. A que se direciona este “aumento”, um aumento que se realiza em si mesmo como finalidade, é o elemento irracional que habita nesse como em todo conceito de vocação (Weber, 2016, p. 69).

O processo de formação daquele que escreve como meio de locução de ideias, bem como os limites da linguagem e dos métodos pretendidos, podem deixar vagas as conexões que aparecem tão vívidas e reais na mente da autora. Voltemos brevemente à Marx: o autor apresenta seu conceito de fetiche da mercadoria explicando que as relações entre os produtos de trabalho aparecem como relações sociais e estas como relações reificadas. Assim, as relações sociais parecem derivar das coisas produzidas, como qualidade fantasmagórica intrínseca a estas e não o seu oposto. Talvez nesta altura, após as contribuições de Weber acerca do espírito do capitalismo, pode-se perceber que a reificação das relações humanas por meio das coisas trocadas tenha atingido seu ápice no momento em que a racionalidade econômica, fruto da razão utilitarista do trabalho, fez do homem uma ferramenta para si.

Finalmente, o conceito de vocação cunhado pelo autor carrega um elemento “irracional”, isto é, sem finalidade evidente na perspectiva dos interesses pessoais eudemonistas²³. Segundo o autor, a ideia é nova, um produto da Reforma (Weber, 2016, p. 72). A valorização da vida intramundana como missão – *Beruf*²⁴ – seria impossível na pena de um escritor medieval (Idem, p. 80), como é tão frequente na literatura petista daquela época. Um elemento, acima de tudo, é absolutamente novo:

a valorização do cumprimento do dever no seio das profissões mundanas como o mais excelso conteúdo que a autorrealização moral é capaz de assumir. Isso teve como consequência inevitável a representação de uma significação religiosa do trabalho mundano de todo dia e conferiu pela primeira vez ao conceito de *Beruf* esse sentido (Idem, p. 72).

É neste sentido que devemos compreender a condenação da distinção católica dos preceitos de *concepta et concilia*. Não será por meio da suplantação da moralidade intramundana pela ascese monástica que se procurará agradar a Deus, mas, precisamente, pelo *cumprimento com os deveres intramundanos*, de acordo com a posição do indivíduo na vida e que, por isso, se torna sua “vocação profissional” (Weber, 2016, p. 72). Quanto mais a ideia de *sola fide* se aguça em sua oposição aos conselhos evangélicos do monacato católico, mais aumenta a significação da vocação numa profissão. A vida monástica soava cada vez mais injustificável e egoísta, ao passo que o trabalho profissional mundano aparece como “expressão do amor ao próximo”. Até então, o trabalho mudando pertencia ao “reino das criaturas”, era base natural imprescindível à vida e “moralmente indiferente em si mesmo como comer e beber” (Idem, p. 73).

²³ Relativo à felicidade.

²⁴ Vocação ou profissão. Nota do editor, Correspondência vocabular (Weber, 2016, p. 18).

O feito propriamente dito da reforma consistiu simplesmente em ter já no primeiro momento inflado fortemente, em contraste com a concepção católica, a ênfase moral e o *prêmio* religioso para o trabalho intramundado no quadro das profissões (Weber, 2016, p. 75).

No entanto, em Lutero, o conceito de vocação permanece com amarras tradicionalistas. O percurso que o autor traça para explicar tal ideia não será apresentado aqui, visto que a centralidade de nossa discussão não nos permite tal percurso. Basta estar ciente que para este reformista, “a vocação é aquilo que o ser humano tem de aceitar como desígnio divino”, o trabalho profissional seria a “missão dada por Deus” (Weber, 2016, p. 77). Na verdade, ela possui, a priori, uma significação negativa, no sentido de que não se fazia mais necessário suplantar os deveres intramundanos pelos monásticos, ao passo que se pregava obediência e aceitação das condições de vida dadas (Idem, ibidem). Será no calvinismo que a conexão entre a práxis da vida e o ponto de vista religioso se tornará mais evidente para o desenvolvimento do capitalismo. Segundo Weber, a peculiaridade ética do calvinismo é totalmente diversa quer a do catolicismo quer a do luteranismo (Idem, p. 79).

Algumas advertências do autor nos são importantes ressaltar, para que se compreenda, em alguma medida, o diálogo que travava com certa tradição do materialismo histórico. São diversos os apontamentos que faz ao longo de seu texto para evidenciar a eficácia das “ideias” no curso da história. No entanto, não se deve atribuir a tais reformadores a intenção de levar a cabo reformas éticas; os efeitos culturais da Reforma foram, em boa medida, consequências imprevistas e até mesmo indesejadas (Weber, 2016, p. 82). O objetivo de Weber é averiguar até que ponto influxos religiosos contribuíram para criação qualitativa e a expansão quantitativa deste “espírito” e “quais são os aspectos concretos da cultura assentada em bases capitalistas que remonta, àqueles influxos” (Idem, p. 83). De forma alguma, Weber pretende atribuir à Reforma a concepção do capitalismo enquanto sistema econômico.

Voltemos brevemente a nosso objetivo, que pode ter escapado de nossa vista a esta altura, onde nos encontramos em meio a embates “nada violentos” da Idade Média: traçar uma linha onde seja possível situar o camponês, sujeito de nossa pesquisa, materialmente no capitalismo moderno e culturalmente em seu modo de vida. A perspectiva puramente materialista nos esquivaria das contribuições tão concretas de Weber para a compreensão da reprodução material da família camponesa, bem como uma perspectiva estritamente weberiana não nos permitiria alcançar as contradições do mercado de alimentos orgânicos, também objeto de nossa pesquisa. Não é indispensável dizer que o apontamento de soluções “mágicas” para o tamanho da contradição na qual se insere o camponês na modernidade – e não apenas ele – está distante de nosso alcance, bem como não determina de maneira alguma nossa intenção.

Weber apresenta quatro portadores históricos do protestantismo ascético – calvinismo, pietismo, metodismo e as sitas anabatistas – cada um com distintos fundamentos dogmáticos. No entanto, “o fenômeno da conduta *moral*” encontra-se de igual modo nestas diversas dominações: as máximas éticas eram, de toda forma, muito parecidas (Weber, 2016, p. 89). Em alguma medida, diante dos conflitos entre tais portadores, as raízes dogmáticas da moralidade ascética se estiolaram, evidenciando onde, originalmente, a práxis moral se ancorava, a saber, na ideia de um *Outro Mundo*. Ao apresentar os conteúdos daquelas ideias primordiais Weber procura “*rustrear aqueles estímulos psicológicos criados pela fé religiosa e pela prática de um viver religioso que davam a direção da conduta de vida e mantinham o indivíduo ligado nela*” (Idem ibidem). Nos atentaremos apenas às contribuições, principalmente, do calvinismo e algumas do anabatismo. Ambas são designadas pelo autor como portadoras autônomas da ascese protestante, sendo que as outras duas referem-se a fenômenos secundários (Idem, p. 130):

O calvinismo foi a fé em torno da qual se moveram as grandes lutas políticas e culturais dos séculos XVI e XVII nos países capitalistas mais desenvolvidos – Países Baixos, Inglaterra e França (Weber, 2016, p. 90).

Adentraremos agora àquelas peculiaridades do calvinismo que foram fundamentais para a designação de uma racionalidade econômica. O dogma mais característico do calvinismo é a teoria da predestinação. Weber (2016, p. 90) procura indagar sobre a significação causal conferida, então, a este dogma, no que tange seus efeitos histórico-culturais. Trata-se de um juízo de imputação histórica. Uma lista de fatos históricos ocorridos em razão dos efeitos deste dogma é apresentada pelo autor. Não a traremos aqui, mas é importante ressaltar alguns aspectos da teoria da predestinação, detalhada na Confissão de Westminster, de 1647, que aqui trazemos resumida:

Por decreto de Deus, para a manifestação de Sua Glória, alguns homens (...) são predestinados à vida eterna, e outros preordenados à morte eterna. [...] De acordo com Seu desígnio eterno e imutável, [...] e o bel prazer de sua vontade, escolheu-os em Cristo para a Sua eterna glória, [...] sem qualquer previsão de fé ou de boas obras, [...] ou qualquer outra coisa na criatura. [...] Aprouve a Deus [...] deixar de lado o resto dos homens, para a glória de Seu poder soberano sobre Suas criaturas. [...] Todos aqueles que Deus predestinou à vida, e somente esses, aprouve-lhe chama-los [...] determinando-os o que é bom (...).

Quanto aos homens maus e sem fé, a quem Deus [...] cega e endurece por seus pecados, [...] e também as vezes lhes retira os dons que possuíam e os expõe a objetos que sua corrupção transforma em ocasião de pecado (Weber, 2016, p. 92).

O “*decretum horrible*” de Calvino, como o designa o autor, tem seu foco exclusivamente em Deus. Para ele, não é Deus que existe para os humanos, mas o oposto, e “*todo acontecimento [...] pode ter sentido como um meio em vista do fim que é a autoglorificação da majestade de Deus*” (Weber, 2016, p. 94). Assim, o sentido do destino individual de cada ser encontra-se envolto em mistérios obscuros que não toca ao homem sondar, senão somente colocar-se à disposição da glória de Deus. Apenas de uma coisa se sabe: uma parte da humanidade está salva e a outra ficará condenada. Ninguém podia ajudar este sujeito mergulhado em “inaudita solidão interna”: nenhum pregador, nenhum sacramento, nenhuma igreja e, por fim, nenhum Deus, pois mesmo Cristo morreu por seus eleitos (Idem, p. 95). Esta supressão absoluta da salvação eclesiástico-sacramental foi decisiva em face do catolicismo, bem como ao luteranismo, na consumação de suas consequências (Idem, p. 96). A predestinação tornou-se a forma mais extrema da confiança exclusiva em Deus e como efeito, modelou o estado de espírito do puritano, que no fundo só se ocupa consigo mesmo e só pensa na própria salvação (Idem, p. 98).

O trabalho social, em sentido intramundano, do calvinista, é exclusivamente trabalho para aumentar a glória de Deus. “*Daí por que o trabalho numa profissão que está a serviço da vida intramundana da coletividade também apresenta esse caráter*” (Weber, 2016, p. 99). Recordemo-nos de que para o católico da Idade Média, o trabalho era moralmente indiferente e quando procurava suplantar a ordem mundana por meio da moral ascética, isto é, do monacato, esta moral recaía apenas sobre aqueles que seguissem os preceitos de *concilia evangélica* dentro dos muros de sua ética. Em Lutero, o objetivo de suplantar a moralidade intramundana pela ascese monástica, como meio de viver que agrada a Deus, é condenado pelo preceito de *cumprir com os deveres intramundanos*, o qual se torna sua vocação profissional. O trabalho humano, então, é expressão do amor ao próximo, em contraposição à “egoística falta de amor” da vida monástica. Pode parecer um salto ilógico, mas naquela sociedade onde a salvação era tema central da vida, a “perda do poder místico” dos padres na expiação dos pecados, bem como a “queda dos muros” dos monacatos, demandava algum meio para se obter contato com Deus, um contato que desse prova de ser criatura agradável diante dos olhos da autoridade divina.

Contudo, enquanto no luteranismo não passava de “pura construção ideal”, nos calvinistas tornou-se parte de seu sistema ético. Aqui, o amor ao próximo expressa-se no cumprimento da missão vocacional imposta pela lei natural e, desta forma, assume caráter objetivo-impessoal: “trata-se de um serviço prestado à conformação racional do cosmos social que nos circunda” (Weber, 2016, p. 99). É importante sublinhar esta frase porque ela, já de início, delinea o sentido do trabalho na modernidade. Porém, antes que as amarras religiosas tenham dado espaço à estrita razão utilitária, Deus queria do cristão (calvinista) uma obra social para que a conformação social da vida se

fizesse de forma a corresponder a seus mandamentos, a fim de crescer no mundo a Sua glória (Idem *ibidem*). Este trabalho, em sentido de conformação da ordem do cosmos social, serve à utilidade do gênero humano de promover a glória de Deus e é, portanto, por Deus querido. O sentido da vida e do mundo, em função das quais outros se dilaceravam – alguns com distinta poesia – era para o puritano algo explicitamente claro.

A questão que assombrava o calvinista era outra: serei eu um dos eleitos? E como terei certeza da eleição? Calvino detinha uma resposta: “devemos nos contentar em tomar conhecimento do decreto de Deus e perseverar na confiança [...] pela verdadeira fé” (Weber, 2016, p. 100). Não se pode reconhecer pelo comportamento, se são eleitos ou não, tentativa de penetrar os mistérios de Deus. A *certitudo salutis*, isto é, a distinguibilidade do estado de graça, assumiu marca prioritária onde a doutrina de predestinação vigorasse. Na medida em que tal doutrina não se altera, nem é abandonada, surgem dois conselhos na cura de almas: de um lado, o dever de considerar-se eleito e repudiar qualquer dúvida; do outro, destaca-se o trabalho profissional sem descanso como meio mais saliente para conseguir essa autoconfiança. Ele dissiparia toda a dúvida religiosa. Que o trabalho fosse tido como capaz de tal feito, o coloca em franca oposição à doutrina luterana da justificação pela fé.

A *unio mystica* do luterano incitava estado de penitência decorrente ao pecado original e gerava um sentimento de humildade e simplicidade indispensáveis ao perdão dos pecados. Já no calvinismo, esta penetração do divino na alma humana estava fora de cogitação pela absoluta transcendência da natureza de Deus. Para o *virtuose* religioso – em contraposição ao cristão católico – estavam dispostas duas possibilidades de discernir seu estado de graça: “quer se sentido como receptáculo, quer como ferramenta da potência divina”. A vida religiosa do primeiro, segundo Weber (2016, p. 103), tende para a cultura mística, aproximando-se em certas medidas do catolicismo e a do segundo, para a ação ascética. O reformado também queria santificar-se *sola fide*, mas porque os sentimentos eram enganosos, isto desde Calvino, a fé deveria ser *fides efficax*, comprovada por *efeitos* objetivos: o aumento da Glória de Deus. A certeza da graça surge pelo agir de Deus nas obras do cristão reformado. Era possível controlar seu estado de graça apenas comparando-o com aquele que segundo a Bíblia era próprio dos eleitos: apenas os eleitos possuem a *fides efficax*. Assim,

estando consciente de que sua conduta [...] se assenta numa força que nele habita, para a maior glória de Deus e, portanto, não é apenas desejada por Deus, mas operada por Deus, alcança aquele bem supremo a que aspirava essa religiosidade: a certeza da graça (Idem, p. 104).

O calvinista, finalmente, cria ele mesmo sua bem-aventurança eterna, porém numa autoinspeção sistemática que a cada instante enfrenta a dúvida da própria eleição. Muito distinta era a conduta do católico leigo da Idade Média, que vivia “da mão à boca” e que, antes de mais nada, cumpria com seus deveres tradicionais. O que viesse a fazer de “boas obras” permanecia como ações isoladas e tampouco eram racionalizadas em um sistema de vida (Weber, 2016, p. 105). O católico tinha à sua disposição a “magia” do padre que podia recorrer em arrependimento e penitência, e que dessa forma retirava do indivíduo a tensão enorme na qual era destino de o calvinista viver (Idem, p. 106). “O Deus do calvinismo exigia dos seus, não boas obras isoladas, mas uma santificação pelas obras erigida em sistema” (Idem, p. 107), um modo de vida racionalizado do início ao fim. É desta forma que a

práxis ética do comum dos mortais foi assim despida de sua falta de plano de conjunto e sistematicidade e convertida num método coerente de condução da vida como um todo” (Idem *ibidem*).

Essa racionalidade regida por uma vida de reflexão capaz de superar o *status naturalis*, como abordagem metódica da vida, conferiu à piedade reformada um traço especificamente ascético (Idem *ibidem*):

Subtrair o homem ao poder dos impulsos irracionais e à dependência em relação ao mudo e à natureza, de sujeita-lo à supremacia de uma vontade orientada por um plano, de submeter permanentemente suas ações à autoinspeção e à ponderação de sua envergadura ética (Weber, 2016, p. 108).

É aí que nasce a ascese intramundana abordada por Weber, na supressão da concilia evangélica, agora destinada a todos. Quem deixou primeiramente isso de lado, foi Lutero. Porém, como vimos, foi Calvino que levou a fundo a significação de suas consequências: agora cada cristão deveria ser monge ao longo de toda sua vida (Weber, 2016, p. 110). Se o luteranismo ficou marcado por aquele negativismo de uma vida “aonde Deus o designou”, o calvinismo acrescentou aos ideais ascéticos dentro da vida profissional, um aporte positivo, a comprovação da fé na vida profissional. O monge católico que registrava em forma de diário, ou mesmo de tabelas, os pecados, as tentações e os progressos na conduta de graça, o fazia a fins de confissão integral ou para entregar a seu superior religioso. No cristão reformado, tal diário servia para tomar pulso de si mesmo. Haja vista a contabilidade de Benjamin Franklin trazendo seus progressos rumo à virtude. Finalmente, mais tarde o puritano passou a controlar, também, o comportamento e, contrariamente à doutrina de Calvino, o juízo de Deus. A santificação da vida quase chegava assim a assumir um caráter de empresa (Weber, 2016, p. 113).

Isto posto, passaremos brevemente pelas seitas anabatistas. Aqui, “o desencantamento com o mundo”, que segundo Weber (2016, p. 106) é a “eliminação da magia como meio de salvação”, ganhou novos contornos, a exemplo dos quakers. Como vimos, este radical desencantamento não deixava interiormente outro caminho, senão a ascese intramundana. E para os grupos que não quisessem ter qualquer relação com os poderes políticos, resultou que tais virtudes confluíssem externamente para o trabalho profissional (Idem, p. 135). Estas seitas começaram a surgir quando a comunidade religiosa, ou seja, a Igreja, passou a ser exclusivamente espaço para aqueles que se tornaram pessoalmente crentes e regenerados, não admitindo mais o caráter de instituição para justos e injustos (Idem, p. 131). Para os anabatistas, a justificação pela fé se dava de forma distinta à ortodoxia do antigo protestantismo. Ela consistia na apropriação interior de sua obra de redenção e vinha através do Espírito divino, que cabia ao fiel esperar persistentemente. A sua vinda se faria certa por meio da consciência de sua presença interior.

No entanto, como desde Lutero estava fora de cogitação a vida monástica, as seitas anabatistas *fincaram bem o pé* no terreno da virtude profissional intramundana e na ordem da propriedade privada. Além do mais, aumentava substancialmente a intensidade do interesse profissional de cunho econômico. Primeiro pela recusa a assumir cargos políticos – decorrente do afastamento do mundo – e ligado a isto, a repulsa ao estilo de vida aristocrático – em razão da proibição da glorificação da criatura (Weber, 2016, p. 136). Concluimos assim, as contribuições da doutrina ética religiosa para a criação de uma ascese intramundana.

Para recapitular: o decisivo para nossa consideração sempre foi a concepção do “estado de graça” religioso [...] precisamente como um estado que separa o homem do estado de danação em que jaz tudo quanto é criatura, ou seja, separa do mundo, mas cuja posso só se pode garantir [...] não por um meio mágico sacramental de qualquer espécie, não pela descarga na confissão, nem por obras pias isoladas, mas somente pela comprovação em uma conduta de tipo específico, inequivocamente distinta do estilo de vida do homem natural (Weber, 2016, p. 139).

A seguir, veremos como a atitude destes grupos reformados conferiu à vida profissional um caráter cuja significação é primordial para a compreensão de um espírito capitalista. Para que seja possível compreender o nexo entre o protestantismo ascético e capitalismo, teremos que ter em mente a significação do pós-morte para o sujeito da Idade Média, na qual “nós modernos simplesmente já não somos capazes de fazer a menor ideia” (Weber, 2016, p. 141). O poder religioso, sobretudo nas figuras da autoridade eclesiástica, da disciplina e da pregação “foram plasmadores do caráter de um povo” (Idem *ibidem*). Weber cita Richard Baxter, um dos principais propagadores da ética puritana, tratando do protestantismo ascético agora como um bloco, tendo em vista seus objetivos. Para

Baxter²⁵ a riqueza era um grave perigo, pois colocava o cristão reformado diante de tentações contínuas, como a ambição, mas principalmente e ainda mais condenável, o descanso sobre a posse. Gozar da riqueza resultava em ócio e prazer carnal, mas antes de tudo, o abandono de uma vida santa: “o descanso eterno dos santos está no outro mundo” (Idem, p. 143). E é apenas em razão deste relaxamento que ter posses é reprovável. Só serve a ação, o ser humano deve buscar a certeza de seu estado de graça levando a efeito a obras daquele que o enviou (Idem *ibidem*).

Ainda não se vê, como em Franklin, que tempo é dinheiro, mas a perda de tempo já aparece como o mais grave de todos os pecados. O tempo é valioso porque cada hora perdida é subtraída do grande feito de aumentar a glória de Deus. Baxter receitava contra todas as tentações da “vida impura”, além de uma dieta vegetariana e banhos frios, trabalho duro na tua profissão (Weber, 2016, p. 144). A sentença paulina, “Quem não trabalha, não coma” vale para todos, pois a falta de vontade de trabalhar é *sin*toma de estado de graça ausente. A doutrina medieval, por mais que tivesse interpretado a máxima de Paulo, atribuía-lhe distinto sentido: o trabalho era necessário apenas pela razão natural e concernia apenas à espécie humana e não a cada indivíduo. Para Baxter, distanciando-se substancialmente da conduta de vida aristocrática, o homem de posses que não trabalha também não deve comer.

A todos, sem distinção, a Providência divina pôs à disposição uma vocação (*calling*) que cada qual deverá reconhecer e na qual deverá trabalhar, e essa vocação não é, como no luteranismo, um destino no qual ele deve se encaixar e com o qual vai ter que se resignar, mas uma ordem dada por Deus ao indivíduo a fim de que seja operante por sua glória (Weber, 2016. P. 145).

Em Tomás de Aquino a divisão do trabalho já aparecia como emanção direta do plano de Deus para o mundo, mas a inserção dos seres humanos nesse cosmos era de causa aleatória. Para Lutero, a inclusão dos seres humanos nas profissões é uma emanção direta da vontade divina, e uma obrigação religiosa permanecer onde Deus o confinou. Na visão puritana, é pelos frutos da ação no trabalho que se reconhece o fim providencial da articulação da sociedade em profissões (Weber, 2016, p. 146). Baxter diz que

aquele que tem uma profissão fará seu trabalho de forma ordenada, enquanto um outro patina em perpétua confusão, com negócios a fazer não se sabe onde ou não se sabe quando (...) eis porque uma profissão fixa (*certain calling*) é melhor para todo mundo (Weber, 2016, p. 147).

No puritanismo, o caráter metódico-sistemático de quem tem uma profissão é estabelecido pela ascese intramundana. O trabalho exigido por Deus não é apenas dispêndio de energia, mas trabalho racional em uma profissão. A ideia puritana de profissão recai sobre a ênfase do caráter metódico da ascese vocacional, (Idem *ibidem*) e uma mudança profissional só é aceitável, desde que responda ao princípio geral de uma profissão mais *útil*. Esta profissão se orienta por critérios morais, pela importância que tem para a coletividade e pela capacidade de dar lucro. Porque o Deus que o puritano vê operando em todas as circunstâncias da vida, se a ele toca uma oportunidade de lucro, é porque tem suas intenções de assim fazer (Idem, p.148). Assim, o sujeito profissional não só é especializado como transfigura um homem de *negócios*: constitui o sóbrio *self-made man* burguês.

Fato interessante é que a sociedade monárquico feudal defendia “os desejosos de diversão” contra a moral burguesa, esta que combatia o decreto segundo o qual aos domingos era permitido diversões populares. De certa forma, o ascetismo figurava perigo ao autoritarismo do Estado, assim como hoje o sindicalismo da classe operária é condenado pela sociedade capitalista (Weber, 2016, p. 152). Todas as formas lúdicas e de arte e diversão, como o esporte, eram reconhecidas como um comportamento irracional e sem utilidade (Ide, p. 154). O ser humano não passava de um administrador de bens que a graça de Deus o designou e como servo deve prestar contas de cada centavo, sendo no mínimo arriscado utilizá-los para fruição pessoal. Quanto mais cresciam as posses, maior era a

²⁵ O Descanso Eterno dos Santos e Christian Directory, meados do século XVII.

responsabilidade de não apenas conservá-las, mas de multiplica-las para a glória de Deus. Finalmente, a ascese protestante, em seus efeitos, liberou o enriquecimento dos entraves da ética tradicional (a tão condenada *auri sacra fames*), rompeu as amarras da ambição de lucro, não somente ao legaliza-lo, mas sobretudo ao encará-lo como querido por Deus (Idem, 155).

No entanto, por mais que tenha lutado contra a ambição da riqueza com o fim mesmo de ser rico, a ascese portava-se muito mais como aquela força que “sempre quer o bem e sempre faz o mal”. Como não permitia o consumo que visa o gozo mundano das riquezas, o resultado foi o acúmulo de capital em forma de poupança (Weber, 2016, p. 157). Até onde alcançou a concepção de vida puritana, ela beneficiou, nos mais dos casos, a tendência de vida burguesa economicamente racional, fez cama para o *homo oeconomicus* moderno (Idem, 157). Com o tempo, os ideais puritanos fraquejaram diante da prova de resistência imposta pelas “tentações” da riqueza; os mais genuínos adeptos do espírito puritano viam-se quase sempre prontos a renegar os velhos ideais. Aliás, Weber (2016, p. 159) acrescenta que “a história inteira das regras das ordens monásticas é em certo sentido uma luta perpetuamente renovada com o problema do efeito secularizante dos haveres (Idem, p. 159).

Chegamos ao nosso ponto de partida na abordagem de Weber (2016, p. 160), quando o ápice do entusiasmo puramente religioso já havia passado. E

o que essa época religiosamente vivaz do século XVII legou à sua herdeira utilitária foi sobretudo e precisamente uma consciência imensamente boa – digamos sem rodeios: *farisaicamente* boa – no tocante do ganho monetário, contando que ele se desse tão só na forma da lei. [...] Surgira um *ethos* profissional especificamente burguês.

Além do mais, sob o poder destes capitalistas descansados em travesseiro macio vê-se uma legião de trabalhadores sóbrios, conscienciosos e aferrados ao trabalho como se fosse finalidade da vida. Por um lado, como vimos, a ascese protestante aprofundou a ideia de trabalho leal e honesto, comum à quase todas as confissões religiosas, e concebeu esse trabalho como vocação profissional enquanto meio de reconhecer o próprio estado de graça. Por outro, ela legalizou a exploração dessa disposição para o trabalho quando reconheceu a atividade voltada para o lucro também como vocação profissional (Weber, 2016, p. 162). Neste sentido, duas consequências são visíveis no profissional moderno: tratar o trabalho como vocação profissional e para o empresário, a respectiva vocação para o lucro (Idem, p. 163).

Finalmente, ação e renúncia, os dois pilares da ascese protestante, já eram pressupostos no mundo profissional em que vivia Weber e hoje mais do que nunca são a conjectura da atividade que vale a pena, o caráter do estilo de vida burguês – *se é que não é falta de estilo*, como bem ressalta o autor (Weber, 2016, p. 164). Já não há mais espaço para o tipo fáustico de homem universalista, o puritano queria ser um profissional e nós devemos sê-lo. A ascese intramundana contribuiu ao que lhe coube para edificar o poderoso cosmos da ordem econômica, da produção pela máquina,

que hoje determina com pressão avassaladora o estilo de vida de quem nasce dentro dessa engrenagem e talvez continue a determinar até que cesse de queimar a última porção de combustível fóssil (Idem, p. 165).

Os bens exteriores, quicá uma mesa²⁶, ganharam poder irresistível sobre os homens como nunca antes na história. Com o capitalismo vitorioso – vitorioso porque seu manto de aço não se pôs na ordem econômica de forma idílica – desde quando se apoia em bases mecânicas não necessita mais do arrimo da ascese religiosa. Weber finaliza seu texto arriscando algumas hipóteses do que haveria de vir e cuja visão não se distancia dos tempos atuais. Para os

²⁶ “Ela [mesa] não só se mantém com os pés no chão, mas põe-se de cabeça para baixo diante de todas as outras mercadorias, e em sua cabeça de madeira nascem minhocas que nos assombram muito mais do que se ela comesse a dançar por vontade própria” (Marx, 2013, p. 146).

“últimos homens”, corroborando com a visão escatológica do tempo da beleza que chega lentamente e dolorosamente ao fim, restarão “*especialistas sem espírito, gozadores sem coração*” (Weber, 2016, p. 166).

Compleamos, assim, as contribuições de Marx e Weber para a perspectiva do sujeito camponês de nossa pesquisa. Sabemos que encontra, materialmente, seu lugar no capitalismo como oferta de capital, na forma de acumulação necessária para a reprodução ampliada do capital (Oliveira, 1987, p. 29). Não é nem resquício de uma sociedade cujos destroços apenas encontramos em museus, nem uma outra forma de trabalhador dentro das categorias apresentadas por Marx. Tampouco procuramos encaixá-lo em um tipo ideal. O objetivo de trazer a noção de profissão no contexto do capitalismo moderno é de contrastá-la com o trabalho do camponês. Evidentemente que muitos são os limites impostos pelas próprias ferramentas oferecidas por Weber, bem como o de nossa ambição, para tratar de um espírito pré-capitalista na abordagem do camponês.

Muito mais o camponês não é, tendo em vista uma perspectiva de Weber, do que é. Seria impossível determinar aqui, e com precisão, todos os aspectos de uma cultura essencialmente camponesa a partir, inclusive, dos dois autores apresentados. Não porque o camponês seja eternamente aquele traço adjacente à uma fortaleza, mas, precisamente porque a “unidade camponesa é o resultado complexo e dinâmico das deliberações da família agricultora” (Ploeg, 2016, p. 85). Não se trata de apresentar um novo conceito ou refutar tais e tais apontamentos. Trata-se de utilizar dos elementos da modernidade que contrastam com o universo do trabalho camponês. E, justamente, por ser esta a razão do diálogo entre estes sujeitos e as políticas públicas se fazer, no mais das vezes, de forma desencontrada.

O camponês produtor de mercadorias, produtor de valor de uso e de valor de troca, é parte do sistema capitalista moderno. No entanto, não o faz no sentido de acumular mais-valia, não. Utiliza-se dos meios de produção que tem à sua disposição no intuito de reproduzir-se em outro *modo de vida* que não seja nem a do capitalista nem a do trabalhador assalariado. Este modo de vida, por mais que esteja vestido de itens da modernidade, desde tratores até bonés, não diz respeito a um modo de vida moderno, no sentido em que se propõe a palavra aqui, do trabalho profissional que visa o ganho como finalidade em si. Não é para Marx, nem é para Weber.

Como já vimos, a produção capitalista visa apenas um objetivo: o lucro, a mais valia. Nela, os homens aparecem como braços de uma grande máquina. Na terra do camponês, quem dirige a máquina é o homem e não o oposto. O seu trabalho é voltado para satisfazer as suas necessidades tradicionais. Com isto não se deve pensar que as tais “necessidades tradicionais” não se podem transformar ao longo do tempo, como se o camponês comesse até hoje as mesmas variedades de batatas de 500 anos atrás. O que Weber procura esboçar com necessidades tradicionais é o sentido da produção. Não se produz para lucro, para crescimento ininterrupto de capital, para posteriormente aumentar ainda mais este capital, como finalidade em si. Produz-se porque faz parte da vida, daquela vida.

É importante ressaltar que a racionalidade econômica desenvolvida, aos olhos de Weber, a partir das máximas éticas do pietismo visava um objetivo: primeiro a *certitudo salutis* e, posteriormente, o lucro. Seria arriscado dizer que toda racionalidade econômica produz empresários capitalistas, ou mesmo procurar estabelecer critérios capazes de designar os limites que contornam uma racionalidade econômica num dado sujeito produtor. Porém, podemos dizer, segundo a teoria de Weber, o contrário: todo produtor capitalista é dotado desta singular vocação ao lucro e, portanto, possuidor de uma tal racionalidade, isto tendo em vista a modernidade. O que difere substancialmente o lucro capitalista de outras épocas é o advento da racionalidade econômica, fundamentada na razão utilitarista do trabalho.

Por mais que muitos sejam os elementos encontrados nos discursos dos camponeses que designam o sentido de vocação para o cultivo da terra, um aspecto é importante destacar: o camponês quer trabalhar para si. Não

necessariamente é o caso de um engenheiro, por exemplo: ele pode muito bem sentir-se satisfeito exercendo sua profissão em uma empresa cujo dono nem sequer tem conhecimento e passar o resto de sua vida ativa na mesma situação²⁷. Seguindo a mesma lógica, um agricultor poderia igualmente desenvolver as faculdades de sua profissão em uma dada empresa: semear, cultivar, colher. Mas não é bem este o caso do camponês, seja ele especializado ou não.

Isto não quer dizer que em um dado momento a situação não possa mudar para o camponês e que o lucro capitalista passe a ser seu novo objetivo ou que opte por outras oportunidades de trabalho na cidade. Porém, tampouco é possível dizer que o abandono da vida camponesa é um imperativo categórico para todos aqueles que porventura enriquecem ou empobrecem. O trabalho para o camponês aparece como extensão de algo além da profissão de agricultor. A questão chave aqui para a compreensão de racionalidade econômica, é a vocação para o lucro, o lucro capitalista. Isto está em plena ressonância com a perspectiva de Oliveira, (1987, p. 28) sobre o capitalismo ser um sistema de reprodução da mais-valia e não de mercadorias.

Muito interessante é a interpretação de Bauman (2003, p. 32) acerca da modernidade esboçada por Weber. Para o sociólogo, “segundo Max Weber, o ato constitutivo do capitalismo moderno foi a separação entre negócios e lar”. A profissão moderna, neste sentido, é o desenraizamento do trabalho dos solos do lar. O trabalho pré-capitalista, como nos mostrou Weber, era a sustentação material da vida, de uma vida voltada para as necessidades encontradas na família, no lar, na comunidade. Vida e trabalho estavam intimamente ligados e não seria possível desassociar um do outro, e consequentemente metrificá-los como se faz tão facilmente nos escritórios e fábricas dos tempos modernos.

A profissão configura uma outra relação com o trabalho, basicamente invertida: a vida moderna é regida pelas necessidades do trabalho. Sem as implicações do lar, isto é, aqueles imperativos tradicionais – sobretudo de cuidado – o trabalho tornou-se finalidade em si. É claro que este trabalho significa mais-valia nas mãos do capitalista, mas mesmo este se vê tragado pelo “moinho satânico”: o dinheiro que acumula lhe serve apenas para bens de consumo. Não importa a quantidade e o tipo de consumo que vivencie, será sempre efêmero e no mais das vezes descartável. Por fim, a vida passa a significar um eterno consumir. Aquilo que era princípio ético, como a hospitalidade, a confiança, torna-se consumo, mercadoria, valor de troca. A ação prática do ser humano se transfigura naquele trabalho que é dispêndio de energia igual e cuja obrigação se impõe pelo fato de que a separação entre negócio e lar significou ao mesmo tempo a separação entre os produtores e as fontes de sua sobrevivência (Bauman, 2003, p. 32).

Bauman assinala que uma das tendências que sempre acompanhou o capitalismo moderno é o esforço consistente

de substituir o “entendimento natural” da comunidade de outrora, o ritmo, regulado pela natureza, da lavoura, e a rotina, regulada pela tradição, da vida do artesão por uma outra rotina artificialmente projetada e coercitivamente imposta e monitorada (Bauman, 2003, p. 36).

Concluimos, assim, este primeiro capítulo que configura o diálogo entre as abordagens de Marx e Weber. Nosso objetivo almejou situar o sujeito de nossa pesquisa, que é o camponês, na modernidade, isto é, no capitalismo moderno. Partimos da conceitualização de Oliveira (1987), que define o camponês por meio das relações de trabalho familiar e do sentido da acumulação da renda camponesa, distinta qualitativamente da mais-valia capitalista. As contribuições de Weber nos são valiosas porque demonstram os aspectos culturais que regem estas relações de e com o trabalho não capitalistas.

²⁷ Não pretendemos com o exemplo apresentado, e ao longo do texto, atribuir juízos morais a um ou outro tipo de trabalho. O que nos interessa é destacar o contraste que determina o significado de modo de vida do camponês empregado nesta dissertação.

3. DA AGRICULTURA ORGÂNICA AOS CAMINHOS CAMPONESES

“The enclosure of the commons inaugurates a new ecological order: Enclosure did not just physically transfer the control over grasslands from the peasants to the lord. Enclosure marked a radical change in the attitudes of society towards the environment. Before, in any juridical system, most of the environment had been considered as commons from which most people could draw most of their sustenance without needing to take recourse to the market. After enclosure, the environment became primarily a resource at the service of “enterprises” which, by organizing wage-labor, transformed nature into the goods and services on which the satisfaction of basic needs by consumers depends. This transformation is in the blind spot of political economy.”²⁸

“Nenhuma outra inovação da revolução industrial incendiou tanto a imaginação quanto a ferrovia, como testemunha o fato de ter sido o único produto da industrialização do século XIX totalmente absorvido pela imagística da poesia erudita e popular.”²⁹

Quem já andou de trem talvez esteja familiarizado com o ritual que se segue: comprar o ticket da passagem, avistar o horário de partida, certificar-se da plataforma de embarque, encontrar seu acento e após, acomodado, apoiar os braços na janela para ver a paisagem “andar”. Caso não tenha a sorte de sentar-se na janela, é comum passar o trajeto com o rosto inclinado para o vidro do vizinho. Mesmo aqueles passageiros ocupados por suas importantes tarefas são, ao menos por alguns instantes, absorvidos pelo enigma da janela dos trens.

Nosso caso não é nem o da chegada do príncipe Michkin a São Petersburgo, nem o do aventureiro trajeto percorrido por Hans Castorp nas montanhas suíças. Ao invés do som intermitente da locomotiva a vapor, o que se escuta é o constante ruído metálico dos trens modernos. Não faz mal, aquele ritmo do tempo marcado pelas descargas de vapor não deixou de existir, apenas fora substituído pela emenda dos trilhos, que no passar da máquina gigantesca gera, em intervalos exatos, um específico “tum-dum”. O fato é que quem anda de trem e não se dá a oportunidade de perder-se na memória do tempo, não pode dizer verdadeiramente que andou de trem. E engana-se aquele que duvida da proeza poética dos trilhos da Região Metropolitana de São Paulo. Seus personagens são tão literários quanto os de outrora: uma estudante que se acomoda no chão munida de seus fones de ouvido, uma senhora que agarra firmemente no apoio de mão para sentar-se no lugar gentilmente cedido, um homem cansado que viaja de olhos fechados com a mochila envolta nos braços.

No entanto, são dois os eventos mais marcantes para quem experimenta viajar de trem nos arredores da capital paulista. O primeiro se refere ao espírito olímpico que toma conta da plataforma no momento em que as portas do trem são abertas. Se o leitor nunca teve a alegria de presenciar tal evento, aquela antiga brincadeira infantil de “dança das cadeiras” serve de perfeita metáfora. Logo que os vencedores conquistam seus bancos vazios e o trem começa a partir, o segundo acontecimento se inicia: “Olha a bolinha branca”, “Tenho aqui nas minhas mãos a melhor carteira do shopping do metrô”, “Tá passando o rabinho de porco”, “Apresento para vocês capinha de celular mais resistente do mercado”. Este último é um espetáculo curioso, porque o vendedor faz questão de mostrar a qualidade de seu produto jogando o próprio celular no chão. Funciona, sempre os vejo conquistando os

²⁸ Silence is a Commons. Iván Illich, 1983.

²⁹ A era das revoluções: 1789 – 1848, Eric J. Hobsbawm, 2011.

consumidores do metrô. A singular trilha sonora é intercalada com os avisos da CPTM³⁰ advertindo o comércio ambulante. O fato é que quem anda nos trilhos de São Paulo e não se dá a oportunidade de comprar, ao menos, um chocolate, não pode dizer verdadeiramente que andou de trem.

Assim começa a minha jornada pelas OCS na Região Metropolitana de São Paulo: na estação da Luz, ao lado de uma multidão de trabalhadores talvez menos entusiastas com todos os detalhes que meus olhos curiosos observam e procuram narrar. Contá-la a partir da janela do trem parece interessante: como minha chegada era normalmente nas últimas estações, foi possível perceber a diversidade da paisagem metropolitana. Mas eu nem precisaria olhar para fora do trem para descrevê-la ao leitor: a desigualdade que assola o Brasil é vista logo ali no cotidiano, nos olhares distantes, nos rostos que dormem, nas mãos ansiosas apoiadas no joelho, na venda de bugigangas, no triste pedido de esmolas que chega pelas mãos de crianças sem infância.

Falar dos arredores de São Paulo, falar dessa cidade, é falar de situações adversas. Falar de camponeses é, majoritariamente, falar de situações adversas. Contudo, evidenciar o que há de singular e notável nessas experiências não constitui abandonar a noção de que o capitalismo segue seu curso de rolo compressor. A verdade é que as pessoas resistem, como metaforicamente resistiu aquele tufo com o qual se deparou o narrador de Khadji Murát. Enaltecer a força e a beleza de sua resistência não significa minimizar os danos ao redor. Ao contrário, insistir num discurso que procura colocar essas vivências na periferia do que é uma vida digna aos olhos do capitalismo, isto é, uma vida tipicamente burguesa, soa demasiadamente presunçoso, assim como soam as advertências da CPTM sobre o “mercado informal”.

Procuremos não recair em falas preconceituosas que apenas admitem certas circunstâncias de vida material e são incapazes de conviver com outras formas de se relacionar com o meio, com os sujeitos e até com o próprio corpo. Não sejamos “jesuítas da modernidade”. Este é o tom da crítica aqui proposta: despojar-se da “violência ruidosa” intrínseca ao capitalismo. Antes de nossos embarques, apresentaremos os detalhes da metodologia de pesquisa de campo, assim o leitor terá em mãos o mapa para as respostas que procuramos encontrar.

O delineamento da amostragem foi esboçado anteriormente ao Exame de Qualificação, um ano após o início do mestrado. Retomemos a pergunta que define o problema de nossa pesquisa, pois foi ela quem norteou nossa amostra: as Organizações de Controle Social correspondem a um mecanismo de política pública que favorece a criação e a legitimação da proximidade entre produtor e consumidor no mercado de produtos agrícolas, tendo em vista os objetivos apresentados pela Lei n.º 10.831? A pergunta é longa, mas basicamente almeja discutir os objetivos da política pública, tendo em vista os mecanismos que criou. Também é válido lembrar que não nos lançamos a uma avaliação da política pública, mas a uma discussão acerca dos fatores em intersecção na interface do mercado: política pública – camponês – consumidor. Daqui em diante, procuraremos estabelecer relações diretas entre o diálogo que desenvolvemos acerca das perspectivas materialista e espiritualista (cultural) do capitalismo moderno e os elementos empíricos recolhidos das vivências dos camponeses. Este movimento é dialético: os dados das OCS servem de aterrissagem para as ideias apresentadas, bem como nosso desenho teórico procura situar as OCS no universo das ideias.

Nossa pesquisa é qualitativa. Isto quer dizer que não tem como objetivo desenvolver apontamentos estatísticos acerca dos dados levantados como magnitude de um fenômeno. Nosso interesse está na singularidade e nos significados com os quais nos deparamos em campo (Minayo, 2017). No momento em que a amostragem foi delimitada, tinha como objetivo abranger apenas os representantes legais das OCS e os consumidores diretos dessas

³⁰ Companhia Paulista de Trens Metropolitanos.

organizações. Além das entrevistas, seriam realizadas duas visitas às reuniões periódicas de cada grupo. Desta forma, o trabalho de campo compreenderia cinco entrevistas com camponeses, dez visitas a reuniões das OCS e cinco visitas a feiras, contando que cada OCS participasse de, pelo menos, uma feira. Como nossa perspectiva diz respeito a circuitos curtos de proximidade, procuramos encontrar elementos de análise em ambas as pontas da cadeia de comercialização.

Cabe-nos abordar alguns aspectos acerca dos circuitos curtos de proximidade³¹ enquanto objeto de estudo. A definição mais usual admite que pode haver apenas um intermediário entre produtor e consumidor, além de favorecer a produção de alimento local (Traversac, 2010, p. 13). Nos países em que a industrialização dos mercados se estabeleceu ampla e profundamente, as iniciativas de circuitos curtos de proximidade surgem por parte dos consumidores, dos camponeses ou das políticas públicas e refletem um processo de reconstrução de uma proximidade perdida pela modernização. Este “ressurgimento” provoca uma série de questões sobre o benefício social desses sistemas e, segundo Traversac (2010, p. 12) seus efeitos são ainda insuficientemente estudados.

Para este autor, as disciplinas tradicionalmente dedicadas às problemáticas do desenvolvimento agrícola ignoram as questões relativas aos circuitos curtos de proximidade, por três principais razões: as ferramentas clássicas de análise quantitativa não suprem o desafio empírico do estudo dos CCP; as lacunas no aparelho estatístico não permitem abarcar tais sistemas e; por fim, a própria estatística não foi concebida para compreender a estrutura e modo de vida dos camponeses. Junto a isso, a falta de apoio do poder público favorece o diagnóstico de invisibilidade destes canais de comercialização, comumente caracterizados como arcaicos e em vias de extinção (Traversac, 2010, p. 13). A informalidade das vendas geradas também dificulta a análise quantitativa por parte dos economistas sociais. Assim, como também não estão no centro do debate sindical do campo, nem mesmo dos movimentos sociais e das políticas públicas, tais iniciativas encontram-se à margem dos projetos de pesquisa do campo. Comumente, os circuitos curtos de proximidade surgem de forma oblíqua e incidentemente nos estudos sobre os sistemas alimentares alternativos.

Mesmo que não constituam estritamente nosso objeto de análise, os CCP representam parte significativa de nosso suporte metodológico, pois circunscrevem o campo de atuação do mecanismo de política pública em foco, as OCS. Segundo, ainda, este autor, dois fatores se destacam na literatura sobre os CCP: a natureza da relação entre o sistema de produção e o sistema de demanda e a forma de organização desses sistemas. Neles, a relação entre consumidor e produtor é modificada profundamente, podendo estabelecer laços de confiança.

Em seu livro, Traversac (2010, p. 17) afirma que não existem políticas públicas agrícolas de envergadura voltadas para os circuitos curtos na Europa. Via de regra, tais política se opõem ao desenvolvimento dos circuitos curtos de proximidade e as medidas de suporte que apresentam se revelam tímidas. Os indícios levam a pensar que o principal apoio a essas iniciativas surge por parte de associações de consumidores e outros sujeitos engajados com a questão alimentar. No Brasil, as OCS podem surgir como meio fecundo para cultivar tais relações, as quais ainda não foram destituídas em sua totalidade.

Assim que se iniciou o contato mais aprofundado com os membros das OCS, algumas dificuldades apareceram. Percebemos que colher informações de apenas um sujeito envolvido na Organização não abrangeria alguns detalhes que gostaríamos de abordar, sobretudo em relação aos canais de comercialização. Como ressalta Minayo (2017), *as informações prestadas por pessoas implicadas num tema de pesquisa podem representar o conjunto quando*

³¹ O termo “circuitos curtos de proximidade” é proveniente da tradução do francês “circuits courts de proximité”. Optamos por manter a expressão como utilizada pelos nossos autores de referência sobre o tema.

determinadas precondições forem observadas. Para nosso objetivo, as precondições demandavam mais escutas, pois cada OCS possui canais de comercialização distintos entre si e dentro do próprio grupo. Muitas vezes, o representante da OCS não tem conhecimento de todos os canais acessados pelos membros e mapeá-los a todos demandaria um esforço sem recompensas. Além do mais, cada OCS abriga um número específico de camponeses envolvidos, o que impossibilitou a determinação de uma porcentagem a priori, bem como tal determinação não acharia uma justificação plausível em nosso estudo. Utilizamos sugestões importantes de Minayo (idem) para determinar a amostra:

sua construção precisa envolver uma série de decisões não sobre quantos indivíduos serão ouvidos, mas sobre a abrangência dos atores sociais, da seleção dos participantes e das condições dessa seleção. Esses elementos precisam ficar claros na metodologia de investigação, pois eles interferem na qualidade da investigação. [...] Fusch e Ness (2015) ressaltam que “o caminho mais fácil para diferenciar volume e riqueza de dados é pensar em volume como quantidade e riqueza como qualidade.

Debruçamo-nos diante das riquezas que gostaríamos de explorar para encontrar o número de entrevistados. Este número deve ser compreendido, portanto, como resultado e não como ponto de partida: nosso “produto final” não se trata de uma discussão numérica acerca dos fenômenos que tangenciam as políticas públicas, os camponeses, os consumidores e, por fim, o mercado. Deste modo, o próprio roteiro de entrevistas³², fundamentado em nosso problema, foi o principal guia para estipular as entrevistas. Nele estão contidos os múltiplos detalhes que gostaríamos de explorar acerca das OCS, tendo em vista as pesquisas já realizadas sobre os circuitos curtos de proximidade.

Na primeira entrevista de uma dada OCS já podíamos perceber algumas características que nos norteariam até a próxima entrevista, isto é, o desenho da OCS em questão se formava ao passo que colhíamos as informações que nos interessavam. É importante assinalar que duas limitações práticas surgiram e foram, por vezes, decisivas na escolha dos entrevistados: a disponibilidade dos camponeses para conversas mais longas e a logística até o local onde ocorreram. Muitos lugares eram de difícil acesso e a prioridade sempre foi realizar as entrevistas na circunstância mais favorável ao camponês ou camponesa. Construímos um mosaico de experiências: algumas entrevistas ocorreram em feiras, outras caminhando na área de produção, algumas durante o almoço ou o preparo do almoço e até durante o trabalho na roça. Muitas informações foram coletadas, mas não podemos dizer que aquilo que apresentamos neste trabalho constitui uma análise totalizante sobre a riqueza de experiências em torno das OCS. A própria legislação permite que cada uma crie suas formas de organização e manutenção, o que lhes confere um caráter singular e dinâmico. Cabe então, ao leitor, estar ciente de que as interpretações aqui construídas acerca das cinco OCS estudadas correspondem não apenas a um contexto, mas também representam um recorte no espaço e no tempo. Podemos dizer que nosso trabalho se comporta como um fotograma de um longo filme: talvez daqui algum tempo estas OCS possuam distintas características.

No que se refere às reuniões da OCS, visto que cada uma possui liberdade para estipular a periodicidade³³ e o momento das visitas de averiguação, não foi possível presenciar reuniões de todas OCS estudadas. A coleta de informações com os camponeses compreendeu o primeiro semestre do ano de 2018 e, neste período, pude participar, ao todo, de cinco reuniões de duas OCS.

Em relação aos consumidores, a reconfiguração da amostra obedeceu a mesma lógica: ao invés de focalizá-los apenas nas feiras, decidimos abranger a outras formas de comercialização direta. Usamos o formato de questionário, visto que a situação da coleta de informações impunha maior agilidade. O nosso enfoque principal foram os camponeses, pois são afetados diretamente pela política pública; um estudo muito aprofundado sobre os

³² O leitor pode conferir a formulação do roteiro ao final do texto da dissertação, em Apêndices.

³³ A legislação prevê, ao menos, uma reunião de averiguação da conformidade orgânica por ano.

consumidores demandaria a concepção de outra pesquisa. Inclusive, neste sentido, podemos perceber muito bem aquilo que Minayo (2017) comenta acerca da complementariedade de abordagens quantitativas e qualitativas. O nosso levantamento de dados com os consumidores muito mais simula uma o que podemos encontrar no universo do mercado de orgânicos, do que uma afirmação definitiva sobre comportamentos. Uma análise aprofundada sobre estes últimos exigiria um estudo de mercado, portanto, uma ferramenta quantitativa. Todavia, aqui exploramos a riqueza de subjetividades que podemos encontrar no universo dos consumidores de alimentos saudáveis que acessam canais alternativos às grandes redes de supermercados.

As singularidades ou homogeneidades que apresentaremos em ambas as análises de dados não representam – e tampouco assim pretenderam – uma generalização ou categorização das OCS enquanto política pública ou de seus respectivos consumidores. Por fim, lançamo-nos ao que conclui Minayo (2017) em seu texto:

não há medida estabelecida *a priori* para o entendimento das homogeneidades, da diversidade e da intensidade das informações necessárias a um adequado trabalho de pesquisa. Igualmente, não existe um ponto de saturação *a priori* definido, e nunca a quantidade de abordagens em campo pode ser uma representação burocrática e formal estabelecida em números. O que precisa prevalecer é a certeza do pesquisador de que, mesmo provisoriamente, encontrou a lógica interna do seu objeto de estudo – que também é sujeito – em todas as suas conexões e interconexões.

Tendo em vista a lógica interna do nosso objeto de pesquisa, é importante ressaltar que o desenho das formas de escoamento que apresentaremos corresponde ao contexto em que está inserida a família camponesa, bem como as necessidades de cada uma delas. Como já discutimos, a circulação de mercadorias, isto é, a troca, também está circunscrita no modo de produção capitalista e, desta forma, a monopolização dos mercados afeta diretamente a vida dos camponeses e dos consumidores. Por mais que se constituam em múltiplas as estratégias de venda ou compra direta, elas encontrarão sempre aqueles limites impostos pelo capital, seja pelo preço do produto, seja pelo que é produzido/consumido, seja pela instabilidade desses canais de comercialização.

No caso das OCS, o acesso direto ao consumidor se apresenta como imperativo, o que por sua vez, foi estipulado pelos interesses das empresas de auditoria e certificação. Por mais que as OCS possam desempenhar importante papel na construção ou manutenção dos circuitos curtos de proximidade, cabe-nos lembrar que a sua abrangência estará restrita às raíais do capitalismo. Neste sentido, as OCS são um exemplo de como o Estado pode atuar, também, enquanto instrumento de legalidade dos interesses do capital, ideia amplamente discutida por diversos autores³⁴. Os esforços de mediação de interesses com a população se encontram, no mais das vezes, em situação de desigualdade, sobretudo nos momentos de crise do capitalismo. Não nos esqueçamos da força que exerce o capital: é justamente aquela que rompeu as barragens de Mariana e Brumadinho em Minas Gerais. Ainda assim, trata-se de um espaço de conflitos e contradições, muitas vezes permitindo brechas importantes para criar condições de vida mais favoráveis para os trabalhadores e camponeses.

Exatamente no mesmo quadro se encontra o consumidor. Mesmo que se desenvolvam concepções alternativas às formas de subordinação da renda camponesa ao capital, esta matemática será sempre incompleta no capitalismo, quando atravessada pelo dinheiro. As Comunidades que Sustentam a Agricultura são as iniciativas que mais se aproximam do ímpeto de tornar justa a troca entre consumidor e produtor a partir da formulação do preço. Lembremos que não se trata de uma troca simples – nosso exemplo do conto caipira na página 29 – por mais que seja uma venda direta. Os contornos do trabalho social necessário estão impostos nos custos de vida de ambas as partes. O limite da CSA é apresentar-se enquanto um caminho alternativo à produção capitalista por meio da

³⁴ Notadamente Karl Marx e mais recentemente, David Harvey.

elaboração do preço. Olharemos posteriormente com mais cuidado para o funcionamento das CSA. No entanto, neste momento em que procuramos apresentar a lógica de nosso objeto de estudo, convém insistir que certas imposições inerentes à reprodução ampliada do capital e seu desenvolvimento contraditório são impossíveis de se superar dentro do sistema capitalista.

Como nossa amostragem é concebida enquanto resultado e não como ponto de partida, apresentaremos a seguir o trajeto que percorremos até cada camponês ou família camponesa e posteriormente até os respectivos canais de comercialização. Nosso primeiro levantamento de dados ocorreu a partir das informações fornecidas pelo MAPA. No momento em que o projeto foi escrito, no primeiro semestre de 2016, o MAPA divulgava a existência de 267 Organizações de Controle Social cadastradas no Brasil, em 21 estados e no Distrito Federal. A região que mais concentrava este tipo de iniciativa era o Nordeste, com 114 OCS. A segunda região com maior número de OCS era o Sudeste, com 94 organizações. O estado de São Paulo concentrava 63, configurando-se aquele com mais iniciativas deste tipo (MAPA, 2016). A Região Metropolitana de São Paulo contava com dez Organizações de Controle Social em 15 dos 39 municípios que compõem a região. As dez OCS abrangiam os seguintes municípios: Salesópolis, Santa Isabel, Suzano, Mogi das Cruzes, Guarulhos, Cotia, Vargem Grande Paulista, Juquitiba, São Lourenço da Serra, Guararema, Cajamar, Franco da Rocha, São Paulo, Arujá e Biritiba Mirim.

Em 2017, estes dados estavam registrados no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO), que os dispõe em tabela Excel por tipo de entidade responsável pela avaliação da conformidade (empresa certificadora, OPAC ou OCS). Finalmente, para o Exame de Qualificação, utilizamos a atualização de setembro de 2017, quando o CNPO contava com 16.030 produtores e processadores no Brasil, mais 353 de outros países. Entre abril de 2016 e setembro de 2017, o número de OCS na RMSP cresceu para 13, correspondendo a 100 produtores em 14 municípios. Foram sobre esses dados que nos debruçamos para estabelecer os detalhes de nossa metodologia, notadamente sobre as OCS estudadas. Definimos cinco OCS que deveriam respeitar o seguinte critério: abranger apenas municípios da RMSP com a maior diversidade possível de experiências. Das 13 organizações supracitadas, duas foram desconsideradas por contemplarem municípios de outras regiões metropolitanas. Assim, entramos em contato com o responsável legal das outras 11 OCS para conhecer as características mais superficiais de cada uma.

No contato com os responsáveis, produtores ou não, foi possível coletar as seguintes informações: uma OCS estava desativada, outra em processo de desativação e ainda outra inativa por motivos impostos pela prefeitura. Os produtores explicaram a razão desta situação pela impossibilidade de venda de seus produtos a mercados locais, o que os incentivou a migrar para a certificação por auditoria. Além destes 3 casos, não foi possível estabelecer contato com nenhum representante de duas OCS. Restaram, portanto, seis OCS para definir a amostra. A partir daí, procuramos mapear experiências relativas a assentamentos rurais, hortas na cidade e regiões tradicionalmente agrícolas e não agrícolas. Como consequência, a seleção resultou por envolver quase todas as zonas da RMSP com as seguintes OCS escolhidas para amostra: I. OCS Agricultores da Zona Leste - Município de São Paulo; II. OCS Frutos da Comuna da Terra - Município de Cajamar; III. OCS Produção Saudável - Município de Franco da Rocha; IV. OCS Produtores Orgânicos de Mogi das Cruzes e Região - Municípios de Suzano, Mogi das Cruzes e Salesópolis; V. OCS Orgânicos da Mata Atlântica - Município de Juquitiba.

Municípios OCS Estudadas

Figura 1. Municípios abrangidos pelas cinco OCS estudadas

Fonte: Mapa elaborado pela autora

As entrevistas tiveram caráter semiestruturado e almejavam dois principais objetivos: caracterizar as OCS e conhecer a percepção dos camponeses em relação ao dispositivo de política pública, à comercialização e à produção orgânica. Utilizamos, para a elaboração do roteiro de entrevistas, as contribuições de Darrot e Durant (2010) acerca da gênese e manutenção dos circuitos curtos de proximidade. Segundo estudos de caso analisados por estes autores, o êxito dos circuitos curtos de proximidade está associado à existência de redes locais que ultrapassam a relação produtor-consumidor (Darrot et Durant, 2010, p.197). Estas redes foram definidas a partir das seguintes características: 1. engajam um intermediário local ativo, que deseja privilegiar produtos da região na prestação de serviços, como artesãos, processadores e restaurantes; 2. mobilizam, frequentemente, os agentes políticos locais, sobretudo municipais e; 3. mobilizam, no momento da criação, tempo de trabalho “benevolente”, isto é, não pago, por parte destes agentes, de militantes e dos produtores. No caso dos consumidores, a “benevolência” pode se prolongar para além do momento de sua criação, envolvendo, por exemplo, o cuidado com estoques, transporte dos produtos e manutenção de um ponto de venda (Darrot e Durant, 2010, p. 197).

Desta forma, o roteiro de entrevistas foi elaborado contendo cinco eixos principais: 1. Relação produtor e OCS; 2. Características da OCS; 3. Produção; 3. Comercialização; 5. Percepções. No eixo 1 foram abordadas questões referentes ao produtor, tais quais idade, origem e escolaridade. Também neste eixo foram formuladas questões sobre o relacionamento estabelecido com a OCS. No eixo 2, as questões exploraram o funcionamento da OCS quanto a reuniões, associações, liderança, relação com a prefeitura. O eixo 3 procurou mapear os cultivos das famílias, o manejo de pragas e a forma de produzir, se coletivamente ou não. O Eixo 4 continha questões sobre os canais de comercialização do presente e do passado, o engajamento de consumidores no escoamento da produção e a percepção dos camponeses quanto os mercados acessados. Por fim, o eixo 5 visou conhecer a percepção dos

camponeses acerca do produto orgânico e da agroecologia. Quanto aos consumidores, trataremos com mais detalhes após apresentarmos as OCS. A construção do questionário destinado aos consumidores e a escolha de focos sobre os canais de comercialização ocorreram com base nas informações colhidas nas entrevistas com os camponeses.

Caro leitor, já podemos avistar o trem se aproximando da plataforma: espero que esteja preparado para nossas viagens. Como lhe disse, os percursos serão longos. Enquanto aprecia o movimento da curiosa paisagem metropolitana, deixe-me contar-lhe um pouco sobre a produção orgânica no Brasil. Desta forma, além de atribuímos um significado singular a cada encontro com os camponeses, poderemos compreendê-lo em um contexto comum e mais amplo. Começaremos, então, pelo Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e depois discutiremos dados dos dois últimos censos agropecuários publicados no Brasil.

3.1. O Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e os Censos Agropecuários de 2006 e 2017

Um detalhe muito importante do CNPO diz respeito à não distinção entre produtor, processador ou comercializador nas informações disponibilizadas. Tal indistinção se deve à própria legislação, que conceitua o produtor orgânico como qualquer responsável pelo processo produtivo até à comercialização. Assim, uma empresa que leva *Trading* no nome, por exemplo, é registrada como “produtor”. Em relação à importação de produtos orgânicos, a legislação brasileira reconhece duas situações: certificação concedida por um Organismo de Avaliação da Conformidade credenciado ao MAPA, ou proveniência de país que possua acordo de equivalência ou de reconhecimento mútuo de sistemas de avaliação da conformidade orgânica com o Brasil (BRASIL, 2007). Os produtos oriundos de outros países descritos no CNPO são, em sua maioria, frutas, cereais, vinhos e oleaginosas. Finalmente, os cadastros referentes à OPAC também abrangem processadores, de forma que apenas os dados de OCS permite conhecer o número exato de produtores orgânicos reconhecidos pelo mecanismo.

A certificação por auditoria é a mais atuante no Brasil, com mais de 6.903 “produtores” registrados no Cadastro. O IBD Certificações Ltda domina este mercado, sendo responsável por mais de 3.587 registros, seguido da ECOCERT Brasil Certificadora, com 2.252 registros no Brasil (CNPO, 2019). De setembro de 2017 a fevereiro de 2019, o IBD conheceu uma redução de sua participação nestas certificações, ao passo que a Ecocert ganhou mercado. Abaixo, compilamos na Tabela 1 a evolução dos dados de OCS, OPAC e empresas certificadoras (CERT) ao longo do período da pesquisa.

	Abril 2016		Setembro 2017		Março 2018		Fevereiro 2019		Proporção Entidade/Agricultor
	Entidades	Agricultores	Entidades	Agricultores	Entidades	Agricultores	Entidades	Agricultores	
OCS	267		357	4474	371	4697	398	4938	12.5
OPAC			22	4307	23	5151	25	5580	214.3
CERT*			10	7249	11	6136	13	6903	604.6
Total		13223	389	16030	405	15984	436	17421	
% OCS			91.8	27.9	91.6	29.4	91.3	28.3	

Figura 2. Dados do CNPO por entidade – Brasil

*Não inclui países estrangeiros

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir do CNPO, MAPA

O CNPO possuía 398 OCS cadastradas em todo o Brasil em fevereiro de 2019, referentes a 4.938 produtores. Houve, portanto, aumento de 33% no número de OCS no período estudado. A última linha da tabela (% OCS) apresenta um dado importante: as OCS representam 91% das entidades com poder de avaliação de conformidade orgânica no Brasil. Tal dimensão significa que o trabalho total implicado no controle da garantia orgânica é exercido em grande medida pelos próprios camponeses.

As OCS permitem manter a maior parte do valor agregado com o reconhecimento orgânico nas mãos dos camponeses, enquanto as certificadoras capturam uma grande margem desta agregação. Se olharmos para a última coluna (Proporção Entidade/Agricultor), podemos ter uma ideia desta dimensão: uma entidade privada de certificação controla, em média, 604 processos de auditoria, ao passo que uma OCS controla, em média, 12 camponeses. Ora, essa proporção também nos revela outra informação importante: os camponeses envolvidos em OCS dominam muito mais a qualidade da produção, se a consideramos enquanto acesso à informação, do que as empresas certificadoras. Nesta linha, queremos sugerir que quanto menos produtores uma entidade se responsabiliza, mais controle detém sobre o alcance e a qualidade das informações. Acrescentemos o comprometimento dos camponeses com seu grupo: caso um deles seja notificado de inconformidade, toda a OCS é responsabilizada. Mais especificamente, a cada camponês incorrendo em infração das regras de produção orgânica, 12 são afetados. Podemos incrementar tal fato com elementos subjetivos – os quais trataremos com mais atenção posteriormente – como a relação de confiança entre as partes envolvidas. As reuniões e visitas das OCS são recebidas como momentos de socialização de aprendizados, onde não há razão para esconder fatos. Muito diferente é a inspeção de um fiscal.

Atentando-nos apenas aos números, podemos ainda tirar outras duas conclusões valiosas da Tabela 1. A primeira diz respeito à autonomia do processo em si, isto é, da construção da garantia. Há muito mais democracia com 4.938 camponeses participando ativamente do que sob a tutela das 13 empresas certificadoras que atuam no Brasil. A segunda é reflexo dessa última: cada empresa de auditoria é responsável, em média, por 604 produtores e empresários, cada certificação podendo ser considerada como um produto à parte. Lembremos que a garantia orgânica se reificou em mercadoria, o selo. A dita “confiança” é, assim, resultado de relações sociais fetichizadas. Qualidade e alimento estão dissociados um do outro e são produtos de trabalhos totalmente distintos: um diz respeito ao preenchimento de normas técnicas, outro diz respeito à agricultura. Não é à toa que o selo de orgânicos brilha diante dos olhos do consumidor e não é por acaso que a profissionalização desenhada por Weber é tão cara ao capitalismo. Na página a seguir, apresentamos os dados discutidos em dois gráficos, para que o leitor tenha mais facilidade em visualizar sua evolução no tempo.

Figura 3. Evolução das entidades no CNPO – Brasil

Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir do CNPO, MAPA

Figura 4. Evolução do número de agricultores envolvidos por entidade no CNPO – Brasil

Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir CNPO, MAPA

No gráfico acima, podemos ver que o primeiro semestre de 2018 apresenta uma redução em 1.113 no número de agricultores certificados por empresas de auditoria privada. Tal redução é acompanhada por um aumento considerável nas certificações por OPAC, um salto de 844 agricultores. Estes dois acontecimentos poderiam explicar-se mutuamente: no período em questão, uma nova OPAC foi criada e pode ter absorvido parte das certificações por auditoria. Porém, atentando-nos apenas aos números do CNPO, este tipo de afirmação se torna arriscado. Os dados do CNPO nos comunicam mais precisamente acerca da evolução da regulamentação, do que da produção orgânica.

	Fevereiro 2019		
	Entidades	Agricultores	%
OCS	398	4938	28.3
OPAC	25	5580	32.0
CERT*	13	6903	39.6
Total	436	17421	100.0

Figura 5. Distribuição de entidades no processo de avaliação da conformidade – Brasil

*Não inclui países estrangeiros

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir do CNPO, MAPA

Finalmente, vemos na Tabela 2, como ocorre a divisão dos processos de avaliação da conformidade entre as entidades responsáveis. As 13 empresas que atuam no Brasil controlam aproximadamente 40% da garantia. Os outros 60% estão divididos entre OCS (28%) e as 25 OPAC (32%).

Os dados discutidos acima dizem respeito ao Brasil. No entanto, a produção e a comercialização de alimentos orgânicos não são homogêneas no território brasileiro. É importante o leitor estar ciente de que a certificação está diretamente associada à comercialização e não necessariamente à produção orgânica. Lembremos que o MAPA não permite a venda de produtos orgânicos que não sejam garantidos por um dos três mecanismos descritos na política pública. Isto não quer dizer que apenas os “produtores” cadastrados no CNPO sejam orgânicos. Compilamos no gráfico abaixo os dados de certificação por regiões do Brasil.

Figura 6. Número de produtores por tipo de entidade por região do Brasil em fevereiro de 2019

Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir CNPO, MAPA

	Fevereiro 2019				
	OCS	OPAC	CERT	Soma	%
N	504	25	1095	1624	9.8
NE	2080	25	1579	3684	22.1
CO	271	223	326	820	4.9
S	625	3477	2255	6357	38.2
SE	1424	1096	1638	4158	25.0
Total**	4904	4846	6893	16643	100

Figura 7. Número de produtores por tipo de entidade por região do Brasil em fevereiro 2019

**diferença na soma em razão de OCS, OPAC e CERT cadastradas sem Região definida

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir do CNPO, MAPA

As informações acerca do tipo de avaliação da conformidade nos oferecem uma ideia de como a política pública se manifesta em cada território. Muito interessante é a participação majoritária das OPAC no Sul do Brasil: ela nos mostra como a articulação da sociedade civil com os agricultores camponeses é expressiva ali. Também, podemos observar como os mecanismos de garantia da produção orgânica são importantes naquela região: trata-se do maior número de registros no CNPO. Quando adentrarmos nos dados do IBGE, veremos, também, como a região Sul é altamente consumidora de agrotóxicos, que pode parecer paradoxal. Porém, evidenciaremos que os dois fenômenos estão intimamente relacionados. A região Nordeste se comporta inversamente em relação ao Sul: as OCS são o mecanismo mais utilizado. Trataremos com mais profundidade da região Nordeste posteriormente, visto que apresenta um comportamento curioso em relação ao número de estabelecimentos e à produção orgânica entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017. Na região Sudeste e Norte, as empresas de auditoria privada são as mais atuantes em relação aos outros mecanismos. No entanto, o Sudeste é a segunda região com maior número de registros de conformidade à produção orgânica, ao passo que o Norte tem pouca participação nestes processos, assim como a região Centro-Oeste. Sabemos que esta última região é majoritariamente ocupada por latifúndios produtores de soja transgênica em grande escala destinada à exportação.

Na tabela 4, abaixo, está descrito o comportamento das OCS ao longo da pesquisa. Exceto o Centro-Oeste, todas as outras regiões apresentam aumento em relação ao número de Organizações de Controle Social. A região Sudeste concentra o maior número de OCS, seguido da região Nordeste. Contudo, o Nordeste possui o maior número de camponeses reconhecidos como orgânicos por OCS, ou seja, estas Organizações compreendem mais pessoas.

	Abril 2016		Setembro 2017		Março 2018		Fevereiro 2019	
	OCS	Agricultores	OCS	Agricultores	OCS	Agricultores	OCS	Agricultores
N			31	425	33	481	34	504
NE	114		128	2005	131	2050	143	2080
CO			37	298	28	264	28	271
S			25	491	28	532	37	625
SE	94		136	1221	151	1336	156	1424
Total**			357	4440	371	4663	398	4904

Figura 8. Distribuição das OCS por regiões do Brasil no período da pesquisa

**diferença na soma em razão de OCS cadastradas sem Região definida

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir do CNPO, MAPA

Concluimos os dados do CNPO com a Tabela 5, referente ao estado de São Paulo e à Região Metropolitana de sua capital

	CNPO SP e RMSP	Abril 2016		Setembro 2017		Março 2018		Fevereiro 2019	
		Entidades	Agricultores	Entidades	Agricultores	Entidades	Agricultores	Entidades	Agricultores
OCS	SP	63		87	856	98	951	101	984
	RMSP	10		13	100	14	119	14	119
OPAC	SP			5	218	5	219	5	235
	RMSP			2	29	2	27	2	27
CERT*	SP			6	760	6	801	8	1043
	RMSP			5	151	6	145	5	118

Figura 9. Número de entidades e produtores por mecanismo de avaliação da conformidade

*Não inclui países estrangeiros

Fonte: Tabela elaborada pela autora a partir do CNPO, MAPA

No decorrer da pesquisa, as empresas de certificação privada ganharam mercado no estado de São Paulo, superando o número de camponeses averiguados por OCS. Este aumento é acompanhado pela entrada de duas novas empresas no ramo. No que se refere às OPAC, as entidades que já atuavam na região agregaram mais produtores. As OCS, por outro lado, seguem crescendo tanto em entidades, quanto em camponeses. Na RMSP, o cenário é bastante estável, exceto pelo recuo dos números para empresas de auditoria. Desta forma, podemos concluir que a política pública segue em constante avanço, refletindo dinâmicas de acordo com as características de cada região.

Antes de apresentarmos os dados do IBGE, é importante estar ciente de que as metodologias de coleta do MAPA e do Censo Agropecuário são distintas. O MAPA considera produção orgânica apenas aquelas que se enquadram na Lei n.º 10.831/2003 e que estão regulamentadas segundo o Decreto 6.323/2007. Ou seja, devem seguir uma série de normativas que devem ser garantidos por meio de OCS, OPAC ou empresa certificadora credenciada pelo Ministério. O Censo Agropecuário é auto declarativo e o critério de definição de produção orgânica adotado é o seguinte:

A pesquisa buscou conhecer e quantificar os estabelecimentos nos quais foram adotadas práticas de produção agropecuária que *não* utilizassem insumos artificiais (adubos químicos, agrotóxicos, organismos geneticamente modificados pelo homem ou outros), ou outra medida para conservação dos recursos naturais e do meio ambiente. As opções consideradas para resposta eram: Não fez; Sim, para a produção vegetal; Sim, para a produção animal ou; Sim, para a produção vegetal e animal (IBGE, 2018).

O parâmetro do Censo Agropecuário é muito mais abrangente e, em consequência disto, mais acessível em comparação ao MAPA. Para o IBGE, a produção orgânica basicamente aparece como negação do pacote tecnológico da chamada Revolução Verde, assemelhando-se a uma agricultura pré-capitalista. Veremos que a vasta elaboração de normativas estipuladas pelo MAPA, no âmbito da Comissão de Produção Orgânica (CPOrg), fazem dessa agricultura um novo manual de práticas. É certo que não poderia ser de outra forma, visto que a regulamentação tem por objetivo não apenas a padronização – assunto indispensável para quem procura discutir a criação de selos de garantia – mas, também, o direito do consumidor no contexto da industrialização dos mercados. De toda maneira, existem outros meios de endossar a segurança alimentar sem excluir aqueles que estão à margem do conhecimento ou do acesso aos mecanismos de averiguação e garantia.

Como estamos tratando do surgimento de um novo mercado em rápido crescimento, os riscos de fraudes são inerentes, sobretudo para aqueles grupos interessados apenas em modelos de negócios lucrativos. Para se ter uma ideia, em 2015 a agricultura orgânica movimentou cerca de dois bilhões de reais no Brasil (MAPA, 2015), em 2016, 3 bilhões, em 2017, 3,5 bilhões (Envolverde, 2019) e no último ano, 4 bilhões (MAPA, 2019). O crescimento econômico anual é de 20%. Ora, este volume de capital corresponde à produção, mas não apenas. Segundo informações recentes do MAPA, a comercialização de produtos biológicos para controle de pragas e doenças cresceu mais de 70% entre 2017 e 2018 no Brasil, movimentando R\$ 464,5 milhões no último ano. Este resultado é considerado o mais expressivo da história do setor e supera o percentual apresentado pelo mercado internacional (MAPA, 2019).

Por outro lado, os dados do Censo Agropecuário de 2017 evidenciam que a produção orgânica, em termos de número de estabelecimentos, diminuiu. O gráfico abaixo mostra a evolução da agricultura orgânica entre 2006 e 2017. Ressaltamos que os dados dos Censos de 2006 e 2017 compilados e apresentados em nossa pesquisa tiveram como base a opção “Sim, faz” para agricultura orgânica, a qual abrange todas as respostas: produção vegetal, animal ou mista.

Figura 10. Número de estabelecimentos de produção orgânica no Brasil entre 2006 e 2017

Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, IBGE

Como já mencionado, podemos interpretar esses números como um avanço na regulamentação – já demonstrado nos dados do CNPO – e não necessariamente na agricultura orgânica. O constante incremento de capital no mercado de orgânicos não pode ser considerado à parte de sua regulamentação. De fato, este mercado corresponde a um nicho específico, associado à noção de um produto exclusivo, o que lhe confere uma renda diferencial. Sem a regulamentação, o selo da produção orgânica perde seu valor e, conseqüentemente, o propósito de existir no mundo dos negócios. Devemos considerar o desenvolvimento de marcas, lojas especializadas e produtos voltados para a agricultura orgânica como reflexo da regulamentação e não somente o inverso. Isto é, a política pública favoreceu, em alguma medida, a criação de um mercado especializado e não apenas regulamentou um mercado que surgia. Aqui, não são apenas mesas que se põem a dançar³⁵: agora juntam-se a elas bananas, tomates, couves, plantas espontâneas e toda sorte de possibilidades do reino vegetal.

Já vimos que o selo de orgânicos representa a reificação das relações de confiança entre produtor e consumidor nos mercados industrializados. Mas ele também se encontra no mesmo “carrinho de compras” do estilo de vida saudável, igualmente materializado em mercadorias. Basta-nos olhar a lista de associados do Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável para perceber que estamos muito mais diante da criação de hábitos e comportamentos de consumo, do que de uma crítica ao modelo capitalista de produção e distribuição de alimentos. Este Conselho funciona como *“entidade que reúne empresas, produtores e fornecedores brasileiros engajados na causa dos orgânicos [...] trabalhando para o desenvolvimento contínuo do setor”* (Organis, 2019). São 57 empresas e marcas que atuam nos segmentos de alimentos, bebidas, biojoias, cosméticos, Demeter, produtos de limpeza, serviço, têxtil e vegano.

De volta ao gráfico acima, notamos que houve uma redução considerável nas unidades de informantes que declararam praticar a agricultura orgânica no Brasil: 90.498 em 2006 para 68.716 estabelecimentos em 2017. Trata-se de uma queda de 24% em relação ao Censo anterior, um período de 10 anos. Façamos um esforço para encontrar possíveis razões deste recuo. De antemão, sabemos que o IBGE não informou alteração no critério de agricultura orgânica. Uma alteração metodológica importante diz respeito à contabilização de áreas não contínuas: para o Censo anterior, bastava que estas áreas estivessem em setores diferentes para serem contabilizadas enquanto estabelecimentos distintos. No Censo de 2017, as áreas não contínuas de um mesmo produtor, desde que situadas no mesmo município e implicadas com o mesmo pessoal, foram consideradas como um único estabelecimento. Podemos imaginar que parte da redução do número de estabelecimentos de produção orgânica deve-se a isso. No entanto, teremos que esperar as próximas publicações do IBGE indicando a magnitude do impacto desta mudança metodológica para auferir conclusões acerca dos dados de concentração fundiária. Seria, do mesmo modo, necessário descobrir se há sobreposição entre tais áreas não contínuas e produção orgânica.

Também poderíamos pensar, hipoteticamente, que o conhecimento sobre a norma técnica de certificação avançou desde o último Censo, visto que no ano de 2017 a regulamentação completou, igualmente, 10 anos. Assim, um dado produtor que se autodeclarava orgânico em 2006, pode não mais considerar-se enquanto tal, mesmo que o critério do Censo Agropecuário não seja aquele das normas técnicas. Neste caso, devemos assumir que a regulamentação atua, também, como agente de exclusão. Seguimos sem bases materiais para realizar esta afirmação,

³⁵ Retomamos uma citação já feita de Karl Marx: “É evidente que o homem, por meio de sua atividade, altera as formas das matérias naturais de um modo que lhe é útil. Por exemplo, a forma da madeira é alterada quando dela se faz uma mesa. No entanto, a mesa continua sendo madeira, uma coisa sensível e banal. Mas tão logo aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa sensível, supersensível. Ela não só se mantém com os pés no chão, mas põe-se de cabeça para baixo diante de todas as outras mercadorias, e em sua cabeça de madeira nascem minhocas que nos assombram muito mais do que se ela comesse a dançar por vontade própria” (Marx, 2013, p. 146).

mas não iremos descartá-la. Finalmente, se olharmos a série de dados 2006 e 2017, o recuo da agricultura orgânica é acompanhado por um aumento no uso de agrotóxicos total (20%) em todas as regiões, exceto o Sul do Brasil.

Figura 11. Número de estabelecimentos por uso de agrotóxicos no Brasil em 2006 e 2017

Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, IBGE

Concluimos assim, diante da gama de suposições já apresentadas, que o crescimento no mercado de orgânicos pouco representa em termos de transformação do campo brasileiro. Foram, portanto, a rentabilidade e o lucro que aumentaram. Este fenômeno significa, em alguma medida, subordinação da renda camponesa aos interesses do capital: não houve avanço em termos de acesso ao mercado para os camponeses. Aliás, desde o recuo das políticas de abastecimento, o cenário favorável à agricultura camponesa regrediu. É neste contexto em que se inserem as iniciativas de camponeses, consumidores e movimentos sociais na criação dos circuitos curtos de proximidade. Nesta altura, podemos situar nossa perspectiva de agroecologia em contraste direto com a noção estrita de produção orgânica. Com este paralelo, queremos dizer que “produção orgânica” e “certificação” não representam, forçosamente, “sustentabilidade” em múltiplas dimensões. Ou podemos assumir que tais conceitos já se encontram capturados no universo das mercadorias.

De toda maneira, os números acerca do uso de agrotóxicos no Brasil nos revelam que a agricultura orgânica é uma prática ou um conceito pouco difundido. Os gráficos a seguir mostram a evolução desses dados entre 2006 e 2017, em relação a todos os estabelecimentos. Considerando que há sobreposição entre os estabelecimentos que não utilizam agrotóxicos e a agricultura orgânica, em 2006 apenas 2,5% dos produtores e proprietários declaram tal prática orgânica. Em 2017, este número cai um pouco para 2,12%.

Figura 12. Número de estabelecimentos por uso e não uso de agrotóxicos em 2006

Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006, IBGE

Figura 13. Número de estabelecimentos por uso e não uso de agrotóxicos em 2017

Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017, IBGE

É evidente que a aplicação de agrotóxicos se intensificou entre os períodos estudados. Porém, em relação ao número de estabelecimentos total, podemos observar que a grande maioria não declara sua utilização. Já buscamos situar a redução da agricultura orgânica em relação ao aumento do uso de agrotóxicos. De fato, mesmo com o crescimento do mercado de orgânicos, há recuo da agricultura orgânica, seja ela declarada enquanto tal ou não. O aumento dos níveis de concentração fundiária pode contribuir com a explicação do crescimento do uso de agrotóxicos, pois existe uma relação direta entre extensão de área dos estabelecimentos e a aplicação destes insumos industriais. Os dados acerca de área dos estabelecimentos por uso de agrotóxicos, com base no Censo de 2006, permite evidenciar esta correspondência, como apresentado nos gráficos abaixo

Figura 14. Uso de agrotóxicos por estabelecimentos de 1 a menos de 2 hectares em 2006

Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006, IBGE

No gráfico acima, vemos que a aplicação de agrotóxicos é pouco recorrente em pequenas áreas. A não utilização em nenhum período corresponde a mais de 74% dos estabelecimentos. A regulamentação brasileira relativa à agricultura orgânica não nos permite caracterizar estes estabelecimentos e, mais precisamente, estas famílias camponesas enquanto produtores orgânicos, naturais ou agroecológicos: de fato, a Lei n.º 10.831/2003 restringe bastante a agricultura orgânica. Para apresentarem seus produtos como orgânicos, os produtores devem adequar-se às normativas do MAPA. Os dados do IBGE permitem pensar em duas situações: ou estes camponeses desconhecem as normas para obtenção de reconhecimento orgânico ou não se interessam por este último (MAPA, 2008).

Figura 15. Uso de agrotóxicos por estabelecimentos de 500 e mais hectares em 2006

Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006, IBGE

Se pensarmos os gráficos acima como relógios analógicos, podemos dizer que o ponteiro representa o uso de agrotóxicos, destacado na cor vermelha. A hora deste relógio avança quanto maior são as áreas dos estabelecimentos. Na página seguinte, apresentamos o um gráfico, contendo todos os grupos de áreas.

Figura 16. Uso de agrotóxicos por grupos de áreas no Brasil em 2006

Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006, IBGE

A agricultura orgânica obedece, conseqüentemente, à mesma lógica. O gráfico abaixo demonstra a relação entre agricultura orgânica e grupos de áreas no Brasil em 2006.

Figura 17. Uso de agricultura orgânica por grupo de área no Brasil em 2006

Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006, IBGE

São, portanto, os pequenos e médios produtores os mais propensos à agricultura orgânica. Esses dados estão compilados na Tabela 6, de tal forma que o leitor possa visualizar, em termos numéricos, o comportamento de cada grupo de área contextualmente. Percebemos que a participação dos estabelecimentos de até 50 hectares, incluindo os produtores sem área, representa mais de 85% de toda a agricultura orgânica no Brasil.

Uso de agricultura orgânica				
Grupos de Área	Total	Fazem	% do Grupo	% do Total
Maior de 0 a menos de 1 ha	606837	11201	1.8	12.4
De 1 a menos de 2 ha	442163	8336	1.9	9.2
De 2 a menos de 5 ha	791807	15934	2.0	17.6
De 5 a menos de 10 ha	636344	11894	1.9	13.1
De 10 a menos de 20 ha	736798	12525	1.7	13.8
De 20 a menos de 50 ha	843920	13884	1.6	15.3
De 50 a menos de 100 ha	390882	6474	1.7	7.2
De 100 a menos de 200 ha	219432	3359	1.5	3.7
De 200 a menos de 500 ha	150698	2343	1.6	2.6
De 500 e mais ha	101736	1351	1.3	1.5
Produtor sem área	255019	3197	1.3	3.5
Total	5175636	90498		100.0

Figura 18. Porcentagem de estabelecimentos de agricultura orgânica por grupo de área no Brasil

Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006, IBGE

Não devemos esquecer, também, que a regulamentação do MAPA é recente. Na realidade, as instituições privadas e estatais que avalizam a produção orgânica surgiram, sobretudo, nos anos 1990 e 2000, exceto em alguns países pioneiros, como a França, cujo selo data de 1981 (EUR-LEX, 2019; ALIM'AGRI, 2019).

A formulação de políticas públicas de standardização da produção alimentar é um debate amplo e ganha forma na elaboração do Codex Alimentarius (FAO, 2018). Trata-se do primeiro e principal documento internacional sobre alimentação na modernidade, cuja notoriedade deve-se à sua institucionalização pela FAO em 1963. Desde então, juntamente com a Organização Mundial da Saúde, é utilizado como base na criação de normas de produção e comercialização de alimentos. Relembremos que a FAO é uma organização criada em 1945 com o objetivo de regulamentar a troca de produtos alimentícios na conjuntura econômica inaugurada pelo fim da II Guerra Mundial. Não à toa, a instituição ISO (International Standards Organization) é criada dois anos após.

Este brevíssimo histórico tem como finalidade reportar ao leitor o contexto da criação dos selos de conformidade: eles dizem respeito, em primeiro lugar, à padronização de práticas que, no mais das vezes favorece a industrialização de certos segmentos, ao invés de garantir a salvaguarda do produtor, do consumidor e do meio ambiente, isto é: a segurança e a soberania alimentar. A industrialização cria relações de trabalho subordinadas visando obter, por meio delas, lucro. Para tanto, como já nos demonstrou Marx, as outras formas de organização de base comunitária tendem a ser destituídas de sua essência ou situadas à parte com o desenvolvimento capitalista.

No Brasil, o tema da produção orgânica entrou na agenda estatal em meados dos anos 1990. Segundo Radomsky (2015, apud Nierdele e Radomssky, 2017), *“isso se deu menos em virtude da pressão dos movimentos sociais nacionais do que pela demanda dos mercados internacionais, mediada pelos acordos multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio, em 1994”*. Naquela época, foi instituído o Comitê Nacional de Produtos Orgânicos (CNPO), que reunia representantes do MAPA, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), do Ministério do Meio Ambiente e de Universidades, os quais foram responsáveis por dar início ao processo legislativo que regulamenta o mercado de orgânicos. Foi publicada, então, a Portaria 505/98, que propunha a normatização dos produtos orgânicos. A partir daí, a Instrução Normativa 07/99, constitui a primeira regulamentação nacional definindo a produção orgânica e estabelecendo as normas de produção, tipificação, processamento, envase, distribuição, identificação e certificação de qualidade (Niederle e Radomsky, 2017). Ainda segundo Nierdele e Radomsky,

essas normas responderam às exigências que alguns países começavam a criar para permitir a entrada dos produtos orgânicos nos seus respectivos mercados (sobretudo os mercados europeus). Apesar da crítica que os movimentos ecologistas dirigiram às mesmas, elas começaram a forçar os agricultores a alterar seus

sistemas de produção. Ao mesmo tempo, a criação de um mercado global estimulou a proliferação dos temas de certificação de terceira-parte, os quais passaram a atuar em estreita sintonia com corporações privadas, notadamente com as redes varejistas multinacionais, que ajudaram a estabelecer os padrões de qualidade e, com isto, impuseram inúmeras transformações aos sistemas agrícolas locais, inclusive nas agriculturas de base ecológica (Hatanaka; Bain; Busch, 2005).

Como já dito anteriormente, os processos de formulação das políticas públicas não acontecem sem que haja contendidas. No caso da política pública de orgânicos no Brasil, o peso das forças capitalistas impôs o interesse das empresas privadas que controlam circulação de mercadorias em nível global.

Realizamos uma entrevista com o Superintendente do MAPA do estado de São Paulo, para compreender melhor tal processo. Segundo as informações obtidas, quando o texto foi apresentado para debate, os camponeses que já produziam orgânicos e acessavam mercados diretos posicionaram-se contra o processo de auditoria. Além de impor custos, a certificação privada transforma a produção num modelo engessado pela legislação. Ademais, ela basicamente informa aos dois sujeitos implicados na venda direta – produtor e consumidor – que a confiança entre as partes deve ser garantida por um “sujeito” totalmente alheio a ambos.

Do outro lado, as empresas certificadoras reivindicavam exclusividade nos processos de avaliação da conformidade. O conflito foi negociado da seguinte maneira: outros organismos de avaliação seriam permitidos sob a condição de que as OCS não acessassem o selo do SisOrg. Afinal, sem a standardização de práticas, não há espaço para empresas lucrarem com a burocracia e, tampouco, razão para se desconfiar da palavra de um camponês. A título de exemplo deste conflito, até hoje a Rede Ecovida, uma das principais organizações que agregam ONGs e famílias camponesas em torno da agroecologia, apresenta-se crítica em relação a tal solução. Apesar de atuar como OPAC, a Rede Ecovida não deixa de enfatizar seu descontentamento quanto à proibição do uso do selo do SisOrg por parte das OCS, considerando-a “um equívoco da Lei que deve ser superado” (Rede Ecovida, 2019).

No gráfico a seguir, vemos que, em 2006, a certificação ainda compreendia uma pequena fatia da agricultura orgânica e ainda mais, dos estabelecimentos que não utilizaram agrotóxicos.

Figura 19. Número de estabelecimento da agricultura orgânica por certificação em 2006

Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006, IBGE

Compilamos, na Tabela 7, os dados de certificação por regiões do Brasil, divulgados pelo IBGE em 2006.

	Certificados	Não certificados	Total	%
Brasil	5106	85392	90498	5.6
Norte	351	5782	6133	5.7
Nordeste	1218	41018	42236	2.9
Sudeste	1366	17349	18715	7.3
Sul	1924	17352	19276	10.0
Centro-Oeste	247	3891	4138	6.0
São Paulo	451	2920	3371	13.4

Figura 20. Índice de certificação por Regiões do Brasil em 2006

Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006, IBGE

A região Sul é a que mais certificou em 2006. Curiosamente, ao mesmo tempo, é a região que mais declarava uso de agrotóxicos em seus estabelecimentos (62,9%). Quiçá seja justamente em razão disto que a denominação e a certificação da agricultura orgânica sejam mais frequentes naquela região. Trata-se da região na qual a agricultura camponesa mais se tecnicizou, enfrentando, por esta razão, inúmeras dificuldades, inclusive relacionadas à saúde. Muitos camponeses se orientam por outras referências, em especial àquela da agroecologia, o que pode explicar estes contrastes. Além do mais, podemos pensar que a afirmação da produção orgânica cumpra o papel de uma efetiva rejeição explícita do uso de agrotóxicos.

Apesar dos dados do Censo Agropecuário de 2017 sobre certificação não terem sido divulgados até a data de conclusão desta dissertação, já vimos, com base no CNPO, que a região Sul segue sendo aquela com o maior número de certificação. Por outro lado, a região Nordeste, aquela no Brasil com maior número de informantes que declaram praticar agricultura orgânica em seus estabelecimentos segundo o IBGE, em 2006, é a que menos certificou a prática. O Nordeste do Brasil é majoritariamente ocupado por estabelecimentos de até 50ha, compreendendo, em 2006, 89,9% (2.206.670) do seu total. Ou seja, trata-se de inúmeros pequenos e médios produtores. A declaração de não uso de agrotóxicos chegou a quase 79% (1.928.887) dos seus estabelecimentos (IBGE, 2006). Atentando-nos apenas aos números, podemos imaginar que a garantia de orgânicos, via certificação, como negação de uma prática prejudicial à saúde e ao meio ambiente, não encontrava muito sentido naquela região, sobretudo ao se tratar das feiras de produtores.

Já sabemos que a agricultura orgânica recuou, ao passo que o uso de agrotóxicos avançou. No entanto, tal redução não aconteceu de forma homogênea nas regiões no Brasil. O recuo da declaração de agricultura orgânica no Nordeste é majoritariamente responsável pela sua queda no Brasil inteiro. Por outro lado, a não utilização de agrotóxicos caiu de forma homogênea em todas as regiões do Brasil, como vemos no gráfico abaixo.

Figura 21. Estabelecimentos que não utilizaram agrotóxicos no Brasil em 2006 e 2017

Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, IBGE

Na figura 10 (página 61), podemos notar que região Nordeste manifesta um comportamento curioso: a agricultura orgânica caiu mais que a metade (54,2%) entre os dois Censos. Por outro lado, o aumento do uso de agrotóxicos é da ordem de 20,4% relativamente ao Censo anterior. Ao lado desses dados, temos que o número de estabelecimentos total reduziu, isto é, houve um aumento na concentração fundiária na região em questão e no total do Brasil. O gráfico 13, abaixo, apresenta estes dados.

Figura 22. Número de estabelecimentos por regiões do Brasil em 2006 e 2017

Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados dos Censos Agropecuários de 2006 e 2017, IBGE

O Norte e o Centro-Oeste são as principais áreas de expansão do latifúndio associada ao agronegócio: os dois últimos maiores pontos de escoamento de grãos inaugurados no Brasil estão situados nos portos de Itaqui/MA e Barcarena/PA. São, também, as regiões com maiores índices de desmatamento na atualidade. Seria uma inconsistência dizer que o aumento do número de estabelecimentos nessas regiões ocorre por um processo de reforma agrária ou parcelamento de propriedades. A concentração fundiária no Brasil não deixa de ser acompanhada por um avanço da agricultura graças à abertura de novas áreas. Se o uso de agrotóxicos está associado ao aumento da concentração fundiária e se a redução da agricultura orgânica é de escala superior ao aumento do uso de

agrotóxicos e também dos estabelecimentos, então nos resta concluir que parte dessa redução se deve ao recuo da declaração da prática em questão, o que já tratamos enquanto produto de uma norma excludente.

Em relação ao estado de São Paulo, o cenário é distinto: houve redução no número de estabelecimentos agrícolas e aumento no uso de agrotóxicos. Porém, de volta à Figura 10 (página 61), observamos aumento do número de estabelecimentos praticando agricultura orgânica. O estado de São Paulo é o mais populoso do Brasil e ainda o principal eixo de confluência de migração do país. As condições apresentadas acima podem estar relacionadas à conversão orgânica com vistas a responder a uma demanda crescente por alimentos orgânicos. Além disto, trata-se o maior centro consumidor e distribuidor de alimentos do Brasil e da América Latina. A política pública de estímulo à produção orgânica pode ter contribuído em alguma medida com esta reorientação. A propósito, camponeses de nossa pesquisa mencionam que se estabeleceram recentemente na agricultura com o intuito de produzir alimentos saudáveis.

Este processo de recampanização surpreende-nos diante dos números da Região Metropolitana de São Paulo: ela recebe 30 novos habitantes a cada hora (PDUI, 2019). Isto quer dizer que, em termos proporcionais ao país, um a cada dez brasileiros vive na RMSP. É desta forma que a área urbanizada da RMSP abrange mais de dois mil km², com déficit habitacional de quase 12% (Martins, 2003). Em nossas viagens pela RMSP é possível observar um movimento humano confuso: ao lado destes camponeses que procuram assentar-se nas escassas áreas rurais da região, uma vasta população desabrigada ocupa áreas verdes em processo de favelização. Por outro lado, é perceptível a especulação imobiliária de condomínios de luxo em áreas anteriormente destinadas à agricultura. Ora, o índice de urbanização da cidade de São Paulo é de 96,6% (Martins, 2003). Um território com tais configurações não poderia apresentar outro fenômeno que não o constante aumento dos casos de violência. Diante de tal contexto, as classes médias e altas tendem a, cada vez mais, abrigarem-se em grandes áreas privativas nos arredores de São Paulo.

A Região Metropolitana de São Paulo foi instituída em 1973, em razão do processo de conurbação dos municípios limítrofes à capital do estado e da relação de integração socioeconômica estabelecida entre tais (EMPLASA, 2011). A região em questão possui 8.047 km² e 39 municípios distribuídos em cinco sub-regiões: norte, leste, sudeste, sudoeste, oeste, além do município de São Paulo. Na página seguinte estão dispostos os dados da RMSP divulgados pelo Censo Agropecuário de 2017.

Figura 23. Estabelecimentos total, agricultura orgânica, e não uso de agrotóxicos: RMSP, 2017

*Municípios compreendidos pelas OCS estudadas na pesquisa

Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017, IBGE

O gráfico acima revela detalhes acerca da ocupação territorial da Região Metropolitana. Para que o leitor se situe geograficamente nos territórios em questão, apresentamos o mapa da RMSP abaixo e suas respectivas sub-regiões.

Figura 24. Mapa da Região Metropolitana de São Paulo

Fonte: EMPLASA, 2011

Destacamos três Sub-regiões ao analisar o gráfico na página anterior: Leste, Sudeste e Município de São Paulo. A Sub-região Leste é historicamente ocupada pela produção agrícola, sobretudo de horticultura. Por mais que a mancha de urbana tenha avançado ao longo das décadas, os municípios de Mogi das Cruzes, Suzano, Biritiba-Mirim e Salesópolis ainda abastecem boa parte dos produtos hortícolas que chegam no CEAGESP³⁶ da cidade de São Paulo. Não por acaso são os municípios com maior número de estabelecimentos agrícolas e, também, os que apresentam maior amplitude entre o número de estabelecimentos e o não uso de agrotóxicos. Ou seja, são áreas especializadas e de alta produtividade para comercialização. Além destas características, parte delas emprega de mão-de-obra assalariada. Na Sub-região Sudeste encontra-se o principal polo industrial da RMSP e um dos mais antigos do Brasil. Nota-se a pequena participação da agricultura nos municípios de Ribeirão Pires, Santo André, São Caetano do Sul, Diadema e São Bernardo.

São Paulo é o segundo município com maior número de estabelecimentos agropecuários da região metropolitana. De fato, trata-se do maior município da RMSP e não deveria surpreender que ainda comporte produção agrícola. Fato recente é o reconhecimento de uma zona rural em São Paulo: a revisão Plano Diretor Estratégico do Município³⁷ permitiu a criação do Plano de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável, uma das diretrizes previstas em sua agenda ambiental. Além desta revalorização do meio rural, os movimentos ativistas de agricultura urbana têm conferido maior visibilidade às famílias que, há décadas, produzem alimentos e os

³⁶ Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo.

³⁷ Lei n.º 16.050/2014.

comercializam dentro dos limites da cidade. Este é o caso de uma das OCS que serão apresentadas a seguir. Finalmente, a declaração de agricultura orgânica segue consideravelmente inferior em relação ao número de estabelecimentos total e àqueles que declararam não uso de agrotóxicos na RMSP.

Mas afinal, não poderíamos qualificar o não uso de agrotóxicos como produção orgânica? Já sabemos que, para o MAPA, isso está fora de questão. Ademais, tal pergunta implicaria em uma discussão, talvez sem fim, acerca do conceito de agrotóxicos. Tratam-se apenas daqueles elaborados pela indústria química? Ou são também aquelas práticas envolvendo agentes naturais que, em alguma medida, resultam em perda de biodiversidade? Se sim, devemos assumir que não haverá, de forma alguma, a possibilidade de coexistir agricultura e “sustentabilidade” nos limites dos estabelecimentos agrícolas, isto é, da atividade humana. Ou, em contrapartida, que um “pouquinho” de agrotóxicos não faz tão mal assim. Voltamos, finalmente, à máquina capitalista cujo regulador de sustentabilidade ainda não fora acionado apropriadamente. Nossa visão aqui procura indagar sobre a possibilidade de haver um regulador desta natureza nas raízes do capitalismo ou se a ideia de sustentabilidade corresponde a mais uma de suas mercadorias.

O modo de produção capitalista coloca em xeque a materialidade dos princípios de sustentabilidade – quer eles sejam considerados apenas pelo ponto de vista técnico, quer por uma perspectiva mais profunda – na medida em que se constitui, necessariamente, sobre a exploração do trabalho de outrem com vistas à obtenção de lucro. Quanto mais ainda se tratamos daquelas relações de trabalho comum ao latifúndio no Brasil. Não devemos nos esquecer de que o capitalismo é um modo de produção de mais-valia (Martins apud Oliveira, 1987, p. 28). Mais uma vez, o que pretendemos salientar é a centralidade do modo de produção – o sentido do trabalho – em uma discussão que implica sustentabilidade em suas múltiplas dimensões. Ele não deve ser dissociado da mercadoria produzida na apreciação de sua qualidade. Se assim procedemos, quer dizer, retirando da noção de sustentabilidade as relações de trabalho implicadas, então ela nada mais é do que uma mercadoria fetichizada ou um conceito puramente idealista.

Olhemos mais atentamente para o conceito de sistema orgânico de produção elaborado pela Lei n.º 10.831:

Aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003).

O texto desta lei inicia enfatizando a adoção de técnicas. Portanto, ele parte de princípio oposto em relação ao IBGE, o qual baseia-se na efetiva negação do uso de certas técnicas, notadamente do uso de agrotóxicos e de organismos geneticamente modificados – o pacote tecnológico da Revolução Verde. Segundo o texto da Lei n.º 10.831, tais técnicas devem ser implementadas por meio da “otimização dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis” e do “respeito à integridade cultural das comunidades rurais”. Em alguma medida a lei considera, ou deveria considerar, a natureza do trabalho: já vimos que cultura e trabalho estão diretamente associados. Infelizmente, caro leitor, voltamos mais uma vez para a mesma questão que tanto se repete: seria possível estipular um regulador que medisse a integridade cultural das comunidades rurais? A introdução de normas técnicas já não interfere na integridade de uma comunidade? E, finalmente, ao condicionar a salvaguarda da garantia a agentes exteriores à comunidade, não estaríamos contestando a capacidade dessa mesma comunidade em zelar pelos seus princípios de qualidade e confiança?

Após a publicação do Decreto n.º 6.323/2007, uma série de Instruções Normativas (IN) foram elaboradas para estipular as práticas permitidas e não permitidas na produção orgânica. As IN tratam dos mecanismos de controle³⁸, da produção vegetal e animal³⁹ e outras situações específicas visando, assim, garantir os objetivos da Lei n.º 10.841/2003. No Art. 6º da IN n.º 46 são abordados os aspectos sociais que os sistemas orgânicos de produção devem buscar, a saber: *relações de trabalho fundamentadas nos direitos sociais determinados pela Constituição Federal; melhoria da qualidade de vida dos agentes envolvidos em toda a rede de produção orgânica; e capacitação continuada dos agentes envolvidos em toda a rede de produção orgânica* (BRASIL, 2011). Por mais importantes e indispensáveis que sejam esses objetivos, sobretudo aqueles relativos aos direitos trabalhistas previstos na Constituição, eles não deixam de ser vagos quanto à salvaguarda da integridade cultural das comunidades rurais. Afinal, a cultura será sempre uma sutil teia que, no mais das vezes, aparece de forma subjetiva aos sujeitos alheios a ela. Um possível esforço em normatizá-la mediante práticas pré-determinadas já se apresentaria contrariamente à própria natureza das comunidades, bem como não seria capaz de abranger um território tão diverso quanto o Brasil. O leitor não encontrará, finalmente, uma Instrução Normativa que trate do assunto. Ora, a qualidade enquanto fruto de um saber-fazer específico parece ser impossível de se replicar em um esquema desenhado pelo trabalho assalariado, isto é, numérico, abstrato e indiferente.

Em decorrência dessa matemática impossível, tendo em vista os dados do IBGE e do CNPO, o que podemos constatar é a resoluta apropriação do conceito de orgânicos por parte da legislação, em consequência dos interesses do mercado a ele associado. Uma vez institucional e burocrático, ele será comercializado à parte pelos organismos de avaliação da conformidade, notadamente as empresas de auditoria e certificação privadas. A este processo damos o nome de reificação do conceito de orgânico, tendo em vista a ideia de fetiche da mercadoria desenvolvida por Marx (2013, pg. 148). Aqueles camponeses mais pobres ou inseridos em contextos adversos aos processos de certificação veem-se à parte da possibilidade de qualificar sua produção enquanto orgânica, bem como da renda que lhe é atribuída. É desta maneira que as OCS se constituem de forma muito peculiar no contexto da standardização da produção de alimentos. Já demonstramos como as OCS exemplificam a atuação do Estado enquanto instrumento de legalidade dos interesses do capital. Agora, veremos como o Estado, tendo em vista as brechas abertas nos debates institucionais de formulação de política públicas, pode atuar de maneira aliada às comunidades rurais, quando lhes confere autonomia e protagonismo. No caso das OCS, trata-se efetivamente de uma regulamentação fundamentada em bases alternativas à industrialização capitalista.

Neste quadro, as OCS permitem que cada grupo se organize da forma que lhe for mais conveniente e crie seus próprios mecanismos de avaliação da qualidade orgânica, desde que descritos no cadastro realizado junto ao MAPA⁴⁰. Esta perspectiva que confere liberdade aos camponeses no processo de construção da qualidade – tanto na organização social quanto nos métodos produtivos – encontra eco na discussão sobre “Commons” abordada por Iván Illich. Segundo o autor, antes dos cercamentos que inauguraram a era do capital, a salvaguarda dos “recursos naturais comuns” não estava garantida na aplicação de alguma lei, mas aparecia como reflexo de uma certa forma de se relacionar com o meio, com a comunidade e que, conseqüentemente, atravessava o trabalho:

The customary law which humanized the environment by establishing the commons was usually unwritten. It was unwritten law not only because people did not care to write it down, but because what it protected was a reality much too complex to fit into paragraphs. The law of the commons regulates the right of way, the right to fish and to hunt, to graze, and to collect wood or medicinal plants in the forest. An oak tree might be in the commons. Its shade, in summer, is reserved for the shepherd and his flock; its acorns are reserved for the

³⁸ IN n.º 19/2009.

³⁹ IN n.º 46/2011.

⁴⁰ Art. 97, IN n.º 19/2009.

pigs of the neighboring peasants; its dry branches serve as fuel for the widows of the village; some of its fresh twigs in springtime are cut as ornaments for the church - and at sunset it might be the place for the village assembly (Illich, 1986).

Além disto, a legislação prevê o preenchimento de cadernos de campo, em que todas as atividades, desde o preparo do solo à colheita, estejam descritas. A IN n.º 19 conceitua o controle social enquanto um “processo de geração de credibilidade organizado a partir da interação de pessoas ou organizações e sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança das pessoas envolvidas” (MAPA, 2009). A autonomia, trajada na lei pelo nome de controle social, devolve ao camponês aquilo que a burocracia e o mercado lhe confiscaram: a confiança. Portanto, a qualidade da mercadoria produzida será resultado de seu trabalho e não apenas disso, da responsabilidade que detém sobre a confiança, que por sua vez será atestada na mesa do consumidor. Não há, portanto, dissociação entre trabalho e sujeito e, conseqüentemente, entre sujeito produtor e produto: um corresponde ao outro mutuamente. Talvez seja justamente neste espaço discreto da Lei n.º 10.831/2003 que a sustentabilidade em suas múltiplas dimensões possa florescer. De maneira distinta, os processos de auditoria privada sugerem o processo inverso: a qualidade é fruto da desconfiança e o que se vê em jogo é o cumprimento de normas. Aqui não nos restam mais dúvidas da profundidade da ruptura que o capitalismo operou nas relações comunitárias, onde tanto o camponês quanto o consumidor são obrigados a comprar a confiança que tanto lhes é cara.

Concluimos assim que, no contexto das OCS, a política pública atua muito mais como endossadora da garantia, do que regulamentadora da produção. Veremos adiante que os consumidores participam desse processo de construção da garantia de forma muito similar, conferindo confiança no produtor e não no selo de orgânicos. Há, em alguma medida, o reconhecimento de que o camponês não produz da mesma forma ou no mesmo sentido que um empresário capitalista da agricultura. Como bem nos descreveu Max Weber (2016, p. 46), trata-se do ganho em função do ser humano como meio destinado a satisfazer suas necessidades materiais e não o ser humano em função do ganho como finalidade da vida.

Caro leitor, finalmente chegamos: é aqui o nosso primeiro desembarque.

3.2. Estação Ribeirão Pires: OCS Agricultores da Zona Leste

“Por ser de lá do Sertão, lá do Cerrado
Lá do interior do mato
Da Caatinga do roçado.
Eu quase não saio
Eu quase não tenho amigos
Eu quase que não consigo
Ficar na cidade sem viver contrariado.”⁴¹

A primeira entrevista, o que daqui em diante será chamado, também, de conversa, foi uma verdadeira introdução ao universo camponês. Nossa pequena discussão anterior acerca da confiança poderia ser sintetizada aqui. Para descobrir o seu significado, é necessário compreender que este primeiro encontro se deu com um senhor de quase 70 anos. Tive a oportunidade de conhecê-lo por uma confusão no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, sem maiores conseqüências para nossos propósitos, mas que finalmente resultou na minha presença em uma reunião da Associação dos Produtores Orgânicos do Alto Tietê (APROATE) no Sindicato dos Produtores Rurais de Mogi das Cruzes. Antes da reunião, conversei com o presidente da APROATE e apresentei meu plano de entrevistar alguns dos produtores da associação. No entanto, descobrimos que eu estava quase no local errado, visto que a APROATE não se trata de uma OCS, mesmo que seja cadastrada assim. Por minha sorte, alguns de seus

⁴¹ Lamento Sertanejo, Dominginhos e Gilberto Gil.

membros são de duas OCS, as já haviam sido selecionadas para a pesquisa. Gentilmente, o presidente apresentou-me aos associados, comentou sobre a pesquisa e pediu a quem interessasse contribuir, para que me procurasse ao final da reunião.

Talvez o que eu esteja prestes a contar-lhe, não tenha para o leitor a mesma grandeza que tem para a autora. Isso depende muito de algumas variáveis, tais quais a idade e a vivência de cada um. Certamente, meu avô não se surpreenderia com o fato. Mas note, são produtores que nunca haviam recebido pesquisadores em suas casas, não são assentados, nem nada que se destaque aos olhos da ciência moderna. São camponeses e pouco estão acostumados a terem seu modo de vida investigados. Consegui, na ocasião, agendar um encontro com o Senhor José Cândido Pereira que, devido a minha impossibilidade de chegar de carro, seria feito em um ponto de ônibus na estrada de Suzano. Anotei tudo em meu caderno, pois não haveria como contatá-lo em seu sítio, devido ao precário sinal de telefone na região.

Chegado o dia, após mais de uma semana, desci na estação Ribeirão Pires da CPTM e peguei um ônibus que passaria no local combinado. Para minha surpresa e contentamento, avisto o Senhor José Cândido Pereira apoiado, com as mãos para trás, na estrutura do ponto de ônibus, esperando-me na hora marcada. Seguimos juntos em seu carro até a chácara recém adquirida. Não é que eu não confiasse na palavra daquele senhor por alguma razão específica. Apenas tratava-se de uma situação incomum para meus anos de vida adulta, exclusivos ao século XXI, onde encontros são desmarcados a qualquer hora e o medo nos chama a evitar a entrada de pessoas desconhecidas em nossos lares. No caminho, observando as vastas áreas de produção de hortaliças, escutei àquele senhor explicar-me como saíra de uma pequena horta na zona Leste de São Paulo e chegara a uma chácara com sua esposa em Suzano. Na realidade, o trajeto configurava-se em retorno: haviam deixado a terra de seus pais na longínqua juventude rural do Paraná e sempre quiseram voltar à vida no campo.

A escolha de tal situação para inaugurar nossa caracterização das OCS, e mais especificamente da OCS Agricultores da Zona Leste, não é um acaso. Ela nos ilustra, ou ao menos ilustrou para a autora, o significado da palavra confiança. Ela nos explica, também, o sentido das OCS: não se tratam de associações, cooperativas ou qualquer outra forma institucional de organização social comum aos agricultores. Elas são concebidas com o único propósito de assegurar o direito dos camponeses de comercializarem seus produtos enquanto orgânicos. Identificar a qualidade de um produto, no contexto estudado, significa identificar-se enquanto produtor de qualidade. E finalmente, ela materializa o conceito de recampanização de duas formas: dentro da cidade e da cidade para o campo. Ao longo das próximas páginas, o leitor irá conhecer melhor como estas OCS funcionam, para assim discutirmos o importante papel que desempenham no reconhecimento da agricultura camponesa, sobretudo de práticas agroecológicas. Nosso grande desafio reside em traçar uma linha em que seja possível distinguir o que é especificamente efeito do mecanismo de política pública e o que corresponde a outras ordens de explicação. A caracterização tem como objetivo separar o joio do trigo, visto que buscamos responder à nossa pergunta retomada aqui: as OCS favorecem a criação e legitimação de relações de proximidade entre produtor e consumidor? Após a caracterização seguiremos com as percepções em relação ao mecanismo de política pública. Para tanto, utilizaremos as informações coletadas nos eixos de 1 a 3 e 5 do roteiro de entrevistas.

A OCS Agricultores da Zona Leste foi criada em 2017, com a colaboração do Instituto Kairós e da Casa da Agricultura Ecológica, da Prefeitura de São Paulo. O referido instituto desenvolveu, em 2013, o projeto “Agricultura Sustentável Sul”, em parceria com a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA), por meio do Fundo Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA) (Kairós, 2017). O projeto vigorou entre 2015 a 2017 tendo como objetivo fornecer assistência técnica, fomentar a comercialização, a divulgação e

realizar certificação dos agricultores do município de São Paulo. A demanda dos agricultores da zona Leste chegou ao Instituto Kairós por meio de uma das agricultoras da Associação dos Produtores Orgânicos de São Mateus, atualmente com o nome fantasia Associação dos Agricultores da Zona Leste (AAZL). Ora, a denominação da associação, de início, um dos problemas a se resolver: a palavra “orgânico” não poderia compor o seu nome. Criada em 2009, deveria reunir apenas agricultores submetidos à avaliação da conformidade orgânica.

Durante o projeto, um subgrupo foi criado dentro da AAZL, com aqueles agricultores que se interessavam pela adequação a uma OCS. Para tanto, o Instituto Kairós organizou uma palestra com a presença de membros da OCS São Paulo, formada anteriormente por agricultores da zona Sul da capital paulista, que apresentaram o funcionamento do mecanismo e suas vantagens. A Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) atuou fornecendo as Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP), um documento obrigatório para acessar a Declaração de Participação de OCS⁴². É igualmente importante ressaltar o papel da agrônoma da Casa de Agricultura Ecológica do Parque do Carmo, na organização da OCS e no apoio às demandas dos agricultores da zona Leste. Também foram realizadas oficinas de plano de manejo agroecológico para os agricultores que compunham a OCS em formação. Não entraremos em detalhes da AAZL, basta ao leitor não confundir a OCS com esta Associação. Finalmente, não é indispensável assinalar a o lugar desses agricultores, com seu aparato institucional, na elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável de São Paulo.

A OCS Agricultores da Zona Leste conta, atualmente, 11 agricultores ativos, compreendendo a zona rural de Suzano e dois bairros da zona Leste: Guaianazes e Cidade São Mateus. Este grupo é formado por cinco casais e um produtor autônomo. A organização da OCS é feita por meio das reuniões e visitas de averiguação que ocorrem ao longo do ano. As reuniões da AAZL também são um espaço importante para discutir as pautas do grupo. Realizamos cinco entrevistas abrangendo 9 participantes (4 casais e o produtor autônomo), basicamente a OCS inteira. Apresentaremos o OCS por unidade produtora e, ao fim de nossa longa viagem, o leitor perceberá a diversidade de experiências que a vivência camponesa pode alcançar. Começaremos onde paramos, no portão de entrada do Sítio Recanto Terra Viva. Ao entrarmos, a Senhora Ersá Pereira atravessou a horta inteira para dar um beijo no esposo. Iniciamos a entrevista no espaço onde a Sra. Ersá chama de “meu escritório”: ali prepara as mudas, limpa todo o alimento produzido antes de ser entregue e confecciona seus remédios naturais. Enquanto eu escutava o Sr. José Cândido Pereira, sua esposa deve ter preparado, em pé e minuciosamente, uma centena de mudas. Nossa conversa era enriquecida pelas percepções da Sra. Ersá Pereira e seu carinhoso “fia” dirigido a mim.

Como já dito, o casal deixou a cidade natal no Paraná para começar a vida a dois em uma das maiores cidades do mundo. O Seu Cândido foi metalúrgico, trabalhou por muitos anos em uma grande indústria em São Bernardo do Campo. Fez parte do sindicato da categoria na cidade, participou de sua diretoria e durante os anos de ditadura militar perdeu o emprego e os direitos políticos. Em 1988, foi anistiado, mantendo sempre seu envolvimento com o movimento sindical. O casal tem 67 anos e ambos frequentaram Escola de Jovens e Adultos (EJA). Sr. Cândido é técnico em agropecuária pela Escola Filantrópica Tabor que desde 1985 desenvolve atividades na região (SIBEP, 2019). O curso técnico em agropecuária existe desde de 2004 e boa parte dos agricultores da AAZL passaram por ela. Desde a gestão da prefeita Marta Suplicy (2000-2004), quando se iniciou a discussão institucional da agricultura urbana em São Paulo, o casal é engajado com a produção de alimentos na cidade. E como, segundo ela, trabalhar a terra é algo que corre no sangue, há quatro anos estão em Suzano, de volta para a

⁴² O título “Declaração de Participação” corresponde ao conflito entre as empresas de certificação privada e os camponeses no contexto da elaboração da Política Pública. Ele tem por objetivo substituir a palavra “certificado”.

zona rural em que sempre quiseram viver um dia. Para nossa interlocutora, produzir orgânico é cuidar de si mesma. Antes de consumir orgânico e plantar orgânico, a Sra. Ersaa lembra que sofria de um problema no estômago, “de queimação”. Define, finalmente, a agricultura orgânica “como uma coisa benéfica para a minha saúde”.

As pessoas querem comprar o que é mais barato, não é fia? E não é tão mais caro não, no mercado é, mas em outros lugares não. Aqui funciona muito na fé. Um dia o engenheiro chegou e falou, Dona Ersaa, não é hora de plantar espinafre, e eu disse: ô Zé Luiz, eu vou na fé. E, fia, deu um espinafre tão bonito. Deu certo na fé, porque o tempo ajudou. (entrevista em março de 2018)

Contato inicial com a OCS	Por meio da AAZL.
Motivação em participar	Poder comercializar os produtos enquanto orgânicos.
Liderança do grupo	Sra. Terezinha Matos e Rafael Tenório são referências de organização do grupo.
Organização da OCS	As reuniões ocorrem nas visitas de averiguação, uma vez por semestre.
Participação de associações	AAZL e APROATE em Mogi das Cruzes.
Caderno de campo	É de responsabilidade da Sra. Ersaa Pereira. Confessa achar “muita burocracia” em razão do volume de informações.
Visita do técnico do MAPA	Não.
Produtos cultivados	Olericultura: rúcula, couve, alface, repolho, espinafre, cenoura, nabo, tomate, abobrinha, quiabo, zedoária, açafrão e tomate em estufa. Fruticultura: laranja, banana.
Manejo adotado	Compostagem, cobertura de solo, torta de mamona, Iurim, calcário. Irrigação por mangueira de gotejamento e bombeamento de água de três poços.
Organização da produção	Do casal.
Planejamento da produção	Rotação de cultura, de acordo com a época de plantio.
Acesso a crédito rural	Não.

Tabela 1. Caracterização unidade camponesa n.º 1

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Dificuldade na OCS	A dificuldade do casal se refere à localização, mas os agricultores se prontificam a ir até a chácara para fazer a visita de averiguação. Também gostariam de ter mais tempo disponível para lidar com a OCS.
Principais benefícios	O relacionamento entre os participantes e a troca de conhecimentos. Possibilidade de compra coletiva.
Apoio e entraves em relação à prefeitura	Apoio da Prefeitura Regional de São Mateus.
Relação com o consumidor	“Era uma festa na feira, muito bom. Chorei quando parei, tinha contato direto com muitos fregueses.”
Percepção sobre os consumidores em relação à qualidade do produto	“Eles falavam a gente não precisava de selo, que o selo eram eles, que se não comessem meu produto, se sentiam mal fisicamente. Então eles eram o meu selo, não queriam comprar em outro lugar. Os consumidores sabiam que era orgânico porque estávamos em uma feira de orgânicos. No outro local, os consumidores sabiam pelo gosto.”

Tabela 2. Percepções unidade camponesa n.º 1

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Uma vez deixado o sítio de Suzano, nossos próximos encontros acontecerão em um cenário totalmente adverso. As hortas a seguir estão todas situadas no meio da cidade de São Paulo, em regiões altamente urbanizadas e com pouca arborização. Descemos na Avenida Mateo Bei, em São Mateus. Para quem está apenas de passagem, trata-se de mais uma avenida movimentada, repleta de comércios, bancos e pessoas caminhando. Mas ao olhar atentamente, é possível perceber que a avenida é acompanhada, bairro adentro, por enormes torres de energia. O detalhe não surpreende, não destoa da paisagem, são monumentos da modernidade. Aliás, o leitor já reparou que a vida moderna nos trouxe essa sensação de que a imensidão do céu não é tão longa assim? São os prédios gigantescos, os helicópteros barulhentos e os aviões que traçam sua rota logo ali, no teto acinzentado. Pois bem, abaixo das enormes torres de energia de São Mateus, abre-se um portal da imaginação: homens e mulheres cultivam alimentos para si e para o bairro. Note o quão curioso é esta prática: abaixo das torres de energia elétrica, pessoas lavram a terra com as suas mãos. Ao que parece, o ser humano continuará construindo suas torres e cada vez mais distantes da terra. No entanto, o alimento estará sempre lá embaixo, com as raízes no chão.

Figura 25. Horta unidade camponesa n.º 3. Foto tirada pela autora

Neste terreno de cultivos, tivemos a oportunidade de conversar com duas agricultoras, a senhora Terezinha de Matos e a Senhora Sebastiana de Farias. A primeira trabalha juntamente de seu marido em uma grande área. Nossa conversa foi inteiramente com ela, visto que o Senhor José de Matos estava trabalhando na horta. Mas não estávamos sozinhas, duas amigas da agricultora chegaram próximo e passaram ali o dia. Enquanto conversávamos, a Sra. Terezinha de Matos cozinhava batatas doces para servir com o café. Caso o leitor ainda não tenha se dado conta, a autora aprecia detalhes: uma piranha empalhada no balcão de uma antiga farmácia, um beijinho após uma separação de meia hora e agora batatas doces. Aqui, trata-se de comunicar ao leitor a existência de uma cozinha improvisada neste espaço de trabalho. Para um camponês que vive no campo, o que de imediato soa tautológico, o lar e o trabalho acontecem no mesmo espaço, assim como para meu avô, artesão farmacológico. Para um camponês que vive na cidade, o que de imediato soa contraditório e arriscado, o lar se estende até o espaço de trabalho: hoje em dia, a casa é só lugar de dormir⁴³.

A Sra. Terezinha de Matos veio da Bahia, onde era camponesa. Estudou até o ensino médio e, em São Paulo, trabalhou como empregada doméstica, revendedora de produtos diversos e em mercados de rua. Atualmente, dedica-se totalmente à agricultura, desde a produção à comercialização. O casal não é aposentado e toda a renda que possuem é resultado do trabalho na horta e nas feiras da cidade. Para ela, o produto orgânico é aquele que se trata com muito amor e carinho, além de não se usar “*químico nenhum, nem para crescimento, nem para matar os bichinhos*”. Tem carinho e cuidado para não atraparlar a alimentação da clientela.

Quando eu vi que o produto que eu comprava, a durabilidade dele era outra, eu pensei: “não, tem coisa errada aí!”. Até aí, eu não sabia nem o que era agrotóxicos, quando a gente estava na Bahia, não usava nada disso. Eu achava que todos os produtos eram iguais aos nossos lá, mas engano nosso. (entrevista em março de 2018)

⁴³ Em razão do estranhamento próprio ao radical da palavra *camponês*, uma vez que já estamos situados na cidade de São Paulo, trataremos os sujeitos a seguir, nesta sessão, por agricultor ou agricultora. No entanto, é mister o leitor estar ciente de que a autora os interpreta à luz da discussão conceitual realizada nesta pesquisa, ou seja, do conceito de camponês abordado. Tratam-se de agricultores camponeses.

Contato inicial com a OCS	Por meio da AAZL, há dez anos queriam um certificado.
Motivação em participar	Mais oportunidades de vendas e garantia para os clientes. Reconhecem a importância de um certificado.
Liderança do grupo	Não, mas reconhece sua influência na organização.
Organização da OCS	As reuniões são feitas nas visitas de averiguação, uma vez por semestre.
Participação de associações	AAZL.
Caderno de campo	É de responsabilidade da Sra. Terezinha de Matos. Possui o caderno que ganhou no curso, anota tudo o que planta, compra e vende. Para ela, além de ser um suporte na produção, dá segurança na fiscalização.
Visita do técnico do MAPA	O Superintendente do MAPA do estado de São Paulo já visitou três vezes. A fiscalização do local é feita cotidianamente pela Eletropaulo.
Produtos cultivados	Olericultura, banana e PANC ⁴⁴ : peixinho, azedinha, ora-pro-nobis e taioba. São mais de 50 produtos, segundo a agricultora.
Manejo adotado	Compostagem incorporada com esterco de galinha ou de vaca, cinza de padaria, casca de ovo, pó de café e lurim. Irrigação por mangueira na mão e água da SABESP ⁴⁵ .
Organização da produção	Do casal. Acontecem mutirões esporadicamente.
Planejamento da produção	Plantio de acordo com a demanda das feiras e entregas.
Acesso a crédito rural	Sim, diretamente com o banco.

Tabela 3. Caracterização unidade camponesa n.º 2

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Dificuldade na OCS	Não. Algumas dificuldades relativas à organização do grupo, mas sempre são reajustadas.
Principais benefícios	Sem resposta.
Apoio e entraves em relação à prefeitura	Algumas dificuldades práticas com atribuições da prefeitura regional, como fornecimento de caminhão para coleta de poda urbana e licença para uso de certos materiais descartados, como madeira. Percebe apoio da agrônoma da prefeitura, mas reconhece ser um direito dos agricultores.
Relação com o consumidor	“Eu acho maravilhosa! Não tenho do que reclamar. São consumidores que já nos entendem, que sabem o querem. Nós trabalhamos em cima desses consumidores, melhorando cada vez mais o plantio, atendendo ao pedido deles: você pediu, você vai ter.”
Percepção sobre os consumidores em relação à qualidade do produto	“Ele vê ação na saúde, na qualidade, na durabilidade. Eles comentam até da textura. Isso tudo nós temos da própria boca do cliente, não sou eu que planto, que estou falando, é o próprio cliente. Alguns dizem: “nossa, tem 15 dias que eu comprei um maço de coentro e ele está do mesmo jeito.”

Tabela 4. Percepções unidade camponesa n.º 2

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

De sua parte, a Senhora Sebastiana de Farias começou na atividade agrícola juntamente do marido, recém falecido. Segundo suas palavras, o Sr. Genival chamava as plantas da sua horta de “minhas filhinhas”. Hoje, sente-se responsável pelo cuidado dessas “filhinhas” em memória do esposo. Desde que está sozinha na área, conta com a ajuda de dois trabalhadores, visto que se ocupa muito da venda, exclusivamente realizada no portão. Estes dois homens trabalham como diaristas em duas hortas durante a semana. Um deles veio do Haiti e hoje já possui uma área para si. Sebastiana tem 67 anos. De origem nordestina, nasceu no agreste de Pernambuco e veio para São Paulo em busca de trabalho. Estudou até o ensino médio, tendo sido operária da indústria, copeira e empregada doméstica. Considera a OCS um presente com o qual aprende e ensina cada vez mais. Para Sebastiana, produzir orgânico é uma felicidade. Sabe que por não usar agrotóxicos, o produto tem mais sabor e durabilidade, além de não poluir os mananciais e a “terra viva que dá comida para nós”.

⁴⁴ Plantas Alimentícias Não-Convencionais.

⁴⁵ Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

Eu ouvia falar tanto, no Parque, que lá não existe documento melhor que a pessoa ver o produto. A pessoa que conhece as coisas boas vê o produto e sabe que o produto é bom, na experimentação, no sabor, na duração, em tudo. Mas é que nem aquela história: um papel... Tudo no país precisa de um papel. Às vezes, você estuda e estuda e o outro que não estuda faz as coisas. Estuda e estuda e só por causa do estudo você vai adiante. Os outros que sabem fazer, mas não tem um carimbo, param por ali. O mundo é assim... (entrevista em abril de 2018)

Contato inicial com a OCS	Por meio da AAZL, no projeto do FEMA junto ao Kairós.
Motivação em participar	Ter um produto de qualidade reconhecido pela sociedade. Participa, também, para ajudar os outros que usam mais a feira.
Liderança do grupo	Não.
Organização da OCS	As reuniões são feitas nas visitas de averiguação e acontecem ao longo do semestre. Há muita troca de experiências.
Participação de associações	AAZL.
Caderno de campo	Sem resposta.
Visita do técnico do MAPA	O Superintendente do MAPA do estado de São Paulo já visitou duas vezes.
Produtos cultivados	Olericultura: sobretudo alface, chicória, repolho e couve, batata-doce, cenoura, beterraba, mostarda, chuchu e ervas aromáticas, principalmente coentro. Fruticultura: banana e limão. PANC: ora-pro-nobis, em razão de uma reportagem do programa Globo Repórter.
Manejo adotado	Compostagem, usa poda da cidade. Irrigação por mangueira na mão e água da SABESP.
Organização da produção	Apenas dela e conta com a ajuda de dois trabalhadores alternados.
Planejamento da produção	De acordo com a demanda dos consumidores.
Acesso a crédito rural	Não.

Tabela 5. Caracterização unidade camponesa n.º 3

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Dificuldade na OCS	Sem resposta.
Principais benefícios	Aumentaram as vendas, mas como é feita no portão da horta, nunca perguntaram sobre documento de certificação. A satisfação dos consumidores com a qualidade é um benefício para Senhora Sebastiana de.
Apoio e entraves em relação à prefeitura	Reconhece que a prefeitura ajuda, mas gostaria de que os procedimentos fossem mais ágeis, como o descarregamento do caminhão de poda. A poda vem com muito entulho e após todo o trabalho de limpeza, esperam muito tempo para a prefeitura retirar da área. Com a mudança de gestão da prefeitura de São Paulo, muitos processos pararam ou tardaram mais para acontecer.
Relação com o consumidor	Não tem problema com nenhum consumidor, mas às vezes alguns reclamam que o preço está caro, pelo fato de vender na própria horta. Também considera uma relação de aprendizado, sobretudo troca de receitas.
Percepção sobre os consumidores em relação à qualidade do produto	Segundo a agricultora, de dez consumidores, apenas um compra por considerar ser um produto fresco da horta. Os outros falam da diferença do sabor e da durabilidade.

Tabela 6. Percepções unidade camponesa n.º 3

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Rafael Tenório é o último agricultor que entrevistamos em São Mateus: o mais jovem da associação. Ele não nos revelou a sua idade, mas não há dúvidas que algumas décadas o separam da maioria dos agricultores da região. Começou na atividade agrícola juntamente de um colega que conheceu em um dos mutirões da AAZL. Os dois ocuparam a antiga área trabalhada pelo casal Sra. Terezinha e Sr. José de Matos, no Largo de São Mateus. Trata-se de um grande terreno da SABESP localizado ao lado do terminal de ônibus do bairro e ocupado por diversos agricultores. Hoje, trabalha sozinho e fornece alimentos principalmente para uma Comunidade que Sustenta a Agricultura da cidade de São Paulo. Alguns dos co-agricultores, como se apresentam, são bastante envolvidos com a produção deste agricultor e de outros agricultores desta mesma CSA.

A história que Rafael Tenório conta sobre sua origem é, provavelmente, muito semelhante à dos filhos dos agricultores apresentados acima. Seus pais vieram do sertão de Alagoas para São Paulo enquanto crianças. Ao longo de nossa conversa, repetiu algumas vezes como considera a sucessão de conhecimento dentro da família a melhor forma de aprendizado na agricultura, algo que não teve acesso. Recorreu à comunidade: trabalhou durante

quase um ano com o casal já mencionado para aprender o que tanto lhe fascinava estudar. E não parou aí: frequentou cursos na Escola Tabor, é técnico topográfico e em agropecuária, além de ser um legítimo “autodidata”. Sua última ocupação antes de ir para “o campo na cidade”, como qualifica seu trabalho hoje, foi de vendedor de equipamentos de informática. Gostava muito do que fazia, tinha se especializado em impressoras e projetores.

Diferentemente da Senhora Terezinha de Matos, Rafael Tenório já era consumidor de orgânicos, chegando a comprá-los em hipermercados da região. Caro leitor, este fato é importante pois sintetiza boa parte de nossa discussão acerca do conceito orgânico enquanto mercadoria fetichizada. Ele traz todos aqueles dados numéricos de agricultura orgânica no Nordeste do Brasil para a realidade vivida. Ora, a Sra. Terezinha de Matos produzia e consumia orgânicos, mas não sabia: foi em São Paulo que descobriu o nome do que fez a vida inteira. Afinal, esse nome estava sob a custódia de outras instâncias. A descoberta não era o suficiente, apenas pôde qualificar-se enquanto agricultora orgânica quando teve acesso à OCS. De qualquer maneira, as trajetórias destes dois agricultores assemelham-se no momento em que ambos se engajam nas ações de agroecologia em São Paulo por meio de uma preocupação com a qualidade do que consomem. A Sra. Terezinha de Matos contou-nos sobre uma gastrite e o curioso aconselhamento de um médico a consumir couve sem agrotóxicos para o tratamento. A partir daí, decidiu começar a produzir seu próprio alimento. Não fosse a procura de alívio para uma irritação estomacal de uma senhora, Rafael Tenório talvez ainda estivesse vendendo equipamentos de informática.

A história é a seguinte: Rafael Tenório conheceu, ao acaso, uma pesquisadora italiana que estudava produção de alimentos locais na cidade de São Paulo. O encontro aconteceu na Praça dos Ciclistas, lugar comumente frequentado pelo agricultor. Estava, naquela época, planejando uma viagem de bicicleta pelo Brasil, a fim de conhecer iniciativas em agroecologia e agricultura sustentável. Quem sabe não se depararia com a família da Sra. Terezinha de Matos e estivesse, hoje, exatamente no mesmo lugar em que está? Não há como saber e pouco se trata disso nossa discussão. O que nos interessa é o real encontro dos dois em São Mateus. Durante a conversa na Praça dos Ciclistas, a italiana sugeriu ao nosso viajante ir conhecer um casal que produzia alimentos orgânicos no bairro em que moravam – não havia necessidade de ir tão longe. O casal era justamente Sra. Terezinha e Sr. José de Matos. Deste encontro resultou o envolvimento de Rafael Tenório com a agricultura agroecológica, não apenas enquanto fascínio, mas, também, enquanto prática. Rafael Tenório distingue a agricultura urbana, que chama de “agricultura guerrilha”, da agricultura produtiva no espaço urbano, reconhecendo o importante papel que ambas desempenham para a cidade. Diz não poder falar nem de “produzir”, nem de “orgânicos”, o seu trabalho corresponde a um meio de vida.

Acho que é desempenhar uma função que não é nem uma função. Não dá para definir como atividade profissional. É um conjunto de anos de evolução da minha espécie, uma coevolução de espécies e algo que eu me reencontro fazendo. (...) Eu não gosto nem dos insumos permitidos na agricultura orgânica. Eles só estão aí porque houve um consenso de que não há conhecimento necessário para o cultivo dessas plantas. As grandes empresas do agronegócio produzem insumos permitidos na agricultura orgânica. A gente é uma consequência dos EUA, de mão de obra contratada e de muito insumo. (entrevista em maio de 2018)

Contato inicial com a OCS	Por meio da AAZL. Era para ser a primeira OCS do estado de São Paulo, são produtores de base ecológica há mais de 20 anos.
Motivação em participar	Não gosta da ideia de precisar de um sistema de certificação. Mas pelas mudanças na agricultura nas últimas décadas, considera justificável ter uma OCS.
Liderança do grupo	Não, apenas alguém responsável em passar as atas para o MAPA.
Organização da OCS	Reuniões a cada dois meses e visitas de averiguação. Em razão dos limites de tempo, às vezes acontece junto com a reunião da AAZL.
Participação de associações	AAZL e já foi membro da Ciclocidade.
Caderno de campo	Faz na agenda biodinâmica e considera ajudar no histórico de atividades.
Visita do técnico do MAPA	Ainda não recebeu visita do MAPA, mas sabe que pode acontecer.
Produtos cultivados	Olericultura: rabanete, mostarda, rúcula, couve, repolho, alface, almeirão, cenoura, chicória, raízes. Fruticultura: banana. Evita frutos com cores chamativas, pois são comumente roubados. PANC: ora-pro-nobis e taioaba.
Manejo adotado	Compostagem e correção do solo e Iurim. Procura usar resíduos da cidade, de feiras livres e do CEAGESP. Irrigação por mangueira de microaspersão.
Organização da produção	Já produziu com um amigo, mas hoje é individual.
Planejamento da produção	Em função do clima e de acordo com as cotas da CSA. Usa o sistema de mandala na rotação de cultura.
Acesso a crédito rural	Não.

Tabela 7. Caracterização unidade camponesa n.º 4

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Dificuldade na OCS	“A gente não tem agricultores preparados para produzir alimentos orgânicos, a gente não tem consumidores que sabem o que é produzir um alimento. Então a certificação trouxe um alívio enorme, porque, principalmente nós agricultores de base ecológica no perímetro urbano, somos questionados por estar expostos à poluição da cidade de São Paulo. Além disso a organização interna é um desafio, não fomos preparados a trabalhar em cooperação. A maior parte dos agricultores foi alfabetizada tardiamente, alguns materiais não são adaptados para essa realidade.”
Principais benefícios	“Nas visitas, os agricultores podem fazer observações que eu ainda não tive oportunidade de fazer. Com certeza, a troca de informações é um benefício, eu aprendo muito com cada um deles. A OCS é muito justificada por esse momento de troca de saberes que esses agricultores participam.”
Apoio e entraves em relação à prefeitura	“Eu faço solicitações para Secretaria do Trabalho que ela não pode resolver e tenho que fazer isso sozinho. O acesso às feiras é feito pela Secretaria do Trabalho, as pessoas que estão lá são maravilhosas, eu conheço elas. Mas a gente sabe que eles não têm o que é necessário para desempenhar a função deles. A gente não tem terra, a gente ocupa para desempenhar a nossa atividade. Não dá para exigir isso de um funcionário público. Não sei no passado, mas o que esses agricultores têm feito para exigir PP, a prefeitura ajuda mais que atrapalha.”
Relação com o consumidor	“A gente não poderia tratar as pessoas apenas como consumidores. Todo o contato que eu tive com o consumidor foi muito bom, porque eu tinha possibilidade de sensibilizá-los sobre a nossa atividade, só que a gente sabe que não há um mínimo de informação necessária para esses consumidores do que a gente faz. Ninguém quer cobrar mais caro por orgânico, todo o cultivo dá um trabalho tão grande que já deveria ser aceito que vai custar mais caro e a gente precisa desse apoio financeiro para continuar a cultivar. Eu já fui consumidor, eu sei que é difícil compreender isso. Na época dos nossos pais, eles gastavam 60% do rendimento em alimento. Não sei se isso acontece hoje, a gente está esquecendo de gastar com o que é necessário.” “A relação com a CSA é adequada, porque tenho pessoas que já se preocuparam com isso antes de fazer contato comigo. Elas já vêm se sensibilizando com isso antes de eu demonstrar o que venho fazendo, já tiveram contato com outros agricultores nesse nível de intimidade.”
Percepção sobre os consumidores em relação à qualidade do produto	“Vem melhorando. Por tudo isso que te falei: tantas pessoas influenciando, até a maléfica política”. Aqui, Rafael Tenório referia-se à propaganda televisiva conhecida como “o agro é pop”.

Tabela 8. Percepções unidade camponesa n.º 4

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Chegamos, finalmente, ao último casal da OCS Agricultores da Zona Leste. Não estamos mais em São Mateus, estamos na Vila Nancy, distrito de Guaianases. A horta é comunitária, muito diferente das outras que

acabamos de apresentar. Ao se deparar com o portão de entrada, não é possível prever o tamanho da agrofloresta cultivada no terreno da Prefeitura. O Sr. Osmar Tadeu de Araújo, a esposa e outras famílias ocuparam o espaço em 1986, com o intuito de produzir alimentos com base no trabalho comum. A demanda por asfalto, energia elétrica e água encanada no bairro de Vila Nancy chegou na Prefeitura Regional de Guaianases por meio do grupo que estava engajado com a horta. Ela veio na bagagem com aqueles novos moradores do bairro distante da zona Leste, era uma consequência inevitável. Como a Senhora Guaraciaba Elena de Araújo diz, “as crianças aprenderam a andar com o peru”.

O bairro segue crescendo e o Sr. Tadeu de Araújo, aposentado da prefeitura, lamenta alguns riscos envolvendo o terreno de quase um hectare. Muitas casas foram construídas no limite da cerca e como a área é acidentada, o casal teme que o solo ceda e as habitações desabem, além do esgoto ser uma preocupação. Algumas famílias já participaram da horta e hoje ela é basicamente organizada pela família do casal. A camponesa gostaria que houvesse mais engajamento das pessoas com a produção. Ela nunca foi exclusivamente voltada para a comercialização e poderia ser qualificada como um arsenal de remédios naturais, pela quantidade de ervas medicinais cultivadas. O casal se conheceu no bairro, ela é originária de Minas Gerais, ele do Espírito Santo. A Sra. Elena de Araújo têm mais de 65 anos e esteve sempre engajada com o bairro e a horta.

A gente já cresceu assim, tendo o nosso canteirinho. Meu avô tinha um canteirinho de cebolinha, de couve e, dependendo do quintal que a gente tinha, de mandioca. Era o nosso prato. Uma vez, a mãe dele colheu 15 abóboras em cima de uma lajinha em Sapopemba. (entrevista em abril de 2018)

Contato inicial com a OCS	Por meio da AAZL, em contato com a agrônoma da Casa de Agricultura Ecológica do Parque do Carmo.
Motivação em participar	Reconhecimento da qualidade e acesso a novos canais de comercialização.
Liderança do grupo	Não.
Organização da OCS	Sem resposta.
Participação de associações	AAZL e Sociedade Amigos de Vila Nancy
Caderno de campo	Sem resposta.
Visita do técnico do MAPA	Não.
Produtos cultivados	Diversidade de hortaliças, árvores frutíferas, ervas medicinais e PANC. Galinha, porco, peru, pato e coelho.
Manejo adotado	Compostagem, torta de mamona, esterco de coelho e agrofloresta. A água bombeada das minas.
Organização da produção	Produção comunitária, sobretudo pela família e alguns vizinhos. “Quando se fala em comum, tem que fazer tudo em comum: carpir, plantar, molhar, adubar para depois colher. Aqui entra mais dinheiro nosso que da venda.”
Planejamento da produção	Em função do clima.
Acesso a crédito rural	Não. Receberam alguns bolsistas do POT ⁴⁶ .

Tabela 9. Caracterização unidade camponesa n.º 5

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

⁴⁶ Programa Operação Trabalho, Lei 13.1178/2001. O programa visa conceder atenção especial ao trabalhador desempregado, residente no município de São Paulo, pertencente à família de baixa renda, objetivando a reinserção no mercado de trabalho. São dez projetos, um deles intitulado Hortas e Viveiros Urbanos.

Dificuldade na OCS	Considera haver muita exigência, sobretudo na produção animal.
Principais benefícios	É bom ter um documento que prove a produção natural, mas aumentou muito a cobrança.
Apoio e entraves em relação à prefeitura	Em um balanço geral, considera que a prefeitura mais ajuda do que atrapalha. O casal tem muito engajamento com as PP de agricultura urbana e a Prefeitura Regional de Guaianases. A cada ano batalha por conquistas na área, visto que o terreno é da prefeitura. “Estava assistindo à TV Câmara e pensei comigo mesma: dizem que vivemos num país democrático, mas na verdade é um país burocrático.”
Relação com o consumidor	“O pessoal acostumou com a cultura de chegar aqui e levar um pezinho de alface. Pagavam o que queriam. A gente não tinha esse pensamento de geração de renda e o pessoal acostumou com isso. Com o reconhecimento da agricultura urbana, fortaleceu a noção de geração de renda. Então, para nós, aqui é muito difícil.
Percepção sobre os consumidores em relação à qualidade do produto	Sem resposta.

Tabela 10. Percepções unidade camponesa n.º 5

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Em linhas gerais, os principais apontamentos sobre a OCS Agricultores da Zona Leste se referem em primeiro lugar à importância da AAZL na organização dos agricultores. Ela representa um canal de comunicação ativo entre os próprios participantes e, para além, desempenha o papel de mediadora das políticas públicas. Sem exceção, todos os entrevistados tiveram conhecimento do mecanismo em estudo de política pública por meio da associação, tendo contado com o ativo apoio dos agentes públicos. Boa parte dos cursos realizados e dos projetos desenvolvidos com estes agricultores se vincula à Prefeitura de São Paulo, à Prefeitura Regional de Guaianases e de São Mateus. Em especial, a Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo, a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente e a Casa de Agricultura Ecológica são aparelhos estatais ativamente engajados em promover os agricultores da zona Leste e, consequentemente da OCS. A estreita relação entre ambos é fruto da procura destes agricultores por legitimidade na produção de alimentos na cidade de São Paulo. Muito importante para esta aproximação foi a elaboração do Plano Diretor Estratégico do município, realizada na gestão da ex-prefeita Marta Suplicy, que ofereceu reconhecimento à produção de alimentos na cidade de São Paulo.

Outro aspecto importante que permeia as entrevistas se refere ao lugar onde a agricultura se manifesta, isto é, em terrenos anteriormente desocupados. O objetivo de todos os agricultores entrevistados da OCS era o mesmo: dar vazão ao desejo de plantar alimentos saudáveis e, principalmente, no caso dos mais velhos, dar continuidade a uma atividade familiar. Como já dito, esses espaços permitem ao camponês reproduzir não apenas a sua atividade, mas também o seu modo de viver para além de uma profissão. Aos olhos da autora, tais experiências se configuram enquanto construção da memória na realidade presente e vivida. As áreas não são de propriedade dos agricultores, exceto de Sr. José Cândido e Sra. Ersá, mas constituem suporte para uma importante renda, seja em produtos que serão consumidos pelas famílias, seja em dinheiro por meio da comercialização, seja pela combinação de ambos.

Por outro lado, é importante reconhecer a enfática burocratização para o uso destes espaços agrícolas. Na fala dos agricultores, a burocracia é qualificada como restrição do que pode ser produzido, pela dificuldade do uso de equipamentos da prefeitura, além da constante fiscalização dos órgãos responsáveis pelas áreas. Uma vez que direcionados ao bem comum, que em nossa pesquisa se revela na produção de alimento saudável e na manutenção do espaço público, a regulamentação constitui, muitas vezes, um empecilho à produção. Assim como a certificação se impôs enquanto um elemento estranho ao universo destes camponeses, visto que a confiança desempenhara até então este papel, a constante necessidade de recorrer aos órgãos públicos para adquirir licenças é encarada essencialmente como um entrave sem explicação. É como se a organização estatal e o campesinato operassem em linguagens distintas. No modo capitalista de produção, a certificação, a fiscalização e o estabelecimento de normas

são justificados em virtude da noção de que o cuidado é um elemento exterior àquele que assim produz. Admite-se, portanto, que o ganho capitalista automaticamente repele a salvaguarda de qualquer elemento comum, se não houver alguma vantagem associada a tal. No caso da produção camponesa, orientada por outra lógica de ocupação do espaço, o cuidado aparece como elemento indissociável de sua atividade. Isto pode se revelar como uma propensão à produção orgânica.

O caderno de campo é ora reconhecido, igualmente, como uma exigência desnecessária, ora como um histórico de práticas que tem a finalidade de orientar o agricultor. Muitas vezes, ele cumpre a função de contabilidade dos gastos e, sobretudo, da venda. De qualquer maneira, o objetivo primordial do caderno de campo é ter em mãos uma prova de que a produção segue os princípios da agricultura orgânica. Ele é um respaldo para o consumidor, mas também para o agricultor. No entanto, nem sempre é apropriado por parte dos camponeses. Podemos pensar que se trata de uma incompreensão do papel do caderno para o mecanismo de política pública ou até mesmo para a aplicabilidade de uma fiscalização.

Cabem ainda algumas palavras sobre a horta da Vila Nancy, que se destaca por distinguir-se das outras apresentadas. As hortas da SABESP e dos linhões da Eletropaulo são qualificadas enquanto participativas, ao passo que a horta da Vila Nancy é comunitária. O contexto da implantação da horta cuidada pela família em questão é muito singular, pois visava a produção de alimentos sem geração de renda monetária, estando diretamente associada ao desenvolvimento do próprio bairro. O trabalho desempenhado na horta floresce como um indicativo da forma como aquelas pessoas se organizam em torno da produção de alimentos. Esta última deveria ser de responsabilidade da comunidade, de acesso a todos aqueles que colaboram com o trabalho e sem renda monetária associada. Finalmente, à medida que o bairro se transforma, o papel da horta se modifica e novos desafios se apresentam, sobretudo, para o casal.

3.3. Polvilho: OCS Frutos da Comuna da Terra

“Já não sonho, hoje faço com meu braço o meu viver.”⁴⁷

Nossa próxima parada é em Cajamar, no bairro do Polvilho. Por minha sorte, a primeira entrevista foi realizada na feira noturna do Polvilho, cuja apresentação mais detalhada o leitor encontrará no próximo capítulo. As outras entrevistas aconteceram no assentamento, onde só consegui chegar em razão de um outro acontecimento da fortuna do acaso. Para chegar ao assentamento Dom Pedro Casaldáliga (a 15km do Polvilho), saindo de São Paulo, é preciso pegar o trem, um ou dois ônibus e caminhar muito. Em uma das reuniões da OCS Produção Saudável, em Franco da Rocha, conheci um pesquisador e extensionista (apoiador n.º 1) do Instituto de Botânica de São Paulo, que desenvolve um projeto⁴⁸ de implementação de sistemas agroflorestais nos assentamentos da Região Metropolitana de São Paulo. Ciente das dificuldades de se deslocar até estes locais, ofereceu-me carona. Visto que na metodologia de pesquisa não estavam previstas entrevistas com os apoiadores das OCS⁴⁹, as informações obtidas com os sujeitos que desempenham papel de apoio não vinculado a funções descritas nos respectivos cargos públicos são fruto de conversas informais. Por esta razão, identificaremos tais sujeitos enquanto “apoiadores”.

⁴⁷ Travessia, Milton Nascimento.

⁴⁸ O registro do projeto junto ao Instituto de Botânica está em andamento e intitula-se “Agroecologia como fator de transformação da consciência agroecológica”.

⁴⁹ Vale ressaltar que a identificação de apoiadores das OCS configura um dos resultados da pesquisa.

Ora, esta informação é muito mais do que uma curiosidade da pesquisa, ela nos revela como a logística e o acesso dos camponeses aos centros comerciais, situados nas zonas urbanas, é uma questão problemática. Estamos a poucos quilômetros do maior centro de distribuição de alimentos da América Latina e, ainda assim, camponeses encontram dificuldade de inserirem-se no mercado. Já vimos como o preço e a certificação atuam como barreiras impostas pelo capital e agora tratamos da mobilidade destes camponeses, associada à localização do assentamento. A barreira geográfica tem duplo sentido: pela distância física, agravada pelas condições precárias das estradas, e pela situação econômica dos camponeses. Portanto, estar próximo ou distante do mercado é uma questão relativa, que deve ser tratada à luz das lógicas do modo capitalista de produção.

A OCS Frutos da Comuna da Terra é composta por camponeses do assentamento Dom Pedro Casaldáliga, situado no município de Cajamar. Foi inscrita no Cadastro Nacional dos Produtores Orgânicos, do MAPA em 2015 com 30 participantes e assim segue desde então. A sua implantação está diretamente associada ao importante trabalho de dois casais associados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), um deles (apoiador n.º 3) institucionalmente vinculado à Regional Grande São Paulo. As duas OCS dos assentamentos desta pesquisa e o grupo de consumo responsável abastecido pelos camponeses em questão foram criadas com o apoio destes casais. Tal canal de comercialização será abordado no capítulo seguinte, mas é importante ressaltar que ambos se constituíram no mesmo momento. O casal apoiador n.º 2 atuou durante muitos anos nos assentamentos Dom Pedro Casaldáliga, dando suporte aos assentados em vários sentidos, o que será evidenciado com dados das entrevistas. Trata-se da presidente da ONG Feminista Entre Nós e de seu esposo, diretor do Centro de Educação, Estudos e Pesquisa (CEEP), que possui enfoque na assessoria em PP, na formação educativa, profissional e na promoção dos direitos humanos (CEEP, 2019). Juntos, fundaram uma rede de comercialização em Santo André e a OCS foi concebida para garantir a qualidade orgânica dos produtos comercializados pelo assentamento. Estas pessoas desempenham o mesmo papel dos funcionários dos órgãos públicos do município de São Paulo e do Instituto Kairós na OCS Agricultores da Zona Leste: criam redes de articulação com as políticas públicas e com os canais de comercialização.

Finalmente, chegar no Polvilho saindo de São Paulo não foi tarefa tão difícil. Lá, deparei-me com uma grande feira livre composta por comerciantes de diversos produtos, alimentícios ou não, e uma pequena banca de toldo azul, que abrigava uma senhora sorridente e de cabelos curtos. Era a Senhora Nadir Petente, tive certeza no momento em que vi a Declaração de Participação de OCS plastificada e pendurada na estrutura da pequena venda. Não é um documento com efeito visual chamativo, acredito que poucos passantes se sentem convidados a ler do que se trata. De qualquer maneira, o Senhor João Petente fazia questão de enfatizar que seu produto era orgânico para quem quer se aproximar da barraca. Se a conversa se estendesse, acrescentava ainda que eram os únicos a vender seus próprios produtos, todos frescos e de confiança. O casal vende alimentos variados, desde folhas a compotas e pimentas em conserva.

Acomodei-me ao lado daquela senhora acolhedora de 58 anos e entregue a cada pequena coisa que fazia. Era possível perceber a timidez nos olhos, que revelavam igualmente a alegria de estar ali. A Sra. Nadir Petente é responsável pelo contato com os consumidores: não havia dúvida de que muitos deles frequentavam a feira apenas para comprar seus produtos. O Sr. João Petente cuidava mais da contabilidade das vendas. Toda vez que a esposa recebia uma nota de dinheiro, ele insistia para que a guardasse bem fundo no bolso do avental, afinal não era incomum que, de tempos em tempos, voasse uma ou outra nota para o gramado detrás. Parece que o ritual que combina guardar as notas emboladas e chamar a atenção para esta prática será repetido ainda por muitos anos: há

certas coisas que revelam sutilezas da nossa essência e que não são possíveis de mudar sem que mudem essencialmente aquilo que se é.

Em outro momento, tive a oportunidade de visitar o lote do casal. A Sra. Nadir Petente estava de touca preparando comida e se desculpou pelo que considera ser uma casa simples. Após o almoço, seu esposo serviu um licor que elabora da folha do figo e fomos passear pela diversa área de produção. Para o Sr. João Petente, produzir orgânico é fazer agricultura com ecologia, “é cuidar da natureza e da qualidade de vida: é como plantar em casa e deixar crescer”.

Na verdade, a gente nunca se importou com isso daí não [a certificação], a gente sabe o que a gente está usando. (...) Nós temos que divulgar nosso produto, a gente põe o papel para divulgar que é orgânico: tudo o que põe aqui é orgânico. A gente tem que ter controle das coisas, não é uma mercadoria que você pega e vende, somos nós que plantamos e vendemos (entrevista em março de 2018)

Contato inicial com a OCS	Por meio do casal apoiador n.º 2.
Motivação em participar	Para colaborar com os assentados que vendem para a “merenda escolar ⁵⁰ ”. Para o casal, que vende apenas na feira, a OCS cumpre o papel de licença para vender orgânico e agregar valor ao produto.
Liderança do grupo	O Sr. João Petente é coordenador, mas o Laurinei Gomes é ativo na organização.
Organização da OCS	As reuniões acontecem uma vez ao semestre e são acompanhadas pela vistoria dos lotes.
Participação de associações	Não.
Caderno de campo	“A cada vez que faz um plantio se anota o que está plantando, o que está usando, quando vai ficar pronto”. Considera ajudar pois traz uma referência de como será a colheita, mas confessa ser difícil anotar todo o trabalho.
Visita do técnico do MAPA	Não.
Produtos cultivados	Olericultura: alface, couve almeirão, escarola, coentro, cebolinha, salsinha, taioba, batata doce, berinjela, jiló, quiabo, gengibre, açafrão, hibisco, ervas medicinais, capim santo, erva cidreira e hortelã. “Cenoura é pouco, saiu torta e povo não gosta muito”. Fruticultura: banana, limão, lichia, mexerica, abacate, mamão, acerola, maracujá. PANC: ora-pro-nobis.
Manejo adotado	Torta de mamona, farinha de osso, enxertia. Irrigação por gotejamento.
Organização da produção	Do casal.
Planejamento da produção	Pelo clima e pela feira.
Acesso a crédito rural	Pronaf, uma vez.

Tabela 11. Caracterização unidade camponesa n.º 6

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Dificuldade na OCS	“A gente tem dificuldade, porque precisaríamos de um técnico para fazer vistoria, porque tem que prestar contas em Campinas, levar uma documentação e a prefeitura de Cajamar exige um técnico que assine a OCS.”
Principais benefícios	“Acho que por fazer parte de uma organização, a gente quer sempre fazer o melhor, sabe? E sempre tem mais informação e aprendizagem”.
Apoio e entraves em relação à prefeitura	A relação é boa, segundo Sr. João Petente, mas quanto ao PNAE, a prefeitura de Cajamar não cumpriu o contrato em 2018, assunto será tratado após as caracterizações. Ainda indaga: “As crianças estão comendo o quê?”.
Relação com o consumidor	Por ser uma feira convencional e principalmente de comerciantes, os produtos do casal são considerados caros. Com o tempo, conseguiram cativar uma clientela, pela qualidade dos produtos, mas o começo foi muito difícil.
Percepção sobre os consumidores em relação à qualidade do produto	“O pessoal confia que fazemos as coisas certas. Inclusive, eu tenho no meu celular as fotos, eu mostro para os meus clientes.”

Tabela 12. Percepções unidade camponesa n.º 6

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

A experiência de vivenciar a comercialização na feira, do outro lado da banca, foi muito enriquecedora, assim como foram as entrevistas nos lotes do assentamento, geralmente ao redor da mesa. A conversa a seguir se desenrolou após o almoço, ao qual pude contribuir cortando uma enorme acelga recém colhida. Enquanto a Sra.

⁵⁰ Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Rosalina Patera cozinha, o Sr. Alois Patera levanta canteiros junto com um de seus filhos e outros dois homens na área de produção. A família Patera é a que mais se aproxima, a partir de um imaginário visual, de uma família camponesa. Sr. Alois Patera tem 51 anos, é originário do Paraná, trabalhou como pedreiro antes de se instalar no assentamento, onde construiu duas casas vizinhas, uma para sua família e outra para sua mãe. No lote vizinho, vive a irmã de sua esposa com seus filhos. A Sra. Rosalina Patera última tem 42 anos, é mineira e, como o marido, não teve oportunidade de completar o ensino fundamental.

Estas duas famílias, junto com o Senhor Fidelcino dos Santos, criaram um sistema de mutirão muito interessante, baseado na produção comum. Cada dia, trabalha-se em um lote, todos juntos, de acordo com a necessidade do cultivo, seja levantando canteiros, seja na manutenção do solo, seja na colheita. Como todos entregam o alimento para as prefeituras da região, a logística também é compartilhada. Aliás, no momento da entrega é comum que vários assentados participem do rateio do transporte.

Para que não haja ambiguidade de significado, ressaltamos a distinção, proposta neste texto⁵¹, entre trabalho coletivo e trabalho comum. O primeiro é fruto da divisão de tarefas visando conceber um produto alienado ao trabalho individual, como originalmente se organiza o trabalho nas fábricas; o outro concebe a divisão de tarefas enquanto resultado de relações de reciprocidade, aproximando-se da perspectiva de Kropotkin de organização da produção. A avaliação do benefício de cada um dependerá do ponto de vista da análise.

De toda maneira, para o Sr. Alois Patera, produzir orgânico considerar a refeição do consumidor tão importante quanto a de sua família. *“É saber que pode ir em qualquer canteiro, que irá encontrar um alimento saudável, sem veneno, e que pode oferecer aos outros. É estar no meio do mato e não ofender a natureza”*.

Aqui trabalham todos junto na horta. Mas tem divisão de trabalho. Por exemplo, eu fico mais nas vendas; na preparação dos canteiros ficam mais os meus filhos, que são mais novos e têm que trabalhar; na colheita são todos. As mulheres ficam mais rezando, mais na casa e na horta. (entrevista em abril de 2018)

⁵¹ A discussão acerca dos conceitos de produção coletiva e produção comum é bastante abrangente. Desde o advento da industrialização e a emergência dos movimentos de enfrentamento ao sistema capitalista de produção, o tema tem sido abordado por diversos autores, sobretudo no que concerne ao designado como socialismo científico. Na segunda metade do século XIX, o debate sobre a socialização da produção envolveu anarquistas de um lado e marxistas do outro (Marcos, 2018, p. 2). Segundo a tradição marxista, o campesinato, por ser um sistema de produção familiar reconhecido como atrasado e individualista, deveria ser alvo de superação nas sociedades pós-capitalistas (Marcos, 1998 apud Camargo, 2010). A perspectiva anarquista problematiza este tipo de abordagem. As principais referências críticas são Pierre-Joseph Proudhon, Mikhail Bakunin e Piotr Kropotkin. De forma bastante resumida, as duas principais correntes anarquistas se distinguem pela distribuição do produto do trabalho. O lema norteador da concepção de Bakunin é “de cada um de acordo com as suas possibilidades e a cada um de acordo com o seu trabalho”. Diferentemente, o mote do pensamento de Kropotkin é “de cada um de acordo com as suas possibilidades e a cada um de acordo com as suas *necessidades*”. A sensibilização em relação às possibilidades e às necessidades de cada um pode ser um convite a distorcer a razão utilitarista que alienou, em primeiro lugar, o trabalho do sujeito.

Contato inicial com a OCS	Por meio do casal apoiador n.º 2.
Motivação em participar	“Como já estávamos na linha do orgânico, a OCS era uma vantagem, porque é um documento a mais que poderíamos usar. Você pode chegar numa feira, apresentar o documento e falar que é produto orgânico produzido no assentamento.”
Liderança do grupo	O Sr. João Petente. “Gostamos de colocar ele para administrar, porque tem um conhecimento bem vasto, é o que mais sabe da OCS.”
Organização da OCS	Por meio de assembleia. Discutem a produção e as licitações da prefeitura. Quando as licitações param, percebe que muitos desanimam da reunião.
Participação de associações	A OCS tá engajada dentro de uma cooperativa que é só do assentamento.
Caderno de campo	“A horta é um processo muito rápido, se você não tiver um caderno de campo você se perde. Toda família faz o seu caderno.”
Visita do técnico do MAPA	Não. Falaram que viriam, quando fomos à Piracicaba.
Produtos cultivados	Principalmente alface e chicória para a prefeitura. Olericultura: couve, salsa, coentro, repolho, abobrinha, cenoura, beterraba. Fruticultura: para consumo próprio ou pequenas entregas.
Manejo adotado	Compostagem, esterco, cobertura de solo, calda bordalesa, Iurim e calcário. Irrigação por aspersão, água da mina.
Organização da produção	“São três famílias em uma só. A gente planta junto e colhe junto.”
Planejamento da produção	“Dependendo da situação da entrega da merenda. Para consumo diário, faço manejo todo dia e o que eu vendo na rua também.”
Acesso a crédito rural	Pronaf, uma vez.

Tabela 13. Caracterização unidade camponesa n.º 7

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Dificuldade na OCS	Sim, cita a falta de pessoas com conhecimento aprofundado da OCS para poder administrar.
Principais benefícios	A preferência nas chamadas públicas de outros municípios. Esta preferência é justificada por ser uma produção “restrita, quem produz orgânico é mais agricultura familiar, mesmo, o pequeno produtor.”
Apoio e entraves em relação à prefeitura	Segundo Sr. Alois Patera, ele não teve dificuldade para entrar na prefeitura com seus produtos. O responsável pela chamada pública do PNAE atende muito bem os assentados. A paralização do contrato de 2018 é um problema sério associado à gestão da prefeitura de Cajamar.
Relação como consumidor	“A relação com as prefeituras que atendo é boa. Alguns consumidores vêm aqui e indicam para outros.”
Percepção sobre os consumidores em relação à qualidade do produto	“Falam que é diferente. Por exemplo, eles pegam nosso produto, colocam na geladeira e vêm que a durabilidade é bem maior do que do mercado. Então, existe essa diferença e a do sabor, que falam também. E é mesmo, hoje que produzo, percebo a diferença até na cor.”

Tabela 14. Percepção unidade camponesa n.º 7

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Agora, iremos diretamente para o lote do Sr. Fidelcino dos Santos, carinhosamente apelidado no assentamento de Fidel. O Sr. Fidelcino dos Santos tem 63 anos, e é um senhor de poucas palavras. Costuma, ao final de cada frase, sorrir. A cada pergunta que lhe endereçava, franzia a testa como quem busca expressar seus pensamentos da melhor forma possível. Nasceu em Minas Gerais e cresceu na zona rural de Feira de Santana, Bahia. Completou o ensino fundamental e trabalhou com tantas atividades, que não conseguiu descrever-me todas, além de ter sido operário e pintor. Para o Sr. Fidelcino dos Santos, produzir orgânico significa não trabalhar com veneno. Associa diretamente a produção orgânica e o cuidado com a natureza ao pequeno produtor, em contraste com os grandes latifundiários. Quando perguntei a este camponês o que ele precisava comprar no mercado, ele me respondeu feliz: óleo, sal e arroz.

Você planta e sabe que está alimentando, não é igual entrega no CEASA, eles falam que é orgânico, mas não é. A gente tem as represas... a gente trata a água que usa, a folha que pega e a plantação que faz para reflorestar. (entrevista em abril de 2018)

Contato inicial com a OCS	Por meio do casal apoiador n.º 2, que trouxe o curso do sindicato dos produtores rurais.
Motivação em participar	A principal motivação foi o aprendizado na produção orgânica.
Liderança do grupo	Sem resposta.
Organização da OCS	Segundo Sr. Fidelcino dos Santos, é ele quem chama a OCS para as reuniões, mas nem sempre todos vão.
Participação de associações	A cooperativa do assentamento.
Caderno de campo	“Anoto tudo, tudo que é plantado é anotado: o dia que planta, a data que você vai colher, tudo é anotado. Ajuda porque você não se perde na produção.”
Visita do técnico do MAPA	Não sabe dizer.
Produtos cultivados	Olericultura: alface, repolho, mandioca e chicória. Fruticultura: manga, banana, abacate, laranja e mexerica. Produz ovos e galinha.
Manejo adotado	Compostagem em minhocário, esterco de gado, torta de mamona e calcário. Irrigação por regador manual.
Organização da produção	Em parceria com a família Patera.
Planejamento da produção	De acordo com a merenda escolar.
Acesso a crédito rural	Pronaf, uma vez.

Tabela 15. Caracterização unidade camponesa n.º 8

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Dificuldade na OCS	Não.
Principais benefícios	Sem resposta.
Apoio e entraves em relação à prefeitura	Sim, entraves. As prefeituras de Cajamar, Ferraz de Vasconcelos e Campinas descumpriram os contratos da merenda escolar. “Não é justo assinar um contrato, produzir a mercadoria e eles jogarem fora.”
Relação como consumidor	Ideal.
Percepção sobre os consumidores em relação à qualidade do produto	“Eles procuram os pequenos agricultores que plantam orgânicos, as pessoas adoram isso, porque não é plantado com veneno. Sabem que a qualidade é melhor.”

Tabela 16. Percepção unidade camponesa n.º 8

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

O assentamento Dom Pedro, como é comumente chamado, é especialmente bonito. A área que foi destinada pelo INCRA ao assentamento era anteriormente de produção de eucaliptos, na encosta da Serra do Japi. Entre os lotes e a estrada de terra é possível observar ainda o que sobrou da antiga plantação. O casal mais jovem que entrevistei construiu sua casa em meio a árvores de eucalipto e outras espécies. É uma verdadeira casa do campo, com aquela típica espaçosa varanda, palco da vida cotidiana. Laurinei e Maria Aparecida Gomes não têm mais de 30 anos cada um. Laurinei Gomes nasceu em Minas Gerais e está terminando a graduação em geografia. Maria Aparecida Gomes veio do Alagoas e também está em vias de completar o ensino superior, tendo escolhido a carreira de pedagoga. Antes de se instalarem no assentamento, eram estudantes e assim seguem. Para Laurinei Gomes, com quem realizei a entrevista, produzir orgânico é produzir qualidade de vida.

Além da família Patera, uma das entrevistas que mais se destacaram por sua singularidade na OCS Frutos da Comuna da Terra, foi aquela com o casal Gomes. Não apenas nosso diálogo, mas o que estava acontecendo neste mesmo momento na cozinha: ao menos três equipamentos eletrônicos de cozimento estavam ligados e Maria Aparecida Gomes fez questão de me explicar do que se tratava cada um. Ainda mais impressionante é a pluralidade de atividades que desempenham enquanto cozinham. Maria tem a responsabilidade de colocar as máquinas para funcionar, visto que o esposo lava a louça. Segundo suas palavras, tudo é dividido igualmente entre os dois, desde as tarefas domésticas até a renda que entra pela comercialização de seus produtos. As múltiplas adaptações que as famílias camponesas encontram para seguir em plena atividade no capitalismo moderno não alteram, necessariamente, a estrutura de sua essência, que é o sentido do trabalho. A pluriatividade de experiências da produção familiar não deve ser encarada enquanto erosão do campesinato, mas ao contrário, como condição de sua existência.

Hoje o nosso país é descartável, tem tudo no pacotinho, tudo bonitinho, tudo limpinho, tudo congelado. A pessoa chega aqui, ela vê a terra, vê a alface sendo colhida na hora. Então, a pessoa se questiona: nossa, como isso é possível? Essa geração mais nova, ela já não é mais aquela geração minha, que veio lá da roça e que conhece as coisas. (entrevista em março de 2018)

Contato inicial com a OCS	“Através de um casal de amigos nossos. São autores de uma rede de comercialização em Santo André.” Referiam-se ao casal apoiador n.º 2.
Motivação em participar	A primeira iniciativa, foi dar ao assentamento a característica de produção agroecológica.
Liderança do grupo	Sr. João Petente é o coordenador junto ao MAPA. No entanto, o Laurinei tem cada vez mais assumido as tarefas burocráticas: relatórios e reuniões.
Organização da OCS	Reuniões periodicamente. As chamadas públicas são, segundo Nei, as principais motivadoras. “Toda reunião que tem aqui, a gente já coloca como OCS e discute tudo.”
Participação de associações	Da cooperativa do assentamento, que está desativada. A OCS tem cumprido o papel de articulação dentro do assentamento.
Caderno de campo	“O meu é no celular, não tem como parar para anotar. Mas tudo o que eu uso, tudo o que eu planto, a colheita, a época de plantio, o dia de plantio, tudo eu anoto e está salvo em rede, também para não perder.”
Visita do técnico do MAPA	Sim, duas vezes.
Produtos cultivados	Basicamente todas as folhas. Algumas frutas como mamão, abacate, banana, limão, laranja, manga, lichia e jambolão. Mandioca, algumas raízes e abobrinha.
Manejo adotado	Compostagem. Estão substituindo a lona nos canteiros por forragem seca. Irrigação por aspersão.
Organização da produção	Do casal.
Planejamento da produção	A partir das demandas. Elas são dos consumidores diretos, PPAIS ⁵² e consumo próprio.
Acesso a crédito rural	Pronaf, uma vez e ajudou muito.

Tabela 17. Caracterização unidade camponesa n.º 9

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Dificuldade na OCS	Sim. Dificuldade de contato com o MAPA, a organização de visitas técnicas, em razão do desconhecimento da norma e a ausência de um técnico.
Principais benefícios	Muitos. A garantia de que o consumidor está comprando orgânico, a prioridade nas chamadas públicas e a ampliação da produção ecológica. “O objetivo central é, cada vez mais, levar produtos orgânicos para uma população de baixa renda.”
Apoio e entraves em relação à prefeitura	A prefeitura não compra os nossos produtos, então isso é um entrave. A gente vê o município produzir alimento de qualidade, nosso produto poderia estar nas escolas.
Relação como consumidor	“É excelente, acho que desperta o interesse da pessoa. A pessoa chega aqui, vê a terra, vê a alface sendo colhida na hora.” Em relação ao PNAE, alega ser difícil, pois é esperado que o produto chegue totalmente limpo. Também reclamam da variação de tamanho ao longo do ano. No presídio, a relação é direta mais seca e não recebeu reclamações.
Percepção sobre os consumidores em relação à qualidade do produto	“Pouca aceitação por conta do preço, na experiência que eu tive na feira. E pela questão da aparência, não é grande, não é bonitão, então acho que a estética conta muito. Apesar dos produtos que foram para feira serem bem bonitos, a couve de boa qualidade, eu creio que seja isso.”

Tabela 18. Percepção unidade camponesa n.º 9

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Finalmente, chegamos à última entrevista do assentamento Dom Pedro Casaldáliga. Sandra e Nildo Soares também são um dos casais mais jovens de nossa pesquisa. Sandra Soares tem 32 anos, nasceu em São Paulo e antes de se instalar no assentamento trabalhava no ramo da hotelaria, como me informou. Nildo Soares tem 42 anos, nasceu em Recife e trabalhou como porteiro de condomínio, também em São Paulo. Ambos terminaram o ensino médio e participam da OCS desde o começo. A entrevista ocorreu com Sandra, enquanto estendia as roupas no varal e esperava o ônibus escolar de sua filha mais nova. Para nossa interlocutora, produzir orgânico e produzir alimento

⁵² Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social.

saudável são a mesma coisa. Quando perguntei à Sandra Soares sobre o caderno de campo, ela fez questão de folheá-lo para mim, dizendo que o preenchia com muito cuidado.

A OCS agregou valor na nossa mercadoria. Agora a gente tem condição de vender por um preço mais justo, porque a gente plantava orgânico, mas vendia a preço convencional. (entrevista em março de 2018)

Contato inicial com a OCS	“O casal apoiador n.º 2 veio aqui, trouxe a ideia e fez um estudo sobre a OCS conosco.”
Motivação em participar	A prioridade na chamada pública do PNAE e os 30% a mais pago pelo produto.
Liderança do grupo	Segundo Sandra, uma assentada não entrevistada em nossa pesquisa é coordenadora e responsável pela vistoria e pelos relatórios.
Organização da OCS	Duas vezes por ano, “as reuniões são mais para poder conversar e prestar contas”.
Participação de associações	Sim.
Caderno de campo	“Toda vez que você mexer na horta, você tem que anotar. Por exemplo, se você vai plantar alguma coisa hoje, você marca a quantidade que plantou, o que colocou de adubo, esse tipo de coisa. Faço sempre isso.”
Visita do técnico do MAPA	Não.
Produtos cultivados	Olericultura. Fruticultura: manga, abacate e jaca.
Manejo adotado	Compostagem. Irrigação por aspersão e mangueira.
Organização da produção	Do casal.
Planejamento da produção	“Escolhemos os produtos da chamada pública de acordo com o que a gente está mais acostumado a plantar.”
Acesso a crédito rural	Não.

Tabela 19. Caracterização unidade camponesa n.º 10

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Dificuldade na OCS	“Na organização interna. É bem difícil fazer as reuniões acontecerem, o pessoal aqui é muito ocupado.”
Principais benefícios	“Os 30% a mais no preço do produto. A certificação só veio para confirmar o que a gente já fazia, então a vantagem é só essa.”
Apoio e entraves em relação à prefeitura	“Não é que atrapalha, o fato de não ajudar, também não colabora. A gente precisa deles para arrumar as estradas, o transporte.”
Relação como consumidor	“Eles gostam, porque pegam tudo fresquinho com a gente. É diferente de pegar no mercado, né?”
Percepção sobre os consumidores em relação à qualidade do produto	“Eles falam que a durabilidade é bem maior, se você comprar uma alface no mercado hoje e não comer hoje, ele vai ficar preta amanhã. O nosso produto não, ele dura mais de cinco dias na geladeira e o sabor também é diferente.”

Tabela 20. Percepções unidade camponesa n.º 10

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

A OCS Frutos da Comuna da Terra possui diferentes características em relação à OCS Agricultores da Zona Leste, de acordo com a vivência dos camponeses com a qual nos deparamos. Ainda que as Organizações de Controle Social não tenham sido concebidas para desempenhar o papel das associações ou cooperativas, no assentamento Dom Pedro Casaldáliga, cumprem esta função para além da averiguação da qualidade orgânica. A cooperativa do assentamento, desativada no momento da pesquisa, pouco atuava em questões concernentes à produção e à organização dos assentados. Este fato é importante, pois realça a transição do modelo estritamente produtivista dos assentamentos, para uma perspectiva de assentamentos agroecológicos (De’Carli, 2013; Borsatto e Carmo, 2013). É em torno da produção orgânica e de seus desafios que os camponeses do assentamento Dom Pedro Casaldáliga se debruçam em um esforço organizativo. O apontamento difuso de um “líder” da OCS pode estar relacionado a essa trajetória.

Segundo os autores supracitados, os fatores que estimularam a mudança no viés produtivo são diversos. O primeiro referente ao endividamento das cooperativas produtivistas da reforma agrária, em razão do alto custo do pacote tecnológico da Revolução Verde. O segundo diz respeito ao enfrentamento do modelo agrícola industrial, visto que está diretamente associado à produção capitalista (De’Carli, 2013). Outro fator que contribuiu para a reorientação agroecológica diz respeito às parcerias com determinadas organizações da sociedade civil brasileira e

latino-americana, principalmente a Via Campesina (De'Carli, 2013; Borsatto e Carmo, 2013) e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB). Picolotto e Piccin (2008 apud Borsatto e Carmo, 2013) citam ainda a reforma neoliberal do Estado brasileiro, a partir da abertura de mercados, e o fim do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) como razões para esta mudança. Além do mais, cabe reconhecer que a reforma agrária no Brasil sempre foi sistematicamente confrontada em diversos níveis e muito associada à construção midiática de uma imagem negativa. A transformação do discurso do MST com ênfase em bandeira ecológica e de promoção da saúde da população, contrariamente ao modelo latifundiário, cumpre, também, a função de sensibilização da população à questão agrária.

Nos depoimentos dos assentados, notamos este fato em dois níveis: no momento em que relacionam as reuniões da OCS às outras pautas do assentamento, isto é, ao não restringirem a OCS ao papel de averiguação da qualidade orgânica e; quando enfatizam o reconhecimento da produção de alimento saudável que a OCS oferece ao assentamento. Ora, a identidade destes camponeses está diretamente associada ao assentamento, uma vez que se reconhecem enquanto assentados. Reconfigurar a imagem pública do assentamento desempenha a função de reforçar a dignidade da pauta da reforma agrária e, consequentemente, daqueles sujeitos. Ainda sobre este aspecto, em todas as entrevistas, os problemas apresentados correspondem a outras ordens que não o funcionamento das OCS. Decerto que a dificuldade em realizar reuniões e visitas de averiguação foi apontada como um obstáculo a ser superado. No entanto, muitos daqueles entraves, sobretudo os que concernem às chamadas públicas do PNAE e à prefeitura de Cajamar são totalmente estranhos às atribuições do dispositivo de política pública. Não é indispensável enfatizar que a exigência da assinatura de um técnico, no relatório de OCS, não está prevista na legislação do MAPA.

Muito interessante é o destaque de Laurinei Gomes acerca da reclamação das merendeiras. Trata-se de um convite a refletir sobre como estas funcionárias se relacionam com o produto orgânico. De acordo com os dados apresentados até agora – e também com os subsequentes – a grande maioria dos consumidores que experimentam o alimento orgânico expressa a percepção de uma maior qualidade na durabilidade e no sabor. No entanto, dentro da cozinha das escolas, o produto orgânico chega estritamente como matéria prima do trabalho destas profissionais. A necessidade de empenhar mais tempo na preparação do alimento orgânico *in natura* é, de fato, uma ponderação justificável para quem está lidando exclusivamente com suas atribuições profissionais. Por outro lado, exigir maior empenho do camponês na higienização de seus produtos não significa apenas incremento no tempo de trabalho, bem como o maior uso de recursos. A água, é muito frequentemente um problema nos assentamentos rurais.

Outro aspecto que podemos ressaltar em relação à OCS Frutos da Comuna da Terra trata-se da distinta forma de avaliar o benefício do mecanismo de política pública. Para os assentados que acessam principalmente o mercado institucional, a vantagem está muito relacionada à bonificação de 30% sobre o preço e à prioridade na chamada pública. No entanto, esta ênfase no preço não representa estritamente uma razão utilitarista do trabalho: no momento em que as chamadas públicas foram congeladas, a preocupação com a condição da alimentação das crianças nas escolas é notável nas considerações destes camponeses, assim como o grande desperdício de recursos e alimentos. Os camponeses que não conseguiram encontrar soluções institucionais para o escoamento da produção destinada ao PNAE puderam contar com o apoio de outro integrante do MST (apoiador n.º 4), na comercialização. O apoio destas pessoas e destes projetos cumpre o importante papel de preencher as lacunas das políticas públicas, que poderão, em algum momento, inspirar-se nestas iniciativas locais.

Em relação ao planejamento da produção, os camponeses que acessam as políticas públicas tendem a planificar o uso do espaço e do tempo de acordo com os produtos comumente descritos nas chamadas públicas. Visto que a área de produção também é de desfrute da família, diversificam a produção tendo em vista o consumo

interno. Aqueles que escoam majoritariamente sua produção por meio das feiras tendem a se planejar de acordo com as demandas dos consumidores, daquilo que tem mais saída nas bancas. De alguma maneira, é possível perceber como as políticas públicas interferem na produção destes camponeses.

Finalmente, é importante destacar brevemente o papel da feira noturna do Polvilho. Os dois casais que se lançaram à experiência de escoar seus produtos ali reconheceram ser um empreendimento desafiante. A razão da dificuldade está relacionada a um conflito entre as características da feira e da produção destes camponeses. Um produto orgânico comercializado pelo próprio produtor não apresenta baixos preços como daqueles de quem está ali apenas vendendo produtos comprados nas centrais de distribuição e, normalmente, realiza outras feiras durante a semana. Ao final da feira, os preços começam a despencar ainda mais. Para os camponeses, não se trata apenas da possibilidade de liquidar uma compra, mas da real desvalorização de seu trabalho. Uma vez conquistada uma clientela consciente da qualidade dos produtos e do trabalho dos camponeses, o obstáculo está superado. De qualquer maneira, a situação exige que o camponês tenha possibilidades materiais de sustentar o tempo que for preciso para fidelizar consumidores. O ideal é a organização de feiras especificamente de produtores orgânicos.

3.4. Estação Franco da Rocha: OCS Produção Saudável

“Porque se chamavam homens
Também se chamavam sonhos
E sonhos não envelhecem”⁵³

Estamos quase ao lado de nosso último desembarque, no município vizinho de Cajamar. Na zona rural de Franco da Rocha, camponeses do assentamento Dom Tomás Balduino formaram a OCS Produção Saudável. O leitor notará muitas semelhanças entre esta OCS e a apresentada anteriormente. Há muitos anos, o assentamento Dom Tomás Balduino conta com o trabalho do outro casal já citado (apoiador n.º 3), institucionalmente vinculado à Regional Grande São Paulo do MST. Juntamente com os assentados, o casal apoiador n.º 3 organiza as reuniões da OCS e do grupo de mulheres, propõem eventos festivos para escoar a produção e favorecer laços entre os assentados, além de manterem um grupo de consumo responsável associado ao assentamento. Ou seja, tratar da OCS Produção Saudável é, em alguma medida, reconhecer a influência do trabalho destas pessoas no assentamento.

A primeira vez que estive no assentamento em questão foi por meio de uma carona do casal que participaria da reunião da OCS. Assim que cheguei, fui apresentada aos assentados e pude, brevemente, explicar a pesquisa e a razão de minha presença. A partir de então, frequentei mensalmente as reuniões, onde também eram abordadas outras pautas envolvendo os assentados. A OCS Produção Saudável conta com a participação ativa de 20 camponeses e foi cadastrada junto ao MAPA em 2015.

Em uma delas, tratando de uma visita de averiguação, um dos participantes da rede de consumo esteve presente e pode conhecer mais de perto aquela realidade, bem como apresentar suas percepções enquanto consumidor dos produtos do assentamento. A troca foi bastante rica, pois o consumidor aproveitou a oportunidade para questionar a variação do tamanho das hortaliças ao longo do ano. Os camponeses explicaram o efeito da sazonalidade em um produto cultivado de forma natural e, juntos, encontraram uma solução. Este tipo de situação de proximidade amplia o conhecimento do consumidor em relação ao contexto e à vivência dos camponeses, o que é muito diferente da aquisição de produtos alimentares nas gôndolas dos supermercados, que ofusca todas as informações sobre as características da produção.

⁵³ Clube da Esquina II, Lô Borges e Milton Nascimento.

O assentamento Dom Tomás Balduino está localizado em uma área privilegiada, também na encosta da Serra do Japi. As casas foram todas projetadas em cinco tipologias pelos estudantes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, em parceria com a Instituição Usina CTAH⁵⁴. Trata-se de um assentamento bem planejado e visualmente muito bonito. De qualquer maneira, existem muitos desafios enfrentados pelos camponeses que ali residem. A origem do assentamento está associada às ações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e à proposta do Grito dos Excluídos⁵⁵, que segundo Osvaldo Monteiro – um dos camponeses entrevistados – é “pegar o pessoal da favela, o pessoal da rua, o pessoal do cortiço e fazer ocupação”. Osvaldo Monteiro já fez parte da liderança do MST e acrescenta: “depois que vimos que a proposta do campo era melhor que da cidade, trouxemos essas pessoas para fazer a ocupação aqui”. Nestas circunstâncias, o assentamento sofre preconceitos dos órgãos políticos da cidade, além de confrontar adversidades *sui generis* no esforço de abranger a produção de alimentos em todos os lotes.

Começaremos o tratamento de nossos encontros da OCS Produção Saudável pelo casal Osvaldo Monteiro e Roseli Paiva. A entrevista aconteceu após uma das reuniões da OCS, no lote do casal. Cada lote, sítio ou chácara constitui um cenário singular, que, à sua maneira, expressa as características do camponês e, juntamente com o território, compõem a paisagem. Para além das questões materiais, arriscando definir Osvaldo Monteiro em poucas palavras, diria que se trata de um camponês detalhista e criativo. Ao entrar no lote, é impossível não reparar a forma como é cuidado: nada parece estar disposto ao acaso. Osvaldo desenvolveu, inclusive, um sistema de captação de água da chuva que abastece uma de suas caixas d’água. Porém, não se trata apenas um sistema funcional, engenhoso e necessário para as condições daquela região, ele se manifesta ali como uma obra de arte arquitetônica.

Figura 26. Estrutura de suporte das duas caixas d’água do lote. Foto tirada pela autora

A entrevista foi conduzida apenas com o Osvaldo Monteiro, visto que sua esposa, que é assistente social, estava na cidade em horário de trabalho. Após o gravador ser desligado, contou-me um pouco sobre sua trajetória para a vida que leva hoje. Foi neste momento em que todo aquele esmero com a casa, a varandinha, o gramado, a

⁵⁴ O leitor poderá encontrar mais informações sobre o projeto no endereço a seguir: <http://www.usina-ctah.org.br/domtomas.html>

⁵⁵ O Grito dos Excluídos é um conjunto de manifestações sociais que ocorrem no Brasil em parceria com diversas entidades civis e religiosas, com o intuito de reivindicar uma sociedade mais justa.

horta, o vinhedo, o bambuzal e até a caixa d'água ganharam uma razão mais profunda aos sentidos da autora. Não há razões para não celebrar a vida em cada detalhe. Osvaldo tem 48 anos, migrou para São Paulo vindo do Paraná, estudou filosofia e sua última ocupação antes de ser assentado era auxiliar gráfico. Conheceu o mecanismo de política pública em estudo em 2015, por meio do casal apoiador n.º 2, assim como os camponeses do assentamento Dom Pedro Casaldáliga. Para nosso interlocutor, produzir orgânico é dar valor à vida e se preocupar com o que o outro irá comer. Não qualifica sua produção como agroecológica, por considerar uma prática associada aos sistemas agroflorestais.

Eu nunca gostei de nada que precisa comprovar, quando você vende alguma coisa, ou a pessoa acredita no que você está vendendo ou não compra. Mas, a gente tem que agir conforme o método do grupo... Eu tenho que estar lá senão o papel não vale nada, eu não vejo muito serventia nisso. (entrevista em abril de 2018)

Contato inicial com a OCS	Por meio do apoiador n.º 2. “Ele trouxe a proposta para nós da Regional [Grande São Paulo do MST], a gente discutiu e achou viável executar dentro do nosso espaço.”
Motivação em participar	Os 30% a mais pago pelo produto.
Liderança do grupo	Sem resposta.
Organização da OCS	Reuniões uma vez ao mês.
Participação de associações	Não. “Nossa associação virou mais uma coisa burocrática”.
Caderno de campo	“Toda vez que eu vou fazer alguma coisa na roça eu marco. Se eu estou produzindo, levantando os canteiros, eu marco o dia e quando eu plantei. Eu gosto de anotar para ter uma organização, para saber o que deu certo e o que não deu, o tempo que levou, para quem eu vendi, e o valor que eu recebi. Então, eu marco tudo, o tempo que eu plantei, a quantia de adubo, o dia e o valor que eu vendi a produção. Faço semanalmente, na verdade é minha mulher quem faz, porque ela adora escrever.”
Visita do técnico do MAPA	Não.
Produtos cultivados	Olericultura. Fruticultura: figo, manga uva e banana.
Manejo adotado	Uso de tratorito para levantar canteiros, torta de mamona e farinha de osso. Irrigação por mangueira e gotejamento. A água é de captação da chuva e bombeamento de uma mina d'água.
Organização da produção	Do casal. “Minha esposa trabalha quando está de volta.”
Planejamento da produção	De acordo com a chamada pública do PPAIS.
Acesso a crédito rural	Sim, Pronaf, Fomento ⁵⁶ e Custeio (para ferramentas).

Tabela 21. Caracterização unidade camponesa n.º 11

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

⁵⁶ Uma das modalidades de “Crédito Instalação” do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), Decreto n.º 9.424/2018.

Dificuldade na OCS	“A questão do orgânico não foi bem apresentada para a maioria, nós sempre temos dificuldade de comercializar pelo preço. Se você tenta fazer a venda direta, você tem que parar o trabalho para comercializar, tem essa dificuldade.”
Principais benefícios	“Ainda espero, porque eu acho que não depende só do projeto do governo, nós temos que nos organizar, precisamos criar um espaço de comercialização para os orgânicos. Hoje existe um mercado do orgânico, mas um mercado muito fechado e estão tirando proveito disso, vendem produto orgânico com preço ridículamente caro.”
Apoio e entraves em relação à prefeitura	Segundo Osvaldo, a prefeitura de Franco da Rocha e a população no geral tem uma visão muito negativa do assentamento. “O pessoal fala que nós somos vagabundos.”
Relação como consumidor	“Acredito que a visão da nossa produção tem que ser mais voltada para a vida social do que para a vida financeira, você não pode vender só pensando em lucro. Uma pessoa que compra de nós, ela não pensa no dinheiro que gastou, ela pensa no produto de qualidade que ela comprou. Com o presídio é uma relação mais capitalista, ao mesmo tempo que não é. Eu mando para eles visando o lucro, pela quantidade, mas ao mesmo tempo não é capitalista, porque eu não uso química. Eu mando para eles por causa da quantidade, mas eu mantenho meu padrão de plantação e os presos também comem saudável.”
Percepção sobre os consumidores em relação à qualidade do produto	“Tem hora que o pessoal liga falando bem do produto. Quando você manda um produto de qualidade boa, o pessoal lembra quando está comendo, fala da qualidade, explica que foi bom. Quando a pessoa gosta ela vai buscar de volta. A gente faz amizade, quando o produto é de qualidade. Se você tem um produto de qualidade, você cria consumo.”

Tabela 22. Percepções unidade camponesa n.º 11

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

O próximo casal de camponeses que apresentaremos reúne o Senhor Antônio Marques da Silva e a Senhora Maria da Silva. Sr. Antônio Marques possui mais de 65 anos, carrega consigo uma presença doce, além de um o boné do MST, que se destaca no cabelo grisalho. Migrou de Pernambuco para São Paulo, tendo trabalhado como metalúrgico, segurança e profissional autônomo. Sua esposa, Sra. Maria da Silva, tem quase 70 anos, nasceu na região noroeste do estado de São Paulo, e trabalhou como empregada doméstica.

No dia em que realizei a entrevista com o casal, tive a oportunidade de participar da reunião das mulheres do assentamento. O encontro é motivado pela apoiadora n.º 2 e acontece uma vez ao mês. Naquela tarde, discutimos sobre saúde, desenhamos o que seria um lote ideal na nossa perspectiva e ainda pude escutar um pouco da história daquelas mulheres de diferentes faixas etárias. Tal esforço parece querer criar, por meio da troca e do acolhimento, uma rede de cuidado entre as mulheres do assentamento.

Por outro lado, quando perguntei ao Seu Antônio o que significava produzir orgânico, respondeu-me que se tratava de preocupar-se com a natureza e a vida das outras pessoas. Segundo este interlocutor, só assim será possível ter uma população sem agredir a natureza e o bem-estar de todos.

O MST sempre falava, mas nunca teve um começo para formar um grupo ‘organicamente’. Só falava para a gente ter a consciência de não usar veneno, mas trazer um processo de como agir organicamente foi mais pela OCS. (entrevista em maio de 2018)

Contato inicial com a OCS	Através do casal apoiador n.º 2.
Motivação em participar	“Trabalhar em coletivo e não usar produtos químicos, que só fazem mal para a saúde. Isso que deu um incentivo e mais vantagem para a gente ser orgânico e agroecológico. Esse é um papel que o MST desenvolve desde o princípio, que é trabalhar com o produto orgânico.”
Liderança do grupo	Não.
Organização da OCS	Reuniões uma vez por mês.
Participação de associações	Não. Existe uma associação no assentamento, mas está desativada por entraves burocráticos.
Caderno de campo	Sem resposta.
Visita do técnico do MAPA	Não.
Produtos cultivados	Olericultura. Fruticultura: abacate, mexerica, manga, jaca, amora, graviola, banana, acerola e uva. Galinha, porco e pato. PANC: ora-pro-nobis.
Manejo adotado	Compra composto orgânico e mistura com casca de frutas no minhocário. Para a uva: torta de mamona, farinha de osso e calda bordalesa. Irrigação por mangueira e regador. Água de poço artesiano.
Organização da produção	“A produção é individual, cada um produz no seu lote e do jeito que quer”.
Planejamento da produção	“De acordo com a minha vontade mesmo, não tenho planejamento.” Plantam para “os apoiadores” e para a feira em Franco da Rocha.
Acesso a crédito rural	Sim, Pronaf e Fomento.

Tabela 23. Caracterização unidade camponesa n.º 12

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Dificuldade na OCS	A falta de um técnico e a burocracia
Principais benefícios	“Até agora não tem como falar os benefícios da OCS, eles estão organizando como trabalhar de forma orgânica”.
Apoio e entraves em relação à prefeitura	“Nós já fomos lá pra ver o que eles podem fazer aqui, mas eles dizem que é área do estado. Eles falam que a parte deles é a saúde e educação, mas que essa parte não é com eles.”
Relação como consumidor	“É uma relação boa. Quando vê os nossos produtos orgânicos, o pessoal para e conversa, quer saber e entender porque a gente trabalha com produto orgânico. Mesmo na dificuldade, a gente prefere produzir um produto orgânico e eles acabam comprando e voltando sempre. No PPAIS, a entrega é tranquila. Eles não têm muita exigência, só querem que a gente cumpra com a quantidade, mas aceitam que substitua o produto.”
Percepção sobre os consumidores em relação à qualidade do produto	“Eles falam que o produto orgânico é mais confiável de consumir do que comprar um produto no mercado, eles confiam mais no orgânico. Eles falam que o sabor é mais saudável e mais gostoso do que comprar do mercado.”

Tabela 24. Percepções unidade camponesa n.º 12

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Minha participação nas reuniões da OCS cumpria dois objetivos: compreender melhor como aqueles camponeses se organizavam e marcar entrevistas. Devido ao horário do almoço e da minha dependência de carona, muitas vezes não conseguia aproveitar a viagem para realizar entrevistas. Assim, as duas próximas entrevistas que serão apresentadas correspondem ao único dia que fui em transporte público ao assentamento. Foi neste dia que percebi profundamente como o projeto de desenvolvimento brasileiro virou suas costas ao campo, enquanto espaço de vida e não apenas de trabalho. Para se resolver qualquer questão que não seja possível no limite do lote ou do assentamento, os camponeses devem submeter-se a longas viagens que muitas vezes lhe tomam o dia. Passei, ao todo, cinco horas em viagem naquele dia, para chegar no município vizinho à cidade onde vivo.

Meus primeiros interlocutores nesta ocasião foram a Senhora Maria do Nascimento Pereira e o Senhor Nilson Pereira, outro casal de terceira idade que vive no assentamento produzindo uva. Talvez o leitor não tenha notado até agora, mas este assentamento é basicamente especializado na produção de uvas e de outras frutas. Alguns dos projetos do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) envolviam este tipo de produção e muitas mudas de plantas frutíferas foram doadas aos assentados. Além do município de Franco da Rocha estar próximo ao

Circuito das Frutas, no longo prazo, este tipo de produção tem se mostrado mais adaptada à idade dos assentados, pois não exige tanto esforço físico como a produção de hortaliças.

Sra. Maria Pereira migrou de Minas Gerais para o Estado de São Paulo, terminou o ensino fundamental e se ocupava como “dona de casa”. O Sr. Nilson Pereira é paulistano, trabalhou como “boia-fria”, na indústria metalúrgica e petroquímica antes de se instalar no assentamento. Para o casal, produzir orgânico é não ter que recorrer a venenos. Segundo estes interlocutores, o cultivo orgânico é pela saúde de quem produz e de quem irá comer, mas principalmente, do agricultor, que é o primeiro a consumir.

Se tivesse produto químico aqui, não teria bicho, mas o primeiro a consumir seria a gente. Eu vejo aquela fruta e já vou comer. Eu seria a primeira a comer fruta com veneno. (entrevista em julho de 2018)

Contato inicial com a OCS	Por meio do apoiador n.º 2. “Ele sempre pegava uva da gente, ele vinha e levava para Santo André. Começou assim.”
Motivação em participar	“A ideia foi mais do apoiador n.º 2, para dizer a verdade. A gente sempre quis ter o certificado. Os meninos vêm buscar e já é bom. Antes a gente perdia muita coisa, dava até desgosto de plantar, agora não.”
Liderança do grupo	O casal apoiador n.º 3 (da Regional Grande São Paulo do MST), junto com outro assentado não entrevistado em nossa pesquisa.
Organização da OCS	Sem resposta em relação à OCS, respondeu sobre o grupo de mulheres.
Participação de associações	Não, já fizeram quando entregavam para a Conab ⁵⁷ .
Caderno de campo	“No caderno eu marco tudo o que eu vendo.”
Visita do técnico do MAPA	Não.
Produtos cultivados	Olericultura: coentro, salsa, cebolinha, couve, açafrão, inhame e mandioca. Fruticultura: laranja, mexerica, carambola, jabuticaba, canela, acerola, seriguela, banana, abacate, caqui, limão, uva.
Manejo adotado	Compostagem, esterco de porco e torta de mamona.
Organização da produção	Do casal.
Planejamento da produção	“Pelo tempo mesmo, principalmente as frutas.”
Acesso a crédito rural	Sim, Pronaf.

Tabela 25. Caracterização unidade camponesa n.º 13

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Dificuldade na OCS	Sr. Nilson Pereira diz não ser muito envolvido para avaliar as dificuldades.
Principais benefícios	A vantagem nossa é o casal apoiador n.º 3 levar os produtos, dá uma ajuda boa.”
Apoio e entraves em relação à prefeitura	“Não sei nada de Prefeitura, mas tem a feira que a prefeitura abriu para a gente vender.”
Relação como consumidor	“Muita gente compra, mas as pessoas não parecem importar muito que é orgânico. O brasileiro come com os olhos, né? Vê fruta grande e quer, fruta brilhante e acha lindo. Se vê uma laranja machucada, pergunta qual é o problema da fruta. No mercado compram, mas daqui ninguém quer.”
Percepção sobre os consumidores em relação à qualidade do produto	“Eles sentem que dura mais, falam que o gosto é diferente. Por exemplo, a mulher disse que em três dias a alface normal já começa a melar e o nosso não.”

Tabela 26. Percepções unidade camponesa n.º 13

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Uma vez terminada a visita, a Sra. Maria Pereira me levou até o lote vizinho onde vive a Senhora Darci da Silva Amaro. As duas frequentam a mesma igreja evangélica que foi construída no assentamento e, por esta razão, tratam-se de irmãs. Sra. Darci Amaro tem 74 anos e seu esposo mais de 80 anos, não estando ali naquele dia. Ambos são originários de Minas Gerais onde não puderam completar os estudos do ensino fundamental. Até instalarem-se no assentamento, trabalhou na área da saúde e seu esposo como operário em Guarulhos. Quando cheguei à sua casa, deparei-me com uma assadeira cheia de batatas das mais diversas cores, uma variedade que nunca tinha visto antes. A Sra. Darci Amaro havia preparado um bolo e um café para minha visita e foi aí que a entrevista começou.

⁵⁷ Companhia Nacional de Abastecimento.

Figura 27. Variedades de batatas, unidade camponesa n.º 14. Foto tirada pela autora

O casal ingressou na OCS depois de um ano de seu cadastramento no Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento. Para nossa entrevistada, presente em todas as reuniões da OCS desde seu ingresso, produzir orgânico “é vantagem, porque é a mesma coisa que produzir saúde: é natural e saudável”. Quando pedi para escolher um lugar para uma foto, não hesitou nem um segundo para indicar o pomar. Colocou-se perto de uma árvore e sorriu orgulhosamente ao lado de suas orquídeas recém-abertas.

Quando tem verdura, se aparecer alguém para comprar, eu vendo, vendo galinhas, vendo ovos. Lá tem 19 canteiros de 4 metros cada um, e está quase vazio. Eu só fiz uma hortinha para o uso, porque eu não tenho para quem vender. (entrevista em julho de 2018)

Contato inicial com a OCS	Através de um convite do casal apoiador n.º 3 (da Regional Grande São Paulo do MST)
Motivação em participar	“Porque o orgânico é mais caro e para não estragar os produtos. Não tem para quem vender, por isso que entrei nessa, mas até agora eu não sei muito bem do que se trata. O que me fez participar, são as vantagens do orgânico, a alimentação mais saudável e o preço maior.”
Liderança do grupo	Outro assentado não entrevistado em nossa pesquisa.
Organização da OCS	Reuniões e visitas de averiguação nos lotes.
Participação de associações	Não, já fizeram parte quando entregavam para a Conab.
Caderno de campo	“Não dá tempo direito.”
Visita do técnico do MAPA	Não.
Produtos cultivados	Olericultura: mandioca, alface, couve, cheiro verde, escarola, mostarda, catalonha, inhame, açafrão, batata doce Fruticultura: banana, manga, limão, laranja, mexerica, tem o pomar, ameixa rubilmel.
Manejo adotado	Compostagem, esterco, esterco de vaca e de galinha do lote. Torta de mamona e farinha de osso. Calda bordalesa não resolveu. Faz um preparado de alho.
Organização da produção	Do casal e um dos filhos.
Planejamento da produção	“Quando tem a gente vende, quando não tem a gente não vende.”
Acesso a crédito rural	Sim, Pronaf e Fomento.

Tabela 27. Caracterização unidade camponesa n.º 14

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Dificuldade na OCS	As reuniões muito longas são cansativas.
Principais benefícios	“Alimentação saudável e o preço. A gente conversa com outras pessoas, tem novos conhecimentos, troca experiências e sementes, de vez em quando.”
Apoio e entraves em relação à prefeitura	“A prefeitura não faz nada por nós aqui. Eles criaram uma feira, era de dia e eu participei várias vezes. Agora é de noite e nunca mais eu participei.”
Relação como consumidor	Sem resposta.
Percepção sobre os consumidores em relação à qualidade do produto	As pessoas que compram nunca perguntaram se é orgânico ou não. Já falaram que tem gosto diferente do que se compra no mercado, principalmente a alface. Dura bastante, dura até uma semana na geladeira e o que compra no mercado rapidinho fica murcho.”

Tabela 28. Percepções unidade camponesa n.º 14

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Convém agora destacar algumas características da OCS Produção Saudável que a diferem da OCS Comuna da Terra. Antes de apresentar o contraste, é válido lembrar um forte ponto em comum: o uso da reunião da OCS para discutir as pautas em relação ao assentamento, muito além da averiguação e da produção orgânica. Na OCS anterior, este papel é percebido no reconhecimento dos próprios assentados em relação às reuniões da OCS. Na OCS Produção Saudável, tal interpretação se desenvolve graças à presença da autora nas reuniões. Ao todo, foram 4 participações em encontros da OCS: trata-se do grupo que mais realiza reuniões, que acontecem mensalmente. Por mais que seja um esforço exaustivo para os assentados, sobretudo os de idade mais avançada, estas reuniões também cumprem o papel de formar os participantes acerca do funcionamento dos instrumentos de política pública.

Por outro lado, o excesso de questões abordadas tende a confundir os participantes. Os depoimentos das entrevistas demonstram que a OCS ora diz respeito ao grupo de consumo organizado, ora ao grupo de mulheres, quando não explicitam o desconhecimento total do que se trata. O pouco uso do caderno de campo parece ser reflexo da situação descrita acima. O fato deste dispositivo de política pública ter chegado no assentamento como uma “ideia de fora” pode explicar este desconhecimento. Todas os outros membros de OCS frequentaram algum tipo de curso sobre o funcionamento do dispositivo, ao passo que a OCS Produção Saudável ainda não.

De uma forma ou de outra, a OCS está diretamente relacionada ao casal apoiador n.º 3 (da Regional Grande São Paulo do MST), além de outro assentado não entrevistado. Este último também é cuida das pautas em relação à OCS e à comercialização, visto que frequenta semanalmente a Feira Noturna de Franco da Rocha. A história da formação do grupo estava sendo construída ao longo das reuniões e esta trajetória marca, necessariamente, a OCS. Não importa se introduzidas pelos camponeses ou por outros sujeitos a eles relacionados nas mais diversas formas, as Organizações de Controle Social exigem um engajamento do grupo em relação ao seu funcionamento.

Ainda que não represente um grande volume de vendas, o grupo de consumo organizado casal apoiador n.º 3 garante parte da renda destes assentados e, efetivamente, evita o desperdício de trabalho e produtos. Além do mais, por mais que a OCS não se restrinja ao canal de comercialização em questão, o apoio destas pessoas do grupo de consumo responsável garante uma comercialização estável. Ao analisar os discursos dos entrevistados em relação à ausência de assistência técnica no assentamento, torna-se evidente que a OCS constitui um lugar de trocas de conhecimento e aprendizagem. De toda forma, é útil salientar o “abandono” institucional do assentamento por parte do poder público do município e do MAPA. Em entrevista com o Superintendente do MAPA do estado de São Paulo, a insuficiência do apoio aos assentamentos é explicada pela falta de profissionais em cargos do Ministério que cumpram esta função, o que revela a negligência do poder público em relação à reforma agrária.

Outro aspecto que merece destaque se refere à questão do preço e da aparência do produto orgânico. O primeiro ponto constitui uma das principais motivações para vendas mais vantajosas, ao passo que também representa uma barreira na comercialização. Ainda sobre a relação dos consumidores com o produto orgânico, praticamente todos os nossos entrevistados o contrapõem ao produto “do mercado”. De maneira similar, na perspectiva de quem produz o alimento orgânico, Osvaldo Monteiro procura diferenciar a sua produção “volumosa”, para a política pública, em contraste com a produção que chega nos mercados, enfatizando os presos têm se alimentado com a mesma qualidade que sua família e qualquer outro consumidor seu.

Finalmente, ainda nos resta dar destaque à existência de uma área de produção específica para diversificar o consumo interno da família e de algumas demandas de venda direta, no caso daqueles camponeses que acessam as compras públicas. Por mais que a saúde do camponês seja invisível para o texto da política pública em questão, tanto ela quanto aquela do consumidor aparece como elementos centrais no consumo e na produção orgânica.

Abaixo, seguem fotos da visita de averiguação da OCS Produção Saudável.

Figura 28. Visita de averiguação na unidade camponesa n.º 14 com a presença do apoiador n.º 1. Foto tirada pela autora

Figura 29. Integrante da OCS e participante do GCR conversam na visita de averiguação. Foto tirada pela autora

3.5. Estação Jundiapéba: OCS Produtores Orgânicos de Mogi das Cruzes e Região

“Que vontade eu tenho de sair
Num carro de boi ir por aí
Estrada de terra que
Só me leva, só me leva”⁵⁸

Desembarcamos na principal região produtora de hortaliças da Região Metropolitana de São Paulo: Jundiapéba. Não adentraremos em pormenores da história da ocupação do território que compreende os arredores de Mogi das Cruzes, mas é importante assinalar que está associada à sua colonização por imigrantes japoneses, no início do século passado. Inclusive, aquela reunião da APROATE no Sindicato dos Produtores Rurais de Mogi das Cruzes foi seguida de um curso de produção de Bokashi lecionado em japonês. Boa parte dos agricultores presentes não necessitou de tradução. Fato interessante em relação à emigração japonesa diz respeito ao fim da era feudal e o início da modernização dos campos naquele país. Talvez, realmente não sejamos capazes de mensurar a profundidade do que significou, e segue significando, o cercamento das áreas comunais, capaz de confluir Oriente e Ocidente como num passo de mágica.

Seja como for, a OCS Produtores Orgânicos de Mogi das Cruzes e Região possui 12 participantes e foi cadastrada no MAPA em 2013. Parte dos camponeses da organização são, também, membros da APROATE. Ao todo, são cinco municípios abrangidos pela OCS: Mogi das Cruzes, Suzano, Biritiba-Mirim, Salesópolis e Arujá. Jundiapéba é um pequeno distrito de Mogi das Cruzes, onde uma grande área de antiga titularidade da Santa Casa foi ocupada, sobretudo, por migrantes da região Nordeste do Brasil em fins dos anos 1990. Atualmente, a área, que abriga mais de 300 camponeses é de posse do INCRA e especializada em produção intensiva de hortaliças. É justamente aí que iniciaremos as entrevistas com membros da OCS em questão.

O Senhor Ivo Bernardo da Silva generosamente se ofereceu para me buscar na estação Jundiapéba. Segundo nosso interlocutor, não seria fácil encontrar, sozinha, seu lote naquela imensidão de pequenas áreas de

⁵⁸ Carro de Boi, Milton Nascimento.

produção muito similares. Junto de sua esposa, a Senhora Luzia dos Anjos da Silva, possuem um lote de aproximadamente 1 hectare e são os únicos produtores orgânicos dali. Para proteger a área de produção, plantaram uma alta barreira natural que os separa de todos os seus vizinhos. O casal, que tem mais de 60 anos, instalou-se em Mogi das Cruzes vindo de Dracena, município da região Oeste de São Paulo. Desde 2016, participam do projeto Bota na Mesa do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Para o Sr. Ivo Bernardo da Silva, produzir orgânico é vender saúde. Diz não conhecer muito o “sistema agroecológico”, mas afirma projetar a natureza em sua área de produção. O lote é rico em tecnologias e diversidade. Além de uma vasta área de canteiros, o casal possui um viveiro de mudas, um pomar diversificado e um grande tanque abastecido por um sistema de captação de água da chuva construído pelo próprio camponês. Uma antiga geladeira situada no espaço da garagem chamou a minha atenção. Afinal, desde aquela piranha empalhada no balcão de meu avô, estes objetos costumam revelar inusitadas surpresas. Ao notar minha curiosidade, a Sra. Luzia convidou-me a abri-la. Deparei-me com inúmeros potes de tampas coloridas que ocupavam todas as prateleiras da antiga geladeira. Dentro de cada um, encontram-se as melhores sementes já produzidas. Era um verdadeiro arsenal genético selecionado pelo casal. Estas sementes guardam a qualidade de sua produção, bem como a história do casal e de sua autonomia.

Eu digo sempre que eles não são consumidores, eles são meus amigos. É uma troca em que eu dou o produto de qualidade e eles compram o produto de qualidade. Eu botei isso na minha cabeça e consigo colocar na deles também. (entrevista em abril de 2018)

Contato inicial com a OCS	Por meio de um curso do SENAR.
Motivação em participar	Segundo o Sr. Ivo da Silva, a vantagem está na diferenciação do produto. “É sendo diferente que você vai vender melhor”.
Liderança do grupo	Não, apenas um grupo que chama para as reuniões e mantém contato com o MAPA. Nosso interlocutor compõe esse pequeno grupo.
Organização da OCS	“Todo mundo junto”. As visitas de averiguação ocorrem ao longo do final de semana.
Participação de associações	Outras associações não relacionadas à OCS.
Caderno de campo	“Anoto o que plantei, a colheita, o manejo do solo e a origem do esterco animal. (...) É muito bom, a gente já tem umas experiências interessantes e, conversando, dá até para saber, mais ou menos, o dia que chove”.
Visita do técnico do MAPA	Sim, algumas vezes.
Produtos cultivados	Olericultura e fruticultura
Manejo adotado	Compostagem, minhocário e esterco. A água para irrigação é da captação da chuva. Cita o Sr. Kazuo, um outro membro da OCS que não precisa irrigar a plantação.
Organização da produção	Do casal.
Planejamento da produção	De acordo com as feiras.
Acesso a crédito rural	Sim, Pronaf.

Tabela 29. Caracterização unidade camponesa n.º 15

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Dificuldade na OCS	“Nosso maior problema é não poder vender para terceiros. Garanto que é muito mais orgânico ou natural do que aqueles embalados no mercado.” Além disso, o Sr. Ivo da Silva cita o preconceito que percebe em relação ao assentamento, que é diretamente associado à imagem negativa que a mídia construiu em torno do MST.
Principais benefícios	“Bastante, a gente aprende muito. Cada um tem uma ideia, cada um faz uma coisa diferente. Lá na frente, se tem alguém que erra, a gente acerta com quem errou.”
Apoio e entraves em relação à prefeitura	“Pelo assentamento, não tem o que reclamar da prefeitura de Mogi das Cruzes, mas por ser orgânico, eles não têm preferência nenhuma, tem por ser assentamento. Somos o assentamento que mais planta, que mais utiliza a área útil.”.
Relação como consumidor	“Muito boa”. Chama-os de amigos.
Percepção sobre os consumidores em relação à qualidade do produto	“Fala que o produto aguenta mais na geladeira. Aí ele gasta menos e joga menos fora, compra o orgânico e vai tomando consciência. Tem gente que pergunta porque a alface é menos amarga, ou porque a rúcula daqui é ardida e a outra não é. É porque o nosso é sem veneno.”

Tabela 30. Percepções unidade camponesa n.º 15

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Desembarcamos, agora, na estação Estudantes da linha Coral da CPTM. Após o trajeto de mais um ônibus, avisto o Sr. Irson Massao dentro de seu carro à minha espera. O que nas primeiras visitas me surpreendia, nesta altura da trajetória da pesquisa já se tornara um costume: estes camponeses não apenas me recebiam em suas casas ou áreas de produção, mas me levavam até lá. Com efeito, tornava-se mais claro para mim que, em frente de quem desejava ouvir e conhecer, encontrava-se alguém que desejava contar e ser escutado.

Sr. Irson Massao, como nos revela seu sobrenome, é de ascendência japonesa. Nasceu em Guaíra, no interior de São Paulo, tendo 64 anos. Técnico em contabilidade, com 19 anos mudou-se para a capital do estado. Curiosamente, até agora nenhum dos camponeses de nossa pesquisa nasceu no local onde vivem e trabalham hoje. Afinal, de onde vem essa força que desloca camponeses do Japão para o Brasil, do interior para a capital e da capital para o interior?

Após um período trabalhando no Japão visando constituir importante poupança, Sr. Irson Massao comprou no o terreno de uma antiga fábrica de tijolos desativada. Bem nos recorda Marx que, na era inaugurada pela burguesia, “tudo o que é sólido desmancha-se no ar” (Marx e Engels, 1998, p. 14). Da antiga fábrica, manteve parte

das paredes para montar um galinheiro de tamanho médio. Aonde o solo ainda é pavimentado, construiu estruturas que sustentam a plantação de maracujá. Por questões pessoais, este camponês interrompeu parte da produção, dedicando-se, no momento da entrevista, apenas ao pequeno cultivo do maracujá. Além de produzir, o Sr. Irson Massao também é feirante, atividade que garante parte de sua renda.

Quanto à motivação em participar da OCS, Sr. Irson Massao destaca, principalmente, sua saúde. Seu pai era arrendatário de um grande produtor de algodão, soja e milho. Cresceu nessa fazenda ao lado de seus dois irmãos que, segundo nosso interlocutor, foram intoxicados em razão da aplicação de agrotóxicos.

Contato inicial com a OCS	Através do Sindicato dos Produtores Rurais de Mogi das Cruzes.
Motivação em participar	A saúde e o preço mais vantajosos.
Liderança do grupo	Não.
Organização da OCS	A cada três meses realizam as visitas de averiguação.
Participação de associações	Não.
Caderno de campo	Quando estava produzindo com mais frequência, anotava no computador.
Visita do técnico do MAPA	Não, receberam visitas apenas no Sindicato.
Produtos cultivados	Olericultura: mandioquinha, couve. Fruticultura: banana, pitaiá, maracujá doce, azedo e silvestre.
Manejo adotado	Esterco de gado e calda bordalesa.
Organização da produção	Individual.
Planejamento da produção	Sem resposta.
Acesso a crédito rural	Não.

Tabela 31. Caracterização unidade camponesa n.º 16

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Dificuldade na OCS	Sem resposta.
Principais benefícios	“A prioridade do consumidor na escolha do produto orgânico.”
Apoio e entraves em relação à prefeitura	“A prefeitura cuida do urbano”.
Relação como consumidor	“É normal, cortesia e respeito. Levo o papel [da OCS], mas tem uma parte que eu vendo como orgânico e uma parte como não orgânico [de revenda]. Vender tudo como orgânico é fraude. Eu sou sincero com meus clientes, eles têm que saber o que estão comprando, eu separo na hora de falar.”
Percepção sobre os consumidores em relação à qualidade do produto	“Eles falam, com certeza, que o orgânico é outro sabor, tem mais sabor. Também falam que dura mais.”

Tabela 32. Percepções unidade camponesa n.º 16

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

A última entrevista da OCS Produtores Orgânicos de Mogi das Cruzes e Região foi realizada em Salesópolis, o município mais a leste da Região Metropolitana de São Paulo. Trata-se de Sr. José Barbosa, o qual conheci rapidamente na reunião da APROATE. Chegar à Salesópolis é como percorrer um rio cercado de hortas à direita e à esquerda. É possível avistar pequenos corpos inclinados em meio a enormes estufas e esguichos de água. São produções intensivas de hortaliças, a maioria de grandes produtores.

Caso o leitor não saiba, é em Salesópolis que nasce o rio Tietê. O município se situa na Área de Proteção Ambiental da Várzea do Tietê, assim como Mogi das Cruzes, Suzano e outros municípios⁵⁹. Encontrei o Sr. José Barbosa no pequeno centro da cidade com sua barraca quase já vazia, visto que, segundo nosso interlocutor, o movimento tinha sido bom. Na rua onde estávamos, acontece semanalmente, uma pequena feira com produtores da cidade, que agora é composta apenas por Sr. José Barbosa e uma pastelaria. Quase tudo o que é produzido no município se destina à comercialização no CEAGESP, em São Paulo

⁵⁹Barueri, Biritiba Mirim, Carapicuíba, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Osasco, Poá, Santana de Parnaíba e São Paulo.

O casal Sr. José e Sra. Maria Barbosa comprou, há alguns anos, o sítio onde vivem em Salesópolis. o Sr. José Barbosa tem 63 anos, é técnico em mecânica, tendo trabalhado a vida inteira na indústria metalúrgica. Cresceu em Jundiá, onde o pai, que era meeiro, chegou a produzir 32 mil pés de uva. Como a terra não era da família, quando adulto, foi trabalhar na indústria. A Sra. Maria Barbosa se formou no magistério e foi professora infantil até se aposentar. Andamos a propriedade inteira, localizada em uma área de várzea: o sítio é diverso, sendo o único visitado com uma horta em “mandala”⁶⁰. Além do efeito visual bonito, afirma dar bons resultados na irrigação e no controle de pragas. Aliás, depois de muito trocar o bico do aspersor das mangueiras, Sr. José Barbosa criou um sistema próprio de aspersão com um único parafuso, que nunca precisou de manutenção. Fez questão de colocar o sistema de irrigação em funcionamento para mostrar a engenharia desenvolvida.

Para ele, um produto orgânico é aquele cuja produção imita a natureza. No momento em que um agricultor consegue obter o que a natureza oferece, pode-se considerar um vencedor. Finalmente, é importante destacar que o Sr. José Barbosa já teve certificação privada e migrou para a OCS em razão do alto custo da auditoria.

Produzir orgânico pra mim é tudo, é estilo de vida. Eu vou ser sincero com você, desde quando eu comecei a plantar orgânico, eu pego um produto que não é e já sinto a diferença. (entrevista em junho de 2018)

Figura 30. Horta em mandala da unidade camponesa n.º 17. Foto tirada pela autora

⁶⁰ De forma bastante resumida, as hortas em mandala possuem formato circular e, dentre outros benefícios, otimizam a irrigação e o manejo de pragas.

Contato inicial com a OCS	Por meio da APROATE.
Motivação em participar	Reduzir o custo da produção, visto que faz apenas venda direta.
Liderança do grupo	Sem resposta.
Organização da OCS	São duas reuniões ao longo do ano, em finais de semana.
Participação de associações	APROATE.
Caderno de campo	Sr. José faz uma planilha no computador. “Ajuda, porque tem o controle em tempo real, isso é bom para fazer a rotação de culturas, para não repetir. Como a área é pequena, às vezes planto, no mesmo lugar, 3 ou 4 produtos diferentes. Controlar tudo pela cabeça não dá, sempre tive o caderno, mesmo antes da OCS.
Visita do técnico do MAPA	Uma vez, há muitos anos.
Produtos cultivados	Olericultura: repolho, almeirão, alface crespa, jiló, cebolinha, alho poró, couve, batata japonesa, salsinha e coentro. Fruticultura: mexerica e banana prata. Mel.
Manejo adotado	Sem resposta. Irrigação por aspersão.
Organização da produção	Individual.
Planejamento da produção	De acordo com a feira.
Acesso a crédito rural	Não.

Tabela 33. Caracterização unidade camponesa n.º 17

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Dificuldade na OCS	“O problema é mais a localização, em um dia andei [de carro] 180km.”
Principais benefícios	“Você tem credibilidade. No momento que você cria um grupo de pessoas conscientes e responsáveis, um vai dar o aval para o outro. Tem que ser algo sério e assim eu vejo a vantagem. Se eu faço algo errado, eu prejudico o grupo inteiro, então eu tenho que ter consciência. Sempre que temos reuniões e fazemos visitas, um tem uma muda diferente e já passa para os outros. As visitas são muito boas: às vezes, a gente está quebrando a cabeça com algo, vem o outro e já soluciona o problema.”
Apoio e entraves em relação à prefeitura	Ultimamente, não tem muito apoio, mas no passado, eu fiz curso de compostagem, de defensivos alternativos, de minhocas. Todos os cursos que havia sobre horta eu fiz, foi tudo pelo SENAR e pela prefeitura.
Relação como consumidor	“Melhor impossível, todo mundo conhece. Acontece de eles pedirem produtos e receitas. Troco muita informação.”
Percepção sobre os consumidores em relação à qualidade do produto	“Eles falam da diferença da qualidade, do gosto. Tem que conscientizar mais gente, acho que é pouco. A partir do momento que você passa a consumir um produto mais saudável, não precisa mais de remédio, porque a gente é o que a gente come.”

Tabela 34. Percepções unidade camponesa n.º 17

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

A OCS Produtores Orgânicos de Mogi das Cruzes e Região é bastante singular, pois cada um dos entrevistados vivencia situações específicas. Sr. Ivo da Silva, por exemplo, é o único do grupo que vive em um assentamento. Aqui vale a pena abrir um parêntese: já podemos evidenciar a possível relação entre reforma agrária e crédito rural. Todos os camponeses de assentamento, sejam eles vinculados ao MST ou não, tiveram acesso ao Pronaf. Em alguma medida, os órgãos públicos de reforma agrária, nesta pesquisa o INCRA e o ITESP, favorecem o acesso dos camponeses ao crédito rural. Além do mais, boa parte dos entrevistados é aposentado, podendo investir parte deste recurso na produção. Por mais que seja orgânica, de baixo uso de insumos, a necessidade de recorrer a investimentos é imprescindível para quem teve acesso à terra por outros meios que não a compra.

De volta à OCS em questão, o Sr. Irsen Massao é o único, entre todos os entrevistados que, mais intermedia produtos de outros agricultores. Sr. José Barbosa é, também, o único de toda a pesquisa que já foi certificado como produtor orgânico por auditoria privada. O argumento que explica sua migração para a OCS é o mesmo que motiva os camponeses a questionarem o processo de certificação para a produção orgânica.

Outra característica singular a esta OCS diz respeito ao número de municípios abrangidos, o que pode significar características territoriais distintas, ainda que próximas. Por mais que resulte em um inconveniente logístico para as visitas, a distância também revela que a função primordial da OCS, isto é, de averiguação da qualidade

orgânica, é bem clara para os entrevistados. Desta forma, também o Sindicato Rural, o SENAR, a APROATE e outras associações não são confundidas entre si, cada uma desempenhando seu papel, seja de representação, formação e organização. Não que estes três papéis não possam ser confundidos. De fato, são muitas instituições envolvidas e de diferentes formas com a produção agrícola camponesa. No entanto, quanto mais o sujeito compreende as instâncias de influência ao seu redor, maior é a sua autonomia e a possibilidade de encontrar ou criar soluções para os desafios enfrentados.

3.6. Juitiba: OCS Orgânicos da Mata Atlântica

“É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca
Possui a estranha mania
De ter fé na vida”⁶¹

Caro leitor, chegamos no ponto de nosso último desembarque. Aqui encontraremos apenas dois camponeses, trata-se de uma OCS pequena e quase escondida na Mata Atlântica. As entrevistas aconteceram no mesmo dia, visto que a viagem era longa e devia ser bem aproveitada. Assim que deixamos a rodovia Régis Bittencourt na altura do bairro Jardim das Palmeiras, quase todo o caminho foi percorrido em estradas de terra. Como chovia intermitentemente naquele dia, o que não é incomum para a região, deparamo-nos com um dos grandes problemas enfrentados pelos camponeses e habitantes da zona rural de Juitiba: a precária infraestrutura de circulação. Muitos dos desafios apresentados em nossa pesquisa apontam para aquela invisibilidade histórica do camponês no Brasil.

Apesar do trecho dificultoso, a paisagem é impressionante. Uma vez passado um portal de estética duvidosa, colocado ali por um parque aquático da região, o cenário transforma-se rapidamente no imaginário ideal da mata atlântica. São subidas e descidas rodeadas de árvores frondosas que parecem querer tocar o céu, o qual se desmancha em nevoeiro branco. Em poucos minutos, é possível sentir como se estivesse há muitas léguas da cidade São Paulo. Aliás, parte da área do município de Juitiba está dentro do Parque Ecológico Serra do Mar. É difícil imaginar que encontraríamos famílias camponesas naquela região específica. Pois bem, encontramos algumas.

A OCS Orgânicos da Mata Atlântica foi cadastrada no MAPA em 2016 e é composta por quatro camponeses. Um deles, o Sr. Marcos Nogueira, foi pioneiro na ocupação agrícola da área, junto de uma colônia de japoneses. O primeiro contato estabelecido com a OCS foi por meio da filha deste senhor, cujo número de telefone estava disponível no CNPO. Carolina foi responsável por apresentar o dispositivo de política pública ao grupo de camponeses interessados em escoar seus produtos por meio do PNAE, do qual seu pai faz parte. De acordo com esta interlocutora, a região não é tradicionalmente envolvida com agricultura devido à Lei dos Mananciais⁶². Ao lado de alguns estabelecimentos de produção vegetal, encontram-se chácaras de lazer, além de algumas pousadas.

Nossa primeira visita foi ao sítio onde vivem a Senhora Olinda e Sr. Osório da Cruz. Trata-se do primeiro e o único casal da pesquisa que vive até hoje em sua região de origem: ambos nasceram em Juitiba. Ao chegar na entrada da casa, deparamo-nos com caixas de plástico cheias de cogumelos dos mais variados tamanhos. O casal selecionava aqueles que seriam embalados para a comercialização. Por mais que a produção seja orgânica e os

⁶¹ Maria, Maria, Milton Nascimento.

⁶² Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais - Guarapiranga, criada pela Lei Estadual n.º 12.233/2006, e regulamentada pelo Decreto Estadual n.º 51.686/2007. O processo legislativo iniciou em meados da década de 1970 e visa garantir a integridade dos mananciais de interesse regional para abastecimento público. Mais informações em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/portalmancianais>.

cogumelos estejam cadastrados no CNPO, o casal os vende a preço de produto convencional. Toda a produção é entregue para ser revendida, visto que, no município, a o mercado para este produto é muito pequeno. Além do mais, existe uma grande dificuldade em garantir a conformidade orgânica da produção de cogumelos, em razão de algumas especificidades quanto à madeira e ao substrato utilizados⁶³.

O Sr. Osório da Cruz é filho de japoneses, seus pais tendo chegado no Brasil quando tinha três anos de idade. A estrada que seguimos, após passar o parque aquático, foi praticamente aberta pela colônia, no intuito de facilitar o escoamento da produção, permitindo o acesso de caminhões. Tanto ele quanto a esposa frequentou o Grupo Escolar Rural de Juitituba. Inclusive, o Sr. Osório sempre esteve envolvido com a agricultura, ao lado dos pais, e conta como naquela época – há mais de 30 anos – era intensa a aplicação de agrotóxico. Segundo sua esposa, “ninguém queria saber de coisas assim [produção orgânica], queria que o produto nascesse bonito”. Atualmente, Sr. Osório também trabalha como motorista da perua escolar do município, enquanto a Sra. Olinda se dedica mais à horta. Para esta camponesa, produzir orgânico é saber que o alimento obtido não fará mal a ninguém: “não tem veneno, não tem química; para a saúde, é o melhor que tem”.

Contato inicial com a OCS	Por meio da Carolina.
Motivação em participar	“Dizem que o produto orgânico é mais procurado, o preço é melhor. A gente já fazia assim, sem veneno.”
Liderança do grupo	“O Marcos lidera mais e a Carolina cuida dos papéis”.
Organização da OCS	Por meio de reuniões e visitas ao longo do ano.
Participação de associações	Coopjuqui – Cooperativa de Produtores Rurais de Juitituba e Região.
Caderno de campo	Toda vez que inicia um ciclo produtivo.
Visita do técnico do MAPA	Sim, do Superintendente do MAPA do estado de São Paulo.
Produtos cultivados	Olericultura: cebolinha, salsinha, almeirão e couve. PANC: azedinha. Ovos. “A azedinha é a mais famosa aqui, ninguém tinha na época e introduziram na merenda. Foi a OCS que colocou.”
Manejo adotado	Compostagem, esterco de galinha (da área de produção) e Iurim.
Organização da produção	Do casal.
Planejamento da produção	De acordo com o PNAE.
Acesso a crédito rural	Não.

Tabela 35. Caracterização unidade camponesa n.º 18

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Dificuldade na OCS	A distância entre cada agricultor, a condição das estradas.
Principais benefícios	A vantagem no preço do PNAE. Olinda cita o fato de o grupo ser pequeno, o que facilita a interação.
Apoio e entraves em relação à prefeitura	Sem resposta.
Relação como consumidor	Qualifica como “tranquila” a relação com a nutricionista da escola.
Percepção sobre os consumidores em relação à qualidade do produto	“Tem umas pessoas que tem mais consciência, eles falam que preferem, que dura mais. Mas assim, aquelas pessoas bem daqui da região não tem essa consciência, para eles tanto faz, o importante é estar bonito.”

Tabela 36. Percepções unidade camponesa n.º 18

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Caro leitor, a seguir tratamos de nossa última visita. O Sr. Marcos vive um pouco adiante da casa da Sra. Olinda, onde nos esperava para servir um café. Apesar de ser obra do acaso, nossa última entrevista é como um sutil convite para o próximo capítulo. A conversa foi muito enriquecedora, pois Marcos sempre trabalhou com a agricultura, tendo nos apresentado sua visão sobre as mudanças no mercado de alimentos no Brasil a partir de sua experiência.

⁶³ Instrução Normativa n.º 37/2011.

O pai de Marcos comprou a área onde o filho ainda vive na década de 1960. No entanto, Marcos crescera no antigo bairro dos Alemães em São Paulo, atual Moema, onde só haviam chácaras e o Parque Ibirapuera ainda abrigava um matadouro de galinhas. Para ir ao Grupo Escolar, conta que era necessário “atravessar a pinguela do trem e as fazendas no meio do caminho.” Em sua memória, aquela região era “mais interior” do que Juquitiba é hoje. Para nosso interlocutor, que considera ter boas lembranças desta época, “São Paulo é uma coisa assustadora, cresceu em 40 anos.” Conheceu a pequena cidade no limite do Vale do Ribeira quando tinha oito e anos de idade e ainda se tratava de uma área de abastecimento especializada em produção de ovos associada à colônia japonesa. A comercialização ocorria por meio de uma cooperativa de pequenos produtores. No momento em que as grandes granjas industriais começaram a se estabelecer, as cooperativas de camponeses passaram, de pouco em pouco, a desaparecer.

Sr. Marcos tem 57 anos, é técnico em agropecuária, tendo trabalhado com leite e café, em Minas Gerais, e com inspeção sanitária do Ministério da Agricultura, no Mato Grosso. Por muitos anos, produziu gengibre para exportação em Juquitiba, onde a cultura se adaptou muito bem. Durante a entressafra, plantava inhame roxo, também para exportação, e milho. A compra por parte da exportadora ocorria sob um esquema curioso: o preço era negociado quando o produto ainda estava amadurecendo e a distância de cada propriedade determinava o preço, flutuando, portanto, por conta do custo do transporte. Os produtos só podiam ser pesados em Atibaia, onde a empresa exportadora detinha um sistema de armazenagem e, para tanto, descontava 4% sobre o preço acordado. Ainda assim, Sr. Marcos chegou a ter 8 empregados permanentes quando, no final da década de 1990, o Plano Real arruinou toda a produção da região: o preço do produto brasileiro estava muito acima daqueles concorrentes. Foi neste momento que Marcos passou a vender seus produtos para os supermercados Pão de Açúcar. No início, negociava diretamente com o gerente de cada loja e o pagamento era efetuado em 15 dias. Segundo nosso interlocutor, “era uma maravilha, porque o CEASA pagava em 30, além do preço ser consignado”. Posteriormente, a referida grande rede de varejo passou a concentrar todas as suas compras em uma Central de Distribuição, em que era necessário alugar as caixas do local. Finalmente, a central foi transferida para o bairro do Polvilho, em Cajamar como já mencionado, e o pagamento passou a ocorrer em 45 dias. A partir daí, Sr. Marcos começou a desenvolver outras estratégias.

Tratou-se de produzir cogumelos e abobrinha em flor para um restaurante famoso de São Paulo. Era bem pago, mas o preço da madeira para o cogumelo exigia um alto investimento. Além deste inconveniente, a especificidade da entrega da abobrinha, que deveria ser colhida durante a noite e secada flor por flor, passou a ser um problema no longo prazo. Então, também vendeu muita verdura minimamente processada em uma feira em Juquitiba, além de destiná-la para vários mercados e restaurantes. No entanto, como encontrava muita dificuldade para contratar mão-de-obra esporádica, o processamento para embalar cada bandeja se tornou um contratempo considerável. Finalmente, passou a fornecer polpa e geleia de framboesa no CEAGESP, até estas últimas serem proibidas no mercado de frutas in natura. Atualmente, Sr. Marcos tem investido na especialização de frutíferas, as quais exigem trabalho menos intenso no cultivo.

Sr. Marcos diz ter decidido pela transição para a produção orgânica, pois já não encontrava mais sentido no sistema convencional, sobretudo em razão de sua saúde: “

a gente já sabia que o produto dura mais, que o gosto é diferente. Antes de virar moda, de ser orgânico, a gente já tinha optado por plantar assim. E agora eu acho que a sobrevivência do pequeno produtor é a agricultura orgânica. (entrevista em junho de 2018)

Contato inicial com a OCS	Por meio da filha, a Carolina.
Motivação em participar	Oferecer um produto alternativo ao convencional, de maior qualidade.
Liderança do grupo	Sr. Marcos não se apresenta enquanto líder, mas reconhece seu papel de influência na OCS.
Organização da OCS	A Carolina é uma facilitadora para agendar as reuniões e visitas de averiguação.
Participação de associações	Não.
Caderno de campo	Faz de acordo com a entrega do PNAE.
Visita do técnico do MAPA	Sim, do Superintendente do MAPA do estado de São Paulo, que foi apresentar o funcionamento da OCS. Depois, não.
Produtos cultivados	Olericultura: gengibre, mandioquinha, batata doce, alho e repolho.
Manejo adotado	Compostagem, Bokashi e pó de pedra.
Organização da produção	Do casal.
Planejamento da produção	De acordo com o PNAE.
Acesso a crédito rural	Sem resposta.

Tabela 37. Caracterização unidade camponesa n.º 19

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Dificuldade na OCS	A logística. Como está sem carro, considera a impossibilidade de vender para terceiros um grande problema. A ausência de visitas do MAPA e a organização do grupo.
Principais benefícios	O benefício de não pagar nada pela garantia orgânica e o preço do PNAE.
Apoio e entraves em relação à prefeitura	A estipulação dos prazos do PNAE, que não consideram a sazonalidade da produção orgânica. A falta de equipamentos nas cozinhas das escolas: “jogam muito produto fora”.
Relação como consumidor	Sem resposta.
Percepção sobre os consumidores em relação à qualidade do produto	Sem resposta.

Tabela 38. Percepções unidade camponesa n.º 19

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Apresentaremos nossas conclusões em relação ao conjunto das cinco OCS estudadas no último capítulo desta dissertação. Para finalizar a discussão sobre as Organizações de Controle Social de nossa pesquisa, destacamos dois aspectos determinantes da OCS Orgânicos da Mata Atlântica. Em primeiro lugar, trata-se da dificuldade logística, pois por exemplo, Sr. Marcos revelou já ter permanecido duas semanas bloqueado em sua casa em razão de um desmoronamento de terra na estrada de acesso ao seu sítio. De fato, a zona rural de Jucituba possui características climáticas e de solo muito específicas. Porém, não há dúvidas de que as condições das estradas são precárias não apenas no que se refere à necessidade de escoamento da produção das famílias camponesas. O segundo aspecto diz respeito ao pequeno mercado de alimentos da cidade, o que em alguma medida os força a expandir o escoamento da produção para outros municípios, notadamente São Paulo. Além da dificuldade logística de tal situação, a impossibilidade de vender os produtos orgânicos para terceiros torna a OCS um mecanismo de pouca utilidade. Ambos os entrevistados já comercializaram na feira na cidade, que, segundo Olinda, era muito pouco frequentada: “íamos só para passar frio” e seu horário noturno nunca foi alterado. De qualquer maneira, a cultura de feira parece não ser uma realidade na cidade.

A proibição de destinar os produtos orgânicos a terceiros é um problema frequentemente citado pelos camponeses das OCS estudadas. Muitos deles também escoam seus produtos a pequenos mercados e restaurantes, o que implica em perda de parte da renda por não incorporar o sobre-preço orgânico. Podemos pensar que um dado proprietário de estabelecimento de comércio alimentar pode estar disposto a pagar um pouco mais caro pela qualidade da mercadoria orgânica, sem poder compensar o preço na venda dos produtos diferenciados. Isto é, sem poder identificar tais produtos enquanto orgânicos, justamente por serem de OCS. No entanto, trata-se de uma situação hipotética e totalmente arbitrária. Sem um selo, a outra possibilidade ficaria a cargo da confiança que os

consumidores possuem na idoneidade do estabelecimento, o que não está previsto na legislação de orgânicos brasileira. O problema poderia ser resolvido criando-se um sistema de rastreabilidade do produto específico para OCS, em que a confiança ainda esteja associada ao trabalho e à organização camponesa.

Veremos, no capítulo seguinte, que a confiança dos consumidores se funda em instâncias não mercantilizadas⁶⁴ e em história compartilhada entre consumidor e camponês. No entanto, estes laços de confiança só são possíveis de se estabelecer a partir da existência de mercados locais. Enquanto não resgatamos estes laços, que nos dias atuais são destruídos pelo sistema capitalista, a criação de um selo de OCS, ou forma similar, parece ser uma saída coerente para estes camponeses.

⁶⁴ Citamos a idoneidade conferida à feira da Associação de Agricultura Orgânica, do Parque da Água Branca, ao grupo de consumo, à CSA e, principalmente, à natureza do trabalho do camponês.

4. MUITO ALÉM DA TROCA: A MERCADORIA CAMPONESA EM CIRCULAÇÃO

“Até hoje, nenhum químico descobriu o valor de troca na pérola ou no diamante” (Marx, 2013, pg. 158).

No capítulo anterior, abordamos algumas questões concernentes ao universo da produção orgânica. Iniciamos pelo cenário no Brasil, a partir dos dados disponibilizados no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do MAPA e publicados pelos dois últimos Censos Agropecuários do IBGE. Procuramos, em alguma medida, associar a agricultura orgânica à produção camponesa, mesmo que uma não seja, necessariamente, consequência da outra. Aliás, vimos como a apropriação do conceito de produção orgânica pelo mercado, que, em seguida, é regulamentada por políticas públicas, pode distorcer os dados em questão, visto que a maior parte da prática orgânica da agricultura camponesa não é reconhecida. De toda maneira, os dados revelam grande correspondência, por um lado, entre latifúndio e uso de agrotóxicos e, por outro, entre pequena propriedade e baixo uso de insumos químicos.

Após o tratamento destes dados estatísticos, percorremos realidades vividas por 19 camponeses produtores orgânicos na Região Metropolitana de São Paulo. Nossa interpretação do que chamamos de realidade foi construída, no texto, por meio dos discursos dos camponeses e dos detalhes da produção observados pela autora. Conhecemos, assim, um pouco da trajetória de cada um e a forma como interagem com a produção orgânica e com o mecanismo de política pública em estudo: as Organizações de Controle Social.

Nosso objetivo foi situar inicialmente as OCS em cenário mais amplo da produção orgânica no Brasil. Desta forma, torna-se mais fundamentada as análises sobre as possibilidades e os limites que os camponeses encontram para atuar enquanto sujeitos capazes de influenciar um novo mercado que se estabelece e, assim, propor um mapeamento do alcance do mecanismo de política pública no contexto apresentado. Afinal, não podemos esperar respostas de algo que não conhecemos. A caracterização das dinâmicas em torno das OCS em foco também cumpre este papel.

Aqui não nos restam mais dúvidas de que a comercialização corresponde a um dos grandes motivadores da criação de OCS, o que, em alguma medida, revela o desejo de camponeses em acessarem os mercados com mais facilidade. Não se trata apenas da possibilidade de escoarem seus produtos enquanto orgânicos, mas também de obterem vantagens na venda por meio da qualidade dos produtos. No mercado institucional, tal vantagem corresponde à prioridade na chamada pública e ao acréscimo de 30% no preço da venda. Nas feiras convencionais, o benefício diz respeito ao diferencial do produto e a uma suposta propensão do consumidor a acatar um preço mais elevado em razão de sua qualidade. A construção de mercados locais não é algo que aparece nitidamente nas motivações dos camponeses ao se engajarem nesta ação coletiva a partir do mecanismo de política pública em estudo, apesar da preocupação com o fornecimento de alimento mais saudável para a população ser unânime. Ou seja, parece importar pouco se o alimento passa pela mão de atravessadores ou não. Porém, seja como for, o camponês visa deixar a sua marca na qualidade do produto, mesmo que comercialização seja difícil controlar.

Podemos propor, com os dados analisados até aqui, que a impossibilidade de comercializar produtos orgânicos com o dispositivo OCS por meio de terceiros favorece as relações de proximidade, mesmo que a criação de mercados locais não seja o principal enfoque dos camponeses e a barreira ao mercado indireto seja considerada com um fator negativo. As entrevistas também nos permitem constatar que os camponeses são conscientes de que o distanciamento entre produtor e consumidor constitui um fenômeno contemporâneo muito difícil de enfrentamento. Trata-se de um dos efeitos da industrialização levada a cabo no âmbito do modo de produção capitalista, que não só

abrange a produção, assim como a circulação de mercadorias. Por mais que a produção camponesa corresponda a relações de trabalho não capitalistas, isto é, não fundamentadas no assalariamento com vistas à captura e à acumulação de mais valia, na circulação, a mercadoria dos camponeses integra, impreterivelmente, o modo de produção capitalista. Por consequência, mesmo que se deseje evitar parte da subordinação de sua renda aos mercados capitalistas industriais por meio da venda direta, as possibilidades de os camponeses alcançarem esta autonomia, ainda que organizados coletivamente, são muito pequenas.

Portanto, a regionalização do mercado de alimentos – relembrando um dos objetivos do dispositivo de política pública em estudo – deve passar por outras instâncias que ultrapassem o campo de atuação do camponês, que é em princípio a produção de alimentos. Assim, o reconhecimento da conformidade orgânica amplia potencialmente o leque de canais de comercialização acessados pelos camponeses, além daqueles anteriores à política pública. Apresentaremos, a seguir, as informações coletadas com os camponeses acerca dos canais de comercialização acessados pelas cinco OCS focalizadas. Os dados foram igualmente coletados nas visitas e correspondem ao Eixo 4 do roteiro de entrevistas. Posteriormente, conheceremos mais de perto quatro circuitos curtos de proximidade associados às OCS estudadas.

Canais de comercialização no primeiro semestre de 2018	Restaurante do bairro (Suzano), Feira do Shopping Anália Franco, Feira Orgânica do Parque do Carmo, Feira Orgânica do CERET (Tatuapé), Feira Orgânica de São Miguel, Instituto Feira Livre (Centro), Cestas do SESC Itaquera, CSA e nas áreas de produção.
Canais de comercialização anteriores	Atravessadores de cestas orgânicas, Instituto Chão (Pinheiros), Quitandoca (Pinheiros) e Feira do Hospital Santa Marcelina.
Principal canal de comercialização atualmente	CSA, Feiras e vendas no portão.
Visitas de consumidores	Sim, consumidores do bairro e co-agricultores da CSA.

Tabela 39. Comercialização OCS Agricultores da Zona Leste

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

A OCS Agricultores da Zona Leste configura uma situação muito específica em relação às outras, pois a maioria de seus agricultores possuem pequenas áreas de cultivo. A venda para os programas públicos de abastecimento não é uma alternativa em razão do pequeno volume produzido, apesar de ser de interesse dos agricultores. Desta forma, os produtos são escoados por meio de feiras na região. A maior parte das feiras acessadas está situada na zona Leste de São Paulo, visto que o custo de transporte constitui fator limitante para estes agricultores. O Instituto Chão e a Quitandoca⁶⁵ são dois canais que deixaram de ser acessados por essa razão. Em contrapartida, a existência de feiras e de outros canais de comercialização na zona Leste favorece a destinação dos produtos na região de origem e, porque não, as relações de proximidade.

Quando perguntados sobre o canal de comercialização ideal, nossos interlocutores responderam de forma variada de acordo com sua situação particular. Para a Sra. Sebastiana, a venda na área de produção é a melhor opção; para Rafael Tenório, a CSA se adequa ao que concebe enquanto modelo de relação ideal entre produtor e “consumidor⁶⁶”; para a Sra. Terezinha, o melhor canal seria a entrega direta para um centro de distribuição de produtos orgânicos, como a “merenda escolar”. Segundo esta agricultora, tendo em vista apenas a comercialização, as feiras são um canal instável, pois mudam de local com certa frequência. Assim, a Sra. Terezinha diz estar sempre atenta para explorar novos canais de comercialização, ainda acrescentando que “a gente tem que plantar, tem que vender, tem que colher, tem que fazer tudo.” Sr. José Cândido e Sra. Ersá deixaram de frequentar as feiras em São

⁶⁵ Dois canais de comercialização direta, que visam fomentar a agricultura camponesa e o estreitamento na cadeia de alimentos na região central de São Paulo.

⁶⁶ Os participantes das Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) intitulam-se co-agricultores.

Paulo devido à idade de ambos, visto que o trabalho adicional exigido não é pouco. Além das horas investidas no atendimento de fregueses, é preciso acordar de madrugada para colher os produtos, limpá-los, separá-los em porções e dirigir-se ao local de comercialização. No entanto, a Sra. Ersa comenta que o processo de deixar as feiras foi, de certa maneira, doloroso: a relação de amizade com os fregueses lhe faz falta.

As visitas dos consumidores se referem, sobretudo, ao momento da venda na área de produção. Dona Sebastiana, que comercializa seus produtos exclusivamente em seu lote, no portão como designa, estima que os consumidores já se acostumaram a escolher os próprios produtos na horta. Além desta característica desta venda direta ao consumido, o preço de seus produtos é inferior ao das feiras orgânicas na região. Quando questionada acerca da razão desta escolha por vender seus produtos com preços reduzidos, explica que considera o gasto de combustível dos consumidores para se deslocar a sua horta. Para esta interlocutora, todos os aspectos que dizem respeito à comercialização são tomados em conta pelo produtor, o que nem sempre é evidente para o consumidor no que se refere ao preço dos alimentos vendido pelos camponeses. As outras visitas citadas são de fregueses que se interessam por conhecer a produção e de co-agricultores da CSA. Alguns destes últimos também colaboram com o trabalho na produção, principalmente, no momento da colheita.

Canais de comercialização no primeiro semestre de 2018	PNAE (Campinas, Cajamar, Ferraz de Vasconcelos, Arujá, Franco da Rocha), Feira do Polvilho, PPAIS (Franco da Rocha), venda no lote e na rua.
Canais de comercialização anteriores	Instituto Chão (Pinheiros), Grupo de consumo responsável – Santo André, Conab (Guarulhos), Feira da Água Branca (Barra Funda), USP (Butantã), Armazém do campo (Regional Grande São Paulo MST).
Principal canal de comercialização atualmente	PNAE e Feira do Polvilho.
Visitas de consumidores	No momento da venda no lote. Na época da Conab havia muita visita dos programas.

Tabela 40. Comercialização OCS Frutos da Comuna da Terra

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

A OCS Frutos da Comuna da Terra comercializa seus produtos orgânicos para várias cidades no entorno do município de Cajamar, onde está situada. Muito importante é o papel do PNAE neste circuito: além de fortalecer a produção camponesa na região, é responsável por parte significativa da alimentação dos refeitórios das escolas públicas. A prioridade aos produtos orgânicos reforça ainda mais o suporte que oferece a estes camponeses e à alimentação saudável das crianças atendidas pelo sistema público de ensino. A preferência na chamada pública obedece à seguinte ordem: 1. produção local; 2. assentamentos da reforma agrária e comunidades tradicionais; 3. produtores orgânicos; 4. grupos formais (DAP jurídica); 5. grupos informais (DAP física) e; 6. fornecedor individual (DAP física) (CECANE, 2015). Podemos sugerir que o PNAE, apesar de não configurar venda direta ao consumidor final, favorece a regionalização do mercado de alimentos, o fortalecimento das OCS e, porque não, a promoção da saúde por meio da alimentação orgânica.

A feira do Polvilho é acessada apenas pelo casal João e Nadir Petente. Como mencionado anteriormente, para alguns dos entrevistados, este equipamento de abastecimento deixou de ser um canal de escoamento em razão da dificuldade de se conquistar uma clientela frequente que compense o tempo investido para esta comercialização. Por se tratar de uma feira convencional, o empreendimento é ainda mais desafiante: o preço do produto orgânico e a sua aparência desestimulam o consumidor que não está acostumado com as características desse tipo de produção. A concorrência entre um camponês e um comerciante é muito acirrada. O comerciante se especializa neste tipo de trabalho e pode acessar diversas feiras por semana, atingindo um volume que lhe dá margem de negociação maior que um produtor. Além deste aspecto, quando não consegue vender todos os produtos no dia, pode compensar em outras feiras evitando perdas. Em relação à aparência dos produtos orgânicos, o maior desafio encontra-se nas frutas

e raízes. As primeiras tendem a apresentar picadas de insetos, além de não serem “lustradas” como a citricultura de larga escala. As raízes e tubérculos não costumam ter o mesmo tamanho que aquelas cultivadas em sistema convencional.

Por outro lado, uma vez superadas tais barreiras por meio do diálogo com o consumidor ou manejos mais adequados, o diferencial da qualidade orgânica permite aos produtores a criação de uma clientela específica. Vale lembrar que esta conquista demanda interesse e tempo dos camponeses para sensibilizar as pessoas que se aproximam de sua banca.

O escoamento da produção para o Instituto Chão foi interrompido, como no caso anterior, devido a questões internas do assentamento, como a organização do grupo para as entregas, a dificuldade de irrigação e a limpeza da produção.

Por outro lado, três dos entrevistados chegaram a entregar cestas de alimentos semanais a um grupo de consumidores ligado às escolas estaduais da região. A venda alcançou 15 cestas semanais. Porém, com o tempo, a demanda se reduziu, até que as cestas deixaram de ser solicitadas. Segundo Sr. Alois Patera, este tipo de escoamento deve ocorrer com o engajamento e compromisso de produtores e consumidores. Não é à toa que Darrot e Durant (2010) diagnosticaram a participação de outros agentes na criação dos circuitos curtos de proximidade, que dedicam trabalho para criar laços sólidos entre as pontas do consumo e produção. A visita de consumidores pode favorecer este tipo de troca, além de ser prevista na avaliação da conformidade orgânica, que nada mais é do que a construção conjunta da garantia. Segundo os entrevistados da OCS em questão, os programas da Conab, em particular PAA em sua modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, cumpriam este importante papel.

Canais de comercialização no primeiro semestre de 2018	PPAIS (Franco da Rocha), Grupo de consumo responsável (Cidade Ademar), Armazém do Campo (Regional Grande São Paulo MST), Feira de Franco da Rocha e venda no lote.
Canais de comercialização anteriores	Grupo de consumo - Carlos, PAA ⁶⁷ , Feira em Franco da Rocha.
Principal canal de comercialização atualmente	PPAIS, Feira e grupo de consumo responsável.
Visitas de consumidores	Consumidores do grupo de consumo e vinculados ao MST.

Tabela 41. Comercialização OCS Produção Saudável

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Quanto à razão da mudança de um canal de comercialização para outro, obtivemos respostas difusas dos camponeses. As vendas para um grupo consumo solidário de Santo André foram paralisadas devido a questões pessoais do casal engajado com a OCS. Muito interessante é a forma como os assentados se referem a este tipo de canal de comercialização, mencionando as pessoas que estão em contato com o assentamento e não a instituição que, por ventura, podem representar. O mesmo acontece com um representante do MST, responsável pelas entregas ao Armazém do Campo, loja do movimento na zona central de São Paulo. O papel destes sujeitos⁶⁸ parece sombrear as instituições ou movimentos que representam, o que pode sugerir centralização e dependência na figura de poucas pessoas. Tratando-se de canais de comercialização, este fenômeno pode representar fragilidade.

Ainda sobre a transição das formas de escoamento, as vendas de alimentos via PAA, ora tratadas como vendas à Conab, foram cortadas, de forma paralela ao desmantelamento do programa. A Conab, representando o DS/PAA, foi apontada como o canal de comercialização ideal pelos entrevistados da OCS em questão, em razão do volume, relativa estabilidade ao longo da vigência dos contratos e garantia de pagamento. Como não havia especificidade nos produtos a serem entregues, a venda também evitava desperdícios. Um dos assentados comentou

⁶⁷ Programa de Aquisição de Alimentos.

⁶⁸ Nossos interlocutores deixam pensar que a atuação de certos sujeitos seja capaz de impactar a vida de muitas pessoas.

que, com o dinheiro obtido por meio da Conab, pagava as parcelas de suas dívidas com o Pronaf. Assim como o DS/PAA, quem acessa o PPAIS o considera a principal fonte de renda. Os produtos escoados ao grupo de consumo responsável são um acréscimo financeiro, além de evitarem desperdícios na produção. O abandono da feira de Franco da Rocha ocorreu devido ao pequeno volume de vendas que, diferentemente do grupo de consumo, representa muitas horas de trabalho não recompensadas. Osvaldo acredita que a criação de um polo de produtos orgânicos na cidade de São Paulo, associado às ferramentas digitais de divulgação, seria um meio de fortalecer a comercialização dos produtos da região.

Finalmente, as visitas de consumidores nas áreas de produção estão relacionadas ao grupo de consumo solidário e ao MST. Além dos dois canais, a venda direta no lote também permite este tipo de situação, que pode ser muito enriquecedora para ambos os envolvidos.

A seguir, abordaremos os canais de comercialização da OCS Produtores Orgânicos de Mogi das Cruzes e Região.

Canais de comercialização no primeiro semestre de 2018	Feiras de Jundiapéba, Suzano, Salesópolis e Água Branca (Barra Funda) ⁶⁹ e pequenos restaurantes.
Canais de comercialização anteriores	PAA, PNAE e outros três restaurantes que fecharam.
Principal canal de comercialização atualmente	Feiras e eventos.
Visitas de consumidores	Sim.

Tabela 42. Comercialização OCS Produtores Orgânicos de Mogi das Cruzes e Região

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Aqui, já podemos revelar ao leitor que a venda para restaurantes não é considerada, por parte dos camponeses, como transação com terceiros. Nossos entrevistados sabem da restrição à venda indireta nas normas que regem as OCS. Assim, em nenhum momento, não manifestam que a venda de alimentos orgânicos para restaurantes possa ser seja caracterizada como tal, o que seria, portanto, irregular. Com efeito, restringem a venda indireta aquela realizada junto a uma loja ou um atravessador que dispõe produtos sem a rastreabilidade exigida pela legislação de orgânicos nessas situações. Portanto, tais camponeses consideram o restaurante como um consumidor final para efeito de comercialização de produtos orgânicos, o que lhes permite assegurar renda diferencial com esta via de escoamento da produção. Como já mencionado anteriormente, trata-se de uma situação de difícil solução, tento em vista apenas aquilo que está ao alcance do produtor.

As visitas dos consumidores são frequentes na OCS em questão. Sr. Ivo revela que, pelo menos, 80% de seus fregueses da feira já conheceram a sua área de produção. Ainda acrescenta que acredita haver uma “distância de pensamento muito grande entre produtor e consumidor”, ao se referir ao preço do produto orgânico. O projeto Bota na Mesa, segundo Sr. Ivo, auxilia na conscientização do consumidor quanto à qualidade do alimento produzido por uma família que também cuida do meio ambiente. Por sua vez, Sr. José Barbosa menciona que alguns dos consumidores chegam em sua propriedade de surpresa e que tal imprevisibilidade é importante para confirmar a qualidade e a forma da produção orgânica.

⁶⁹ A Feira da Água Branca, em São Paulo, é acessada por um dos participantes da OCS, que preferiu não ser entrevistado, mas que permitiu à autora estar ao lado de sua barraca para aplicar questionários com seus consumidores.

Canais de comercialização no primeiro semestre de 2018	PNAE (Juquitiba). Os cogumelos são vendidos como convencionais para a CEAGESP e um sistema de revenda.
Canais de comercialização anteriores	Feira. Antes da OCS, ambos os entrevistados acessaram muitos outros canais de comercialização.
Principal canal de comercialização atualmente.	PNAE.
Visitas de consumidores	Não.

Tabela 43. Comercialização OCS Orgânicos da Mata Atlântica

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Já adentramos, brevemente, na história de Seu Marcos e sua trajetória com a comercialização. Sr. Osório também teve outros canais de comercialização não associados à produção orgânica. Todos eles, sem exceção, não são considerados vantajosos, seja pelo preço, pela distância, pelo volume, pela demora no pagamento ou por uma confluência de todos esses fatores. Não há dúvidas de que a industrialização alimentar e as mudanças nas formas de abastecimento de alimentos no Brasil afetaram diretamente a vida destes camponeses.

Concluímos o mapeamento dos canais de comercialização destes últimos, em sua maioria circuitos curtos de proximidade, dando destaque a um detalhe importante na solução encontrada por Sr. Osório: devido à dificuldade de certificar a produção de cogumelos e acessar mercados mais próximos, o casal vende a bandeja de cogumelos pelo preço de revenda no sistema convencional.

São muitos os fatores que afetam a circulação das mercadorias produzidas pelos camponeses. O primeiro deles diz respeito ao tempo de trabalho não remunerado – ou “benevolente”, para usar o termo de Darrot e Durrant (2010) – investido em qualquer tipo de comercialização que não seja a venda direta dos produtos na área de produção. Este tempo compreende desde o pré-processamento dos produtos (higienização, fracionamento de porções e ensacamento) até as horas permanecidas nas feiras ou em transporte. O segundo fator é derivado deste último e se refere aos custos com o processamento dos produtos (uso de água e embalagens) e a logística de entregas. O terceiro corresponde a tudo aquilo que tangencia indiretamente a comercialização camponesa: a condição das estradas, os horários das feiras, a desconsideração da sazonalidade nas chamadas públicas, a forma como os consumidores interagem com a aparência, o preço e o tipo dos produtos fornecidos ao longo das estações. Por fim, as próprias normas da OCS barram a entrada destes produtos no mercado enquanto alimento orgânico.

Como vimos, as justificativas apresentadas para a realizar a comercialização através de intermediários são das mais diversas ordens e retornam, com frequência, àquele princípio de que o camponês exerce muitas funções sem a devida remuneração. Aliás, a restrição mencionada no âmbito das OCS não é considerada enquanto estímulo, mas o oposto. Nestas circunstâncias, não é de se estranhar que a venda para atravessadores se apresente, por vezes, como solução plausível. Finalmente, a não remuneração das diferentes etapas do trabalho camponês tem o mesmo efeito que subordinar sua renda à participação em cadeias longas.

Com esta interpretação não queremos dizer que os camponeses neguem a prerrogativa dos mercados locais. Ao contrário, eles os consideram a melhor alternativa, visto que impõem menos custos, menos tempo de viagem e menos subordinação de sua renda⁵. Além destas vantagens, favorecerem os laços sociais no território, os quais foram citados como algo de muito benefício, seja entre produtor e consumidor, seja entre este último e o alimento produzido em sua região. Porém, estes mercados de proximidade nem sempre estão ao seu alcance. O constrangimento em torno da aparência, do preço e da apresentação dos produtos revela, de certa maneira, o desconhecimento dos consumidores, não apenas em relação à agricultura orgânica, mas sobretudo à produção camponesa. Talvez, o consumidor não imagine quantas mãos, de quantos trabalhadores especializados, são necessárias para que o alimento chegue semanalmente higienizado, empacotado, viçoso e brilhante nas gôndolas das

redes de supermercados. Certamente, desconhece a distância percorrida por estes alimentos. Muito curiosamente, a freguesia destes camponeses, aquele grupo que apresenta impressões de despreço, parece estranhar o que existe de mais limpo, fresco e natural, justamente porque estas três características foram distorcidas pela máquina industrial.

Como já foi destacado, a margem de atuação dos camponeses no mercado de alimentos é pequena, quando compreendida no modo de produção capitalista. A circulação de mercadorias compreende, portanto, um espaço muito mais abrangente que a simples troca de dinheiro por produto, mesmo no contexto da venda direta. Valorizar mercados locais significa, também, repensar a forma como nos relacionamos com o alimento, com o trabalho de quem o produz e com a renda destinada à alimentação. Chama-nos, enfim, a colocar em questão os princípios do capitalismo, fundamentados na industrialização. Adentraremos, agora, neste outro universo, aquele do consumidor. Antes de analisarmos as informações coletadas nos quatro circuitos curtos de proximidade, apresentaremos, rapidamente, aqueles detalhes metodológicos referentes à construção do questionário e à escolha dos canais de escoamento focalizados.

Em nossa pesquisa, os consumidores encontram seu lugar de destaque no momento em que participam ou não da construção da qualidade orgânica, que ocorre nos mercados locais ou circuitos curtos de proximidade. Ora, se o mecanismo de política pública em questão se constitui na interface produtor - consumidor, investigá-lo à parte do consumidor poderia compor uma lacuna considerável em nossa análise. A impossibilidade dos camponeses envolvidos em OCS escoarem seus produtos a terceiros desempenha um papel ambíguo na construção dos circuitos curtos de proximidade, visto que as forças que geram afastamento entre produtor e consumidor são demasiadamente intensas e difusas para serem contidas com as mãos já desgastadas dos camponeses. Também estamos cientes de que o papel das instituições, ou figuras de apoio e suporte, cumprem uma importante função na construção das OCS e, também, dos mercados locais. Agora, cabe-nos analisar como o consumidor, o destino último na circulação de mercadorias, atua no contexto apresentado.

Relembremos nosso objetivo com a amostragem dos consumidores: examinar a diversidade de situações que podemos encontrar no consumo de alimentos saudáveis acessados por meio de canais alternativos às grandes redes de supermercados. Definimos, assim, quatro circuitos curtos de proximidade, distintos entre si pela forma de escoamento dos produtos, a serem brevemente estudados a partir de seus consumidores. É importante o leitor ter sempre em mente que as OCS não representam o mercado local de orgânicos, mas o meio de se construir o reconhecimento da qualidade da produção através das relações de confiança estabelecidas, então, nos circuitos curtos de proximidade.

O questionário aplicado junto aos frequentadores dos canais de comercialização focalizados foi formulado tendo em vista o funcionamento das OCS consideradas e as informações colhidas com os camponeses. As questões foram divididas, também, em cinco eixos principais, a saber: 1. Consumidor; 2. Canal de comercialização; 3. Produtores; 4. OCS; 5. Produto orgânico. No eixo 1 foram abordadas questões acerca do consumidor, como local de residência e idade. No eixo 2, as perguntas procuraram identificar como o consumidor se relaciona com o canal de comercialização em questão, a frequência e as razões da escolha de realizar suas compras ali. O eixo 3 se referia à relação estabelecida entre consumidor e produtor da OCS. O eixo 4 tratou do conhecimento dos consumidores acerca do mecanismo de política pública em estudo e; finalmente, o eixo 5 abordou as impressões dos consumidores quanto à qualidade do produto orgânico.

A escolha dos canais de comercialização obedeceu aos critérios de multiplicidade de experiências e possibilidade de acesso. Selecionamos a Feira da Água Branca em São Paulo por se tratar da principal e mais antiga feira de produtores orgânicos da cidade. Em contrapartida, a Feira Noturna do Polvilho entrou em nossa amostra

por razões opostas: trata-se de uma feira livre recente, isto é, não especializada nem em produtores, nem em orgânicos. O grupo de consumo responsável do Centro de Desenvolvimento dos Direitos Humanos Frei Tito, mais conhecido no assentamento como “grupo do Paulo e da Marilene”, é o único sistema de compras informais, fundamentado no consumo consciente, que tivemos contato e informações ao longo da pesquisa. Com efeito, seu funcionamento está diretamente associado à criação da OCS Produção Saudável do assentamento Dom Tomás Balduino. Finalmente, a CSA vinculada ao Rafael Tenório também se apresenta como forma interessante e singular de se abordar os mercados locais de alimentos. Foi realizada apenas uma visita a cada um destes canais de comercialização, com o objetivo de recolher 10 questionários preenchidos.

Nas feiras, a situação impunha mais dinamicidade em razão do reduzido tempo disponível dos consumidores para um diálogo. A seleção dos questionados foi aleatória, exceto por algumas indicações dos próprios produtores, e respeitava a disponibilidade e o interesse do consumidor em participar da pesquisa. O levantamento de respostas em ambas as feiras ocorreu desde o início de seu horário e compreendeu um período de duas horas e meia, compreendendo um tempo considerável de comercialização. No grupo de consumo responsável do “Centro Frei Tito” a aplicação do questionário foi menos apressada e aconteceu em um dia de entrega de cestas de alimentos. Paulo gentilmente apresentou-me para o grupo e convidou os consumidores interessados na pesquisa e disponíveis a responderem ao questionário. Nos três casos acima, a autora levantava as perguntas e anotava as respostas dos consumidores nos questionários.

A CSA teve um tipo de abordagem distinta, em razão da disponibilidade dos co-agricultores, visto que horário de entrega dos produtos não era favorável para a aplicação de questionários. Ainda assim, optou-se por manter a CSA na amostra, dada a possibilidade de abranger mais uma modalidade de circuito curto de proximidade. O mesmo questionário foi adaptado em formato on-line, pela ferramenta Google Formulários, e enviado aos co-agricultores pelo sistema de e-mail do grupo. O primeiro contato contou com o suporte de uma das participantes da CSA e, logo em seguida, o formulário foi enviado para preenchimento. Desta forma, como não se tratavam de respostas obrigatórias, algumas questões não foram respondidas. Ademais, não se atingiu aqui o número de 10 questionários: oito membros da CSA foram os respondentes. É importante salientar que a ferramenta de coleta de informações referentes à CSA implicou em uma distinção importante: o preenchimento do formulário, que foi, portanto, realizado pelos próprios co-agricultores, resulta, exclusivamente, da interpretação da pergunta por parte do sujeito questionado. Além do mais, a possibilidade de escolher quando preencher o questionário também pode ter afetado a elaboração das respostas.

De toda forma, o questionário compreendeu respostas curtas, objetivas e algumas de múltipla-escolha. Foram obtidos, ao todo, 38 questionários preenchidos dos quatro circuitos curtos de proximidade em estudo. É importante lembrar que nossa pesquisa tem caráter qualitativo e os apontamentos a seguir não devem ser considerados como magnitude de um fenômeno, senão enquanto riquezas de informações em torno da experiência explorada aqui (Minayo, 2017). Apresentaremos os dados recolhidos por eixo de perguntas, abrangendo as respostas de todos os canais. A seguir, o leitor encontrará uma breve introdução, com as características dos quatro circuitos de comercialização estudados.

Figura 31. Banca do Senhor Kasuo Kusumoto na Feira da Água Branca. Sra. Kusumoto no livro da AAO. Foto tirada pela autora

A Feira da Água Branca, oficialmente intitulada Feira do Produtor Orgânico do Parque da Água Branca, foi inaugurada em fevereiro de 1991. Na época, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo solicitou à Associação de Agricultura Orgânica (AAO), para gerir a feira. Visto que ainda não havia legislação acerca da produção e comercialização de orgânicos, a AAO criou normas de produção orgânica com o intuito de credenciar os produtores junto à associação para assim poderem acessar a feira. No momento de sua inauguração, haviam 12 produtores cadastrados. A AAO divulga ser a primeira ONG brasileira a criar normas de produção orgânica pautadas na realidade local, realçando seu caráter “educativo, orientador e normativo, não punitivo” (AAO, 2019). Os 35 produtores atualmente cadastrados na feira são, em sua maioria, originários do estado de São Paulo, sendo dois produtores do Distrito de Parelheiros, além de Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. As feiras acontecem de terças-feiras pela manhã e à tarde, além de sábado e domingo de manhã.

O questionário foi aplicado em um sábado, o dia de maior movimento na feira. Segundo informações de um dos seus organizadores, durante o final de semana, estima-se um fluxo de 2.000 consumidores no galpão onde ocorre a feira. O Senhor Kazuo, aquele camponês lembrado nas entrevistas da OCS Produtores Orgânicos de Mogi das Cruzes e Região por não precisar irrigar sua plantação, possui uma banca em que trabalham ele, sua esposa e um jovem ajudante. Situei-me ao lado desta banca, onde não interferia no intenso fluxo de pessoas e iniciei minha busca aos consumidores dos produtos do casal. Além deles, outros dois produtores da feira são de OCS e deixam suas declarações de cadastro à vista na estrutura da barraca.

Figura 32. Banca do casal Petente na Feira Noturna do Polvilho em Cajamar. Foto tirada pela autora

A Feira Noturna do Polvilho foi inaugurada em setembro de 2016 pela Prefeitura de Cajamar. Ela ocorre nas sextas-feiras, das 17h às 23h. Por ser uma feira livre, são comercializados desde brinquedos, bugigangas, vasilhames de plástico, alimentos frescos até o “típico pastel” paulista. Aliás, muitos dos consumidores chegaram ali, pela primeira vez, para comer pastel.

Por outro lado, comerciantes reclamam da segurança do local, pelo fato de estar ao lado de um grande campo de futebol com pouca iluminação nos arredores. De qualquer maneira, a feira é bem movimentada, sobretudo entre 18h e 21h. A barraca de Dona Nadir, da OCS Frutos da Comuna da Terra, localiza-se justamente na entrada da feira, entre dois vendedores de brinquedos e apetrechos para celular. De onde estão, é possível ver as enormes bancas dos comerciantes que comercializam produtos, muito provavelmente adquiridos na CEAGESP.

Figura 33. Centro de Desenvolvimento dos Direitos Humanos Frei Tito: entrega dos produtos da OCS. Foto tirada pela autora

O grupo de consumo responsável (GCR) do Centro Popular de Desenvolvimento dos Direitos Humanos Frei Tito é composto por professores da rede de educação pública e outros moradores da zona Sul de São Paulo. Aqui, valem algumas informações acerca deste tipo de iniciativa de comercialização. Os GCR visam contribuir com a construção de relações responsáveis, justas e solidárias de produção, comercialização e consumo (Instituto Kairós, 2011). Trata-se de instigar questionamentos no consumidor sobre suas escolhas de consumo com o intuito de engajá-lo em práticas conscientes. O ponto de partida essencial para tal tomada de consciência é a reflexão crítica sobre a origem e o destino daquilo que consome diariamente, sobretudo no que se refere à alimentação. O consumo responsável pode ser definido, como “a intervenção do consumidor que entende que suas escolhas diárias afetam sua qualidade de vida, a sociedade, a economia e a natureza” (Instituto Kairós, 2011), Os GCR constituem, portanto, experiências que engajam produtor e consumidor que propõem transformar o ato de comprar em um ato político. De maneira prática, esses grupos constroem estratégias de compra baseadas na transparência e na ética de forma distinta da que ocorre no mercado convencional. Questões como a forma de produzir, as relações de trabalho implicadas, a remuneração do trabalho, a logística e a sazonalidade da produção são comumente centrais nos GCR. Desta forma, além da troca econômica inerente a estes grupos, cria-se um espaço fecundo de troca de informações e saberes, de transformação dos hábitos alimentares e da rotina. O consumidor promove e é convidado diariamente a expandir seu lugar de responsabilidade na construção de uma sociedade mais igualitária e menos devastadora das relações sociais e da natureza.

O “Centro Frei Tito”, fundado há quase 30 anos, desenvolve atividades com a comunidade estudantil da região e está localizado entre o bairro de Vila Santa Catarina e Americanópolis. Oferece oficinas, aulas de capoeira e passeios culturais pela cidade de São Paulo. Além destas atividades, o espaço é utilizado pelos professores e outros integrantes da comunidade do bairro para a entrega dos alimentos comprados no Assentamento Dom Tomás Balduino. O grupo funciona desde setembro de 2017 e é coordenado pelo Senhor Paulo e pela Senhora Marilene.

Os pedidos de cestas, compostas apenas de alimentos do grupo da OCS Produção Saudável, são encaminhados a cada 15 dias. Os alimentos a serem entregues são listados pelos próprios assentados, de acordo com o que cultivam em seu lote, e o preço gira em torno daqueles realizados nas feiras orgânicas. Segundo a colaboradora no 3, o grupo de consumo foi formado para dar apoio ao assentamento, ao passo que a OCS foi criada para garantir a qualidade dos produtos comercializados. Ademais, como vimos, a OCS também tem sido um espaço de organização e formação dos assentados, um dos enfoques do trabalho do MST dentro dos assentamentos.

Figura 34. Rafael Tenório e uma das co-agricultoras da CSA discutem a colheita. Foto tirada pela autora

O último circuito curto de proximidade que abordaremos, a CSA (Comunidade que sustenta a agricultura), procura colocar em questão a própria noção de comercialização. Tal qual os grupos de consumo responsável, a CSA visa estimular o consumidor em práticas de conscientização, porém com um maior aprofundamento. Além de procurarem estreitar a relação de troca implicada, a CSA postula a ativa participação dos consumidores no planejamento, na execução e no escoamento da produção, implicando também possíveis perdas. Como se intitulam co-agricultores, esses consumidores envolvem-se na produção motivados pelo reconhecimento de que a agricultura é imprescindível à vida humana e, portanto, é responsabilidade de toda a sociedade. De acordo com as prescrições da CSA, que nasceram no âmbito do movimento da agricultura biodinâmica, as comunidades devem ser criadas entre os consumidores e as famílias agricultoras locais (Torunsky, 2019, p. 57). A aproximação entre produtor e consumidor apresenta entraves, associados à logística e ao pré-processamento dos alimentos, assim como à possibilidade de participação dos membros na produção. Ainda segundo Torunsky (2019),

nesta relação, há o desejo de que riscos e benefícios da produção sejam compartilhados. O pagamento, agora, é referente à produção e não mais ao produto final. Na prática, são propostos orçamentos anuais de produção, divididos entre todos os membros da comunidade com pagamentos feitos antecipadamente (p.58).

O preço dos alimentos é calculado da seguinte maneira: estipula-se um valor mensal a ser pago para o agricultor, tendo em vista as suas necessidades, sejam referentes à produção, sejam de outras ordens. Este valor é dividido em cotas de acordo com o número de participantes da CSA. A cada mês ou semestre, dependendo da construção do orçamento do grupo, os participantes transferem esse valor ao agricultor e, semanalmente, recebem, em troca, o alimento produzido. Desta forma, o preço dos alimentos pago ao camponês é fixo ao longo do ano, independentemente da quantidade e do tipo de produto que os co-agricultores recebem. A proposta visa sobretudo os seguintes objetivos: evitar riscos de perda na venda dos alimentos nos mercados; favorecer a observação da sazonalidade das culturas e o cultivo de plantas adaptadas ao território e; aproximar o consumidor da realidade de quem produz. Além destas diretrizes, o pagamento ocorre antecipadamente, garantindo a renda e estabilidade para o produtor. São muitos os benefícios deste modelo de escoamento da produção, sobretudo em termos de suporte material oferecido ao camponês. É importante ressaltar que não existe apenas uma tipologia de CSA: cada grupo tende a encontrar a solução mais adaptada entre as partes envolvidas.

No entanto, problematizamos em nossa pesquisa um aspecto fundamental da CSA, justamente porque toca a centralidade de nossa discussão: a agricultura enquanto profissão. Para o caso do camponês, que ainda dispõe de autonomia para empregar sua força de trabalho, não há distinção entre pagar o produto ou a produção. Ambos remuneram o mesmo trabalho, na mesma medida. A diferença apenas existe enquanto abstração e se entendermos o camponês enquanto trabalhador da agricultura. Neste caso, já de partida, o trabalho e o trabalhador estão dissociados um do outro e o produto gerado parece estar alienado de seu produtor. A CSA seria como um sistema de salário pago ao profissional da agricultura.

Tomemos algumas linhas para discutir o pagamento no sistema da CSA, quando ocorre por meio do dinheiro⁷⁰. Suponhamos que em dada CSA participem 10 co-agricultores que definiram, juntamente com um camponês, o orçamento mensal de 1.000 reais para a produção. Cada cota mensal corresponde, portanto, a 100 reais, independentemente do volume de alimentos que o co-agricultor recebe semanalmente. Se entendemos a produção alienada do produto gerado, a remuneração do trabalho do camponês não varia, mesmo que variem as horas de trabalho na roça, para mais ou para menos. Ora, se a CSA não remunera a hora de trabalho, ela remunera o produto do trabalho. De uma forma ou de outra, o que se paga é o trabalho do camponês materializado em mercadorias. A outra opção seria remunerar a agricultura enquanto tal, o que não deixa de ser uma ideia abstrata, visto que depende do trabalho de uma ou mais pessoas para existir. Como analisa Marx, uma vez colocado em circulação, isto é, na troca de trabalho por dinheiro, o valor de uso produzido torna-se automaticamente valor de troca.

A venda direta não pode ser confundida com a troca simples, pois esta última implica em troca equivalente de horas de trabalho. Contudo, não há medida de equivalência entre um grupo de trabalhadores (assalariados ou não) e um camponês. O quiproquó do pagamento na CSA, quando ocorre em dinheiro, corresponde ao caráter misterioso da forma-mercadoria,

que consiste simplesmente no fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho como propriedade sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre objetos, existente à margem dos produtores (Marx, 2013, p 147).

Ainda tendo estas considerações em vista, se o preço do trabalho do camponês é equivalente a seu custo de vida e este último equivale às mercadorias que consome, então o valor de seu trabalho é equivalente ao preço de tais mercadorias. De uma forma ou de outra, não há meios de esquivar-se da subordinação da renda camponesa ao capital, seja na forma do produto ou da produção, visto que a precificação em dinheiro, dentro do capitalismo, está associada à circulação das mercadorias.

Finalmente, nos casos em que o camponês recebe aporte financeiro dos co-agricultores sem fornecer produtos, a CSA funciona como um sistema de financiamento do camponês. No entanto, não há dúvidas de que a CSA encontra importante lugar no apoio daqueles camponeses que encontram nesse canal de comercialização a forma ideal de conceber a relação com o consumidor, neste caso, os co-agricultores, bem como do escoamento da produção.

Enfim, pensar em formas alternativas de relação entre consumidor e produtor, por meio da mercadoria, consiste em questionar a prerrogativa da mercadoria e isto não é possível de se fazer por meio da precificação em dinheiro. Lembremos que antes de ser um produtor de mercadorias, o camponês é, essencialmente, um produtor de valor de uso. Certamente, o caso da CSA permite enriquecer nossa análise, pois ilustra as contradições e os

⁷⁰ Existem aquelas modalidades de CSA em que a troca é feita a partir de horas trabalhadas na produção.

constrangimentos que estão colocados diante do camponês em uma sociedade capitalista. Em última análise, não há, na prática, distinção entre pagar pelo produto ou pela produção, por meio da troca de dinheiro por mercadoria. Assim, a remuneração do trabalho do camponês se torna uma variável de equação de difícil solução.

Tratemos agora das informações colhidas com os consumidores dos canais de comercialização focalizados. A abordagem por eixo de perguntas tem como objetivo alinhar os quatro circuitos curtos de proximidade na circulação de mercadorias, de tal forma que as heterogeneidades se destaquem por meio de contrastes. Com este propósito, a partir daqui, trataremos os participantes da CSA enquanto consumidores.

Iniciaremos pelo eixo 1, concebido para conhecer algumas características dos consumidores. A primeira informação diz respeito ao sexo do público que frequenta os quatro espaços de compra de alimentos frescos visitados: dos 38 questionários, apenas oito respondentes eram homens. Por nossa pesquisa não compreender uma discussão quantitativa, este fenômeno pode ser relativizado de diversas formas. De qualquer maneira, podemos pensar que o cuidado com a alimentação das famílias tende a ser de responsabilidade das mulheres. Aqui já nos deparamos com a segunda característica de nosso universo: exceto por uma consumidora da CSA, todos os questionados possuem mais de 30 anos e a média de todas as idades chega a 46 anos. Os participantes da CSA configuram o grupo de consumidores mais jovens da pesquisa e com mais anos de escolarização, com maior número de pós-graduação. Diferentemente dos camponeses, apenas um dos consumidores em questão não completou o Ensino Fundamental.

Convém enfatizar que a análise dos dados referentes ao ensino formal não aponta para o desinteresse pelo estudo ou a falta de informação dos camponeses, mas para a ausência de escolas nas áreas rurais e para estabelecimentos de ensino urbano com horários e grades curriculares inadequados à realidade das famílias camponesas. A frequente migração entre as regiões do Brasil, constatada nas entrevistas, também sugere interrupções na formação dos camponeses. Finalmente, a precariedade das estradas rurais também constitui um fator a considerar.

Em relação ao local de residência dos consumidores, nossa pequena amostra revela que a distância de deslocamento dos consumidores para os pontos de comercialização dos alimentos é maior na cidade de São Paulo, do que em Cajamar, o que era de se esperar. Por outro lado, tendo em vista as dimensões da cidade de São Paulo, as distâncias percorridas ocorrem, em sua maioria, nos bairros do entorno dos pontos de aquisição do alimento, considerando o local de distribuição e não de produção dos alimentos. No âmbito de nossa amostra, a Feira do Parque da Água Branca atende os seguintes bairros: Perdizes, Barra Funda, Pompéia, Pinheiros. Os frequentadores que residem mais distantes são aqueles dos bairros de Vila Mariana e Cambuci e do município de Guarulhos.

Água Branca

Figura 35. Relação dos bairros onde residem os consumidores da Feira da Água Branca

Fonte: Mapa elaborado pela autora de acordo com os dados da pesquisa

Como já mencionado, a Feira Noturna do Polvilho atende, basicamente, os moradores do bairro do Polvilho.

Polvilho

Figura 36. Relação dos bairros onde residem os consumidores da Feira Noturna do Polvilho

Fonte: Mapa elaborado pela autora de acordo com os dados da pesquisa

É importante ressaltar que, para as duas feiras em estudo, a proximidade ao local de residência foi o fator mais citado na escolha dos canais de comercialização acessados pelos consumidores.

O grupo de consumo do “Centro Frei Tito” conta, sobretudo, com consumidores residentes nos bairros da zona Sul de São Paulo: Vila Emir, Vila Santa Catarina, Cidade Ademar, Parque Doroteia, Jardim Miriam, Diadema. Em nossa amostra, o Jardim São Jorge é o mais distante da região.

Grupo de Consumo "Centro Frei Tito"

Figura 37. Relação dos bairros onde residem os participantes do GCR
Fonte: Mapa elaborado pela autora de acordo com os dados da pesquisa

A CSA compreende residentes nos bairros de Perdizes e Pinheiros, além de Paraíso, Saúde, Sumaré e Vila Vera.

mesmo de acessar alimentos frescos. Nestas circunstâncias, os produtos industrializados são preferidos pela praticidade e preço reduzido, mas contendo alto teor de açúcar, gordura e sal, sendo frequentemente apresentado por nutricionistas como alimentos com calorias vazias. Para finalizar nossa discussão acerca dos bairros de residência dos consumidores, não é indispensável destacar que o deslocamento, mesmo que em sua maioria ocorrendo entre bairros próximos, sugere o interesse específico por aquele local ou forma de acessar os alimentos orgânicos.

Quanto ao eixo 2, o primeiro ponto se refere a forma de conhecimento pelos consumidores do circuito curto em questão. Nesta questão, a Feira do Parque da Água Branca apresenta dois tipos de consumidores: aqueles que moram perto do parque souberam da feira ao passar pelo local (7/10) e; aqueles que buscam especificamente alimentos orgânicos (3/10). Sem exceção, todos os consumidores de nosso universo da Feira Noturna do Polvilho, conheceram-na ao transitar no bairro, seja na inauguração ou nos dias de feira. O GCR do “Centro frei Tito” e a CSA, comportam-se de maneira distinta. No primeiro caso, os consumidores tiveram conhecimento do GCR ou pela militância no bairro associada ao Centro (4/10) ou por meio de pessoas integradas ao Centro (6/10). A CSA parece ter se constituído de forma bastante dinâmica: três participantes responderam ter conhecido a CSA por meio de amigos, dois por meio de pesquisas em redes sociais, dois no local de trabalho e um através da leitura de um livro de permacultura.

Constatamos, portanto, diante desta pequena amostra, que as feiras possuem um potencial maior de atrair consumidores pelo simples fato de estar situada em local específico, com grande circulação da população local. Integrar-se ao GCR e à CSA exige do consumidor engajamento com a temática da alimentação em nível político e social. O quadro 44 sistematiza as razões pelas quais os consumidores envolveram-se com os circuitos curtos de proximidade em questão. A propósito, as motivações dos consumidores foram obtidas com questão aberta, isto é, as respostas foram formuladas pelos próprios questionados. O leitor poderá notar que a soma de respostas excede o número de questionários, visto que foram apontadas mais de uma razão por consumidor. Este padrão se repetirá em todos os quadros elaborados a partir de perguntas abertas.

	Água Branca	Polvilho	Frei Tito	CSA
Pelo acesso ao alimento orgânico	2	2	2	3
Pela qualidade ⁷¹	2	4	7	
Pela variedade	3			
Pela proximidade da casa	5	4		
Pelo espaço agradável ⁷²	2	1		
Pelo preço justo	4	1	2	
Para apoiar os produtores ⁷³	1		3	5
Pelo apoio ao MST ⁷⁴			2	
Pelo aprendizado sobre a natureza				2
Pela relação com o produtor ⁷⁵	1	4		1
Pela confiança ⁷⁶	1	1		
Pela relação justa de consumo ⁷⁷			1	4

Tabela 44. Razões das escolhas pelos circuitos curtos de proximidade em análise

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

⁷¹ As palavras “saudável”, “fresco”, “natural” e “durabilidade” estão compreendidas em “qualidade”.

⁷² A palavra “silencioso” e a expressão “ambiente familiar” estão compreendidas em “espaço agradável”.

⁷³ A palavra “família” e as expressões “pessoal do campo” “pequeno produtor”, “agricultura familiar” e “permanecer na agricultura” estão compreendidas em “para apoiar os produtores”.

⁷⁴ As palavras “assentamento” e “militância” estão compreendidas em “para apoiar o MST”.

⁷⁵ Aqui, a banca de produtos orgânicos da Senhora Nadir Petente e do Senhor Kazuo foram citadas. As expressões “relação de proximidade” e “compartilhar informações” estão compreendidas em “pela relação com o produtor”.

⁷⁶ Aqui, foram citadas a confiança na feira da Água Branca e na banca da Sra. Nadir.

⁷⁷ A palavra “parceria” e a expressão “compartilhar riscos” estão compreendidas em “pela relação justa de consumo”.

O quadro acima nos permite desenvolver algumas reflexões. A primeira diz respeito à Feira do Polvilho, visto que a relação com o produtor, mais especificamente a Sra. Nadir Petente, foi comumente citada. De fato, trata-se de uma feira convencional, em que os únicos produtores são o casal da OCS em estudo. Por outro lado, ainda assim, os consumidores tendem a considerar os produtos da Feira do Polvilho dotados de maior qualidade, se comparados a outros possíveis canais de comercialização: importante mencionar que a feira está localizada logo à frente de um grande supermercado.

Como já abordado, a proximidade do local de residência se destaca como motivação para frequentar as feiras, mas não foi apontada pelos consumidores do GCR e da CSA. Ou seja, as razões destes últimos para participar destes dois circuitos curtos de proximidade são de outras ordens. O apoio aos agricultores, a defesa da causa da reforma agrária e o desejo de estabelecer uma relação justa de consumo são os elementos que se destacam. A relação estreita com o produtor, considerada pelos próprios camponeses como um grande benefício, aparece, principalmente, na CSA e na Feira do Polvilho. O estabelecimento de uma relação de confiança foi citado de duas formas: na feira e na banca específica do produtor. De alguma maneira, tudo que se refere ao produto e ao local é destacado nas feiras, ao passo que a noção de apoio à produção camponesa é ressaltada na CSA e no GCR.

Ainda assim, a qualidade e o preço dos produtos são motivações também apontadas no GCR estudado. Considerando os desertos alimentares, podemos conceber que os consumidores do “Centro Frei Tito” encontraram no GCR uma via de acesso ao alimento orgânico, pouco fornecido na região. A noção de preço justo nas duas feiras e no GCR nos revela a percepção de que o alimento orgânico é via de regra mais caro em outros canais de comercialização.

Diferentemente, na CSA o preço não é mencionado em nenhum momento. Veremos, no eixo 5, que esta ausência de menção não indica uma despreocupação generalizada com o preço dos alimentos. Na realidade, a escolha por este CCP específico parece fundamentar-se na valorização do trabalho camponês (ou da agricultura), em busca de estabelecer outras formas de acesso aos alimentos orgânicos. Além desta primazia, em razão do valor das cotas ser fixo, o preço dos alimentos tende a variar de acordo com a produção, podendo ser superior ou inferior em relação aos outros canais de comercialização. Esta escolha de cada participante da CSA, incluso o camponês, funda o compromisso deste coletivo. Podemos sugerir que esta lógica resulta na desconsideração do preço enquanto fator limitante, ou a própria ideia de que o preço do produto não está em jogo na troca realizada com o camponês na CSA.

Indagamos, também, se os consumidores frequentavam outros circuitos curtos de proximidade. A questão previa apenas duas respostas: sim ou não.

	Água Branca	Polvilho	Frei Tito	CSA
Sim	3	5	3	6
Não	7	5	7	2

Tabela 45. Acesso a outros circuitos curtos de proximidade

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Os consumidores da CSA são aqueles que mais acessam outros tipos de circuitos de comercialização, de forma a complementar a cesta de alimentos (6/8). Quando questionados sobre a preferência por produtos vendidos pelos próprios camponeses, exceto por 2 consumidores da Feira do Polvilho e um da Água Branca, todos os outros (35) responderam priorizar a compra direta dos produtores.

Trataremos, agora, do eixo 3. Aqui, procurou-se explorar a forma como os consumidores se relacionam com os produtores. Ou seja, as perguntas formuladas são especificamente sobre os camponeses que participam das OCS e escoam seus produtos nos quatro CCP analisados. As questões foram elaboradas com a intensão de não recorrer diretamente à pergunta se o consumidor confia no produtor de quem compra alimentos. Esta pergunta nos

pareceu constrangedora. Com efeito, a autora permaneceu próxima à banca dos produtores, no momento da aplicação do questionário. Por fim, cinco questões foram desenvolvidas com o intuito de substituir esta última.

A primeira diz respeito ao nome do produtor. Na Feira da Água Branca, seis consumidores afirmaram conhecer o nome do produtor, dois alegaram não saber e dois não foram perguntados⁷⁸. Na Feira do Polvilho, quatro consumidores de nosso universo responderam saber o nome do produtor, quatro responderam não saber e dois não foram perguntados. Na CSA, todos (8/8) sabiam o nome do agricultor em questão e, no GCR, metade dos consumidores (5/10) sabia o nome de, ao menos, um produtor que fornece alimentos. A segunda pergunta diz respeito à preferência por aqueles produtores específicos das bancas das feiras, da CSA e do GCR. Tratou-se de uma pergunta com três respostas possíveis: sim, não e tanto faz.

	Água Branca	Polvilho	Frei Tito	CSA
Sim	8	10	4	5
Não			2	3
Tanto faz	2		4	

Tabela 46. Preferência específica pelo produtor da banca, da CSA ou do GCR

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

A seguir, compreenderemos melhor a razão das respostas acima. Sistematizamos os motivos descritos pelos consumidores para a preferência na tabela a seguir.

	Água Branca	Polvilho	Frei Tito	CSA
Por ser orgânico		4	1	
Pela qualidade do produto	2	3		2
Pela variedade dos produtos ⁷⁹	3			
Pela simpatia no atendimento ⁸⁰	5	1		
Pela valorização do trabalho camponês ⁸¹	4	1	2	3
Pela confiança ⁸²	2		2	1
Pela comodidade			2	
Pelo alinhamento com a proposta do CCP ⁸³			2	2

Tabela 47. Razões da preferência específica pelo produtor da banca, da CSA ou do GCR

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Constatamos que a não preferência por aqueles camponeses específicos da OCS diz respeito, sobretudo, à confiança no circuito curto de proximidade do qual participa. Isto é, não se trata expressivamente de uma negação, mas de uma afirmação quanto à validade do CCP em questão. É esperado que os consumidores da Feira da Água Branca e da CSA não tenham indicado o fornecimento de alimentos orgânicos como preferência por um ou outro produtor, visto que ambos os canais de comercialização são especializados na distribuição da produção orgânica. Nestes dois casos, o acesso ao alimento orgânico está na essência ao circuito curto de proximidade. Por outro lado, coincide que, nas regiões mais periféricas, o acesso ao alimento orgânico esteja associado ao produtor. Com efeito, o consumidor considera aquele produtor ou aqueles produtores como as únicas vias de contato com a produção orgânica, dada a escassez de fornecimento destes alimentos nos canais de comercialização convencionais. A banca de Dona Nadir em uma feira livre ilustra bem a situação aqui evidenciada.

⁷⁸ Nestes casos, a autora optou por não realizar a pergunta, pelo fato de estar situada muito próxima ao camponês

⁷⁹ Aqui devem ser considerados, também, os produtos que não se encontram facilmente em outros locais.

⁸⁰ As palavras carinho, prestatividade e a expressões “gostar de” estão compreendidas em “simpatia no atendimento”.

⁸¹ As expressões “jeito rural”, “mãos abençoadas” e as palavras “amor”, “dedicação” e “admiração” estão compreendidas em “valorização do trabalho camponês”.

⁸² A palavra “cumplicidade” e “contato” estão compreendidas em confiança.

⁸³ Aqui devem ser considerados os princípios da CSA e do GCR, os quais reivindicam, dentre outras preocupações, o cuidado com natureza.

Quanto à relação entre consumidor e camponês, do ponto de vista do consumidor, dos 38 questionados, seis alegaram não travar relação com o produtor. Na Feira da Água Branca, foram três respostas negativas, no GCR do “Centro Frei Tito”, uma resposta e na CSA, duas. Todos os consumidores questionados na Feira do Polvilho afirmaram manter relação com o casal Sr. e Sra. Petente.

No que se refere ao eixo 4, solicitamos àqueles consumidores que responderam positivamente à última questão, que descrevessem tal relação.

	Água Branca	Polvilho	Frei Tito	CSA
Confiança ⁸⁴	1	7	2	1
Amizade ⁸⁵	4	3	1	3
Troca de informações ⁸⁶		2		1
Colaboração	1		5	
Comercial ⁸⁷	3		3	1

Tabela 48. Palavras chave da relação estabelecida entre consumidor e camponês nos CCP em análise

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Aqui, é importante o leitor estar atento ao fato de que tais escolhas partiram dos próprios consumidores. A palavra “confiança”, ainda sem considerar as variáveis “cumplicidade” e “sentir firmeza”, foi a mais citada (10/38) e em seguida, a palavra “amizade” (7/38). Estas duas palavras – bem como suas variantes citadas em nota de rodapé – constituem artefatos subjetivos da relação humana. Não deixa de ser instigante como o alimento produzido e vendido pelo camponês pode atravessar barreiras da relação indiscutivelmente comercial.

Neste momento, a reificação da confiança em selo soa tanto mais material quanto ainda mais absurda. Cabe-nos indagar quais seriam aqueles atributos dos camponeses, edificados juntamente com os consumidores, capazes de serem comercializados à parte dos envolvidos em sua constituição. Ainda mais pertinente seria interrogar se tal mercantilização é possível. Podemos, então, finalmente distinguir os conceitos de confiança e garantia: um parece emergir onde o outro não encontra mais espaço para ser cultivado.

Relembremos alguns aspectos da discussão traçada no primeiro capítulo desta dissertação, quando apresentamos a noção de que o capitalismo não é, em essência, um modo de produção de mercadorias, mas de mais valia (Martins apud Oliveira, 1987, p. 28). Procuramos articular tal abordagem com a razão utilitarista do trabalho descrita por Max Weber⁸⁸. Ainda que os processos culturais do século XVII – mais especificamente a ascensão intramudanda – tenham sido descritos como participantes da gênese do capitalismo naquele território em questão, o autor nos adianta de que “uma vez o capitalismo vitorioso, desde quando se apoia em bases mecânicas, não precisa mais desse arrimo”⁸⁹ (Weber, 2004, p. 165). Estamos todos, portanto dentro desta *engrenagem*, sejamos camponeses ou consumidores. No entanto, nos mais inesperados espaços, onde a mercadoria ainda é fruto do trabalho que gera valor de uso, elementos estranhos às relações capitalistas parecem criar e manter relações de troca. Evidentemente, não deixam de ser relações de consumo permeadas pelo capitalismo, o que buscamos exemplificar com o esforço da CSA em contornar o preço da mercadoria. De todo modo, estas iniciativas não deixam de colocar em questão aqueles princípios puramente utilitaristas do capitalismo.

⁸⁴ “Confiança” foi a palavra mais citada neste campo semântico. Além dela, “cumplicidade” e as expressões “sentir firmeza” e “confiar na palavra do agricultor” estão compreendidas em “de confiança”.

⁸⁵ “Amizade” foi a palavra mais citada neste campo semântico. Ainda assim, “proximidade”, “simpatia”, “amável”, “amigável” e “fraterna” estão compreendidas em “de amizade”.

⁸⁶ A expressão “troca de conhecimento” está compreendida em “de troca de informações”.

⁸⁷ As palavras “cliente”, “clientela”, “consumo” e a expressão “de prestação de serviços” estão compreendidas em de “comercial”.

⁸⁸ “O ser humano em função do ganho como finalidade da vida, não mais o ganho em função do ser humano como meio destinado a satisfazer suas necessidades materiais (Weber, 2004, p. 44).”

⁸⁹ A educação para a ascensão tornou-se, então, educação para a profissão.

Por meio dos 19 camponeses entrevistados, é possível interpretar que outro modo de vida é “revolucionário”, visto que barra o capitalismo em seu fundamento, na orientação ou no sentido do trabalho. A perspectiva de que o capitalismo cria e recria relações não capitalista de produção (Oliveira, 1987), dando espaço para que, por exemplo, as relações de trabalho comuns ao campesinato se reproduzam, foi igualmente apresentada. Em suas brechas, por mais que delas se sirva, o capitalismo anuncia uma possível porta de saída.

Neste momento, convém também discutir o lugar do consumidor neste processo. Não no trabalho, mas na construção da qualidade por meio da confiança. A qualidade, aqui, não é da natureza da mercadoria, mas do trabalho do camponês, deste sujeito produtor que não vive em função do ganho enquanto finalidade de vida. A tal construção, o consumidor parece estar atento e sensível. Em alguma medida, as razões e motivações apresentadas pelos consumidores permeiam a valorização do trabalho camponês, seja através dos atributos do produtor, seja em função dos princípios do circuito curto de proximidade em questão, seja na sua materialização em produto. Ora, nada mais lucrativo do que gerar discursos e normativas pautados na desconfiança. E nada mais revolucionário do que ir à feira.

A feira de produtores nos parece um lugar cativo. Não que os princípios de troca justa, fomentados nos grupos de consumo responsável e na CSA, sejam de inferior valor. Ainda menos que os camponeses devam trabalhar horas a fio e, às vezes, no frio, sem a devida remuneração e contando com possíveis perdas. Mas, uma vez que a venda direta parece ser o limite de uma troca menos incoerente entre produtor e consumidor no capitalismo – por meio do dinheiro – e tendo em vista aqueles produtores que encontram neste circuito curto de proximidade o canal de escoamento mais favorável às suas condições, a feira incorpora um elemento valioso: o uso do espaço público. Não importa se é a rua, o parque, o beco, a estação de trem abandonada, o uso do espaço público fermenta as relações de confiança. Além do mais, caro leitor, estamos em São Paulo, onde o tráfego intenso de carros se configura enquanto problemática de primeira ordem e em vários sentidos. Bloquear as suas ruas para que as pessoas estabeleçam relações de troca pautadas na confiança e no afeto parece fantástico, obra do imaginário.

Para encerrar, o Quadro 49 focaliza a relação entre consumidor e produtor enquanto troca de informações e conhecimento. Trata-se da última pergunta do eixo 3: os consumidores haviam conhecido um produto novo ou receita nova.

	Água Branca	Polvilho	Frei Tito	CSA
Sim	5	5	5	6
Produtos (re) descobertos	PANCs ⁹⁰ , batata doce, batata laranja e couve chinesa	Ora-pro-nobis, tempero caseiro e preparo de bolo de mandioca	Moringa, ora-pro-nobis, batata yacon e cambuci	Doce de caule de mamão, cuscuz de milho, medula de mamão, coração de bananeira e semente de coentro
Não	5	5	5	2

Tabela 49. Receitas e produtos novos citados pelos consumidores no CCP

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Finalmente, os circuitos curtos de proximidade, mesmo considerando a nossa diminuta amostra, revelam-se enquanto importante espaço de trocas de informações. Com efeito, é útil destacar que, no âmbito dos CCP, o camponês se apresenta enquanto protagonista da difusão de conhecimento, do seu saber. Além do mais, se tratamos da regionalização dos mercados, é importante ter em vista que a produção de alimentos favorece não apenas os

⁹⁰ Foi usada a sigla de Plantas Alimentícias Não Convencionais.

gostos difundidos e incentivados pela indústria alimentar, mas também o que é próprio daquele território. O papel da CSA se destaca neste sentido.

O eixo 4 abordou o conhecimento das Organizações de Controle Social, enquanto mecanismo de avaliação da conformidade, por parte dos consumidores. Apenas seis dos 38 questionados responderam positivamente, tendo em vista que dois destes revelaram saber do que se tratava após a minha explicação. A explicação do funcionamento da OCS foi esporádica e aconteceu apenas nos momentos em que, instigados pela curiosidade, os consumidores questionavam a autora. Na Feira do Polvilho, nenhum consumidor conhecia o termo ou a sigla, mesmo que a documentação estivesse sempre exposta na estrutura da banca. Na feira da Água Branca, obtivemos duas respostas positivas, associadas àquela condição de explicação do mecanismo de política pública. No GCR do “Centro Frei Tito” e na CSA, dois consumidores de cada um destes circuitos curtos de proximidade afirmaram conhecer o mecanismo de política pública.

Os quatro consumidores que conheciam o termo “Organização de Controle Social” sabiam explicar o que eram e responderam ser um modelo de fiscalização que contorna a certificação, sem impor custos aos camponeses. Neste sentido, os CCP, fundamentados na noção de responsabilidade e participação de riscos, tornam-se potencialmente um espaço frutífero de formação dos consumidores sobre a produção e a comercialização camponesa, bem como das políticas públicas e outros elementos que permeiam a relação de troca. Ainda sobre as OCS, sete dos 38 consumidores informaram saber que o produtor ou os produtores de quem compram alimentos fazem parte de uma destas organizações. O GCR do “Centro Frei Tito” apresentou um quadro de maior conhecimento de tal vivência dos camponeses (4/10), quiçá, por se constituir em torno da OCS. Na Feira da Água Branca, foram duas respostas positivas e na CSA, uma.

Encerramos o eixo 4 discutindo a construção da qualidade em torno das visitas aos camponeses. Dos dez consumidores questionados do GCR do “Centro Frei Tito”, quatro já haviam visitado o assentamento Dom Tomás Balduino e, mais especificamente, os camponeses da OCS. A CSA é aquela com maior número e proporção de visitas: foram seis dos oito consumidores que responderam ao questionário. Destacamos estes dois formatos de CCP como meio de estimular o aprendizado dos consumidores para além do espaço da troca de produto por dinheiro, visto que foram os únicos que apresentaram visitas às áreas de produção. Além deste aprendizado, estas visitas reforçam a perspectiva de a construção da qualidade do mecanismo de política pública, tal como foi concebido. Ainda convém assinalar que sete dos outros oito respondentes aqui manifestaram intenção de realizar uma visita às áreas de produção.

O último eixo de nosso questionário, focalizado no produto orgânico. A primeira pergunta diz respeito à preferência pelo produto orgânico em detrimento do convencional.

	Água Branca	Polvilho	Frei Tito	CSA
Sim ⁹¹	10	8	9	7
Não		2	1	1

Tabela 50. Preferência por alimentos orgânicos

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Abaixo, sistematizamos, as razões pela preferência por alimentos orgânicos. Os motivos foram levantados pelos próprios consumidores.

⁹¹ Além de “sim, obtivemos três outras respostas: “quando posso” (2/38), “algumas coisas” (3/38) e “aqui sim, no mercado, não” (1/38). As seis respostas estão compreendidas em “sim”, no Quadro 50.

	Água Branca	Polvilho	Frei Tito	CSA
Ausência de agrotóxicos ⁹²	2	6	1	4
Qualidade	3	1	5	2
Sabor	1		2	3
Saúde	6		4	2
Meio ambiente	2			2
Solidariedade			2	2

Tabela 51. Razões da preferência por produtos orgânicos

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

O termo “solidariedade” foi estipulado a partir de algumas respostas difusas, mas que reiteram a ideia já apresentada de que, por meio da alimentação, os consumidores buscam valorizar a produção camponesa. Além desta perspectiva, também se refere à preocupação com a população de maneira ampla. As duas respostas neste âmbito do Centro Frei Tito são: “porque beneficia produtor e consumidor” e “para estreitar a relação campo-cidade”, enquanto aquelas duas da CSA são: “para estimular o plantio sem larga escala” e “para que *todos* possam desfrutar de alimentos sem venenos”.

A redução do consumo de agrotóxicos e a preocupação com a saúde correspondem, no quadro, a duas motivações distintas, visto que ambas apareceram nas respostas dos consumidores. No entanto, podemos considerar que se relacionam estreitamente e que, portanto, o cuidado com a saúde sobressai enquanto principal razão da procura por alimentos orgânicos.

Como esperado, a preocupação com a saúde se encontra no cerne da alimentação orgânica. Convém também acrescentar que a saúde do produtor pode ou não estar implícita nas preocupações de nossos respondentes, mas não aparece de maneira explícita, como é o caso da preservação do meio ambiente.

	Água Branca	Polvilho	Frei Tito	CSA
Sim	9	5	3	6
Não	1	5	7	2

Tabela 52. Compra de alimentos orgânicos em outros canais de comercialização

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

Podemos interpretar o Quadro 52 da seguinte maneira: nas regiões centrais, isto é, onde se concentram os consumidores da Feira da Água Branca e da CSA, a procura e o acesso ao alimento orgânico parecem ser mais frequentes. Em alguma medida, são consumidores “especializados” no consumo de alimentos orgânicos. Na zona Sul da cidade de São Paulo, onde reside a maior parte dos consumidores do GCR, a procura por outros canais de comercialização de alimentos orgânicos é menor e, como será examinado no próximo item, o fornecimento na região é pequeno. Entre outras razões, a ocorrência de “desertos alimentares”, abordados anteriormente, explica tal fenômeno.

⁹² As palavras “veneno”, “intoxicação” e “contaminação” estão compreendidas em “agrotóxicos”

Para aqueles consumidores que frequentam outros canais de comercialização em busca de alimentos orgânicos, os locais ou meios de acesso mencionados aparecem no Quadro 53.

	Água Branca	Polvilho	Frei Tito	CSA
Outras feiras	1	3		1
Instituto Chão	2			2
Armazém do Campo			1	1
Zona Cerealista		2	1	1
Lojas especializadas	1			3
Redes de supermercados	6	1	2	5

Tabela 53. Canais de comercialização de orgânicos acessados pelos consumidores dos quatro CCP

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

As redes de supermercados são o canal de comercialização mais citado pelos consumidores. Novamente, a diversidade de lugares onde ocorre procura por alimentos orgânicos – evidente nas respostas dos consumidores da CSA e da feira da Água Branca – permite enfatizar o que designamos de consumidor “especializado”. Embora a procura por produtos diferenciados que valorizem o trabalho camponês se destaque em nosso universo, a praticidade, o preço e a diversidade são fatores difíceis de serem contornados diante do poder de convencimento (associado às representações de qualidade de vida na contemporaneidade) das grandes redes de distribuição de alimentos.

Para se ter uma ideia, no ano de 2018, os grupos Carrefour e GPA faturaram, apenas no Brasil, 49,6 bilhões reais e 48,4 bilhões de reais, respectivamente (Abrás, 2018). As duas redes de distribuição detêm a maior fatia deste ramo de serviços. A trajetória de vida do Sr. Marcos Nogueira exemplifica a profissionalização do comércio de alimentos no Brasil. Até a década de 1970, quando a rede francesa Carrefour se instala no país, a distribuição de alimentos ocorria, majoritariamente, por meio de feiras livres e pequenos mercados familiares, que passavam gradualmente a recorrer às centrais de abastecimento estatais, as chamadas CEASA, implantadas no Brasil a partir do final da década de 1960.

Em 1990, a rede internacional de hipermercados Carrefour já havia se tornado a principal distribuidora varejistas no Brasil, sobretudo por meio da estratégia de compras de supermercados e lojas de vizinhanças (Minadeo, 2010). Na mesma década, a rede estadunidense Walmart investe no país e disputa tal mercado ao lado da Companhia Brasileira de Distribuição (GPA), fundada, também, na década de 1970 (Belik, 2007). As três redes, operadas por empresas internacionais, controlam o mercado varejista e atacadista brasileiro. Além do mais, não atuam apenas na circulação de mercadorias, mas também criam marcas e influenciam as formas de consumo, sempre associadas ao fundamento da industrialização e grande investimento em publicidade. O impacto que tiveram no Brasil não é pequeno e nossa análise dos circuitos curtos de proximidade deve levar tal fato em consideração.

Com a tomada em consideração de tal configuração da distribuição alimentar no país, seguimos para a discussão acerca da recorrência à alimentação não orgânica por parte dos consumidores considerados. Dos 38 questionados, apenas um respondente da Feira da Água Branca afirmou não complementar a alimentação com alimentos provenientes da agricultura dita convencional. Os alimentos adquiridos, produzidos de forma convencional, citados são: frutas, grãos, cereais, cebola, alho, tomate, cogumelos, carnes, produtos processados pela agroindústria (açúcar e óleos vegetais) e produtos industrializados. Como realçamos na caracterização dos camponeses, a olericultura é frequentemente privilegiada na produção para comercialização em pequena escala. As explicações levantadas pelos consumidores remetem ao Quadro 52, com as frequências das quatro CCP em análise.

Quanto à confiança dos consumidores no produto orgânico comercializado na feira, GCR ou CSA em relação aquele dos supermercados e lojas especializadas, apenas um respondente da Feira do Polvilho e dois da Feira

da Água Branca manifestaram não fazer distinção, com a resposta “tanto faz”. Os outros 35 respondentes declararam confiar mais na qualidade dos produtos dos CCP acessados.

No quesito a respeito do selo de orgânicos do SisOrg, questionamos se os consumidores confiavam na qualidade de um produto com tal selo. As repostas estão listadas no quadro abaixo.

	Água Branca	Polvilho	Frei Tito	CSA
Sim, pela fiscalização	5	2	4	6
Sim, pela palavra do produtor		1		
Depende	1	1	1	
Não	3	6	5	1
Não consome	1			

Tabela 54. Confiança na qualidade do produto com selo de orgânicos

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

As razões para a confiança, como distribuída no quadro acima, giram em torno do sistema de fiscalização fundamentado na normatização da produção orgânica. Um consumidor informou não consumir produtos orgânicos com selos e outro associou a confiança à palavra do produtor ou vendedor. Na linha “depende”, agrupamos três respostas: uma que expressava apenas “depende”, sem explicar as razões; outra que salientava confiar mais no próprio paladar e, portanto, depender da experimentação e; a última referente à possibilidade do fiscal burlar as normas e assim depender do profissionalismo dos envolvidos.

As razões para não confiar no selo de conformidade orgânica são as seguintes: o gosto destes alimentos não seria compatível com aqueles dos CCP em questão; o conhecimento de casos de fraude televisionados e; tratando-se da resposta mais frequente, a visão segundo a qual o selo está associado ao mercado, ao comércio e ao lucro. Três dos consumidores ainda enfatizaram que os princípios da produção orgânica não são necessariamente garantidos pela fiscalização. É válido explicitar que as repostas “mais ou menos”, “desconfio” e “duvido” foram consideradas enquanto perspectivas negativas em relação ao selo de identificação de produto orgânico.

Enfim, a visão de qualidade dos alimentos orgânicos foi focaliza em paralelo com aquela dos camponeses em relação à percepção dos consumidores. Perguntamos se os consumidores notavam diferença entre o produto orgânico e o não orgânico. Obtivemos 36 respostas positivas, em que os questionados deveriam assinalar as características de aparência, sabor e durabilidade. As respostas são apresentadas no Quadro 55.

	Água Branca	Polvilho	Frei Tito	CSA
Aparência	6	10	6	6
Sabor	9	8	8	6
Durabilidade	6	7	6	6
Aroma ⁹³	1		1	

Tabela 55. Percepção da diferença entre um produto orgânico e não orgânico

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações obtidas nas entrevistas

O sabor foi a característica distintiva mais citada (31/38), seguido da aparência (28/38) e da durabilidade (25/38). Dois consumidores, um da Feira da Água Branca e outro do “Centro Frei Tito” afirmaram considerar a aparência dos produtos orgânicos menos atrativa. De qualquer maneira, a percepção dos camponeses se reproduz nas palavras dos próprios consumidores, tendo em vista nossa reduzida amostra. Os consumidores da Feira do Polvilho podem notar a diferença na aparência com mais facilidade, uma vez que a comparação é imediata em razão da proximidade das bancas que fornecem produtos orgânicos e convencionais.

⁹³ Esta última característica foi adicionada por dois consumidores.

Concluimos, assim, a discussão dos dados referentes aos canais de comercialização acessados pelos camponeses e estudados em nossa pesquisa. As possíveis interpretações de cunho mais amplo, bem como as conclusões apresentadas para esta sessão estão descritas no próximo e último capítulo desta dissertação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qui veut comprendre et traduire
 Quelque chose qui vit, d'abord
 Doit en chacer l'esprit dehors
 Et ne tenir plus en sa main,
 Privées du lien spirituel,
 Que les parts distincts d'un tout
 Qui sans ce lien n'est plus que rien
 C'est ce que la chimie appelle
 Encheînisin naturae,
 D'elle-même ainsi se moquant
 Sans savoir pourquoi ni comment.⁹⁴

Caro leitor, é aqui que começa nossa despedida. Caso não se lembre mais, afinal tomamos diversos caminhos até aqui, recorde-lhe que iniciamos nossa conversa à entrada da Farmácia Edson, de meu avô. Lá, procurei ilustrar aquilo que, ao longo de todo o texto se constituiu enquanto fundamento do modo de vida do camponês: a razão não utilitarista do trabalho ou o espírito do trabalho pré-capitalista, aquele com as “amarras tradicionais”, para usar as expressões apresentadas por Max Weber. É importante assinalar ao leitor que este caminho que nos leva sucessivas vezes até a farmácia de meu avô se funda no fazer antropológico de “transformação do familiar em exótico e do exótico em familiar” (DaMatta, 1981, p. 16). Assim, nesse espaço da farmácia, onde se encontram os sujeitos, o trabalho e os produtos do trabalho, ainda cabiam a convivência da comunidade arealense (aquela porta finalmente não separava a casa de meus avós da farmácia) e o compromisso com a população enferma, ou não, que chegava ali em busca de alívios. Cabia, também, o afeto: não eram só as enfermidades que levavam as pessoas para aquela singular farmácia de móveis da cor da madeira.

De qualquer maneira, a farmácia continuava sendo uma farmácia onde vendiam remédios. Estas mercadorias, elaboradas em boa parte pelas mãos de meu avô, eram compradas e trocadas por dinheiro. Às vezes, eram anotadas na caderneta e também haviam os casos em que comprimidos de placebo eram entregues para os pacientes com casos mais complexos em que, finalmente, não havia doença física alguma. Deverei ainda averiguar se meu avô chegou a trocar remédios por outros tipos de produtos, afinal coisas surpreendentes acontecem em Arealva. Pois bem, do dinheiro obtido com a venda de remédios e de roupas confeccionadas por minha avó em sua máquina de costura, este distinto casal criou seus filhos na pequena casinha com uma porta para a rua. Hoje, a pequena casinha é uma casa, daquelas em que os cômodos são separados por um ou dois degraus, visto que cresceu e pavimentou-se conforme crescia a família e a renda permitia.

Há mais de 40 anos, a casa parou de crescer e, a não ser pelas reformas que ocorreram na farmácia – hoje, trata-se de uma drogaria na qual meu avô não trabalha mais – as paredes, os azulejos decorados, os móveis da cor da madeira, a louça, a penteadeira, as fotos, tudo se encontra no mesmo lugar. Se o leitor, movido por curiosidade intensa, decida ir conhecer a tal antiga farmácia, encontrará meus avós nos seguintes locais, nas respectivas horas: às 11h estarão comendo arroz, bife acebolado, almeirão em cortes finos, tomates fatiados, refogado de milho, salada de legumes frios e ovos cozidos; às 12h estarão descansando; às 15h meu avô estará no terreno da cidade em que planta inúmeros tipos de bananas, abacaxi, tomate cereja e mandioca⁹⁵; às 17h, sentarão no banco em frente à antiga

⁹⁴ Faust, Version originale de 1772-1774 (Urfaust), Scène de lécolier: Méphistophélès. Le Club du meilleur livre, 1958.

⁹⁵ O leitor certamente não imaginava que meu avô teria “se tornado” um “agricultor urbano” após se aposentar aos 85 anos de idade. Como a autora adiantou: acontecimentos fantásticos ganham lugar e vida em Arealva.

farmácia para alternar poucas palavras com o silêncio e; às 20h, procurarão algum canal interessante na televisão, tarefa cada vez mais árdua. De domingo, minha avó costuma frequentar a igreja presbiteriana da cidade, melhor não arriscar a visita. Esta rotina se repete há 40 anos, exceto que já acolheu crianças, jovens, adultos, as crianças destes adultos, que se tornaram adolescentes, que um dia se casaram e hoje ali levam as suas crianças. Caso o leitor ainda não tenha percebido, a autora propõe demonstrar o que exatamente significa o movimento de vender para comprar (M – D – M), descrito tanto por Marx e quanto por Weber: o trabalho em função das necessidades do homem e da mulher.

Em contraste, o cunho ético do trabalho burguês configura o dever em acumular riquezas (D – M – D'), para que mais riquezas sejam acumuladas e assim segue-se ininterruptamente. Nas palavras de Marx (2008, p. 202), “a produção burguesa [...] se encontra sob o domínio do valor de troca”. E o problema só é tão complexo e profundo, porque a “separação entre negócio e lar significou ao mesmo tempo a separação entre os produtores e as fontes de sua sobrevivência (Bauman, 2003, p. 32), isto é, os meios de produção. Sabemos que, por mais que um trabalhador deseje, as possibilidades que encontra para incrementar ou manter a sua renda estão, imagine ele ou não, muito além de seu alcance: a materialidade do capitalismo se impõe de forma decisiva diante da classe trabalhadora.

Quanto aos produtores familiares, sabemos que são poucas as profissões que não foram incorporadas pela industrialização massiva dos processos produtivos. Não sejamos deterministas: ainda que as possibilidades de concorrerem, sobretudo, com os monopólios de circulação de mercadorias configure praticamente uma miragem, existem aquelas comunidades que se mantêm ativas em pleno capitalismo avançado, seja no campo, seja em outros espaços. Foram delas que tratamos no início deste trabalho. A sua persistência circunscreve o modo capitalista de produção, como nos demonstraram Rosa Luxemburgo (2018) e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1987). No entanto, por mais que tenha seu lugar no capitalismo, a procura e a possibilidade de estabelecer outro modo de vida, onde o trabalho não é alienado ao sujeito, configura um espaço fértil de inversão da lógica capitalista, onde o valor de uso corresponde ao centro das relações de trabalho *e também* de troca.

As OCS demonstraram ser um recorte de análise interessante, visto que evidenciam três aspectos importantes que atravessam a vivência do camponês: as relações de confiança estabelecidas entre os camponeses na procura de recursos⁹⁶ que favoreçam sua reprodução social e material na terra; as relações entre os camponeses e a gama de parceiros que apoiam a sua produção e seu modo de vida, através da organização social e do diálogo com as políticas públicas, notadamente para inserção em mercados e; em consequência, as relações entre consumidor e camponês em circuitos curtos de proximidade. Finalmente, estas OCS também nos revelam que, em torno de seus espaços, as prerrogativas de confiança e cuidado não se tornam mercantilizadas, isto é, destituídas de seus “produtores” por mais que atravessem a troca mercantil. Não se trata de romantizar tais relações, mas de explicitar os elementos situados muito além da troca e que, de sua parte, favorecem a manutenção de relações de proximidade, portadoras de inúmeros benefícios à luz desta pesquisa. Novamente, ainda que se organizem em torno da mercadoria, tais relações questionam o modo de produção capitalista no seio das relações de trabalho, de troca e de confiança.

Os dados do CNPO e dos dois Censos Agropecuários nos forneceram bases para examinar como o conceito de orgânicos se reificou em mercadoria: uma vez mercantilizado, as empresas de auditoria privada o comercializam tanto na forma de qualidade quanto de garantia. As 13 empresas certificadoras que atuam no Brasil representam apenas 3% das entidades (436) que realizam a avaliação da conformidade orgânica, mas 40% do total

⁹⁶ São múltiplos estes recursos, aqui tratamos especificamente dos dispositivos de política pública.

destes processos de avaliação (17.421 agricultores). Diferentemente, nos mercados locais, a qualidade e a garantia são indissociáveis da produção camponesa, muito em razão da relação de confiança estabelecida com o produtor ou com o circuito curto de proximidade que o acolheu. Ora, tratar de construção de mercados é tocar na gênese do capitalismo. Podemos ter uma ideia, então, do papel decisivo que as distâncias materiais e subjetivas cumpriram neste processo: lembremos que o cercamento das áreas comunais significou, também, a destituição das relações de confiança, reciprocidade e responsabilidade mútua no seio das comunidades. Comercializar tais valores compõe um de seus efeitos materiais.

Apresentamos, no capítulo 2, a riqueza das singularidades de experiências retratadas nas palavras dos camponeses entrevistados. Aqui, cabe reunir apontamentos do caráter das Organizações de Controle Social, que nos trarão elementos para discutir os limites e as potencialidades do mecanismo de política pública na criação e manutenção das relações de proximidade no mercado de alimentos. É importante o leitor ter em mente que tratamos de casos situados na RMSP, um território que recebe influência constante das intensas dinâmicas socioeconômicas em torno da cidade de São Paulo, isto é, do centro do capitalismo no Brasil.

Em primeiro lugar, destacamos a relação estabelecida entre os camponeses. O próprio mecanismo prevê que os camponeses confiem uns nos outros, para que a avaliação da conformidade possa ter efeito. Ainda assim, para além dos processos de averiguação, as OCS revelam ser um rico espaço de trocas de informações e aprendizados, além sociabilização dos camponeses. No caso dos assentamentos, a OCS colaborou para restituir relacionamentos que, ao cargo dos anos subsequentes à conquista do território, foram se enfraquecendo. Nos outros casos, as OCS de toda evidência participam do estabelecimento destas relações.

De todo modo, foram mencionadas dificuldades internas aos grupos: a localização isolada dos participantes e o difícil agendamento das reuniões e visitas técnicas são duas delas. A criação de grupos menores e mais próximos fisicamente parece constituir um modelo que facilite a organização de tais tarefas. Os obstáculos não correspondem apenas a questões de tempo e logística. Alguns camponeses, de fato, não compreendiam o que implicava a participação em uma OCS. No entanto, é importante ressaltar que cada organização social demanda um tempo próprio para determinar os ajustes necessários para que se estabeleça, bem como estes processos não deixam de ser dinâmicos. É no aprendizado prático que encontram a medida ideal de reuniões, visitas de averiguação. Por mais que se trate de um dispositivo resguardado por regulamentação, o que está em jogo são as relações de confiança e não há medida burocrática para determiná-las.

Por outro lado, a formação de todos os participantes em relação ao funcionamento e os objetivos do mecanismo de política pública em estudo não deve ser desconsiderada. As OCS em que os participantes conheciam os limites e as potencialidades do dispositivo apresentaram maior autonomia em relação aos agentes externos nas questões referentes à organização interna. Uma vez que todos estejam cientes dos compromissos mútuos, estes obstáculos tendem a ser superados, sem que a responsabilidade recaia sobre uma única pessoa.

O preenchimento do caderno de campo não foi citado enquanto uma dificuldade encontrada na OCS. Contudo, quando questionados sobre o seu uso, alguns camponeses o associam a uma tarefa penosa, sobretudo demorada. Poderíamos tentar associar tal dificuldade à idade, à escolaridade, ou ainda, ao conhecimento técnico do camponês. Neste último caso, o caderno de campo serviria como guia de aprendizagem. No entanto, uma questão pertinente sobre esta ferramenta que poderia ser mais explorada, se refere à sua apropriação por parte camponês de acordo com as suas necessidades e possibilidades. Ao não atribuir utilidade ao caderno de campo, seja enquanto histórico de atividades ou suporte para a contabilidade, o camponês pode julgar o tempo empreendido no seu

preenchimento como um esforço sem recompensa. Se a sua utilidade for restrita aos órgãos de fiscalização, então o camponês compreende que está exercitando, de fato, uma tarefa não remunerada.

Das principais motivações que levaram os camponeses ao engajamento com o mecanismo de política pública, destaca-se o reconhecimento da qualidade da produção orgânica, oferecendo vantagens na comercialização. A resposta de Sr. José Barbosa, que já havia mobilizado a certificação orgânica por auditoria, é singular, porque diz respeito a uma migração no sistema de avaliação da conformidade. Por mais que represente economia e não imponha custo, o funcionamento da OCS demanda um tempo de trabalho que é pouco remunerado. Se o incremento no preço da venda se refere à qualidade do produto, um atributo específico da produção camponesa e orgânica, o tempo de trabalho investido na participação das reuniões, no preenchimento do caderno de campo e nas visitas de averiguação aparece como não remunerado, ao passo que nas empresas de auditoria são justamente estes trabalhos que se pagam. Vale lembrar que o trabalhador de tais empresas não recebe este valor, senão uma dada proporção que representa o seu salário.

Para os camponeses que acessam programas públicos de abastecimento alimentar, as tais vantagens estão relacionadas aos 30% de bonificação no pagamento do produto e a prioridade na chamada pública. Para aqueles que acessam as feiras ou outros canais, destacam-se a consolidação da preferência dos consumidores e o incremento no preço justificado pela qualidade. Em relação a este último, nem sempre o efeito esperado se materializa na prática, visto que o preço e a estética dos produtos aparecem, também, como entrave à comercialização. Contudo, não se restringem a este ganho estritamente econômico: a troca de saberes e de mudas foram comumente citadas. Ademais, os desafios e as soluções encontradas na produção orgânica são compartilhados, conferindo às OCS um lugar de importância na formação dos camponeses: este tipo de aprendizado contribui para a construção da confiança dentro do próprio grupo.

Trataremos, a seguir, do papel de agentes externos ao grupo das OCS na divulgação deste dispositivo de política pública. Todos os camponeses entrevistados, sem exceção, o conheceram por meio de colaboradores vinculados ao grupo do qual fazem parte. Tratam-se de sujeitos engajados em associações, movimentos sociais, organizações não governamentais, estabelecimento público (como secretarias municipais ou estaduais que tratam do tema). Também identificamos pessoas próximas dos camponeses, sem vínculos institucionais diretos com o tema. De uma forma ou de outra, elas criam importantes diálogos entre as políticas públicas e os camponeses.

Esta particularidade do papel de agentes exteriores engajados com a OCS e, por vezes com os canais de comercialização, corresponde ao que Darrot e Durant (2010) evidenciam acerca da implantação de circuitos curtos de proximidade, ou seja, da construção de mercados locais que visam estreitar os laços do território sob princípios de solidariedade, cuidado e confiança. As pontes estabelecidas com as políticas públicas são muito importantes, pois abrem caminhos a possibilidades antes desconhecidas, visto que tratamos da regulamentação institucional da produção e comercialização de alimentos.

Por outro lado, a interferência de tais agentes, com suas particulares representações sociais, pode pesar negativamente quando mina a autonomia dos sujeitos diretamente implicados nos processos, que em nossa pesquisa dizem respeito à organização, à produção e à comercialização. Tomemos como exemplo a OCS Agricultores da Zona Leste. A ausência de suporte da prefeitura de São Paulo para o aproveitamento da poda urbana e dos resíduos de feiras livres, cujo acesso é lento e burocratizado, representa um obstáculo ao manejo da produção da Senhora Sebastiana e do Rafael Tenório. Decerto que a regulamentação cumpre o objetivo de garantir o bom uso dos recursos públicos. No entanto, quando fundamentada e engessada no controle dos processos, o poder institucional tende a falhar em seus objetivos. Mais importante que controlar processos, é fomentar ações que garantem a

salvaguarda daquilo que é comum ou público. No caso dos camponeses, o excesso de normatizações mina a potencialidade de seu trabalho, visto que estas últimas se apoiam em um modo de produção estranho à sua forma de viver e trabalhar.

O estudo das motivações destes apoiadores, vinculados ou não às funções de cargos públicos ou institucionais, não entrou no escopo do trabalho. No entanto, constitui uma questão importante pois sugere o envolvimento com as pautas social, econômica e ecológica dos camponeses, do bairro, do município ou da região. No caso dos assentamentos, a presença dos dois casais apoiadores ainda é diretamente associada a um dos canais de comercialização acessado pelos camponeses. Essas quatro pessoas, que efetivamente estão engajadas com a pauta da reforma agrária camponesa, também são responsáveis pela implantação de dois circuitos curtos de proximidade alternativos às feiras livres. Além de não dependerem da municipalidade para funcionarem, o sistema de compras por grupo de consumo demanda menos tempo de trabalho dos camponeses, um fator determinante para algumas das vivências exploradas.

Destacamos a ausência de visitas técnicas do MAPA, o principal órgão público responsável pelas OCS. Quando questionados acerca de tais visitas às OCS ou às áreas de produção dos camponeses, estes últimos costumavam associá-las a um evento esperado e não temido. Por mais que os camponeses tenham encontrado apoio e suporte em outras instâncias, dúvidas poderiam ser esclarecidas mais facilmente pela própria presença no MAPA nestes espaços. Visto que o problema se refere ao reduzido pessoal do Ministério engajado nestas tarefas em torno da política de fomento à agricultura camponesa e de base agroecológica, a criação de parcerias formais com outros órgãos públicos de assistência técnica, como as ATER, os grupos de extensão universitária, e organizações da sociedade civil constitui um meio para suprir as deficiências.

A relação com os consumidores parece seguir o seguinte esquema: no caso das feiras frequentadas pelos camponeses há mais tempo, a relação é qualificada de forma muito positiva. Os consumidores são reconhecidos como amigos ou pessoas queridas. A feira parece ser um espaço muito rico de trocas de informação e sociabilidade. Além do mais, por garantir contato direto com o consumidor, trata-se do lugar onde o camponês encontra reconhecimento da especificidade de trabalho. A sua identidade enquanto produtor de alimentos saudáveis e mais saborosos é afirmada ali. De forma unânime, a durabilidade e o sabor são atributos percebidos e explicitados pelo consumidor.

No caso das políticas públicas, a relação com o consumidor final é muito distante, visto que os camponeses têm contato mais frequente com as merendeiras das escolas ou a nutricionista da prefeitura. A relação é, portanto, profissional, sem acesso com os alunos. O Programa Nacional de Alimentação Escolar não prevê outras atividades nas escolas, além da compra dos alimentos da agricultura camponesa. No entanto, a aproximação entre os camponeses e a comunidade escolar, como no caso de visitas às áreas de produção, pode favorecer a valorização do modo de vida camponês e suscitar, nos alunos, questões das mais interessantes em torno da produção e consumo de alimentos.

Em relação à produção, nesta conclusão convém destacar que o manejo de nossos interlocutores é de baixo custo, porém exige considerável força de trabalho braçal dos camponeses. Neste quadro, o desenvolvimento de soluções criativas que evitam recorrer ao mercado é frequente, sobretudo no que diz respeito ao uso da água para irrigação. De outra parte, o planejamento da produção costuma corresponder ao principal canal de comercialização acessado: ora é a feira, ora programas de política pública. O grupo de consumo associado à OCS Produção Saudável tem pouca interferência no planejamento da produção, mas, em contrapartida, constitui um dos principais influenciadores na organização da OCS, visto que seus pedidos são quinzenais e direcionados apenas aos seus

integrantes. Na CSA, o manejo da produção, mesmo que conduzido pelo Rafael Tenório, é acordado juntamente com aqueles co-agricultores mais engajados com a produção. Nas feiras, os hábitos dos consumidores, por vezes trazidos de longas distâncias, vinculados a culturas de outras regiões ou até influenciados por meio da mídia, acabam por interferir na produção de alimentos locais. Finalmente, é válido ressaltar que os camponeses se consideram os primeiros consumidores de seus produtos e, então, reconhecem seu papel no cuidado com a própria saúde e a saúde da população.

Como realçado, as dificuldades enfrentadas pelos camponeses são das mais diversas ordens. As prefeituras foram comumente citadas quando se abordavam estas dificuldades, mas apenas uma vez em relação ao mecanismo em questão. Trata-se do caso da prefeitura de Cajamar, a qual demanda a assinatura de um engenheiro para dar validade à OCS na chamada pública. Esta exigência foi imposta pelo poder executivo municipal, visto que o cadastro das OCS junto ao MAPA não prevê a assinatura de agentes externos à Organização. Outra dificuldade recorrentemente mencionada diz respeito à impossibilidade de vender os produtos a terceiros enquanto orgânicos, o que é um limite inerente ao dispositivo.

Neste sentido, podemos problematizar o papel das OCS enquanto elemento domesticador de uma forma de produzir, o que consequentemente pode levar a uma crítica deste tipo de proposta, a saber a produção orgânica enquanto padronização de práticas sob a lógica de processos de certificação. Por mais que se fundamentem na confiança e na autonomia dos produtores engajados com produção e a averiguação da qualidade orgânica, as OCS podem ser uma primeira porta de entrada para o camponês transformar suas práticas e submeter-se, por fim, ao seu enrijecimento em razão das normas burocráticas. O fato das OCS terem sido aceitas no âmbito das instituições oficiais, diante de contendas e negociações, permite considerar aqui o que Boltanski e Chiapello (1999) descrevem como o poder de renovação do capitalismo, que “deve obter recursos fora de si mesmo, nas crenças que, em determinado momento, têm importante poder de persuasão, nas ideologias marcantes, inclusive nas que lhe são hostis, inseridas no cultural em que ele evolui” (p. 53). De toda forma, convém aqui também destacar os importantes esforços de movimentos sociais que visam a valorização do trabalho camponês para formalizar estes dispositivos participativos de reconhecimento da qualidade orgânica.

Porém, é certo que a barreira imposta em torno do acesso ao selo do SisOrg revela lógicas do modo capitalista de produção. Visto que estamos inseridos em um sistema competitivo visando lucros, a desconfiança aparece como consequência inevitável na medida em que a saúde e o cuidado com a produção se tornam “recursos” que, por um lado, encarecem a produção e, por outro, se constituem como fonte de lucratividade. Ou seja, estas preocupações são tomadas em conta ou pela confiança na boa consciência do proprietário do estabelecimento em questão ou pela fiscalização de uma normativa. Se a legislação prevê a confiança em um camponês, cabe-nos indagar porque não prevê a confiança em um outro tipo de fornecedor/estabelecimento. Em alguma medida, tal restrição parece reiterar a noção de que, ao comparar a produção camponesa e o modo capitalista de produção, deparamo-nos com duas éticas distintas: na primeira, a palavra é passível de confiança e constitui um mecanismo de validação de procedimentos desejáveis.

Com este tipo de interpretação, não queremos dizer que a produção orgânica corresponde a um imperativo categórico da produção camponesa. De fato, há uma afinidade entre produção orgânica e camponesa, mas não configurando uma generalização, o que não tratamos especificamente aqui. Discutimos sobretudo que, para o camponês, as prerrogativas de cuidado e confiança não são mercantilizadas, visto que não são comercializadas à parte de seu trabalho: elas são indissociáveis do sujeito produtor. Encontrar benefícios em ambas, significa encontrar formas melhorar a remuneração do próprio trabalho, visto que o cuidado com o consumidor foi unânime nas

entrevistas. O caso do Sr. Irson Massao, que faz questão de identificar os produtos que são orgânicos em sua banca, é um exemplo disto.

E para que não sejamos tentados a cair em idealizações, retomamos o sentido ético do trabalho pré-capitalista que não se orienta por aquela razão utilitarista, não configurando um fim em si mesmo no lucro, descrito por Weber como apresentado nesta dissertação. Pela natureza de seu trabalho⁹⁷, o camponês assinala, conscientemente ou não, que a renda obtida pela venda de suas mercadorias não provém de trabalho social não pago, o que configuraria mais valia, o lucro. Ou seja, é justamente ao seu trabalho que procura remuneração e não a conceitos reificados como aqueles já citados. Neste caso, pressupõe-se que o referido camponês conheça o que significa uma produção orgânica nos termos da legislação. Por outro lado, se o mercado e a legislação abrem pressupostos para que a confiança e o cuidado sejam mercantilizados⁹⁸, então as OCS representam um espaço pertinente para que ambos se mantenham enquanto patrimônios das relações humanas não fetichizadas.

No entanto, não é indispensável considerar a elaboração de formas de rastreabilidade do produto das OCS – onde o trabalho camponês é evidenciado – posto que o acesso a mercados locais e de via direta aos consumidores não é uma realidade para todos os camponeses. A barreira à qualidade de orgânicos, na venda a intermediários, corresponde a uma situação estranha à vivência destes camponeses, sobretudo por ter sido imposta por uma negociação no âmbito da política pública. Em consequência disto, para alguns, a OCS constitui o mecanismo ideal, mas, para outros, não gera muito efeito.

No que se refere aos mercados locais, podemos levantar algumas conclusões importantes da pesquisa com os consumidores. Em primeiro lugar, os dados nos revelam que os consumidores dos circuitos curtos de proximidade especializados em produtos orgânicos tentem a não dissociar o produtor do canal de comercialização. De fato, os princípios norteadores da Feira da Água Branca, do GCR do “Centro Frei Tito” e da CSA apontam para o fornecimento de alimento orgânico por meio da valorização do trabalho das famílias produtoras. Em alguma medida transmitem uma mensagem aos consumidores, direta ou indiretamente, que o alimento saudável é fruto da produção camponesa ou familiar.

Este traço se revela, por um lado, nas motivações dos consumidores e, por outro, na desconfiança em relação à qualidade do produto com selo. Curiosamente, os consumidores dos bairros mais periféricos tendem a confiar menos nos selos do SisOrg do que aqueles dos bairros centrais de São Paulo. Podemos então sugerir, em alguma medida, que a confiança cultivada nos circuitos curtos de proximidade se refere à produção camponesa. Desta maneira, os consumidores destes quatro CCP parecem considerar que os produtores, ainda que desempenhem também o papel de comerciantes, estejam cultivando outros laços para além da troca comercial. Por sua vez, tais laços contribuem para a manutenção destes quatro circuitos curtos de proximidade.

Assim como os entraves para a comercialização dos camponeses correspondem a fatores que não estão todos ao seu alcance, a construção dos mercados locais sugere se fundamentar em perspectivas para muito além da troca mercantil. As palavras confiança, amizade, colaboração e conhecimento correspondem a construções humanas impossíveis de serem mercantilizadas enquanto tais. De certo, a garantia e a informação não apenas podem ser, como são comercializadas. No entanto, não parecem fornecer aquilo que as relações de proximidade oferecem. Com tal interpretação, queremos dizer que os mercados locais que visam estreitar a relação entre produtor e consumidor são um espaço fecundo para questionar o *modus operandi* do modo capitalista de produção.

⁹⁷ Que emprega as próprias forças de trabalho da família e não de assalariados.

⁹⁸ Uma vez que tais valores são mercantilizados, a fraude começa a parecer um caminho vantajoso.

Talvez, estes circuitos favoráveis que fermentam valores em torno da proximidade não sejam capazes de transformar as relações de subordinação criadas e recriadas pelo capitalismo, dado sua pequena difusão e proporção diante dos grupos internacionais de distribuição de alimentos e outras mercadorias no Brasil. Mas, convém realçar que favorecem a permanência dos camponeses na terra, além de fomentarem a reflexão e o debate de diversas questões acerca da produção e comercialização de alimentos. Não é obra do acaso que os consumidores tenham dificuldade em acessar alimentos orgânicos direto dos produtores e camponeses tenham dificuldade de acessar mercados. Os interesses e estratégias das grandes empresas representam efetivamente um bloqueio considerável à expansão destes sistemas fundamentados em solidariedade alimentar.

Com efeito, o acesso ao alimento orgânico constitui aspecto central nas respostas obtidas. Dificuldades neste âmbito levam os consumidores a recorrerem a outros canais de comercialização e a produtos não orgânicos. No preço do alimento, reside um grande quiproquó. A formação dos preços é fruto do trabalho social médio necessário para a produção de mercadorias e, também, da circulação de mercadorias (Marx, 2013, pg. 118). De uma forma ou de outra, parece ser impossível superar tal lógica dentro do capitalismo. Os camponeses são aqueles que podem depender menos da compra de mercadorias, visto que produzem valor de uso imprescindível à vida. No limite, produzem para si mesmos e podem recorrer aos laços de solidariedade com sua vizinhança. No entanto, uma vez que o seu trabalho equivale ao de múltiplas profissões, remunerá-lo ao preço do mercado significa não remunerar a totalidade do que realiza. Consequentemente, reduzir o preço dos alimentos frescos corresponde a uma efetiva desvalorização do trabalho camponês.

Por outro lado, por mais que não alcancem remunerar as horas trabalhadas pelo camponês, os preços dos alimentos são, de fato, caros e inacessíveis para boa parte da população. A mediação do Estado, como ocorreu a partir do Programa Fome Zero, é uma forma de contornar tal desequilíbrio, favorecendo a população do campo. Ainda assim, há uma camada da população capaz de investir mais recursos na alimentação. A CSA estudada em nossa pesquisa se apresenta enquanto exemplo de arranjo bem-sucedido neste sentido: trata-se de transferir aos consumidores importante parte de responsabilidade do apoio à agricultura camponesa. No entanto, enquanto houver produção camponesa no capitalismo, o preço dos alimentos continuará sendo, ora por parte dos camponeses, ora por parte dos consumidores, desvantajoso ou excessivo.

Desta forma, é importante ter em perspectiva que a criação de um canal ou modelo de comercialização ideal para todos os camponeses será, muito provavelmente, impossível. O caminho plausível parece estar na multiplicidade de soluções construídas entre camponeses e consumidores e, é em razão desta perspectiva, que as relações de proximidade são essencialmente valiosas. Dentro dos limites apresentados, trata-se de alçar tanto o camponês quanto o consumidor ao protagonismo da troca, transformando seus significados.

Neste sentido, tendo em vista o contexto do mercado de estandardização, as Organizações de Controle Social se apresentam enquanto mecanismo de política pública que favorece a criação e manutenção das relações de proximidade, em nosso caso, dos circuitos curtos de comercialização. A barreira à venda indireta é, sem dúvidas, uma diretriz que deve ser colocada em questão. Em razão da impossibilidade de acessar mercados, os camponeses tendem a procurar as soluções diretas, mas não necessariamente. Em alguns casos, despojam-se da qualidade orgânica de seus produtos para garantir o escoamento, correspondendo a uma situação inconveniente.

Por outro lado, o elemento que parece, acima de tudo, fermentar as relações de proximidade são a confiança no trabalho e na palavra do camponês, mesmo quando atravessadas pelos princípios dos CCP em questão. Desta forma, estes últimos também desempenham seu papel na consolidação das OCS.

Concluímos, assim, que o mecanismo de política pública, mesmo diante das dificuldades e barreiras colocadas, desempenha seu papel na construção dos mercados locais, ainda que quase invisível para o cotidiano dos consumidores. “Ponta de areia, ponto final⁹⁹”

⁹⁹ Ponta de Areia, Milton Nascimento.

REFERÊNCIAS

- AAO (2019) **Associação de Agricultura Orgânica: Feira do Produtor**. Disponível em: <http://aao.org.br/aao/feira-do-produtor-organico.php>. (Acesso em: 05/2019)
- Abras (2018) **Ranking Abras 2018**. Disponível em: http://static.abras.com.br/pdf/coletiva_rank.pdf. (Acesso em: 05/2019)
- Abramovay, Ricardo, (1998) **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Editora Ucitec, Editora da Unicamp.
- Atlas Brasil (2010) **Caracterização do território**, Cajamar/SP. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/3596#idh. (Acesso em: 05/2019)
- ALIM'Agri (2017) **L'Agriculture Biologique**. Disponível em: <https://agriculture.gouv.fr/lagriculture-biologique-ab> (Acesso em: 27/03/2019)
- Bauman, Zygmunt (2003) **Comunidade**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 141p.
- Belik, Walter (2007) **Agricultura, concentração no setor da comercialização e novos espaços para a distribuição de produtos frescos**. Revista Economia Ensaios, v. 22 n. 1 (2007). Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/issue/view/194>. (Acesso em: 05/2019)
- Boltanski, Luc e Chiapello, Ève (1999), **O novo espírito do capitalismo**. WMF Martins Fontes, 704 p.
- Borsatto, Ricardo e Carmo, Maristela (2013) **A Construção do Discurso Agroecológico no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)**. RESR, Piracicaba: v. 51, n. 4, p. 645-660, outubro/dezembro 2013 – Impressa em fevereiro de 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/resr/v51n4/a02v51n4.pdf>. (Acesso em 04/2018)
- BRASIL (2003), **Lei No. 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm.
- BRASIL (2007), **Decreto No. 6.323, de 27 de dezembro de 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm.
- Camargo, P. (2010) **Organização produtiva e socioterritorial da agroecologia – o MST e sua Cooperativa Agropecuária Vitória, Paranacity-PR**. Disponível em: http://www.geografia.ufflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/flg0563/2s2014/PaulaCamargo_COPAVI_TGL.pdf. (Acesso em: 05/2019)
- CECANE (2015) **Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar**. Disponível em: http://cecanesc.ufsc.br/sitio/sitio/index/idsitio/1#/. (Acesso em: 05/2019)
- CEEP (2019) **Centro de Educação Estudos e Pesquisa: Finalidades**. Disponível em: http://ceep.org.br/?page_id=23_(Acesso em: 06/2019)
- CNPO (2017), **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**, MAPA. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. (Acesso em 11/2017)
- CNPO (2019) **Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**, MAPA. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos> (Acesso em: 02/2019)
- DaMatta, Roberto (1981) **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Petrópolis: Vozes, 248p.

- Darrot, C. et Durant, G. (2010) **Référenciel central des circuits courts de proximité : mise en évidence et statut pour l'action**. Circuits courts : Contribution au développement régional. Ouvrage collectif, INRA. Dijon : Educagri Éditions, 224p.
- De'Carli (2013) **O discurso político da agroecologia no MST: O caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás, Pará**. Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 100. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/5245>. (Acesso em 05/2019)
- Ecovida (2019) **Certificação**. Disponível em: <http://ecovida.org.br/certificacao/> (Acesso em: 27/03/2019)
- EMPLASA, (2011), Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano, **Por dentro da Região Metropolitana de São Paulo**. Disponível em: <http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/RMSP/rmsp.pdf>. (Acesso em 25/03/2016)
- Envolverde (2019) **Pesquisa mostra perfil do consumidor orgânico**. Carta Capital. Disponível em: <http://envolverde.cartacapital.com.br/pesquisa-mostra-o-perfil-do-consumidor-de-produtos-organicos/> (Acesso em: 22/03/2019)
- EUR-LEX, 2019: **Council Regulation (EC) No 834/2007 of 28 June 2007 on organic production and labelling of organic products and repealing Regulation**. Chapter 15, v. 8, p. 139 – 161. Disponível em: <http://data.europa.eu/eli/reg/2007/834/oj> (Acesso em: 27/03/2019)
- FAO (2018) **Codex Alimentarius: History**. Disponível em: <http://www.fao.org/fao-who-codexalimentarius/about-codex/history/en/> (Acesso: 27/03/2019)
- IBGE (2009) **Censo Agropecuário, 2006**. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default.shtm (Acesso em: 03/2019)
- IBGE (2017) **Censo Agropecuário, 2017**. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>. (Acesso em: 03/2019)
- Illich, Iván (1983) **Silence is a Commons**: computers are doing to communication what fences did to pastures and cars did to streets. The CoEvolution Quarterly, Winter 1983. Disponível em: http://www.davidtinapple.com/illich/1983_silence_commons.html. (Acesso em 03/2019)
- Kairós (2018) **Caderno técnico para agricultor(a) sobre produção orgânica e transição agroecológica**. Disponível em: https://institutokairos.net/wp-content/uploads/2017/11/KAIROS_Caderno-sobre-Produ%C3%A7%C3%A3o-Organica_FINAL.pdf (Acesso em: 03/2019)
- Kairós (2011) **Organização de grupos de consumo responsável**. O Instituto, 36 p. Disponível em: <https://institutokairos.net/wp-content/uploads/2012/04/Grupos-de-Consumo.pdf>. (Acesso em 20/10/2019)
- Loureiro, Isabel (2018) **Rosa Luxemburgo e o protagonismo das lutas de classe**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 244p.
- MAPA (2015), Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, **Mercado brasileiro de orgânicos deve movimentar R\$ 2,5 bi em 2016**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2015/09/mercado-brasileiro-de-organicos-deve-movimentar-rs-2-bi-em-2016>. Acesso em 20/03/2016.
- MAPA (2016), Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, **Cadastro Nacional de Organismos de Controle Social**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/InternetMAPA/pagina40inicial/desenvolvimentosustentavel/organicos/cadastro-nacional/venda-direta>. (Acesso em: 20/03/2016)

- MAPA (2016b), Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, **Controle Social**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/portal/page/portal/Internet-MAPA/pagina-inicial/desenvolvimento-sustentavel/organicos/regularizacao-producao-organica/controle-social-rpo>. (Acesso em: 20/03/2016)
- MAPA (2017), Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, **Mais orgânicos na mesa do brasileiro em 2017**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/mais-org%C3%A2nicos-na-mesa-do-brasileiro-em-2017> (Acesso em: 08/2017)
- MAPA (2019) Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, **Mercado de biodefensivos cresce mais de 70% no Brasil em um ano**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/feffmercado-de-biodefensivos-cresce-em-mais-de-50-no-brasil> (Acesso em: 22/03/2019)
- MAPA (2019) Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, **Alimentos orgânicos renderam R\$ 4 bilhões a produtores brasileiros em 2018**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/noticias/mercado-brasileiro-de-organicos-fatura-r-4-bilhoes> (Acesso em: 03/04/2018)
- MAPA (2008) Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, **Agricultura Orgânica para a Conservação da Biodiversidade**. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/221/_arquivos/mapa_missaonov_221.pdf (Acesso em: 01/02/2019)
- Marcos, Valéria de (2018) **O campesinato, a (u)topia da produção coletiva e comunitária no século XXI e os desafios para a construção da sociedade pós-capitalista**. XV Coloquio Internacional de Geocrítica Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista Barcelona: maio de 2018. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/XV-Coloquio/ValeriaMarcos.pdf>. (Acesso em: 04/2019)
- Marx, Karl (2008) **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 288p.
- Marx, Karl (2013) **O Capital**: Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Editora Boitempo, 894p.
- Marx, Karl e Engels, Friedrich (1998) **O manifesto comunista**. Rio de Janeiro: Editos Paz e Terra, 65 p.
- Minadeo, Roberto (2009) **Inovações no varejo alimentar: uma análise das estratégias de entrada e de crescimento do Carrefour e Walmart no mercado brasileiro**. Revista Brasileira de Inovação, Rio de Janeiro: p. 119-166, janeiro/junho 2010.
- Minayo, Maria Célia S. (2017) **Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias**. Revista Pesquisa Qualitativa. São Paulo (SP), v. 5, n. 7, p. 01-12, abril, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/315756131_amostragem_e_saturacao_em_pesquisa_qualitativa_consensos_e_controversias_sampling_and_saturation_in_qualitative_research_consensuses_and_controversies. (Acesso em: 03/2018)
- Nakamura, Angélica (2017) **Cooperapas: agricultura e cooperativismo no extremo Sul de São Paulo**. Dissertação de mestrado. Disponível em: file:///D:/Downloads/2017_AngelicaCamposNakamura_VCorr.pdf. (Acesso em: 05/2019)
- Nierdele, Paulo e Radomsky, Ricardo (2017) **Quem governa por dispositivos? A produção das normas e padrões para os alimentos orgânicos no Brasil**. Revista TOMO. n. 30 janeiro/junho, 2017. Disponível em: [file:///D:/Downloads/6714-19027-1-SM%20\(1\).pdf](file:///D:/Downloads/6714-19027-1-SM%20(1).pdf). (Acesso em: 05/2019)
- Oliveira, Ariovlado, U. (1987) **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Editora Ática, 88p.
- Organis (2019) **Entidade setorial dos orgânicos**. Disponível em: <http://organis.org.br/sobre/>. (Acesso em: 03/2019)
- Paulino, Eliane, T. e Fabrini, João, E. (org.), (2008), **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Editora Expressão Popular

- PDUI (2019) **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado: Região Metropolitana de São Paulo**. Disponível em:
https://www.pdui.sp.gov.br/rmsp/?page_id=56 (Acesso em: 05/04/2019)
- Ploeg, Jan, D. (2016) **Camponeses e a arte da agricultura**. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp: Editora UFRGS, 192p.
- Polanyi, Karl (2000) **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 337 p.
- Shanin, Teodor, (1983) **La clase incómoda: Sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo** (Rusia 1910-1952), Madrid: Alianza Editorial, S. A., Edición Española.
- SIBEP (2019) **Escola Filantrópica Tabor: São Paulo**. Disponível em:
<https://portal.sipeb.com.br/unidades/escolas-filantropicas-de-educacao-basica/escola-filantropica-tabor-sao-paulo/#contato>. (Acesso em: 04/2019)
- Traversac. Jean B. (org.) (2010) **Introduction. Circuits courts : Contribution au développement régional**. Ouvrage collectif, INRA. Dijon: Educagri Éditions, 224p.
- Walker, Renee E., Keane, Christopher R. and Burke, Jessica G.(2010) **Disparities and access to healthy food in the United States: A review of food deserts literature**. Health & Place, v. 16, i. 5, september 2010, p. 876-884. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1353829210000584>. (Acesso em: 05/2019)
- Weber, Max (2004), **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 335p.

APÊNDICES

Universidade de São Paulo – PPGI em Ecologia Aplicada

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

“Organizações de Controle Social na Região Metropolitana de São Paulo: um estudo sobre política pública e agroecologia” - Vitória Leão

Apresentar-se, explicar brevemente a pesquisa de mestrado, os objetivos, o levantamento de dados e a posterior entrega de um documento com a investigação dos dados. **Perguntar se o entrevistado permite gravação ou anotações sobre a conversa. Aproximadamente 1h de conversa.**

Data: / / OCS

Municípios:

Número de “associados”:

Tempo de existência da OCS:

Lote/área de produção:

1. Relação agricultor e OCS

1.1 Nome:

1.2 Idade:

1.3 Escolaridade:

1.4 Origem:

1.5 Ocupação anterior:

1.6 Tempo de envolvimento na OCS:

1.7 Tipo de envolvimento com a OCS (liderança, financeiro, feirante):

1.8 Como conheceu a OCS (o mecanismo de PP?)

1.9 Conhece a história da OCS? Poderia contar brevemente?

1.10 Saber dizer quais foram as principais motivações para a criação da OCS? E as motivações para seu envolvimento pessoal com a OCS?

1.11 Você enxerga alguma dificuldade na OCS (organização interna, relação com o técnico do MAPA, com a prefeitura, com as burocracias, com os consumidores)?

1.12 E em relação aos benefícios, poderia nomear alguns?

2. Sobre a OCS

2.1 Como é feita a organização do grupo? Existe algum líder/referência? Reuniões?

2.2 Fazem parte de alguma associação ou cooperativa? Se sim, todos os associados/cooperados compõem a OCS? Os que não compõem são certificados?

2.3 Como é feito o caderno de campo (coletivo, individual, diariamente)?

2.4 Qual a periodicidade de visitas do técnico do MAPA? Como é a relação com ele?

2.5 Você percebe algum apoio ou entrave em relação à prefeitura?

2.6 Vocês organizam cursos, palestras, mutirões ou outras atividades para a OCS ou agricultores da região?

2.7 Vocês já tiveram outros tipos de validação orgânica, como empresas certificadoras na área de produção ou feira? Se sim, quais são as principais diferenças entre os sistemas?

3. Produção

3.1 Quais são os produtos cultivados pelas famílias engajada na OCS?

3.2 Qual o tipo de manejo (insumos, compostagem, irrigação, mutirões)?

3.3 Como é feito o planejamento da produção? (“doação/merenda”, demanda consumidores, feira, sazonalidade)?

3.4 A produção é coletiva ou individual?

3.5 Na produção trabalham homens e mulheres igualmente?

3.6 Possuem ou já tiveram algum financiamento (Pronaf e derivados, privados, BNDES...)?

4. Comercialização

4.1 Quais são os canais de comercialização/escoamento da produção hoje? Se atender políticas de abastecimento, indicar os municípios.

4.2 Já tiveram outros? Se sim, porque mudaram?

4.3 Qual é o principal canal de comercialização hoje? Qual seria o canal ideal na sua opinião?

4.4 Fazem venda direta para consumidores (casa, feira, cestas semanais, direto na propriedade/lote)?

4.5 Tem consumidores, grupos, coletivos, ativistas engajados com a OCS ou com a feira?

4.6 Tem consumidores que fazem visita à área de produção?

4.7 Qual é a logística de entrega?

5. Percepções

5.1 Nas feiras, como você percebe a relação como consumidor? (Se for política de abastecimento: Como você percebe a relação com as escolas ou entidades?)

5.2 Nas suas palavras, no que consiste um produto orgânico? E um produto agroecológico?

5.3 Qual a sua percepção sobre os consumidores em relação à qualidade do produto orgânico/agroecológico?

Universidade de São Paulo – PPGI em Ecologia Aplicada

QUESTIONÁRIO CONSUMIDORES

“Organizações de Controle Social na Região Metropolitana de São Paulo: um estudo sobre política pública e agroecologia” - Vitória Leão

Data: ____/____/____ Município: _____ Local: _____ OCS vinculada: _____

Produtores vinculados:

1. Consumidor. No.:

- 1.1 Gênero:
- 1.2 Idade:
- 1.3 Cidade e bairro que mora atualmente:
- 1.4 Reside com: ☐ amigos ☐ familiares ☐ cônjuge/parceiro(a) ☐ sozinho ☐ outro:
- 1.5 Estudou? Se sim, até que grau? (Caso tenha feito curso técnico ou graduação, dizer o tema).
- 1.6 Ocupação profissional atual:

2. Circuito curto de proximidade em questão

- 2.1 Como conheceu?
- 2.2 Há quanto tempo frequenta/participa e com que frequência?
- 2.3 Porque optou por esse circuito curto? (Porque prefere ir a feira ao invés do mercado?)
- 2.4 Frequenta outras feiras livres, da economia solidária, orgânica ou de produtores? Sim ☐ Não ☐
Se sim, quais?
- 2.5 Tem preferência por produtos comprados diretos do produtor? Sim ☐ Não ☐ Tanto faz ☐
- 2.6 Faz parte do “lazer” ou distração participar deste circuito curto? Sim ☐ Não ☐ Tanto faz ☐

3. Sobre os produtores

- 3.1 Você sabe o nome do(s) produtor(es)? Sim ☐ Não ☐
- 3.2 Você tem alguma preferência por ele? Sim ☐ Não ☐
Se sim, porque?
- 3.3 Como conheceu o produtor?
- 3.4 Considera haver uma relação entre você e o produtor? Sim ☐ Não ☐
Se sim, como a descreveria?
- 3.5 Você conheceu algum produto novo ou receita nova com o agricultor? Sim ☐ Não ☐
Caso algum produto, quais?

4. Sobre a OCS:

- 4.1 Você sabe o que é uma OCS? Sim ☐ Não ☐
Se sim, poderia descrever brevemente o que é?
- 4.2 Você sabe que o produtor faz parte de uma OCS? Sim ☐ Não ☐
- 4.3 Você já visitou a produção do agricultor? Sim ☐ Não ☐

5. Sobre o produto orgânico:

- 5.1 Você opta preferencialmente por produtos orgânicos? Porque?
- 5.2 Você percebe alguma diferença entre o produto orgânico e o convencional, em termos de aparência sabor ou durabilidade? Sim ☐ Não ☐
- 5.3 Você compra produtos orgânicos em outros locais? Sim ☐ Não ☐
Se sim, poderia citar os que se lembrar?
- 5.4 Você complementa a alimentação com produtos convencionais? Sim ☐ Não ☐
Se sim, quais e porquê?
- 5.5 Você segue alguma “dieta” (por exemplo, vegetarianismo, veganismo, cruditivismo, locavorismo etc)? Sim ☐
Não ☐
Se sim, qual?
- 5.6 Você confia mais em um produto orgânico da feira ou grupo de consumo do que do mercado?
Sim ☐ Não ☐ Tanto faz ☐
- 5.1 Você confia mais em um produto com o selo orgânico no produto (Orgânicos do Brasil, IBD, ECOCERT, TECPAR)? Porque?

QUADRO DE ENTREVISTAS

Nome	Data	Município
Carolina Nogueira	02/03/2018	São Paulo
Sra. Nadir e Sr. João Petente	09/03/2018	Cajamar
Sr. José Cândido Pereira e Sra. Ersá Pereira	21/03/2018	Suzano
Laurinei Gomes	29/03/2018	Cajamar
Sandra Soares	29/03/2018	Cajamar
Sra. Terezinha de Matos	04/04/2018	São Paulo
Sr. Ivo da Silva	11/04/2018	Mogi das cruzeiras/Jundiapéba
Osvaldo Monteiro	12/04/2018	Franco da Rocha
Sr. Aloís e Sra. Roselina Patera	13/04/2018	Cajamar
Sr. Fidelcino do Santos	13/04/2018	Cajamar
Sra. Sebastiana de Farias	16/04/2018	São Paulo
Sra. Elena e Sr. Osmar Tadeu Araújo	30/04/2018	São Paulo
Rafael Tenório	02/05/2018	São Paulo
Superintendente do MAPA	09/05/2018	Piracicaba
Sr. Irson Massao	12/05/2018	Mogi das Cruzes
Sr. Antônio Marques	14/06/2018	Franco da Rocha
Sra. Olinda e Sr. Osório da Cruz	16/06/2018	Juquitiba
Sr. Marcos Nogueira	16/06/2018	Juquitiba
Sr. José Barbosa	30/06/2018	Salesópolis
Sra. Maria Aparecida e Sr. Nilson Pereira	04/07/2018	Franco da Rocha
Sra. Darci Amaro	04/07/2018	Franco da Rocha

QUADRO DE PARTICIPAÇÕES EM REUNIÕES DAS OCS

OCS	Data	Município
APROATE	05/03/2018	Mogi das Cruzes
Produção Saudável	15/03/2018	Franco da Rocha
Produção Saudável	12/04/2018	Franco da Rocha
Frutos da Comuna da Terra	14/05/2018	Cajamar
Produção Saudável	14/06/2018	Franco da Rocha
Produção Saudável	30/08/2018	Franco da Rocha

QUADRO DE PARTICIPAÇÕES EM REUNIÕES DA CPOrg

Local	Data	Município
Sede do MAPA	30/07/2018	São Paulo
Sede do MAPA	26/08/2018	São Paulo

QUADRO DE APLICAÇÕES DE QUESTIONÁRIOS

CCP	Data	Município
Feira Noturna do Polvilho	20/07/2018	Cajamar
Feira da Água Branca	28/07/2018	São Paulo
CSA	Disponível 25/07 a 05/08/2018	-
GCR CDDH Frei Tito	01/09/2018	São Paulo

ANEXO

Salvamento Automático CNPO_MAPA_28_02_2019 - Dissertação - Excel Vitoria Leao

Arquivo Página Inicial Inserir Layout da Página Fórmulas Dados Revisão Exibir Ajuda Pesquisar Compartilhar

H203 ABINAEI MOREIRA MIRANDA

	A	B	C	D	E	F	G	H	I
1	28-02-19								
2									
3	TIPO DE ENTIDADE	ENTIDADE	PAIS	UF	CIDADE	SITUACAO CNPO	CNPJ/CNPJ/NIF	NOME DO PRODUTOR	ESCOPO
184	OCS	ORGÂNICO DO POTENGI	BRASIL	RN	São Tomé	ATIVO	032.912.184-77		PRODUÇÃO PRIMÁRIA VEGETAL
195	OCS	GRUPO DE HORTICULTORES DA HORTA COMUNITÁRIA DO CONJUNTO NOVA VIDA	BRASIL	PI	São Gonçalo do Piauí	ATIVO	552.247.843-87		
198	OCS	RIO GRANDE	BRASIL	RS	Rio Grande	ATIVO	448.549.430-68		PRODUÇÃO PRIMÁRIA VEGETAL
203	OCS	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DO ESTADO DO PARÁ-PARÁ ORGÂNICO	BRASIL			ATIVO	045.554.142-68		
209	OCS	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DE CARAUARI-ASPROC	BRASIL	AM	Carauari	ATIVO	032.078.092-94		
213	OCS	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DE MESSIAS TARGINO-APOMT	BRASIL	RN	Messias Targino	ATIVO	480.579.324-49		
214	OCS	ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES E PRODUTORAS DA FEIRA AGROECOLÓGICA DE MOSSORÓ - APROFAM	BRASIL	RN	Mossoró	ATIVO	938.527.704-91		
217	OCS	ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES ORGÂNICOS DE MESSIAS TARGINO-APOMT	BRASIL	RN	Messias Targino	ATIVO	061.684.644-41		
235	OCS	OCS Raízes da Mata	BRASIL	MG	Porto Firme	ATIVO			
240	OCS	OCS. DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE MONTE ALEGRE DE SERGIPE II	BRASIL	SE	Monte Alegre de Sergipe	ATIVO	017.642.725-28		
241	OCS	COOPERATIVA DAS ASSOCIAÇÕES DOS AGRICULTORES E PECUARISTAS FAMILIARES DE MIRANDIBA - COOAFAM	BRASIL	PE	Mirandiba	ATIVO	068.066.044-55		
248	OCS	ORGANIZAÇÃO DE CONTROLE SOCIAL SÃO FRANCISCO	BRASIL	ES	Barra de São Francisco	ATIVO	946.128.707-00		PRODUÇÃO PRIMÁRIA VEGETAL
251	OCS	OCS ASSOCIAÇÃO DOS MANDALEIROS DE UBERLÂNDIA (AMU)	BRASIL	MG	Uberlândia	ATIVO	685.925.316-91		PRODUÇÃO PRIMÁRIA VEGETAL

RELATORIO DE PRODUTOR ORGANICO

Pronto 4938 de 17856 registros localizados.

Imagem do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, disponível no site do MAPA em:

<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>